

ITAÚSA



Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Formulário de Referência - 2013

Instrução CVM 480/09

Data Base: 31 de Dezembro 2012

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA****Data-Base: 31.12.2012***(conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009 “Instrução CVM 480”)*

Identificação	Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.532.644/0001-15, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300022220, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº 007617 (“Emissora”).
Sede	A sede social da Emissora está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902.
Diretoria de Relações com Investidores	A área de Relações com Investidores da Itaúsa está localizada na Avenida Paulista, 1938 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-942. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Henri Penchas. O telefone e fax do Departamento de Relações com Investidores é (0xx11) 3179 7177 e (0xx11) 3179 7101, respectivamente, e o e-mail é hp.drinvest@itau-unibanco.com.br
Auditores Independentes da Companhia	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os exercícios encerrados em 31.12.2012, 31.12.2011 e 31.12.2010.
Agente Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Atendimento aos Acionistas	Itaú Corretora de Valores S.A. - Agência Especializada Acionistas - Rua Boa Vista, 176, 1º Subsolo, Centro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01092-900, Telefone (11) 27974198, Fax (11) 27973150 Email: escrituracaoacoes@itau-unibanco.com.br
Jornais nos quais a Companhia divulga Informações	Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico (São Paulo-SP)
Site na Internet	http://www.itausa.com.br As informações constantes da página na rede mundial de computadores (<i>website</i> na Internet) da Companhia não são partes integrantes deste documento
Data da atualização	13.05.2014 (originalmente apresentado em 29.05.2013, 17.07.2013, 31.01.2014 e 07.05.2014)

ÍNDICE

ITEM 01. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO	3
ITEM 02. AUDITORES	4
ITEM 03. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS	6
ITEM 04. FATORES DE RISCO	11
ITEM 05. RISCOS DE MERCADO	39
ITEM 06. HISTÓRICO DO EMISSOR	47
ITEM 07. ATIVIDADES DO EMISSOR	61
ITEM 08. GRUPO ECONÔMICO	88
ITEM 09. ATIVOS RELEVANTES	90
ITEM 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES	94
ITEM 11. PROJEÇÕES	114
ITEM 12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO	115
ITEM 13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	143
ITEM 14. RECURSOS HUMANOS	154
ITEM 15. CONTROLE	155
ITEM 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	161
ITEM 17. CAPITAL SOCIAL	163
ITEM 18. VALORES MOBILIÁRIOS	165
ITEM 19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA	172
ITEM 20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	175
ITEM 21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	177
ITEM 22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS	179
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/09)	180

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Diretor Presidente
Henri Penchas	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados declaram que:

- reviram o formulário de referência;
- todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da emissora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ITEM 2 - AUDITORES

Itens - 2.1 e 2.2	2012
Possui auditor?	(X) SIM () NÃO
Código CVM do auditor	2879
Tipo do auditor	Nacional
Nome/Razão social do auditor	Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes (PWC)
CPF/CNPJ do auditor	61.562.112/0001-20
Data inicial da contratação do serviço	01.01.2010
Data final da contratação do serviço	
Descrição dos Serviços Contratados	Em 2010: Contrato de prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Em 2011 e 2012: Contrato de prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras e emissão de relatórios exigidos por órgãos reguladores.
Montante total da remuneração dos auditores independentes no último exercício social segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31.12.2012, corresponde ao montante de R\$ 547 mil, que englobam serviços de auditoria.
Justificativa para substituição	Houve substituição em 2010, em decorrência do cumprimento da regra de rotatividade para a substituição do auditor independente.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Em 2010, 2011 e 2012, não houve.
Responsável técnico	
Nome do responsável técnico	Paulo Sergio Miron
CPF do responsável técnico	076.444.278-30
Endereço	
Logradouro	Av. Francisco Matarazzo, 1400
Complemento	9-10º, 13º-17º
Bairro	Água Branca
CEP	05001-100
DDD	11
Telefone	3674-3901
DDD Fax	3674-2030
E-mail	paulo.miron@br.pwc.com

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

- a. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Itaúsa e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente;
- b. Algumas controladas da Itaúsa possuem Comitês de Auditoria que supervisionam as atividades das empresas de auditorias independentes. Estes Comitês reportam-se diretamente ao Conselho de Administração e têm mandato de um ano:
- Itaú Unibanco Holding S.A.: criado em 2004, o Comitê de Auditoria é composto por cinco membros, sendo um deles classificado como especialista financeiro;
 - Duratex S.A.: o Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, foi instituído em novembro de 2009, é composto por cinco membros, sendo um especialista;
 - Itaútec S.A.: possui o Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos, foi constituído em setembro de 2010, composto por quatro membros, sendo um especialista.
- c. A Elekeiroz S.A. não dispõe de um Comitê de Auditoria, porém o Comitê de Governança e Riscos, criado em dezembro de 2010, no âmbito do Conselho de Administração e coordenado por um conselheiro independente, tem a responsabilidade de acompanhar tecnicamente as atividades de auditoria tanto interna quanto externa, bem como supervisionar a observância, pela Diretoria, das recomendações feitas no bojo destes trabalhos. Os auditores independentes são escolhidos pelo Conselho de Administração, ao qual são subordinados administrativamente.

ITEM 3 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1- Informações Financeiras

Em Milhões de R\$ (exceto onde indicado)

Informação Financeira	☐ Companhia	☒ Consolidado	
Descrição/Data	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Patrimônio Líquido	32.709	32.290	29.036
Ativo Total	364.017	312.002	275.492
Rec. Liq / Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	59.363	56.238	47.942
Resultado Bruto	6.633	6.631	7.063
Resultado Líquido	5.040	5.367	5.013
Número de Ações, Ex- Tesouraria (unidades)	4.847.459.747	4.394.973.256	4.362.427.860
Valor Patrimonial de Ação (Reais unidade)	6,75	7,35	6,66
Resultado Líquido por Ação (Reais unidade)	0,94	1,10	1,01

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

A companhia não divulgou medições não contábeis no decorrer do ultimo exercício social.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não há.

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não há.

3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda.

Em 2 de janeiro de 2013, a Duratex S.A assinou o contrato de aquisição da totalidade das quotas de capital social da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda. pelo preço de R\$ 58,1 milhões. Este valor poderá ser ajustado, para mais ou para menos, de acordo com o capital de giro que será calculado a partir dos demonstrativos contábeis de encerramento do exercício de 2012. A condição de pagamento foi escalonada da seguinte forma: 50% em janeiro de 2013, 20% em fevereiro de 2013 (5 dias úteis a partir do fechamento do balanço de encerramento do exercício de 2012) e os 30% finais serão pagos em três parcelas anuais e sucessivas, vencidas em 30 de abril de 2014, 2015 e 2016.

Plano de Previdência Privada – Fundação Itaúsa Industrial

Em 28 de janeiro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido – BD o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano, mediante a reversão às patrocinadoras do montante de R\$ 81 milhões (R\$ 54 milhões líquido dos efeitos tributários), relativo à Reserva Especial constante em seu Patrimônio Social. Esse montante será disponibilizado de acordo com a Resolução CGPC nº 26, em 36 meses a partir de 2013.

Aquisição de Ações e de Quotas da Credicard e da Citifinancial.

Em 14 de maio de 2013, Itaú Unibanco S.A. (companhia controlada pelo Itaú Unibanco Holding S.A.), Banco Citibank S.A. e sua afiliada Corinth HoldCo LLC assinaram contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das ações de emissão do Banco Citicard S.A. e 100% das quotas da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda. pelo valor de R\$ 2.767 milhões. A implementação da aquisição depende da aprovação do Banco Central do Brasil e do CADE.

Reposicionamento estratégico da Itaútec no mercado da TI

Em 15 de Maio de 2013, a Itaúsa comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada Itaútec S.A firmou acordo de parceria estratégica (Operação), envolvendo a alienação de participação de 70% de suas atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços para a Oki Electric Industry Co. Ltd. A Operação, cuja conclusão estima-se que ocorra em dezembro de 2013, está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e ao cumprimento de determinadas condições previstas no referido acordo. O resultado estimado da Operação na Itaúsa é imaterial, considerando o resultado negativo de equivalência patrimonial da Itaútec e a apropriação dos lucros não realizados das operações da Itaútec com outras empresas do conglomerado.

No mesmo comunicado, a Itaúsa informou que a unidade de computação da Itaútec será paulatinamente desativada sem qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento, manutenção e garantia dos equipamentos da marca Itaútec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção.

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

Juntamente com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresenta à assembleia geral ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, sendo que as principais destinações são (i) 5% para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, (ii) distribuição de dividendos aos acionistas (veja itens “b” e “c” abaixo) e (iii) constituição das seguintes reservas estatutárias:

- Reserva para Equalização de Dividendos: tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando a manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Ela é limitada a 40% do valor do capital social e é formada com recursos: (a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, (b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados, (c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados e (d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.
- Reserva para Reforço do Capital de Giro: tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Emissora, sendo limitada a 30% do valor do capital social, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: tem por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo limitada a 30% do valor do capital social, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

a) Regras sobre retenção de lucros

Não houve alterações em nossas regras sobre retenção de lucros nos últimos três exercícios sociais. Nos termos da Lei 6.404/76, e alterações posteriores, os acionistas podem deliberar, em assembleia geral e por proposta da Administração, reter parte do lucro líquido do exercício que estiver em orçamento de capital previamente aprovado. Ademais, o dividendo mínimo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia geral ordinária sendo incompatível com a situação financeira da Emissora.

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve retenção de lucros, tendo sido pago valor de dividendo igual ou superior ao dividendo mínimo obrigatório (veja item 3.5 abaixo).

b) Regras sobre distribuição de dividendos

Não houve alterações em nossas regras sobre distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais. Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

Por deliberação do Conselho de Administração podem ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Além disso, nossa administração pode deliberar a distribuição de lucros adicionais sempre que o entender conveniente para a Emissora e/ou seus acionistas. Tais distribuições não garantem que, no futuro, haverá distribuições de lucros adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

Para maiores detalhes sobre os percentuais de lucros distribuídos nos últimos 3 exercícios, veja o item 3.5 abaixo.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Com relação aos 3 últimos exercícios sociais, o dividendo obrigatório é distribuído trimestralmente ou com intervalos menores no decorrer do próprio exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações contábeis.

O pagamento do dividendo obrigatório é efetuado com base na posição acionária do último dia útil do mês anterior e com pagamento no primeiro dia útil do mês subsequente. Podem, ainda, ser declarados dividendos intermediários, sob qualquer das modalidades facultadas pelo artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da “Reserva para Equalização de Dividendos” será creditada à mesma reserva.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve.

3.5 Em forma de tabela, indicar, para cada um dos 3 últimos exercícios sociais:

	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2010		Em R\$
Lucro líquido ajustado	4.312.271.594,48		4.594.752.117,75		4.196.399.229,37		
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	38,550000		35,190000		34,000000		
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	15,400000		17,600000		17,900000		
Dividendo distribuído total	1.662.193.947,25		1.616.908.573,27		1.426.956.268,57		
Lucro líquido retido	2.650.077.647,23		2.977.843.544,48		2.769.442.960,80		
Data da aprovação da retenção	30/04/2013		26/04/2012		29/04/2011		

	Montante	Pagamento	Montante	Pagamento	Montante	Pagamento
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	174.498.073,31	14/03/2013	112.486.361,36	22/08/2011	102.293.242,93	20/08/2010
Preferencial	278.739.413,06	14/03/2013	180.260.068,00	22/08/2011	163.925.534,62	20/08/2010
Ordinária	153.968.888,21	28/06/2013	201.898.597,29	13/03/2012	124.866.332,83	17/03/2011
Preferencial	245.946.540,92	28/06/2013	322.508.411,80	13/03/2012	200.099.046,41	17/03/2011
Ordinária	199.506.353,32	28/06/2013	32.787.763,84	13/03/2012	67.433.534,44	17/03/2011
Preferencial	318.687.093,63	28/06/2013	52.374.458,18	13/03/2012	108.062.642,91	17/03/2011
Ordinária			180.266.604,73	08/06/2012	159.583.173,66	10/06/2011
Preferencial			287.953.939,11	08/06/2012	255.732.991,81	10/06/2011
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	27.994.343,31	02/07/2012	23.531.143,62	01/07/2011	23.531.143,62	01/07/2010
Preferencial	37.264.627,41	02/07/2012	30.933.411,82	01/07/2011	30.975.084,58	01/07/2010
Ordinária	27.994.343,31	01/10/2012	23.752.776,15	03/10/2011	23.531.143,62	01/10/2010
Preferencial	37.264.627,41	01/10/2012	31.214.379,29	03/10/2011	30.975.084,58	01/10/2010
Ordinária	27.994.343,31	02/01/2013	23.752.776,15	02/01/2012	23.531.143,62	03/01/2011
Preferencial	37.264.627,41	02/01/2013	31.166.779,29	02/01/2012	30.975.084,58	03/01/2011
Ordinária	27.994.343,31	01/04/2013	23.752.776,15	02/04/2012	23.531.143,62	01/04/2011
Preferencial	37.264.627,41	01/04/2013	31.166.779,29	02/04/2012	30.975.084,58	01/04/2011
Dividendo Prioritário Mínimo						
	7.452.925,48	02/07/2012	6.775.386,80	01/07/2011	6.733.714,04	01/07/2010
Preferencial	7.452.925,48	01/10/2012	6.775.386,80	03/10/2011	6.733.714,04	01/10/2010
	7.452.925,48	02/01/2013	6.775.386,80	02/01/2012	6.733.714,04	03/01/2011
	7.452.925,48	01/04/2013	6.775.386,80	02/04/2012	6.733.714,04	01/04/2011

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos três últimos exercícios não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7. Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento do emissor, indicando:

	2.012
Montante total de dívida, de qualquer natureza (R\$)	1.937.000.000
Índice de endividamento	6,5%

3.8- Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício Social 31.12.2012

Em R\$

Tipo de Dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos
Garantia Real	-	-	-	-
Garantia Flutuante	-	-	-	-
Quirografárias	1.937.000.000,00	-	-	-
Total	1.937.000.000,00	-	-	-

Observação:

Nota 1 - Em 31.12.2012, os compromissos assumidos pela Itaúsa eram, basicamente, para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, notas promissórias e debentures (crédito quirografário), obrigações fiscais e outras provisões.

Nota 2 - As informações prestadas neste Item referem-se às demonstrações contábeis individuais.

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**Complemento da Informação do Item 3.5:**

A Itaúsa estabeleceu em 10.11.2008, uma sistemática de distribuição de proventos trimestrais aos seus acionistas que prevê o pagamento nos seguintes períodos: primeiro dia útil dos meses de julho e outubro de cada ano e de janeiro e abril do ano seguinte, a título de antecipação trimestral do dividendo obrigatório do exercício. Além desta antecipação trimestral, por ocasião da aprovação dos balanços semestrais e dos balanços anuais são definidos dividendos/JCP (juros sobre capital próprio) complementares cuja data de pagamento é determinada na Reunião do Conselho de Administração que aprovar esta distribuição.

Complemento da Informação do Item 3.7:

Os dados do montante da dívida foram obtidos do balanço individual da Emissora (Passivo Circulante mais o Não-Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido).

Políticas Contábeis - Novo Pronunciamento

O IFRS 11 determina que as empresas com investimentos em controladas em conjunto não terão mais a opção de contabilização pela consolidação proporcional. Estas empresas deverão utilizar sempre o método de equivalência patrimonial. O IFRS 11 entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Itaúsa não haverá mais a consolidação proporcional das empresas com controle conjunto (Itaú Unibanco e IUPAR); sendo que ambas passarão a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Caso o IFRS 11 tivesse sido adotado no ano de 2012 os principais impactos seriam:

	Consolidado Itaúsa Publicado	Parcela do Itaú Unibanco e IUPAR Considerada no Consolidado Itaúsa Publicado	Consolidado Itaúsa Sem a Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco e IUPAR
Balanco Patrimonial em 31/12/2012			
Ativo	364.017	(324.962)	39.055
Passivo	331.308	(324.928)	6.380
Patrimônio Líquido Consolidado	32.709	(35)	32.674
(-) Participação dos Acionistas Minoritários no Patrimônio Líquido das Empresas Consolidadas	2.682	(35)	2.647
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	30.027	-	30.027
Demonstração do Resultado de 01/01 a 31/12/2012			
Receita de Juros e Rendimentos	35.028	(34.822)	206
Despesas de Juros e Rendimentos	(17.734)	17.678	(56)
Resultado de Empresas não Consolidadas	72	4.535	4.607
Lucro Líquido Consolidado	5.040	(204)	4.836
(-) Participação dos Acionistas Minoritários no Lucro Líquido das Empresas Consolidadas	501	(204)	297
Lucro Líquido dos Acionistas Controladores	4.539	-	4.539

ITEM 4 - FATORES DE RISCO

Os resultados da Itaúsa dependem diretamente das operações, atividades e resultados de suas controladas, em especial das seguintes companhias abertas, Duratex S.A. ("Duratex"), Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz") e Itaútec S.A. ("Itaútec"), que são controladas pela Itaúsa, e Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco"), controlada pela Itaúsa em conjunto com a Itaú Unibanco Participações S.A. - IUPAR. Como a Itaúsa é uma sociedade de participações (holding pura), os riscos que podem influenciar a decisão de investimento em seus valores mobiliários são essencialmente decorrentes dos riscos a que estão expostas suas controladas.

Os investidores e potenciais investidores da Itaúsa devem ler cuidadosamente e integralmente os fatores de risco indicados neste Formulário de Referência. Os negócios, os resultados das operações e a situação financeira das controladas da Itaúsa e, por consequência, os resultados e a situação financeira da Itaúsa, poderão ser afetados de forma adversa se quaisquer dos riscos mencionados neste formulário de referência se materializar e, em tal hipótese, os preços de negociação dos valores mobiliários da Itaúsa poderão cair, ocasionando perda pelo investidor de parte ou de todo seu investimento.

Os riscos descritos neste item não são os únicos enfrentados ou relacionados ao investimento em valores mobiliários da Itaúsa, mas sim aqueles riscos considerados como relevantes pela Itaúsa na data deste Formulário de Referência. É possível que haja riscos adicionais que atualmente a Itaúsa considera irrelevantes ou sobre os quais não tem conhecimento. Caso tais riscos adicionais se materializem, produzirão efeitos semelhantes aos descritos abaixo.

4.1. Descrição dos fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:**a) ao emissor**

A Itaúsa é uma companhia cujos resultados dependem dos resultados das suas controladas.

Os resultados da Itaúsa dependem diretamente das operações, atividades e resultados de suas controladas. As principais controladas da Itaúsa são Duratex, Elekeiroz, Itaútec e Itaú Unibanco, sendo todas estas companhias abertas e com riscos específicos de seus negócios.

A capacidade de a Itaúsa cumprir com suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, depende da distribuição dos lucros de suas controladas. Não há garantia de que haverá distribuição de lucros à Itaúsa ou que os lucros distribuídos serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Itaúsa e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas.

Dificuldades na implementação dos planos estratégicos de expansão das empresas controladas pela Itaúsa podem afetar os resultados dessas empresas e, por consequência, da Itaúsa.

A Itaúsa, diretamente ou por meio de suas controladas, está exposta aos efeitos das turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais e na economia dos países em que tem negócios, especialmente o Brasil.

A partir do final de 2007, grandes instituições financeiras, inclusive alguns dos maiores bancos comerciais, bancos de investimentos e seguradoras globais passaram por dificuldades significativas, especialmente em decorrência da falta de liquidez e depreciação dos ativos financeiros. Mais recentemente, problemas fiscais na Europa, tais como os altos níveis de endividamento, redução no crescimento e risco de inadimplência soberana, principalmente da Grécia, Espanha, Itália, Irlanda e Portugal, aumentaram a volatilidade dos mercados financeiros globais, que já eram relativamente frágeis. Simultaneamente, os EUA vêm enfrentando dificuldades fiscais que levaram ao rebaixamento da classificação dos seus títulos soberanos de longo prazo pela Standard & Poor's, em 6 de agosto de 2011. Estas dificuldades reduziram a capacidade de relevantes instituições financeiras globais participarem mais intensamente de atividades de empréstimo, causando prejuízos. Além disso, o rebaixamento da classificação dos títulos de crédito e dívida dos EUA e as dúvidas sobre a solvência de certas instituições financeiras e do setor de serviços financeiros em geral causaram problemas de liquidez no mercado como um todo e poderiam levar a perdas, inadimplências ou falências de outras instituições.

O Itaú Unibanco, controlada em conjunto da Itaúsa, por meio de suas controladas, concede crédito principalmente para tomadores brasileiros, e os efeitos econômicos acima citados podem prejudicar significativamente os clientes de suas controladas e aumentar as operações de crédito em atraso ou inadimplidas,

resultando, dessa forma, em um aumento do risco associado à atividade de crédito do Itaú Unibanco, e obrigando as sociedades controladas a fazer revisões correspondentes em seus modelos de gestão de risco e de reserva para não pagamentos de empréstimos. Por exemplo, em 2009, o Itaú Unibanco, por meio de suas controladas, teve um aumento do índice de inadimplência em empréstimos com atraso acima de 90 dias, que passou de 3,6% do total de empréstimos, em 31 de dezembro de 2008, para 5,6%, em 31 de dezembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2012, o índice de inadimplência do Itaú Unibanco, por meio de suas controladas, em empréstimos com atraso superior a 90 dias representava 4,8% do total de sua carteira de crédito.

A crise financeira global teve consequências significativas para o Brasil e para outros países em que as controladas da Itaúsa operam, incluindo volatilidade no valor das ações, em juros e no mercado de crédito, uma desaceleração econômica geral, e taxas de câmbio voláteis que podem, direta ou indiretamente, afetar de forma material e adversa o preço de mercado de títulos brasileiros e terem um efeito adverso relevante nos negócios, nos resultados operacionais e na situação financeira das controladas da Itaúsa e, por consequência, nos resultados e na situação financeira da Itaúsa. Além disso, falhas institucionais e as turbulências do mercado financeiro no Brasil e em outros países em que as controladas da Itaúsa operam, poderiam restringir o acesso da Itaúsa e de tais sociedades ao mercado de capitais.

A continuidade ou a piora da turbulência ou da volatilidade nos mercados financeiros globais, tais como o desaquecimento da economia, o aumento na taxa de desemprego, a redução no poder aquisitivo dos consumidores e a falta de disponibilidade de crédito, poderiam levar a outros efeitos adversos no ambiente econômico e financeiro do Brasil e nos outros países em que as controladas da Itaúsa atuam e, por consequência, causar um efeito adverso sobre os resultados da Itaúsa.

Uma falha ou defeito dos sistemas operacionais e de segurança das controladas da Itaúsa poderiam ocasionar a interrupção temporária em seus negócios, aumentando seus custos e causando prejuízos.

Embora as empresas controladas pela Itaúsa tenham controles de segurança da informação de alto desempenho, investimentos contínuos em infraestrutura e gerenciamento de crises e operações, seus sistemas de negócios, financeiro, contábil, de processamento de dados ou outros sistemas e instalações operacionais podem parar de funcionar adequadamente por um tempo limitado ou ficar temporariamente indisponíveis ou fora de serviço devido a uma série de fatores, inclusive eventos que estão inteira ou parcialmente fora de seu controle, dentre os quais: falta de energia e interrupção dos serviços de telecomunicações; quebras, falhas nos sistemas ou outros eventos que afetem terceiros com os quais as empresas controladas pela Itaúsa fazem negócios ou que facilitam suas atividades de negócios, inclusive bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços; eventos causados por problemas locais ou de maior abrangência de natureza política ou social e ataques cibernéticos.

Interrupções e falhas temporárias da infraestrutura física ou de sistemas operacionais que fornecem suporte aos negócios das controladas pela Itaúsa e os clientes de tais controladas, ataques cibernéticos, ou divulgações não autorizadas de informações pessoais em seu poder, poderiam causar desgastes com o cliente, processos judiciais, multas regulatórias, sanções ou intervenção, reembolso ou outros custos de indenização e, por consequência, causar um efeito adverso sobre os resultados da Itaúsa.

A integração dos negócios adquiridos ou incorporados envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso relevante sobre a Itaúsa.

A Itaúsa e as sociedades por ela controladas envolveram-se em uma série de fusões e aquisições no passado e pode fazer novas aquisições no futuro como parte de sua estratégia de crescimento e competitividade nos setores em que atuam.

Qualquer aquisição e fusão de sociedades ou de ativos, bem como a integração de tais sociedades ou ativos, envolvem certos riscos, dentre os quais destacamos os relacionados a:

- Dificuldades nos processos de integração de novas redes, sistemas de informação, de pessoal, financeiros e de contabilidade, de riscos e outros sistemas de gestão, planejamento financeiro e elaboração de relatórios, produtos e bases de clientes, gerando custos inesperados e despesas operacionais, além de gerar demandas adicionais à administração das controladas da Itaúsa;
- Materialização de passivos ou contingências inesperados relacionados com as instituições ou os ativos adquiridos;
- Autoridades reguladoras e de defesa da concorrência podem impor restrições ou limitações aos termos da aquisição ou fusão, solicitar a alienação de certos ativos ou negócios ou recusar a aprovação;

- As sinergias operacionais e financeiras esperadas e outros benefícios provenientes de tais fusões e aquisições podem não ser totalmente alcançados.

Na hipótese de a Itaúsa ou suas controladas não conseguirem aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, a redução de custos e outros benefícios previstos a partir de fusões e aquisições, ou incorrer em maiores custos de integração do que o estimado, os resultados das operações e a situação financeira das controladas da Itaúsa e da própria Itaúsa podem ser afetados adversamente de forma relevante.

O valor dos investimentos da Itaúsa e de suas controladas em valores mobiliários e derivativos está sujeito a flutuações de mercado devido a mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais e podem causar prejuízos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2012, os títulos negociáveis da controlada em conjunto Itaú Unibanco representavam R\$ 263.661 milhões, ou 26,0% de seus ativos, e os instrumentos financeiros derivativos, que são usados para proteção contra riscos, representavam R\$ 12.513 milhões ou 1,2% de seus ativos, e os ganhos e perdas de investimentos realizados e não realizados tiveram e continuarão a ter impacto relevante nos resultados do Itaú Unibanco Holding e, por consequência, nos resultados da Itaúsa. Esses ganhos e perdas, registrados quando os investimentos em valores mobiliários são vendidos ou ajustados a valor de mercado (no caso de títulos negociáveis), ou quando os instrumentos financeiros derivativos são ajustados a valor de mercado, podem flutuar consideravelmente, de um período para o outro, e são afetados pelas condições econômicas nacionais e internacionais. Além disso, as controladas da Itaúsa realizam operações de derivativos, relacionados a ativos diversos. Se, por exemplo, o Itaú Unibanco realizar operações com derivativos para se proteger contra diminuição no valor do *real* e nas taxas de juros e o valor do *real* aumentar ou as taxas de juros aumentarem, o Itaú Unibanco pode incorrer em perdas financeiras. Não há condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados ou não realizados para qualquer período futuro, e as variações de um período para o outro não possuem valor analítico prático que nos ajude a fazer tal estimativa. Tais perdas poderiam afetar adversa e materialmente os resultados operacionais e a situação financeira do Itaú Unibanco e, por consequência, causar um efeito adverso sobre os resultados da Itaúsa. Ganhos e perdas na carteira de investimentos das controladas da Itaúsa podem não continuar a contribuir para a receita líquida em níveis consistentes com os períodos mais recentes, ou não contribuir de forma alguma e tais sociedades podem não realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes em seu portfólio de investimentos consolidado ou em qualquer dos ativos desse portfólio.

Exposição à dívida do governo federal brasileiro pode vir a afetar adversamente a Itaúsa e suas empresas controladas.

Como muitas outras sociedades brasileiras, a Itaúsa e suas sociedades controladas investem em títulos de dívida do governo brasileiro. Por exemplo, em 31 de dezembro de 2012, aproximadamente 13,09% de todos os ativos e 48,09% da carteira de valores mobiliários da controlada em conjunto Itaú Unibanco eram compostos por esses títulos. Qualquer falha por parte do governo brasileiro de efetuar pagamentos pontuais nos termos desses títulos, ou redução significativa no valor de mercado desses títulos, poderá um efeito adverso relevante para a Itaúsa e por suas sociedades controladas.

Se as expectativas na precificação das controladas da Itaúsa que atuam no ramo securitário e previdenciário estiverem incorretas ou suas reservas para pagamento de benefícios e sinistros futuros e reclamações de segurados forem inadequadas, a rentabilidade dos produtos securitários e previdenciários de tais controladas e, por consequência, os resultados e condições financeiras da Itaúsa, podem ser adversamente afetados de modo relevante.

As controladas da Itaúsa que atuam no ramo securitário e previdenciário definem os preços e estabelecem cálculos para vários de seus produtos securitários e de previdência com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação dos seus produtos securitários e de previdência e a formação de suas reservas para pagar os sinistros e reclamações são especificamente baseadas em modelos que incluem várias premissas e projeções que são inerentemente incertas e que envolvem uma série de juízos de valor, inclusive quanto ao nível e/ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, benefícios, reclamações, despesas, juros, resultados de investimentos, taxas de juros, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Embora os preços produtos securitários e de previdência e a adequação das reservas sejam revisados anualmente, não é possível determinar com precisão os montantes que as seguradoras e as entidades de previdência terão que pagar, ou o momento de pagamento dos atuais benefícios, sinistros e despesas, ou se os ativos que suportam suas responsabilidades, somados a prêmios futuros e contribuições, serão suficientes para o pagamento dos benefícios e sinistros. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação poderia

ter um efeito adverso na rentabilidade dos produtos de seguros e de previdência das controladas e da Itaúsa e, por consequência, causar um efeito adverso sobre os resultados da Itaúsa.

Adicionalmente, se for constatado que as reservas e os prêmios futuros são insuficientes para cobrir futuros sinistros de apólices e reclamações, as seguradoras e entidades de previdência teriam que elevar suas reservas e registrar tais efeitos em suas demonstrações contábeis no período em que a determinação de aumento de reservas é feito, o que pode afetar adversamente e de modo relevante os resultados operacionais e a situação financeira das empresas controladas pela Itaúsa e, por consequência, os resultados e a situação financeira da Itaúsa.

As políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional das controladas da Itaúsa podem não ser totalmente eficazes para atenuar a exposição da Itaúsa a riscos não identificados ou imprevistos e as perdas podem ultrapassar a provisão para créditos de liquidação duvidosa das controladas pela Itaúsa.

Os métodos, procedimentos e políticas de gerenciamento de riscos de mercado, crédito e operacional das controladas da Itaúsa, inclusive as suas ferramentas de modelos estatísticos, tais como o *value at risk* (VAR), o teste de estresse e as análises de sensibilidade, podem não ser totalmente eficazes na mitigação ao risco das controladas da Itaúsa em todos os ambientes do mercado econômico ou contra todos os tipos de riscos, inclusive os riscos que a Itaúsa ou suas controladas não conseguem identificar ou prever. Alguns dos instrumentos e medições quantitativos para o gerenciamento de risco são baseados em observações do comportamento histórico do mercado. Além disso, devido a limitações na disponibilidade de informações no Brasil, para avaliar a capacidade de obter crédito de um cliente, as controladas da Itaúsa confiam, principalmente, nas informações disponíveis em seus próprios bancos de dados, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e outras fontes. As controladas da Itaúsa aplicam ferramentas estatísticas, entre outras, a estas observações para quantificar seu risco de exposição. Estas ferramentas e medições quantitativas podem não prever todo tipo de exposições de risco futuro. Estas exposições ao risco poderiam, por exemplo, ser decorrentes de fatores que as controladas da Itaúsa não previram ou avaliaram corretamente em seus modelos estatísticos. Isto limitaria a capacidade dessas sociedades de administrar seus riscos. As perdas das controladas da Itaúsa, portanto, poderiam ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, a modelagem quantitativa utilizada por essas sociedades não leva em consideração todos os riscos. A abordagem qualitativa para a gestão destes riscos pode se revelar insuficiente, expondo a Itaúsa a perdas inesperadas relevantes. Se os clientes existentes ou potenciais acreditarem que a gestão de risco da Itaúsa ou de suas controladas é inadequada, podem realizar seus negócios em outra instituição. Isto poderia prejudicar a reputação da Itaúsa e de suas controladas, bem como as suas receitas e lucros.

Os resultados operacionais e a posição financeira das sociedades controladas e da Itaúsa dependem da capacidade de referidas sociedades de avaliar as perdas associadas aos riscos aos quais estão expostas e de incluir esses riscos nas políticas de preços que adotam. As controladas do Itaú Unibanco estimam sua provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com os princípios de IFRS. O cálculo envolve, ainda, julgamento significativo por parte dos administradores das sociedades controladas e pelo Itaú Unibanco. Esse julgamento pode se provar incorreto ou ser modificado no futuro, dependendo das informações que forem disponibilizadas. Esses fatores podem afetar negativamente seu lucro operacional, a posição financeira e o resultado das operações das controladas do Itaú Unibanco e, por consequência, afetar a posição financeira da Itaúsa.

Além disso, os negócios das controladas da Itaúsa, dependem da capacidade de processar um grande número de transações de forma segura, eficiente e precisa. Perdas podem resultar de pessoas despreparadas, sistemas e procedimentos de controles internos inadequados ou falhos, falhas de sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações normais do negócio podem resultar em prejuízos. A Itaúsa também enfrenta o risco de que a estrutura dos controles e procedimentos de suas controladas para mitigação de risco operacional se revele inadequada ou que seja contornada.

Acidentes relacionados às instalações físicas de controladas da Itaúsa podem ter efeito substancialmente adverso sobre os resultados dessas controladas, com reflexos, em menor grau, nos resultados da Itaúsa.

As controladas Duratex, Elekeiroz e Itautech estão expostas a riscos relacionados às suas instalações físicas. Essas instalações físicas estão expostas a riscos diversos, tais como acidentes, incêndios e enchentes, que podem comprometer o resultado e o andamento da produção.

A Duratex possui diretamente ou através de operações de arrendamento rural terras, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, em extensão total aproximada de 230 mil hectares, em que mantém atividade de reflorestamento com eucalipto, predominantemente. A ocorrência de incêndios, pragas exóticas ou estresse hídrico pode alterar de forma adversa o nível de produtividade florestal, por área plantada, o que pode afetar adversamente os resultados da Duratex.

A unidade industrial da Itautec, localizada na cidade de Jundiaí, em São Paulo, é responsável pela fabricação dos produtos de microinformática e automações, os quais são responsáveis por parcela significativa das receitas da Itautec. Apesar de ser integralmente coberta através de apólices de seguros contratadas junto a empresas de reconhecida atuação no mercado brasileiro, a perda ou interrupção temporária da produção poderá afetar adversamente o desempenho operacional, as margens e os resultados da Itautec.

Além disso, por atuar na indústria de produtos químicos, apesar das medidas de prevenção adotadas pelas empresas signatárias do Programa de Atuação Responsável, a Elekeiroz está exposta a eventuais acidentes e prejuízos decorrentes de vazamentos de insumos, produtos, utilidades, explosões, incêndios e mesmo a catástrofes naturais.

Os riscos acima descritos, se concretizados, podem afetar adversamente os resultados operacionais e a situação financeira de nossas controladas, com reflexos, em menor grau, nos resultados e na situação financeira da Itaúsa.

Atuação no segmento de Tecnologia da Informação da controlada da Itaúsa pode ter efeito substancialmente adverso sobre os resultados dessa controlada, com reflexos, em menor grau, nos resultados da Itaúsa.

A Controlada Itautec atua no segmento de Tecnologia da Informação no Brasil e com subsidiárias próprias em países das Américas e da Europa. Em todos os países que opera, a Itautec é dependente de fatores que influenciam as operações e que poderão gerar dificuldades na implementação da sua estratégia de negócios, como mudanças nas políticas econômicas que afetem a oferta de crédito e o poder aquisitivo da população, caso não consiga proteger suas propriedades intelectuais, como marcas e patentes, não ser capaz de acompanhar as mudanças tecnológicas, não conseguir reter mão de obra qualificada, variações cambiais que tornem a operação inviável, não identificar oportunidades de novos negócios. Na ocorrência de uma ou mais dessas dificuldades, poderão ser afetadas adversamente as operações, resultados e a liquidez da Companhia.

Além disso, este setor caracteriza-se pelo acelerado desenvolvimento de novas tecnologias, o que torna mais curto o ciclo de vida dos produtos e gera rápida obsolescência dos componentes. A Companhia mantém um processo de gestão de estoques e estabelece parcerias estratégicas de longo prazo com fornecedores globais, que possuem capacidade de abastecimento em diferentes cenários, que contribui para assegurar a disponibilização de insumos adequados às demandas de produção.

Adicionalmente, em função da parceria estratégica nas atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços firmada com a Oki Electric Industry Co. Ltd., conforme divulgado pela Itautec por meio de Fato Relevante de 15 de maio de 2013 e por meio de Comunicado ao Mercado, pela Itaúsa, na mesma data, o fechamento da transação depende do cumprimento de várias condições previstas em contrato, algumas delas externas à Companhia. Dessa forma, no caso de ocorrência de algum evento que impeça o fechamento da transação, os negócios de Automações e Serviços Tecnológicos poderão ser adversamente impactados, levando a Itautec a reavaliar seu planejamento estratégico.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador tem o poder de direcionar os negócios da Itaúsa.

Em 31 de março de 2013, o acionista controlador da Itaúsa, família Egydio de Souza Aranha, detinha, de maneira direta, 61,12% do capital votante e 34,60% do capital total da Itaúsa. Dessa forma, a família Egydio de Souza Aranha tem o poder de exercer o controle da Itaúsa, inclusive o de eleger seus conselheiros e diretores e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias e os pagamentos de dividendos.

Além disso, os interesses da família Egydio de Souza Aranha podem ser diferentes dos interesses dos investidores da Itaúsa.

c) A seus acionistas

A relativa volatilidade e ausência de liquidez dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários podem limitar, de forma significativa, a capacidade de nossos investidores venderem as ações de emissão da Itaúsa ao preço e na época em que desejarem.

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve, com frequência, um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos Estados Unidos da América (EUA) ou em outros países, sendo que esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados nos EUA ou em outros países. Existe também uma maior concentração no mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários em comparação aos principais mercados de títulos e valores mobiliários, como os EUA ou outros países. As dez maiores empresas em termos de capitalização de mercado representaram 52,4% da capitalização de mercado total da BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ou BM&FBOVESPA), em 31 de dezembro de 2012. Desse modo, a capacidade de o investidor vender ações de emissão da Itaúsa ao preço e no tempo desejado pode ser substancialmente limitada.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso estatuto social, devemos distribuir aos nossos acionistas, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que pode ser substancialmente diferente de nosso lucro líquido calculado de acordo com outros critérios contábeis. Nossas ações preferenciais conferem a seus titulares prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo e ajustado em casos de desdobramento ou grupamento. Para mais informações (veja o Item 18.1). O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro líquido disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas não é obrigatório em exercícios em que o Conselho de Administração da Itaúsa determine que a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira naquele momento.

É possível que a Itaúsa precise aumentar o seu capital social no futuro, o que poderá diluir a participação acionária.

É possível que a Itaúsa precise obter recursos adicionais no futuro para executar sua estratégia de crescimento. Nesse sentido, a Itaúsa pode precisar aumentar seu capital social por meio de uma ou mais ofertas subsequentes de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. A oferta de quantidade significativa de ações da Itaúsa, que pode não prever o direito de preferência aos então acionistas da Itaúsa, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações da Itaúsa e diluir a participação dos acionistas no capital social da Itaúsa.

d) A suas controladas e coligadas

Como a Itaúsa é uma sociedade de participações (holding pura), os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em seus valores mobiliários são essencialmente decorrentes dos riscos a que estão expostas suas controladas. Desse modo, os fatores de risco relacionados às controladas da Itaúsa, que a Itaúsa considera que podem influenciar a decisão de investimento nos valores mobiliários da Itaúsa, estão descritos nas alíneas (a) a (c) e (e) a (i) deste item 4.1.

e) A seus fornecedores

A Itaúsa, por ser sociedade de participações (holding), não está exposta diretamente a riscos relacionados com fornecedores que possam influenciar a decisão de investimento em seus valores mobiliários. No entanto, a produção das controladas da Itaúsa que atuam na área industrial pode ser afetada por problemas no fornecimento dos insumos pelos seus fornecedores, que pode influenciar no resultado das empresas. e, por consequência em menor grau, pode causar um efeito adverso sobre os resultados da Itaúsa.

Parte das controladas da Itaúsa depende de insumos específicos ofertados por número limitado de fornecedores, o que as expõem e, em menor grau, expõe a Itaúsa, a riscos de aumento de preços ou escassez de matéria prima.

Os principais insumos de produção da Duratex são as resinas e papéis, na Divisão madeira, e metais não ferrosos, na divisão Deca.

O mercado fornecedor de resinas, para o processo de fabricação de painéis, é caracterizado por poucos fornecedores com alto grau de especialização e dependência do preço internacional de commodities. Esta situação pode acarretar períodos de maior dificuldade financeira para o fornecedor podendo colocar em risco o fornecimento do insumo. Este risco foi minimizado com a entrada em operação (verticalização) de uma unidade produtora de resina própria, em 2010. A principal matéria prima para fabricação destas resinas é a ureia, e a principal aplicação deste insumo está na agricultura (fertilizante) e não na indústria de resinas, o que enfraquece o poder de compra da Duratex e dos atuais fornecedores de resinas.

O fornecimento de papéis é feito por Companhias nacionais com elevado nível de ocupação industrial, e preço de insumo atrelado ao preço da celulose internacional e também do dióxido de titânio, insumo imprescindível usado no processo de branqueamento da celulose, cuja produção está concentrada em um grande fabricante mundial, a Dupont.

As matérias-primas não ferrosas possuem mercado organizado e tem seus preços atrelados às commodities negociadas na LME (London Metal Exchange) e dólar. O principal insumo é o cobre (Cu) na forma de barras, tubos e fitas de latão, onde a participação do cobre na composição destes é de respectivamente 61%, 63% e 70%, além da própria sucata de cobre e bronze. Atualmente a Companhia não possui qualquer mecanismo de defesa, hedge, contra a oscilação dos preços destes insumos estando, portanto, sujeita a tais variações.

O site em Camaçari, da Elekeiroz, está ligado por dutos à central petroquímica local (Braskem) e aos fornecedores de gases industriais e gás natural. A Empresa tem contratos que garantem o fornecimento de matérias-primas e utilidades, mas eventuais falhas nas unidades dos fornecedores ou interrupções por qualquer outro motivo podem resultar na falta desses insumos e comprometer a produção.

O mercado mundial de unidades de processamento de dados “processadores”, utilizados pela Itaútec na fabricação de seus produtos, é representado por dois grandes fabricantes, sendo que um desses fabricantes detém parcela substancial do mercado. Na ausência de fornecimento por esse fabricante, o mercado mundial será afetado, o que poderá obrigar a Itaútec a reduzir ou até mesmo paralisar sua produção, com efeitos negativos sobre seus resultados operacionais e, em menor grau, nos resultados da Itaúsa. Além disso, no segmento de sistemas operacionais, um grande fabricante detém parcela substancial do mercado com a comercialização de licenças de uso, sendo que eventuais restrições no fornecimento de tais licenças à Itaútec poderá acarretar dificuldades competitivas para a Itaútec, se as alternativas disponíveis não forem julgadas satisfatórias pela totalidade do mercado.

Eventos ambientais extraordinários relacionados a mudanças climáticas que possam causar a paralisação das operações industriais da Itaútec e/ou de seus fornecedores representam um risco para o desenvolvimento dos negócios. Nesse sentido, a Itaútec atua permanentemente no desenvolvimento e expansão de sua cadeia de fornecimento, através da análise de projetos que estejam alinhados às atividades desenvolvidas pela Companhia, e mantém extenso relacionamento com empresas que atuam no segmento de terceirização de produção, às quais poderá direcionar a manufatura e reduzir ou eliminar eventuais atrasos no atendimento aos clientes.

f) A seus clientes

A Itaúsa, por ser sociedade de participações, não está exposta diretamente a riscos relacionados com seus clientes, que possam influenciar a decisão de investimento nos valores mobiliários da Itaúsa. No entanto, controladas da Itaúsa atuam em diversos setores e estão expostas a riscos relacionados a seus respectivos clientes.

Alterações no perfil dos negócios do Itaú Unibanco podem afetar negativamente sua carteira de crédito e, por consequência, os resultados da Itaúsa.

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de crédito e financiamento consolidada da controlada em conjunto Itaú Unibanco era de R\$ 366.285 milhões, comparados a R\$ 345.483 milhões, em 31 de dezembro de 2011. A provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 27.745 milhões, representando 7,6% da carteira de crédito total, em 31 de dezembro de 2012, em comparação a R\$ 25.772 milhões, representando 7,5% da carteira de crédito total, em 31 de dezembro de 2011. A qualidade da carteira de crédito consolidada do Itaú Unibanco está sujeita a

alterações no perfil de seus negócios, as quais resultam de crescimento orgânico ou de aquisições realizadas e depende da situação econômica nacional e, em menor grau, da internacional. Por exemplo, no decorrer de 2012, os bancos brasileiros enfrentaram um aumento nas operações de crédito, de curso anormal nos negócios relacionados a crédito ao consumidor, principalmente no setor de automóveis. Alterações negativas que afetem qualquer um dos setores aos quais o Itaú Unibanco tem exposição de crédito significativa, eventos políticos, dentro e fora do Brasil, ou variabilidade na atividade econômica podem ter um impacto material negativo em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais e, por consequência, nos resultados da Itaúsa. Adicionalmente, a experiência histórica de perdas de crédito pode não ser indicativa das futuras perdas de crédito.

A estratégia do Itaú Unibanco inclui esforços para expandir significativamente a sua carteira de crédito, bem como aumentar o número de clientes, principalmente pessoas físicas e as pequenas e médias empresas do mercado em que atua. Determinados produtos financeiros oferecidos a pessoas físicas e outros clientes geralmente se caracterizam por margens mais elevadas, bem como por maiores riscos de inadimplência. Eventual aumento da carteira de crédito do Itaú Unibanco, bem como um direcionamento para produtos de maiores margens e maiores riscos, podem resultar em taxas de inadimplência maiores, o que poderia ter um efeito adverso relevante sobre sua situação financeira e resultados de suas operações e, por consequência, nos resultados da Itaúsa.

A Itaúsa e suas controladas podem incorrer em perdas associadas com riscos de exposição de contrapartes.

A Itaúsa e suas controladas estão sujeitas à possibilidade de que uma contraparte não honre suas obrigações contratuais. Estas contrapartes podem não cumprir com suas obrigações devido à falência, à falta de liquidez, falha operacional ou por outros motivos. Esse risco pode surgir, por exemplo, quando as controladas da Itaúsa contratam seguro ou resseguro, concedem linhas de crédito ou celebram outros contratos de crédito nos quais as contrapartes têm a obrigação de fazer pagamentos, tais como contratos de compra e venda ou prestação de serviços firmados pelas controladas da Itaúsa. Esse risco também pode surgir, por exemplo, quando as sociedades controladas da Itaúsa executam operações no mercado de câmbio ou de outros ativos que não venham a ser liquidadas no momento requerido devido a não entrega pela contraparte ou à falha de sistemas de compensação pelos agentes de câmbio, de câmaras de compensação ou de outros intermediários financeiros. Além disso, as controladas da Itaúsa rotineiramente transacionam com contrapartes na indústria de serviços financeiros, incluindo corretores e distribuidores, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de hedge, entre outros clientes institucionais e podem incorrer em prejuízos caso uma contraparte deixe de honrar suas obrigações contratuais.

Algumas de nossas principais controladas apresentam alto índice de concentração de vendas, o que as expõem a risco de redução súbita de demanda.

A Duratex possui aproximadamente 30 mil clientes ativos, sendo que os vinte maiores clientes responderam por aproximadamente 25% de suas vendas. A perda de qualquer grande cliente, a redução no volume de suas compras ou a deterioração em sua capacidade financeira pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais e financeiros da Duratex, com reflexos, em menor grau, nos resultados da Itaúsa.

As vendas da Elekeiroz apresentam baixa concentração, não havendo clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita e sua política de crédito é conservadora, garantindo baixo índice de inadimplência.

Adicionalmente, parcela substancial da receita da Itaútec é representada por vendas e prestação de serviços realizados para a empresa controlada em conjunto Itaú Unibanco, sendo que, em 2012, essa parcela representou 32% da receita líquida de vendas e serviços consolidada da Itaútec. Para minimizar possíveis impactos, mantém uma carteira de recebíveis diversificada e seleciona criteriosamente seus clientes, além de acompanhar todos os prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue

A Itaúsa é sociedade de participações (holding) e, como tal, não atua diretamente em um setor da economia. No entanto, as principais controladas da Itaúsa atuam em diversos setores, como: financeiro, imobiliário, indústria de painéis de madeira, louças e metais sanitários, química, e eletrônica.

O governo brasileiro exerceu, e continua a exercer, influência sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente os

negócios, a situação financeira e os resultados da Itaúsa e de suas controladas e, como consequência, o preço de mercado das ações da Itaúsa.

O governo brasileiro intervém periodicamente na economia brasileira e realiza mudanças em suas políticas e regulamentações. As medidas tomadas pelo governo brasileiro já envolveram, no passado, entre outras, alterações nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, controles de limite de capital e restrições a determinadas importações e, antes da implantação do atual regime de câmbio flutuante, desvalorizações da moeda. Os negócios, situação financeira e os resultados da controlada em conjunto Itaú Unibanco e, por consequência da Itaúsa, poderão ser material e negativamente afetados por mudanças na política ou nas regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, tais como:

- Taxas de juros;
- Exigências de reservas;
- Exigências de capital;
- Liquidez dos mercados de capitais, financeiro e de crédito;
- Crescimento de economia, inflação e volatilidade cambial;
- Políticas fiscais e regulatórias;
- Restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles cambiais;
- Aumentos nas taxas de desemprego, reduções nos salários e níveis de renda e outros fatores que influenciam a capacidade de nossos clientes de cumprir suas obrigações conosco; e
- Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior que afetem o Brasil.

Como controladora indireta de banco no Brasil, parte significativa das receitas, despesas, ativos e passivos da Itaúsa está indiretamente atrelada às taxas de juros. Portanto, os resultados das operações e situação financeira do Itaú Unibanco e, conseqüentemente, da Itaúsa, são significativamente afetados pela inflação, flutuações nas taxas de juros e de políticas monetárias governamentais relacionadas, que podem ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira, sobre o Itaú Unibanco Holding, incluindo sua carteira de crédito, seu custo de captação e sua receita de operações de crédito e, por consequência, um efeito relevante sobre os resultados da Itaúsa.

Adicionalmente, mudanças no governo brasileiro podem resultar em mudanças nas políticas governamentais, as quais podem afetar a Itaúsa e suas sociedades controladas. A incerteza sobre a implantação de mudanças nas políticas ou regulamentações pelo governo brasileiro, no futuro, pode contribuir para aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e em títulos de emissores brasileiros, que, por sua vez, podem ter efeito relevante adverso sobre a Itaúsa e, conseqüentemente, sobre o valor de mercado de suas ações.

Além disso, os negócios da Duratex dependem do ritmo da construção civil no país. A disponibilidade de crédito imobiliário e prazos de financiamento adequados são condições básicas. Recentemente verificou-se uma série de medidas de incentivo governamental para elevação do ritmo de construção. A mudança de cenário através do aumento da inflação pode vir a desestimular o crédito imobiliário e/ou encurtar os prazos de financiamento causando desaceleração no ritmo da atividade. A retirada de medidas de incentivos governamental também pode prejudicar o setor.

A inflação e a oscilações nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados das controladas da Itaúsa e, por consequência, na situação financeira e resultados da Itaúsa.

A inflação e as oscilações nas taxas de juros geraram, no passado, efeitos adversos na economia brasileira. Embora o governo brasileiro tenha conseguido manter a inflação em níveis próximos à meta, desde a introdução de metas de inflação em 1999, não se pode assegurar que tais níveis continuem sendo mantidos. A inflação, em especial seus aumentos repentinos, normalmente causa perda de poder aquisitivo. Além disso, períodos prolongados de alta inflação provocam distorções na alocação de recursos. De 2006 a 2012, a média anual de inflação foi 5,2%. A inflação esperada para 2013, conforme o Banco Central é de 5,48%.

As medidas para combater as taxas de inflação historicamente elevadas incluem uma política monetária rígida, com altas taxas de juros, resultando em restrições de crédito e liquidez de curto prazo. Entre 2006 e 2012, a taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central, que é a taxa de juros adotada como referência para remunerar os detentores de títulos e valores mobiliários emitidos pelo governo brasileiro e negociados através do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou taxa SELIC, variou entre 17,65% ao ano e 7,14% ao ano. Expectativas de mercado sobre possíveis ações futuras do governo na economia, ou sua intervenção no mercado de câmbio e os efeitos do desaquecimento dos mercados financeiros globais geraram e podem continuar a gerar oscilações nas taxas de juros. Adicionalmente, se o Brasil registrar oscilações nas taxas de inflação no futuro, os custos e margens

líquidas das controladas da Itaúsa podem ser afetadas adversamente, e as medidas governamentais para combater a inflação podem incluir uma política monetária restritiva com taxas de juros elevadas, que podem prejudicar os negócios das controladas da Itaúsa. Aumentos na taxa SELIC podem afetar adversamente a Itaúsa ou suas controladas de forma material e adversa, reduzindo a demanda por crédito, reduzindo a demanda pelos produtos e serviços ofertados pelas controladas da Itaúsa, aumentando os custos de suas reservas e aumentando o risco de inadimplência de clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC também podem afetar a Itaúsa de forma material e adversa, reduzindo ganhos advindos de ativos remunerados por juros, assim como as margens das controladas da Itaúsa.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios, a situação financeira e os resultados das controladas da Itaúsa e, por consequência, a situação financeira e os resultados da Itaúsa.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar dos EUA e a outras moedas estrangeiras. No passado, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou uma série de regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas e minidesvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante e taxa dupla de câmbio vinculadas a controles de câmbio. Desde 1999, o Brasil adota o sistema de câmbio flutuante, por meio do qual o Banco Central faz intervenções na compra ou venda de moedas estrangeiras. De tempos em tempos, a taxa de câmbio entre o real e o dólar dos EUA e outras moedas varia de forma significativa. Por exemplo, o real desvalorizou-se em 15,7%, 34,3%, 24,2% e 11,2% em relação ao dólar dos EUA em 2001, 2002, 2008 e 2011, respectivamente, e valorizou-se em 22,3%, 8,8%, 13,4%, 9,5%, 20,7%, 34,2% e 4,5% em relação ao dólar dos EUA em 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2010, respectivamente. Em 2012, o real desvalorizou-se em 8,2% em relação ao dólar dos EUA, de uma taxa de câmbio de R\$ 1,88 por US\$ 1,00, em 31 de dezembro de 2011, para uma taxa de câmbio de R\$ 2,04 por US\$ 1,00, em 31 de dezembro de 2012. A taxa de câmbio média do real em relação ao dólar em 2012 foi de R\$ 1,96 por US\$ 1,00, em comparação a uma taxa de câmbio média do real em relação ao dólar de R\$ 1,67 por US\$ 1,00 em 2011. As recentes intervenções do governo brasileiro para manter a estabilidade da taxa de câmbio podem não ter tido o efeito esperado, podendo levar a um aumento na volatilidade dessa taxa, com potencial para afetar os resultados das sociedades controladas pela Itaúsa e, portanto, causar um efeito adverso relevante nos resultados da Itaúsa.

Alguns dos ativos e passivos Consolidados na Itaúsa são expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, principalmente ao dólar dos EUA. Em 31 de dezembro de 2012, 12,87% do passivo total e 11,50% do ativo total da Itaú Unibanco foram expressos em uma moeda estrangeira ou a ela indexados. Embora, em 31 de dezembro de 2012, os principais investimentos estrangeiros consolidados na Itaúsa estivessem economicamente cobertos, a fim de mitigar os efeitos decorrentes da volatilidade cambial, incluindo o possível impacto fiscal desses investimentos, não existe nenhuma garantia de que tais estratégias de hedge permanecerão em vigor, ou irão compensar esses efeitos. Assim, uma depreciação do real poderia ter alguns efeitos negativos sobre o consolidado da Itaúsa, incluindo (i) perdas em seus passivos denominados em moeda estrangeira, ou a ela indexados, (ii) prejuízos à sua capacidade de pagar e à capacidade de controladas de pagar as suas obrigações expressas em dólar dos EUA ou a ele indexadas, ao encarecer a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações, (iii) aumento do custo dos insumos utilizados por suas controladas que tem parcela significativa de seus insumos atrelada ao dólar; (iv) redução da capacidade de tomadores brasileiros de pagar à Itaúsa ou suas controladas dívidas expressas em dólar dos EUA ou a ele indexadas, e (v) impactos negativos no preço de mercado da carteira de títulos. Por outro lado, uma valorização da moeda brasileira pode levar a Itaúsa e suas controladas a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados. Portanto, dependendo das circunstâncias, a depreciação ou apreciação do Real pode ter um efeito adverso significativo nos negócios, na situação financeira e nos resultados das operações das controladas da Itaúsa e, por consequência, nos resultados da Itaúsa.

As empresas controladas da área industrial para mitigar seus riscos, acompanham a exposição cambial diariamente e mantém mecanismos de “hedge” para proteger parte de sua exposição das operações contratadas. Na Itaútec, parcela significativa dos insumos utilizados na produção é importada ou atrelada ao dólar, como processadores, módulos de memória, discos rígidos e placas de circuito impresso. Dessa forma, uma significativa valorização do dólar em relação ao real, resultaria no aumento do custo dos insumos e consequente aumento do custo dos produtos comercializados, potencializando a necessidade de reajustes de preços pelos fabricantes, sempre levando em consideração a movimentação de preços do mercado e limitações dos contratos vigentes, como forma de proteção de suas margens operacionais necessárias aos negócios.

As deficiências de infraestrutura da mão-de-obra, no Brasil, podem impactar o crescimento econômico e ter efeito material adverso sobre os nossos negócios.

O desempenho das empresas controladas e pela Itaúsa dependem da saúde geral da economia brasileira. Apesar de o Brasil ter apresentado crescimento econômico nos últimos anos, a taxa de crescimento diminuiu em 2011 e 2012. O crescimento contínuo poderia ser limitado pela infraestrutura inadequada e possíveis faltas de energia, deficiências no setor de transporte, falta de mão-de-obra qualificada, que poderiam contribuir para os baixos níveis de produtividade e eficiência. Dependendo da intensidade e duração, esses fatores poderiam levar a volatilidade nas taxas de emprego e queda nos níveis de renda e de consumo, que poderiam limitar o crescimento das empresas controladas pela Itaúsa e resultar em elevação nas taxas de inadimplência e, por fim, tendo efeito material adverso sobre os negócios das empresas controladas pela Itaúsa e, por consequência, nos resultados da Itaúsa.

Os desdobramentos e a percepção de risco de outros países podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos títulos brasileiros.

As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os EUA, os países da União Europeia e os países de mercados emergentes, podem afetar em graus variados o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros, a disponibilidade de crédito no Brasil e o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Crises na União Europeia, nos EUA e em países de mercados emergentes, especialmente em países latino-americanos, podem diminuir o interesse do investidor em títulos de emissores brasileiros, inclusive da Itaúsa. Isso pode afetar de forma adversa e material o preço de mercado dos títulos da Itaúsa e de suas controladas e também poderia dificultar o acesso da Itaúsa e de suas controladas ao mercado de capitais e o financiamento, sob condições aceitáveis ou não, de suas operações no futuro.

Bancos localizados em países considerados mercados emergentes podem estar particularmente suscetíveis a turbulências e reduções na disponibilidade de crédito ou aumentos nos custos de financiamentos, o que pode ter um impacto material adverso na situação financeira da Itaúsa. Adicionalmente, a disponibilidade de crédito para as entidades que operam em mercados emergentes é significativamente influenciada por níveis de confiança dos investidores nesses mercados como um todo e qualquer fator que impacte a confiança do mercado (por exemplo, uma diminuição na classificação de risco de crédito ou a intervenção estatal ou do Banco Central em um mercado) podem afetar de forma material e adversa o preço ou disponibilidade das fontes de captação de recursos para entidades inseridas em quaisquer desses mercados e, por consequência, afetar os resultados da Itaúsa.

O ambiente cada vez mais competitivo e as recentes consolidações de mercado podem afetar adversamente as controladas da Itaúsa e, por consequência, a Itaúsa.

Os mercados brasileiros de serviços financeiros e bancários são altamente competitivos. O Itaú Unibanco e suas controladas enfrentam significativa concorrência de outros grandes bancos privados brasileiros e internacionais, incluindo os bancos públicos brasileiros. A concorrência aumentou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e da nova regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional, que facilita, para os clientes, a transferência de seus negócios de uma instituição financeira para outra. A concorrência crescente pode afetar adversamente o Itaú Unibanco caso, entre outros fatores, limite sua capacidade de reter a base de clientes existentes, aumentar a base de clientes e de expandir operações, reduzindo as nossas margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que oferece. Esse fato pode impactar adversamente os resultados e situação financeira da Itaúsa.

A Elekeiroz enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a empresa a baixar preços, prejudicando os seus resultados. No caso da Itaútec, os mercados de computação e automações apresentam forte concorrência no mercado interno, com a presença de grande número de empresas nacionais e internacionais. Se a Itaútec não conseguir manter desempenho satisfatório nesses segmentos, poderá perder competitividade e rentabilidade, onde as operações, resultados e a liquidez poderão ser adversamente afetados. Esses fatos podem também impactar adversamente no resultado e na situação financeira da Itaúsa.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue

Como a Itaúsa é sociedade de participações e ela não atua diretamente em um setor da economia. No entanto, as principais controladas da Itaúsa atuam na área de serviços financeiros e na área industrial.

Alterações na lei ou regulamentação pertinentes podem ter um efeito adverso nos negócios das controladas da Itaúsa.

As alterações na regulamentação dos setores que as empresas controladas pela Itaúsa podem influenciar seus resultados.

Os bancos brasileiros, inclusive os bancos controlados pela Itaúsa, estão sujeitos a extensivas e contínuas revisões regulatórias pelo governo brasileiro, especialmente pelo Banco Central. A Itaúsa não tem controle sobre as leis ou regulamentações emitidas pelo governo, as quais regulam todas as facetas das operações do setor bancário, incluindo regulamentações que impõem:

- Exigências de capital mínimo;
- Exigências de reservas e depósitos compulsórios;
- Restrições nas atividades de cartão de crédito;
- Níveis mínimos de empréstimos para financiamentos imobiliários e ao setor rural;
- Restrições nas fontes de captações de recursos;
- Limites de crédito, crédito vinculado e outras restrições de crédito;
- Limites ou restrições à nossa capacidade de deduzir valores diretamente dos salários, em relação aos empréstimos consignados;
- Limites para investimentos em ativos fixos;
- Exigências relacionadas à governança corporativa;
- Limitações nas cobranças de comissões ou tarifas pelas instituições financeiras pelos serviços prestados aos clientes e a porcentagem de juros que instituições financeiras podem cobrar;
- Requisitos contábeis e de estatísticas; e
- Outras exigências ou limitações no contexto da crise financeira global.

A estrutura regulatória, que rege as instituições financeiras brasileiras, inclusive os bancos, corretoras e empresas de leasing, e as companhias de seguro, está em constante evolução. Parte dos negócios das controladas da Itaúsa que não está sujeita a regulação governamental pode tornar-se regulada. As turbulências e a volatilidade nos mercados financeiros globais, que resultaram em problemas de liquidez em diversos grandes bancos estrangeiros, podem motivar o governo brasileiro a alterar leis e regulamentações aplicáveis a instituições financeiras brasileiras, baseado nesses acontecimentos no exterior.

Em resposta à crise financeira global que teve início no final de 2007, órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, propuseram reformas para evitar a ocorrência de uma crise semelhante, inclusive relativas à estrutura de Basileia III, que cria novas exigências de capital mínimo regulamentar mais elevado. Em fevereiro de 2011, o Banco Central emitiu diretrizes preliminares e um cronograma estimado para a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil. Adicionalmente, em 1 de março de 2013 e 4 de março de 2013, o Banco Central emitiu as normas iniciais para a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil. Considerando os índices de capital regulatórios atuais, assim como em estimativas conservadoras de retorno esperado e crescimento de ativos, os bancos controlados em conjunto indiretamente pela Itaúsa não prevêm que capital regulatório adicional seja necessário para suportar suas operações no futuro próximo. No entanto, dependendo dos efeitos da regulamentação que conclui a implementação da estrutura de Basileia III sobre os bancos brasileiros, principalmente sobre operações dos bancos controlados em conjunto indiretamente pela Itaúsa, poderá ser necessário reavaliar a estratégia atual de financiamento para capital regulatório.

Além disso, há alguns projetos de lei sendo analisados pelo congresso brasileiro que, se convertidos em lei tal como se encontram, poderiam afetar os bancos controlados em conjunto indiretamente pela Itaúsa de forma adversa. Por exemplo, um projeto de lei, para beneficiar tomadores de empréstimos pessoas físicas que estão inadimplentes, permitiria que os tribunais alterassem os termos e condições dos contratos de crédito em determinadas situações. Além disso, outro projeto de lei para alterar as regras do processo civil poderia ter o efeito de tornar a recuperação mais difícil, e a interposição de recursos em instâncias superiores, mais onerosa.

As controladas do Itaú Unibanco possuem operações fora do Brasil. Alterações nas leis e regulamentos pertinentes aos negócios dos bancos controlados pela Itaúsa nos países em que operam, ou a adoção de novas leis, como a Lei Dodd-Frank, FATCA de Proteção ao Consumidor e Reforma de Wall Street, nos EUA, e respectivas regulamentações destas localidades e de outras jurisdições, podem ter efeito adverso significativo sobre os negócios, situação financeira e resultado das operações.

A alteração nas leis ou regulamentações aplicáveis ou a adoção de novas leis e regulamentos pode ter um efeito relevante adverso nos negócios, na situação financeira e sobre os resultados das operações dos bancos controlados pela Itaúsa, inclusive com relação à capacidade de conceder empréstimos, fazer investimentos ou prestar determinados serviços financeiros e, por consequência, afetar os resultados da Itaúsa.

Reformas tributárias podem afetar negativamente os resultados da Itaúsa.

Para sustentar suas políticas fiscais, o governo brasileiro regularmente promove reformas no regime tributário e em outros regimes de tributação. Tais reformas incluem a promulgação de novos tributos, mudança na base de cálculo ou nas alíquotas de tributação, incluindo as taxas aplicáveis somente ao setor bancário e financeiro ou outros setores onde atuam as controladas da Itaúsa e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, destinados a propósitos governamentais específicos. Por exemplo, em julho de 2011, o governo brasileiro introduziu o imposto sobre operações com títulos e valores mobiliários ("IOF/Títulos-Derivativos") à alíquota de 1,0%, incidente sobre o valor de referência ajustado de derivativos financeiros. Os efeitos dessas alterações e de quaisquer outras alterações que possam resultar na implementação de tributação adicional não podem ser quantificados. Essas mudanças, no entanto, podem reduzir o volume de das operações das empresas, aumentar os custos ou limitar a rentabilidade da Itaúsa e de suas controladas.

Futuras mudanças na política tributária que podem afetar operações financeiras incluem a criação de novos tributos. Até 2007, transações financeiras específicas estavam sujeitas à CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira). Entretanto, existem muitas incertezas quanto à reintrodução da CPMF, ou tributos de natureza similar, no futuro. Além disso, o congresso brasileiro pode vir a discutir uma ampla reforma tributária, para melhorar a eficiência da alocação de recursos econômicos, como proposto pelo Poder Executivo do Governo Federal. Reformas tributárias extensas vêm sendo discutidas, nos últimos anos, mas não se pode prever se tais reformas serão implantadas no futuro. Os efeitos dessas mudanças, se promulgadas, e de quaisquer outras que possam decorrer da promulgação de outras reformas tributárias não podem ser quantificados.

Aumentos nas exigências de reservas e depósitos compulsórios podem afetar de forma negativa e material a situação financeira e o resultado das controladas da Itaúsa e, por consequência, os resultados da Itaúsa.

Os bancos controlados indiretamente pela Itaúsa estão sujeitos às exigências de reservas e depósitos compulsórios estabelecidas pelo Banco Central.

O Banco Central vem alterando periodicamente o nível das reservas e dos depósitos compulsórios que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Brasil junto ao Banco Central. O Banco Central pode aumentar as exigências das reservas e dos depósitos compulsórios, no futuro, ou impor novas obrigações.

Os aumentos nas exigências de reservas e depósitos compulsórios reduzem a liquidez dos bancos controlados ou controlados em conjunto pela Itaúsa para conceder empréstimos e realizar outros investimentos o que pode afetar de forma negativa e significativa seus resultados e sua situação financeira e, por consequência, a situação financeira da Itaúsa.

Os depósitos compulsórios geralmente não proporcionam os mesmos retornos que outros investimentos e depósitos, porque uma parcela deles:

- Não rende juros;
- Deve ser detida em títulos do governo federal brasileiro; e
- Deve ser usada para financiar programas governamentais, inclusive um programa habitacional federal e subsídios do setor rural.

Em 31 de dezembro de 2012, os depósitos compulsórios remunerados do Itaú Unibanco totalizavam R\$ 57.253 milhões e os depósitos compulsórios não remunerados totalizavam R\$ 6.448 milhões.

A não renovação dos incentivos fiscais de que a Itaútec é beneficiária poderá afetar adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados da Itaútec, com reflexos, em menor grau, nos resultados da Itaúsa.

A Itaútec é beneficiária de Incentivos Fiscais no âmbito Federal e Estadual que lhe proporciona a redução e suspensão nas alíquotas de IPI, redução nas alíquotas de PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita de venda a varejo de *desktops* com preço máximo ao consumidor de R\$ 2.000,00 e *notebooks* com preço máximo de R\$ 4.000,00, redução adicional das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL de gastos incorridos com pesquisa e desenvolvimento, assim como, redução da carga tributária relativa ao ICMS por meio da tomada de crédito presumido calculado sobre o valor das vendas de determinados produtos, diferimento do ICMS na compra de partes, peças, componentes, matérias-primas e materiais de embalagem e redução da base de cálculo do ICMS de forma a reduzir a carga tributária nas operações internas e interestaduais com não contribuintes e contribuintes do ICMS, aplicada somente a produtos que atendam a Lei de Informática.

Caso Itaútec não cumpra determinadas obrigações ela poderá ser obrigada a pagar integralmente os tributos devidos (sem a aplicação dos benefícios fiscais), acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso ao resultado na situação financeira e nos resultados da Itaútec, com reflexos, em menor grau, nos resultados da Itaúsa.

A regulação estatal da indústria de bens de informática e automações está ligada ao enquadramento da Companhia e de seus produtos na Lei de Informática e Lei do Bem. Para ter a fruição do incentivo da redução e suspensão do IPI, estabelecido pela Lei de Informática, a Companhia tem de cumprir o Processo Produtivo Básico (PPB), por meio de Portaria Interministerial assinada pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia - MCT, do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda. Essa autorização é exigida para novos produtos e o prazo de aprovação é de cerca de 6 meses. A contrapartida do benefício da redução do IPI é a realização de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. Esses investimentos precisam ser comprovados e aprovados pelo MCT, por meio de Relatório detalhado, enviado anualmente.

Também não é possível garantir que os benefícios fiscais ora em vigor que beneficiam a Itaútec serão renovados ou terão seus atuais prazos de vigências prorrogados. Caso os atuais benefícios fiscais aplicáveis a Itaútec não venham a ser renovados ou prorrogados, isso poderá ter efeito adverso no resultado da Itaútec e, em menor grau, da Itaúsa.

Alterações na legislação relativa a meio ambiente e a necessidade de investimentos para assegurar o cumprimento da legislação vigente, pode impor dispêndios não previstos pelas controladas da Itaúsa, o que pode causar efeito adverso relevante nos negócios, na situação financeira e nos resultados dessas sociedades, com reflexos, em menor grau, nos resultados da Itaúsa.

As atividades das controladas da Itaúsa estão sujeitas às legislações federal, estadual e municipal relativas à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos governamentais que podem impor sanções administrativas na eventual inobservância da legislação. As atividades da Duratex e da Elekeiroz as expõem à constante fiscalização por órgãos governamentais de proteção ao meio ambiente acerca do cumprimento da regulamentação ambiental aplicável. Assim, qualquer alteração na regulamentação ambiental aplicável às controladas ou em sua interpretação poderá acarretar aumento dos custos envolvidos no atendimento à referida regulamentação, afetando-a negativamente. Tendo em vista que as leis de proteção ambiental estão se tornando cada vez mais rigorosas, os dispêndios e custos das Companhias relacionados ao cumprimento de suas obrigações ambientais poderão aumentar no futuro, o que poderá afetar adversamente seus resultados e, conseqüentemente em menor grau, o resultado da Itaúsa. Da mesma forma, para o desempenho normal de suas atividades, as Companhias e suas subsidiárias precisam obter autorizações, licenças e alvarás junto a órgãos ambientais. A não obtenção ou a falha em renovar qualquer destas autorizações, licenças e alvarás poderá impactar negativamente suas capacidades de exercerem as suas atividades.

Adicionalmente às sanções já mencionadas, as controladas da Itaúsa podem ser obrigadas a reparar danos que, eventualmente, venham a ser causados ao meio ambiente em decorrência das suas operações atuais. A reparação pode alcançar, inclusive, danos causados ao meio ambiente em decorrência de operações ocorridas no passado e que estejam em desacordo com a legislação ambiental atual.

i) Aos países estrangeiros onde o emissor atue

Os fatores de risco relacionados a países estrangeiros, que possam influenciar a decisão de investimento nos valores mobiliários da Itaúsa, encontram-se descritos ao longo das alíneas (a), (f) (g) e (h) deste item 4.1.

4.2. Em relação a cada um dos riscos acima mencionados, caso relevantes, comentar sobre eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Além do descrito no item 4.1, não há expectativas relevantes de redução ou aumento na exposição do emissor aos riscos mencionados em referido item.

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (I) que não estejam sob sigilo, e (II) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Emissora seja parte, que não esteja sob sigilo e sejam relevantes para os seus negócios.

Em relação as suas controladas, segue o descritivo dos processos que, em função de seu valor, a Emissora considera relevante (data base em 31.12.2012).

Os valores comentados do Itaú Unibanco Holding não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,78% detida, em 31.12.2012, pela Itaúsa.

Processos Cíveis

Processo nº 2007.51.01.001894-7

-
- a. **juízo:** 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)
 - b. **instância:** 1ª instância
 - c. **data de instauração:** 05.02.2007
 - d. **partes no processo:** Associação dos Acionistas Minoritários em Cia de Capital Aberto x Banco Banerj S.A. ("Banerj"), Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. ("Berj"), Estado do Rio de Janeiro e Banco Central do Brasil
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 4.741.452.260,00 (valor pedido na inicial)
 - f. **principais fatos:** A autora se insurge contra o aumento de capital do Berj, realizado como parte das medidas para a privatização do Banerj, que teria, supostamente, diluído a participação acionária dos acionistas minoritários. Pede anulação da assembléia que aprovou o aumento de capital e a condenação solidária do Berj, do Estado do Rio de Janeiro, do Banerj e do Banco Central do Brasil ao pagamento dos supostos prejuízos causados aos minoritários do antigo Berj. Sentença extinguiu o processo sem julgamento do mérito, pois não comprovada o requisito legal de um ano. Aguarda julgamento da apelação.
 - g. **chance de perda:** Remota.
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Indenizar os acionistas minoritários pelos supostos prejuízos causados pelas medidas empreendidas pelo acionista majoritário – Estado do Rio de Janeiro – ao antigo Banerj.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 2005.70.00.027997-3

-
- a. **juízo:** 6ª Vara Federal – Curitiba (PR)
 - b. **instância:** Supremo Tribunal Federal
 - c. **data de instauração:** 13.10.2005
 - d. **partes no processo:** Estado do Paraná e Ministério Público do Estado do Paraná x União Federal, Banco Central do Brasil e Itaú Unibanco S.A.
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 3.738.621.318,72 (valor pedido na inicial)
 - f. **principais fatos:** Os autores requerem reparação de danos eventualmente experimentados pelo Estado do Paraná, por força da inadequada avaliação dos créditos tributários no processo de privatização do Banco Banestado S.A., que obrigou esse ente público a contrair empréstimo supostamente maior que o necessário para saneamento da instituição financeira, no período pré-privatização. A ação foi contestada defendendo a adequada avaliação dos créditos tributários e está pendente de julgamento no STF, onde lá tramita como ação originária. Vale notar que, conforme previsto em lei, a privatização do Banestado ocorreu por meio de licitação. Além disso, à época da privatização houve avaliação dos créditos tributários por bancos independentes. Ação suspensa.
 - g. **chance de perda:** Remota.
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Pagamento ao Estado do Paraná do valor correspondente aos créditos tributários.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 2000.51.01.030509-7

-
- a. **juízo:** 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)
 - b. **instância:** Tribunal Regional Federal da 2ª Região
 - c. **data de instauração:** 21.11.2000
 - d. **partes no processo:** Ministério Público Federal x Itaú Unibanco S.A., Banco Banerj S.A. (“Banerj”), Estado do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 942.399.095,28 (valor histórico da constituição da “Conta B” em 10.06.1997).
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação civil pública envolvendo aspectos da privatização do Banerj. Por meio de empréstimo bancário entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Rio de Janeiro foi constituída, com transferência de R\$ 942.399.095,28, a denominada “Conta B”. A finalidade da referida conta é garantir o ressarcimento do adquirente do Banerj condenado em ações judiciais propostas com base em fatos ocorridos antes da privatização. Na presente ação, o Ministério Público Federal requer a invalidação parcial do contrato que autorizou a transferência do referido valor para “Conta B”, bem como a condenação solidária dos réus na devolução dos valores já sacados indevidamente através de expedientes supostamente ilícitos praticados em acordos celebrados em ações trabalhistas movidas por ex-funcionários do Banerj. Sentença de improcedência, reconhecendo a legalidade da constituição da “Conta B” e dos acordos firmados. Decisão do TRF mantendo-se a sentença de improcedência. No prazo para interposição do recurso especial.
 - g. **chance de perda:** Remota.
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Restituir os valores dos acordos trabalhistas que foram pagos com recurso da “Conta B” e impedir novas utilizações de valores da “Conta B”.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 2003.51.01.028514-2

-
- a. **juízo:** 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (RJ)
 - b. **instância:** Tribunal Regional Federal da 2ª Região
 - c. **data de instauração:** 05.12.2003
 - d. **partes no processo:** Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Ministério Público do Trabalho x Itaú Unibanco S.A.; Banco Banerj S.A. ("Banerj"), Gilberto Carlos Frizão, Manuel Antonio Granado e Otávio Aldo Ronco.
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 942.399.095,28 (valor histórico de constituição da "Conta B" em 10.06.1997).
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação civil pública, por alegada improbidade administrativa, envolvendo aspectos da privatização do Banerj, relativos à constituição e movimentação da denominada "Conta B". Na ação os autores alegam que houve o saque indevido de recursos depositados na "Conta B" através de expedientes supostamente ilícitos praticados em ações trabalhistas movidas por ex-funcionários do Banerj (falta de interposição de recursos cabíveis), razão pela qual pedem que qualquer saque na "Conta B" seja submetido, previamente, ao Secretário Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, bem como a condenação solidária dos réus na devolução dos supostos valores sacados indevidamente e nas penas previstas na Lei 8.429/1992, por improbidade administrativa das pessoas físicas demandadas. Sentença de improcedência, reconhecendo a legalidade da constituição da "Conta B" e dos acordos firmados. Decisão do TRF mantendo-se a sentença de improcedência. No prazo para interposição do recurso especial.
 - g. **chance de perda:** Remota.
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Restituir os valores sacados indevidamente da "Conta B".
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processos Tributários

Processo n.º 204.699/05

-
- a. **juízo:** Execuções Fiscais Municipais de São Paulo
 - b. **instância:** 2ª instância – Tribunal de Justiça de São Paulo
 - c. **data de instauração:** 22.11.2005
 - d. **partes no processo:** Município de São Paulo x Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 1.619.316.184,07 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Ação proposta para a cobrança de ISS sobre operações de leasing praticadas em todo o país, em que se discute o local da prestação do serviço e a base de cálculo.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 2003.61.00.003618-5

-
- a. **juízo:** 25ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
 - b. **instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
 - c. **data de instauração:** 29.01.2003
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Banco Itaú S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 1.331.426.613,74 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Discute-se a legalidade da IN nº 213/02, especialmente a não incidência do IRPJ/CSLL sobre variação cambial de investimento no exterior.
 - g. **chance de perda:** Remota (R\$ 1.316.197.867,42) e Possível (R\$ 15.228.746,32)
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 16327.721052/2011-31

-
- a. **juízo:** Secretaria da Receita Federal do Brasil
 - b. **instância:** 2ª instância administrativa
 - c. **data de instauração:** 20.09.2011
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Banco Itauleasing S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 712.022.334,86 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Autuação de PIS/COFINS sobre os lucros na venda de bens arrendados.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 16327.721830/2011-92

-
- a. **juízo:** Secretaria da Receita Federal do Brasil
 - b. **instância:** 1ª Instância Administrativa
 - c. **data de instauração:** 28.12.2011
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 917.899.970,13 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de exigência de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2007, no ato da aquisição, da diferença entre o valor de face do crédito e seu custo de aquisição.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 16327.720157/2012-54

-
- a. **juízo:** Secretaria da Receita Federal do Brasil
 - b. **instância:** 2ª instância administrativa
 - c. **data de instauração:** 14/02/2012
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Banco Itaucard S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 807.247.822,35 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de auto de infração que discute a incidência de PIS/COFINS sobre as receitas de vendas de bens arrendados, que estão registrados no ativo permanente da empresa arrendadora.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 16327.721131/2012-23

-
- a. **juízo:** Secretaria da Receita Federal do Brasil
 - b. **instância:** 1ª instância administrativa
 - c. **data de instauração:** 24/09/2012
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x BFB Leasing S/A Arrendamento Mercantil
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 579.831.502,56 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Autuação de PIS/COFINS sobre os lucros na venda de bens arrendados no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 16327.721476/2012-87

-
- a. **juízo:** Secretaria da Receita Federal do Brasil
 - b. **instância:** 1ª instância administrativa
 - c. **data de instauração:** 13/12/2012
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 565.502.974,40 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Autuação de IRPJ/CSLL acrescidos de multa de ofício, multa isolada e juros de mora, em razão de glosa de valores registrados como amortização de ágio relacionado à aquisição do Banco Bandeirantes S/A e suas controladas.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 16327.721481/2012-90

-
- a. **juízo:** Secretaria da Receita Federal do Brasil
 - b. **instância:** 1ª instância administrativa
 - c. **data de instauração:** 14/12/2012
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Itaú Unibanco S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 671.949.076,46 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Autuação previdenciária sobre o valor de PLR e bônus pagos aos funcionários no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, bem como sobre valores decorrentes de SAT e contribuição destinada a terceiros (salário-educação).
 - g. **chance de perda:** Remota (R\$ 274.053.284,16) e Possível (R\$ 397.895.792,30)
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** Sem provisão
-

Processo n.º 16327.720115/2012-13

-
- a. **juízo:** Secretaria da Receita Federal do Brasil
 - b. **instância:** 2ª instância administrativa
 - c. **data de instauração:** 01/02/2012
 - d. **partes no processo:** Receita Federal do Brasil x Unibanco União de Bancos Brasileiros S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 502.965.688,50 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de auto de infração para cobrança de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2007 decorrente do suposto excesso de distribuição de JCP de anos anteriores, bem como em razão da desmutualização das bolsas de valores.
 - g. **chance de perda:** Possível (R\$ 500.559.836,12 - JCP) e Provável (R\$ 2.405.852,38 - desmutualização)
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** R\$ 2.405.852,38
-

Processo n.º 2006.61.00.011694-7

-
- a. **juízo:** 13ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
 - b. **instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
 - c. **data de instauração:** 25.05.2006
 - d. **partes no processo:** Banco Itaú Holding Financeira S/A e Outros x União Federal
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 1.076.050.919,28 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de Mandado impetrado objetivando a suspensão da exigibilidade do créditos tributários da Contribuição Social ao PIS e da COFINS apurados nos moldes da § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.
 - g. **chance de perda:** Provável
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** R\$ 1.076.050.919,28
-

Processo n.º 2006.61.00.011693-5

-
- a. **juízo:** 02ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
 - b. **instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
 - c. **data de instauração:** 25.05.2006
 - d. **partes no processo:** Itaucard Financeira S/A Credito Fin. Investimento e outros x Delegado Especial das Instituições Financeiras
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 1.236.297.997,92 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para afastar o alargamento da base de calculo da contribuição ao PIS e da COFINS, introduzido pelo § 1º, do art. 3º da Lei 9.718/98.
 - g. **chance de perda:** Provável
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** R\$ 1.236.297.997,92
-

Processo n.º 2009.61.00.007837-6

-
- a. **juízo:** 21ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo
 - b. **instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
 - c. **data de instauração:** 27.03.2009
 - d. **partes no processo:** BFB Leasing x Delegado Especial das Instituições Financeiras
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 1.470.779.851,18 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para afastar a aplicação da Lei 11.727/08 que aumentou a alíquota da CSLL para as instituições financeiras de 9% para 15% , por afronta ao princípio da Isonomia.
 - g. **chance de perda:** Provável
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** R\$ 1.470.779.851,18
-

Processo n.º 1999.61.00.042798-3

-
- a. **juízo:** 16ª Vara Cível Federal de São Paulo/SP
 - b. **instância:** 2ª instância – Tribunal Regional Federal da 3ª Região
 - c. **data de instauração:** 30.08.1999
 - d. **partes no processo:** Itaú Seguros S.A x Delegado das Instituições Financeiras – DEINF
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 606.072.372,23 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para afastar o alargamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins, introduzido pelo §1º, do artigo 3º da Lei 9.718/98. Sentença favorável transitada em julgado. A discussão remanesce em relação aos valores a serem levantados e convertidos em renda.
 - g. **chance de perda:** Possível
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
 - i. **valor provisionado:** R\$ 606.072.372,23
-

Processos Trabalhistas

A Emissora não identificou processos trabalhistas, em curso em 31.12.2012, relevantes em razão da matéria ou valor envolvido. O mesmo ocorreu em relação às suas controladas.

Processos Administrativos e Arbitrais

A Emissora não identificou processos administrativos (exceto processos administrativos tributários, conforme já indicados acima) e arbitrais, em curso em 31.12.2012, relevantes em razão da matéria ou valor envolvido.

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

A Emissora não é parte em processos que tenham sido movidos por seus administradores ou ex-administradores nem por seus controladores ou ex-controladores.

A Emissora e suas controladas realizam operações societárias que, eventualmente, são impugnadas judicialmente por acionistas minoritários, os quais discordam especialmente do valor pago por suas ações. Segue abaixo descrição do processo judicial cível movido por investidores da Emissora.

Processo nº 583.03.2003.009147-3

-
- a. **juízo:** 5ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara (SP)
 - b. **instância:** 1ª instância.
 - c. **data de instauração:** 23.04.2003.
 - d. **partes no processo:** Santa Luiza Margutti de Biase, Luiz Paulo de Biase, Mário Sérgio de Biase, Ana Maria de Biase, Maria do Carmo de Biase e Maria Angelica de Biase x Itaúsa Investimentos Itaú S/A e Itacorp S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00 (Dez/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de pleito de acionistas minoritários questionando o processo de incorporação de ações da Itacorp S.A. pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., com pedido indenizatório referente a danos supostamente incorridos por força de referida incorporação. Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos iniciais para condenar a Emissora no pagamento da diferença entre o valor apurado na assembleia e aquele apurado por avaliação; e nos pagamentos dos lucros cessantes e danos emergentes decorrentes do recálculo determinado, a serem demonstrados e apurados em liquidação por artigos. A Emissora opôs embargos de declaração, ainda não julgados.
 - g. **chance de perda:** Remota.
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Segue abaixo descrição dos processos judiciais cíveis movidos por investidores das controladas da Emissora.

Os valores comentados dos processos movidos por investidores do Itaú Unibanco não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,78% detida, em 31.12.2012, pela Itaúsa.

Processo nº 000.00.643149-6

-
- a. **juízo:** 08ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP);
 - b. **instância:** 2ª instância;
 - c. **data de instauração:** 27.11.2000
 - d. **partes no processo:** Sumatra Comércio e Indústria, Importações e Exportações Ltda. e João Antonio Lian x Banco Bandeirantes S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação visando a anulação das deliberações realizadas nas assembleias gerais ordinárias do Banco Bandeirantes, ocorridas nos anos de 1999 e 2000, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, visando ainda reprová-las demonstrações financeiras e os atos delas decorrentes, em especial os contratos de cessação de créditos celebrados entre o Banco Bandeirantes e a Portonovo, os quais deverão ser anulados, revogando os efeitos deles decorrentes; e (ii) que sejam ressarcidos os danos causados aos autores, decorrentes de tais contratos de cessação de crédito. Pedido julgado improcedente. Aguarda julgamento do recurso especial.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 000.00.619716-7

-
- a. **juízo:** 07ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)
 - b. **instância:** Superior Tribunal de Justiça
 - c. **data de instauração:** 05.10.2000
 - d. **partes no processo:** Sumatra Comércio e Indústria, Importações e Exportações Ltda e João Antonio Lian x Banco Bandeirantes S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 165.540.036,14 (dezembro/2012)
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação na qual os autores pretendem sejam a eles estendidos os termos do acordo firmado entre os réus e outros acionistas minoritários do Banco Bandeirantes, facultando-lhes todos os direitos previstos naquele acordo. Pedido julgado procedente no TJSP. Aguarda julgamento do recurso especial.
 - g. **chance de perda:** Possível
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 51718900-0

-
- a. **juízo:** (iii) 39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)
 - b. **instância:** (iii) 1ª instância
 - c. **data de instauração:** (iii) 17.02.2000
 - d. **partes no processo:** Espólio de Yerchanik Kissajikian x Banco Bandeirantes S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação na qual os autores requerem seja assegurado o direito de subscrição do valor de R\$ 300.000,00, bem como condenação dos réus a indenizar os autores as perdas e danos experimentadas em razão da diluição injustificada de sua participação societária decorrente de aumentos de capital provocados por prejuízos injustificáveis e impostos pelos controladores com abuso de poder e redução de patrimônio líquido em decorrência de vendas de ativos por valores incompatíveis. Pendente sentença.
 - g. **chance de perda:** Possível
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 583.00.2001.076875-7

-
- a. **juízo:** 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)
 - b. **instância:** 1ª instância
 - c. **data de instauração:** 05.07.2001
 - d. **partes no processo:** Antranik Kissajikian, André Kissajikian, Suely Kissajikian, Vanda Kissajikian Mordjikian e Companhia Iniciadora Predial e Comercial Empreendimentos Brasil S.A. x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A, Caixa Geral de Depósitos S/A e Caixa Brasil Participações S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação na qual se alega abuso de poder do controlador, pois teria diluído a sua participação acionária no capital social do Banco Bandeirantes, bem como pelo posterior fechamento do seu capital sem prévia oferta pública. Sem sentença.
 - g. **chance de perda:** Possível
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 000.02.066583-0

- a. **juízo:** 04ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)
 - b. **instância:** Superior Tribunal de Justiça
 - c. **data de instauração:** 15.04.2002
 - d. **partes no processo:** Renato Cifali, Arlete Sanchez Morales Cifali, Sylvio Propheta de Oliveira, Luiz Carlos Ferreira e Clube de Investimentos FHS x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A e Banco Bandeirantes S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação na qual os autores requerem seja exibido o instrumento de transferência de controle acionário do Banco Bandeirantes firmado entre a Caixa Brasil SGPS e o Unibanco. Ação extinta por falta de interesse de agir. Aguarda julgamento do recurso especial.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 000.02.0522042-5

- a. **juízo:** 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)
 - b. **instância:** Superior Tribunal de Justiça
 - c. **data de instauração:** 25.03.2002
 - d. **partes no processo:** Renato Cifali, Arlete Sanchez Morales Cifali e Panamá Empreendimentos e Participações Ltda. x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A e Banco Bandeirantes S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00
 - f. **principais fatos:** Trata-se de ação na qual os autores pretendem obter declaração de que o cumprimento das disposições contidas no termo de acordo celebrado entre as partes esteja condicionado à satisfação das obrigações dos réus – exercício dos direitos de eleger um conselheiro fiscal e suplente do Banco Bandeirantes –, e de exercer a opção de compra de ações. Ação extinta. Aguarda recurso especial.
 - g. **chance de perda:** Remota
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 583.00.1998.940258-0

- a. **juízo:** 15ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP)
 - b. **instância:** 2ª instância
 - c. **data de instauração:** 25.03.2002
 - d. **partes no processo:** Hélio Caretoni x Banco Bandeirantes S/A, Caixa Geral de Depósitos S/A, Unibanco – União de Bancos Brasileiros e Caixa Brasil Participações S/A
 - e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00
 - f. **principais fatos:** Trata-se de execução na qual se requer sejam os executados compelidos a calcular os valores devidos para possibilitar-lhe o exercício da opção de compra de 50.000 ações preferenciais do Banco Bandeirantes. A execução é consubstanciada em termo de acordo, segundo o qual Caixa Brasil (acionista controladora do Banco Bandeirantes) outorgou a alguns acionistas minoritários (incluindo o autor), o direito de opção de compra e venda de ações decorrentes de aumento de capital na proporção de suas posições acionárias. Embargos acolhidos para reconhecer a ilegitimidade. Aguarda julgamento da apelação.
 - g. **chance de perda:** Possível
 - h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
 - i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão
-

Processo nº 5263020-40.2007.8.13.0024

- a. **juízo:** 3ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais (MG)
- b. **instância:** Superior Tribunal de Justiça
- c. **data de instauração:** 17.08.1982
- d. **partes no processo:** Ítalo Aurélio Gaetani mais 71 Co-Autores x Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A
- e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 26.292.543,58 (Dez/2012) (Incorporação do Banco Mineiro pelo Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S/A).
- f. **principais fatos:** Trata-se de pedido de indenização requerido por acionistas minoritários em decorrência de suposto prejuízo sofrido em razão do processo de incorporação do Banco Mineiro pelo Unibanco. Pedido julgado improcedente. Aguarda julgamento dos embargos de divergência no STJ.
- g. **chance de perda:** Remota
- h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** perda do valor discutido.
- i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão

Processo nº 0663986-15.1985.4.03.6100

- a. **juízo:** 26ª Vara Federal – São Paulo (SP)
- b. **instância:** 1ª instância (em fase de citação de espólios)
- c. **data de instauração:** 14.02.1985
- d. **partes no processo:** Elizabeth da Veiga Alves x Banco Itaú S/A e outros
- e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** Incorporação do Banco União Comercial pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco").
- f. **principais fatos:** Trata-se de ação popular questionando o processo de incorporação do Banco União Comercial pelo Itaú Unibanco, com pedido de ressarcimento de supostos danos que teriam sido suportados pela União Federal decorrentes de referido processo de incorporação. Prescrição reconhecida. Aguarda julgamento de admissibilidade do recurso especial.
- g. **chance de perda:** Remota.
- h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
- i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão

Processo nº 583.00.2009.229.838-5 e 583.00.2011.137.145-3

- a. **juízo:** (i) 39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP); (ii) 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital (SP).
- b. **instância:** (i) 2ª instância; (ii) 1ª instância.
- c. **data de instauração:** (i) 05.02.2010; (ii) 20.04.2011.
- d. **partes no processo:** (i) S.A. Philomeno Indústria e Comércio e Panamá Empreendimentos e Participações x Itaú Unibanco Holding S/A; (ii) Philomeno Imóveis e Participações Ltda x Itaú Unibanco Holding S/A
- e. **valores, bens ou direitos envolvidos:** R\$ 0,00
- f. **principais fatos:** (i) acionista reclama indenização, sob a alegação de ter sido impedido de exercer os seus direitos de sócio; (ii) acionista pede a exibição de documento no qual foi com ele firmado acordo.
- g. **chance de perda:** Remota: (i) o acionista nunca foi impedido de exercer os seus direitos de sócio; e (ii) a cópia do acordo está à disposição do acionista.
- h. **análise do impacto em caso de perda do processo:** Ilíquido.
- i. **valor provisionado, se houver provisão:** Sem provisão

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Emissora e suas controladas não são parte em processos considerados relevantes que estejam sob sigilo.

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

A Emissora não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos que em conjunto sejam relevantes.

Abaixo segue referência aos processos dessa natureza das controladas financeiras da Emissora.

Os valores comentados do Itaú Unibanco Holding não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,78% detida, em 31.12.2012, pela Itaúsa.

Ações Cíveis de Planos Econômicos

Entre os anos de 1986 e 1994, o Governo Federal implementou diversos planos de estabilização monetária, mais conhecidos como Cruzado, Bresser, Verão, Collor I, Collor II e Real, com o objetivo de conter a inflação elevada e crônica que durante anos comprometeu a estabilidade do país.

Para a implementação dos planos, diversas leis foram editadas por sucessivos governos, no pleno exercício de competências a eles conferidas pela Constituição Federal para a disciplina do sistema monetário-financeiro.

Tais leis, no entanto, passaram a ser questionadas por titulares de cadernetas de poupança detidas à época, pleiteando supostas diferenças de correção monetária decorrentes de alterações determinadas pelos referidos planos nos índices da poupança.

Ações Individuais

O Banco é parte em ações individuais massificadas e repetidas referentes aos planos econômicos. Tais ações são provisionadas.

Ações Cíveis Públicas

O Banco é parte também em ações cíveis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas pelo Ministério Público e por associações de defesa do consumidor.

A constituição de provisão é feita em cada novo processo de execução individual, quando surgido.

Jurisprudência Controversa

Há uma controvérsia instalada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal decorrente do fato de que, para fenômeno econômico semelhante, tem sido dispensado tratamento diferente do que aquele dado à poupança. No caso das aplicações em CDB e das correções aplicadas aos contratos em geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal já se consolidou favorável à constitucionalidade das leis que regeram os planos econômicos. Por conta dessa controvérsia, pendente no Supremo Tribunal Federal a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 165 (ADPF165), movida pela Consif, na qual o Banco Central do Brasil figura como *amicus curiae*, evidenciando com excelência técnica o fato de os poupadores não terem incorrido em perdas e defendendo a constitucionalidade dos planos econômicos.

Principalmente por essa razão, o Banco acredita na procedência da ADPF 165, e também porque nada mais fez do que cumprir as normas legais que instituíram os planos econômicos, dando exato cumprimento, da mesma forma, às determinações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Causas cíveis de origens diversas

Além das ações judiciais relativas aos planos econômicos, existem contra o Banco ações cíveis de outras naturezas, decorrentes de pedidos indenizatórios por danos morais e materiais diversos e fruto do curso normal dos seus negócios, relativos a, por exemplo, protesto de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações no cadastro de restrições ao crédito.

O montante total de provisão para ações cíveis em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 1.659.612 milhões.

Ações tributárias

Na esfera tributária, o conglomerado possui inúmeros processos repetitivos em que se discute a incidência de Imposto sobre Serviço (ISS), para os quais há provisão contábil de R\$ 412 milhões em 31.12.2012. As discussões abordam as seguintes teses jurídicas.

ISS Leasing - local da prestação/base de cálculo

As empresas que efetuam arrendamento mercantil no Conglomerado Itaú Unibanco recolhem o ISS para o município onde está situado o seu estabelecimento prestador, que é efetivamente onde a atividade de arrendamento mercantil é desempenhada, especificamente, a análise e aprovação do crédito e acompanhamento do contrato, nos termos da legislação tributária em vigor.

Diversas empresas do Conglomerado Itaú Unibanco foram autuadas e executadas judicialmente pela falta de recolhimento de ISS sobre as operações de arrendamento mercantil, em outros 300 municípios onde o bem arrendado é escolhido e entregue ao arrendatário. A base de cálculo utilizada para lançamento é em geral superior à contraprestação de arrendamento mercantil. Discutem-se nos processos correspondentes o local da prestação do serviço e a base de cálculo.

A questão foi julgada favorável aos bancos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no procedimento de julgamento de recursos repetitivos. Uma vez julgado o *leading case*, a decisão reproduzir-se-á para todos os casos semelhantes que estão aguardando apreciação do STJ ou nas instâncias inferiores.

Nos termos da deliberação CVM 489/2005, não há provisão contábil, tendo em vista a classificação remota de perda desses casos, tendo em vista julgamento favorável aos contribuintes no STJ, conforme mencionado no parágrafo anterior.

ISS Atividade Financeira

As instituições financeiras do Conglomerado Itaú Unibanco efetuam o pagamento do ISS sobre as receitas decorrentes da efetiva prestação de serviço, dentre outras, taxas de abertura de conta-corrente e taxas de administração de cartão de crédito. Por outro lado, sofrem autuações e execuções fiscais cobrando o pagamento do imposto municipal sobre diversas outras receitas próprias da atividade financeira, dentre outras, receitas da intermediação financeira. O conglomerado acredita que as receitas autuadas não se caracterizam como prestação de serviço ou não constam da lista taxativa de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03, sendo ilegítima a cobrança do ISS.

Processos Trabalhistas

A Emissora não identificou processos trabalhistas, em curso em 31.12.2012, relevantes em razão da matéria ou valor envolvido. O mesmo ocorreu em relação às suas controladas.

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

As contingências consideradas relevantes para a Emissora e suas controladas foram mencionadas nos itens anteriores (itens 4.3 e 4.4).

Não obstante, reportamo-nos à Nota 32 das Demonstrações Financeiras da ITAÚSA – Investimentos Itaú S/A de 31.12.2012, conforme já publicada, para informar que há, nas demonstrações financeiras consolidadas, saldos provisionados para contingências e obrigações legais tributárias no valor total de R\$ 4.176 milhões, para contingências cíveis no valor total de R\$ 1.391 milhões, para contingências trabalhistas no valor total de R\$ 1.859 milhões e para outras contingências no valor total de R\$ 71 milhões.

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:**a) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos**

Não se aplica, o Brasil é o país de origem da Emissora.

b) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não se aplica, o Brasil é o país de origem da Emissora.

c) Hipóteses de cancelamento de registro

Não se aplica, o Brasil é o país de origem da Emissora.

d) Outras questões do interesse dos investidores

Não se aplica, o Brasil é o país de origem da Emissora.

ITEM 5 - RISCOS DE MERCADO**5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a emissora está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

Os riscos de mercado relevantes da Itaúsa estão concentrados no ramo financeiro do grupo através da empresa controlada em conjunto: Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco").

O controle de risco de mercado realizado pelo Itaú Unibanco abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade.

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual a instituição monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores e pelos regulamentos: Circular 3.354, de 27 de junho de 2007 do BACEN, e Resolução 3.464.

A Carteira de Negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços efetivos ou esperados no curto prazo e nas oportunidades de arbitragens.

A Carteira de Não Negociação é formada pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. As operações de Tesouraria na Carteira de Não Negociação são executadas em conjunto com a gestão ativa de riscos financeiros inerentes ao balanço global do grupo e detidas sem intenção de negociação no curto prazo. Sua composição pode incluir derivativos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo Itaú Unibanco são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons indexados a determinadas taxas de juros.
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- *Commodities*: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: um cenário de estresse adicional em que resultados são somados ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*").

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na Carteira de Negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O modelo interno de VaR utilizado pelo Itaú Unibanco considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do Itaú Unibanco e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. - Corporación Financiera).

O Itaú Unibanco, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade das informações quantitativas de Risco de Mercado, no segundo trimestre de 2012 o Itaú Unibanco efetuou na tabela de VaR uma realocação dos fatores de risco dentro de seus respectivos grupos. Esta realocação não afeta a exposição de risco de mercado da instituição, o que pode ser observado pela ausência de alterações nos valores do Risco Global. Os números apresentados nesta publicação já refletem essa realocação dos fatores de risco, facilitando a comparação entre os períodos.

(em R\$ milhões)

VaR Global (*)								
	Média	Mínimo	Máximo	31/12/12	Média	Mínimo	Máximo	31/12/11
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	191,2	71,8	427,6	348,7	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	20,4	7,3	49,6	11,4	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	25,7	4,6	53,9	8,8	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	110,3	14,8	325,0	51,2	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	24,2	13,6	43,5	16,8	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA <i>International</i>	1,7	0,7	5,1	1,1	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	3,0	1,7	5,6	5,5	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,5	3,2	9,6	4,4	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	1,7	0,3	3,4	2,0	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,4	0,2	1,4	1,0	0,6	0,2	1,7	0,2
Itaú BBA Colômbia	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de diversificação				(77,1)				(53,4)
Risco Global	289,7	118,0	601,4	373,7	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação do fechamento da data-base

O ramo industrial do grupo pode incorrer em riscos de mercado associados à sua atividade industrial e comercial, sempre alinhado aos seus negócios. Estes se mostram não relevantes frente ao total do grupo.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição:

		(em R\$ milhões)		
Carteiras Trading e Banking	Exposições	31/12/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários		
		I	II	III
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(3,8)	(95,2)	(189,7)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1,5)	(36,8)	(72,3)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	4,2	(105,3)	(210,6)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(2,7)	(65,6)	(127,5)
TR	Taxa do cupom de TR	(5,2)	(126,1)	(245,8)
Ações	Preços de ações	6,6	(166,1)	(332,2)
Total sem correlação		(2,3)	(595,1)	(1.178,2)
Total com correlação		(1,6)	(416,4)	(824,4)
Total sem correlação - área industrial (**)		-	(1,7)	(2,9)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

(**) Inclui exposições em moeda estrangeira, taxa de juros e preços.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc.);
- Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;
- Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

A Itaúsa fundamenta sua tomada de decisões utilizando ferramentas de análise que permitam a realização de operações rentáveis de forma segura, buscando a otimização do risco-retorno.

No ramo financeiro do grupo que concentra a parte significativa do risco de mercado, a gestão de riscos do Itaú Unibanco busca as melhores práticas de governança corporativa recomendadas por organismos internacionais e pelo Acordo de Basiléia.

A gestão de riscos do Itaú Unibanco busca as melhores práticas de governança corporativa recomendadas por organismos internacionais e pelo Acordo de Basileia.

O normativo de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007, do CMN (e atualizações posteriores), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Itaú Unibanco.

a) Riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção primordialmente para os riscos de taxas de juros, inflação e variação cambial.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

O patrimônio da organização é gerido em moeda nacional e a estratégia de proteção objetiva evitar que oscilações dos fatores relevantes de mercado comprometam o valor do patrimônio.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Quando necessário, a Emissora realiza operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros usados pelo ramo financeiro do Itaú Unibanco consistem do uso de métricas de risco de mercado, tais como: VaR (Value at Risk), VaR Stress, Controle de Perda Máxima e Alerta de Perda Máxima, dentre as principais.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Emissora realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

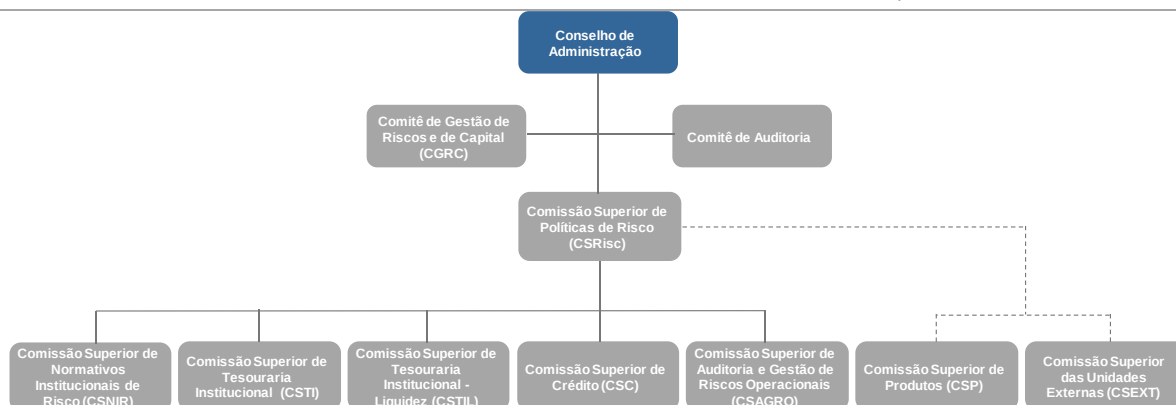
f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e capital

A Itaúsa, conforme necessidade compartilha a estrutura organizacional com a sua principal controlada em conjunto, o Itaú Unibanco abaixo descrita:

A gestão de risco é considerada pelo Itaú Unibanco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas. A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação do banco.

O controle dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e de subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. Esta estrutura independente também é responsável por centralizar o gerenciamento de capital do Itaú Unibanco. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco aos riscos bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Os processos de gestão de risco permeiam toda a instituição, alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores descritas abaixo, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco através dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.



O Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC) apóia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos e de capital, submetendo relatórios e recomendações para deliberação do Conselho, no que diz respeito a: (i) supervisão das atividades de gestão e controle de risco do Itaú Unibanco, visando a assegurar sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios; (ii) revisão e aprovação de normativos institucionais e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Itaú Unibanco; (iii) definição do retorno mínimo esperado sobre o capital, bem como monitoramento do desempenho; (iv) supervisão das estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar seu alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor; e (v) promoção do aperfeiçoamento da cultura de risco do Itaú Unibanco.

O Comitê de Auditoria é responsável por supervisionar a qualidade e a integridade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, dentre outras funções.

A Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc) é o órgão máximo de gestão de risco e capital no nível executivo, responsável por: (i) estabelecer políticas gerais de risco que definam a forma de atuação e alçadas para os fóruns específicos, gestores de cada tipo de risco; (ii) aprovar os procedimentos necessários para o efetivo cumprimento dos normativos institucionais e processos definidos; (iii) aprovar decisões de tomada de risco com grande impacto no capital e revisar decisões tomadas por outros Comitês dentro da sua alçada; (iv) estabelecer e monitorar limites agregados por tipo de risco; (v) garantir, no tempo, a consistência da gestão de riscos e capital no Itaú Unibanco; (vi) monitorar o processo de implantação dos instrumentos de gestão de riscos e capital; (vii) aprovar metodologias de avaliação de riscos e de cálculo de capital. Além da CSRisc, a supervisão em nível superior da gestão de risco é realizada através de cinco comissões: Comissão Superior de Normativos Institucionais de Risco (CSNIR), Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI), Comissão Superior de Tesouraria Institucional – Liquidez (CSTIL), Comissão Superior de Crédito (CSC), Comissão Superior de Auditoria e Gestão de Riscos Operacionais (CSAGRO).

- A CSNIR tem por objetivo validar e aprovar normativos institucionais de controle de risco de mercado, de liquidez, de crédito, operacional e de subscrição e de gerenciamento de capital.
- A CSTI e a CSTIL são responsáveis por avaliar e estabelecer as estratégias para os riscos de mercado e de liquidez. A CSTI estabelece limites de exposição de risco de mercado e limites de perda máxima das posições baseada nos limites determinados pela CSRisc. Os limites são monitorados diariamente e estouros são reportados ao nível apropriado. A CSTIL estabelece limites baseados nos limites determinados pela CSRisc e monitora os níveis de liquidez atuais e futuros visando a gerir os fluxos de caixa.
- A CSC é responsável por gerenciar o risco de crédito corporativo, incluindo o estabelecimento de políticas de crédito corporativas, coordenação de normas internas sobre limites de crédito, para concessão de financiamentos e garantias bancárias e determinação das alçadas para aprovação de operações de crédito;
- A CSAGRO é responsável por riscos operacionais e controles internos, incluindo: gerenciar os riscos associados aos processos e negócios; definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do Sistema Itaú Unibanco de Controles Internos e *Compliance*.

Adicionalmente às Comissões e aos Comitês de gerenciamento de riscos, a Comissão Superior de Produtos (CSP) aprova produtos, operações, serviços e processos, garantindo a aderência às necessidades dos

clientes/segmentos (suitability), e é responsável por avaliar os riscos potenciais destas operações à imagem do Itaú Unibanco.

A Comissão Superior das Unidades Externas (CSEXT) tem por objetivo supervisionar os negócios no exterior e é a alçada máxima para aprovação de produtos, operações, serviços e processos nos mercados em que o Itaú Unibanco atua fora do Brasil.

Como parte das ferramentas de controle de risco, o Itaú Unibanco administra sistemas de informática proprietários para completo atendimento aos normativos de reserva de capital e modelos do Banco Central. Estes modelos baseiam-se nos seguintes elementos:

- Análises econômicas, financeiras e estatísticas, que possibilitam avaliar os eventos adversos sobre a liquidez, crédito e a posição de mercado da instituição;
- Métricas de risco de mercado como Valor em Risco (VaR), perdas em cenários de estresse, alerta *stop loss* e concentração;
- Ferramentas de *rating* de risco de crédito que classificam clientes com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score* para carteiras de varejo e modelos proprietários de *rating* para clientes corporativos. São adotados também modelos de gestão de carteira para quantificar e alocar capital econômico, que é o capital que o Itaú Unibanco estima ser suficiente para cobrir os riscos incorridos;
- Riscos operacionais, muitos dos quais foram avaliados por meio de bases de dados e modelos estatísticos internos, que monitoram a frequência e a severidade de situações internas de prejuízo para quantificar os riscos e alocar o capital econômico. O Itaú Unibanco está em processo de ampliar as abordagens estatísticas e baseadas em cenários para cobrir todos os riscos operacionais relevantes;
- Simulações de alternativas para proteção devido a perdas de liquidez e planos de contingência para situações de crise em diferentes cenários.

O Itaú Unibanco possui processos para cálculo regulatório, de acordo Resolução CMN nº. 3.490. O capital regulatório para a cobertura dos riscos considera o somatório das seguintes parcelas:

- PEPR: parcela regulatória exigida para cobertura do risco de crédito e de demais exposições ativas não incluídas nas demais parcelas;
- PCAM: parcela regulatória exigida para cobertura do risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- PJUR: parcela regulatória exigida para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação;
- PCOM: parcela regulatória exigida para cobertura do risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);
- PACS: parcela regulatória exigida para cobertura do risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;
- POPR: parcela regulatória exigida para cobertura do referente ao risco operacional.

Atendendo à Resolução nº 3.988 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e está preparando o primeiro relatório do processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), que será submetido ao BACEN em setembro de 2013, na database de junho de 2013.

O processo de gerenciamento de capital apóia o Itaú Unibanco por meio do processo contínuo de:

- Monitoramento da necessidade de capital mantido pelo Itaú Unibanco em cenários de normalidade e de estresse, considerando os requerimentos regulatórios e as diretrizes do Conselho de Administração;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Itaú Unibanco;
- Adoção de postura prospectiva em relação ao gerenciamento do capital.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A verificação da qualidade dos controles e da aderência do gerenciamento de risco de mercado às políticas e estratégias definidas pelas Comissões Superiores da Instituição, são realizados periodicamente pela Área de Controles Internos, subordinada à Área de Controle de Riscos (ACR).

A Área de Controles Internos é responsável pela avaliação periódica da qualidade dos controles internos e aderência dos processos às diretrizes da Alta Administração.

A metodologia de controles internos baseia-se nas seguintes etapas:

1. Mapeamento dos Processos, garantindo que o mesmo:
 - Permita o entendimento do processo;
 - Possua detalhamento de atividades e controles críticos;
 - Encontre-se atualizado.
2. Elaboração da Matriz de Riscos e Controles, endereçando:
 - Principais riscos de cada etapa;
 - Controles adequados à mitigação dos riscos, incluindo o monitoramento em conformidade com as normas e políticas definidas.
3. Análise e execução dos Testes, considerando se:
 - Os testes estabelecidos são adequados para avaliar a eficácia dos controles;
 - A documentação do procedimento de execução de testes é clara e possui detalhamento suficiente para permitir sua re-execução;
 - O resultado do teste demonstra efetivamente adequação/inadequação do controle.
4. Apresentação das deficiências de controle aos gestores das áreas para a elaboração dos Planos de Ação.
5. Acompanhamento da implantação dos planos de ação para correção das deficiências de controle identificadas.

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Ao longo de 2012, a estrutura de controle de limites de risco de mercado do Itaú Unibanco, granularizada e alinhada à estrutura de negócios e que segrega as métricas em grupos de fatores de risco conforme as áreas de negócios, foi estendida para as unidades externas, expandindo a melhor prática de controle para todas as tesourarias do conglomerado e facilitando a gestão centralizada do risco.

Na busca constante da evolução das práticas de controle e monitoramento de risco, seja pela complexidade dos novos produtos, pela quantidade de operações ou pelas novas exigências regulatórias, a área de controle de risco de tesouraria revisou durante o ano de 2012, toda a base histórica de dados de mercado (preços, curvas e superfícies de volatilidade), garantindo a qualidade de todos os estudos e monitoramentos de risco. A partir desta fonte de dados revisada, iniciou-se o processo de adição do VaR por simulação histórica nas medidas de acompanhamento. Isto representa um importante avanço no monitoramento do risco de mercado oriundo das posições da Tesouraria, pois adiciona às medidas já produzidas diariamente uma nova métrica amplamente utilizada pelo mercado que permite associar perdas potenciais da carteira atual a eventos específicos que aconteceram no passado. Esta nova métrica coloca o emissor no patamar das diretrizes recomendadas nos documentos publicados pelo Comitê da Basileia.

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Itaúsa é estruturada no ramo financeiro e industrial. Suas principais empresas controladas da área industrial são: Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., e da área de serviços financeiros o Itaú Unibanco Holding S.A. Os riscos de mercado relevantes são gerenciados no ramo financeiro do grupo através do Itaú Unibanco, segundo uma estrutura de governança já estruturada.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do Emissor ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e cobre desde o acompanhamento de indicadores

agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados, avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada entidade organizacional, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para a alta gestão.

As empresas do ramo industrial possuem riscos de mercado irrelevantes frente ao ramo dos serviços financeiros - Itaú Unibanco (quadro do item 5.1). As operações do ramo industrial que eventualmente possuam risco de mercado são realizadas para cobrir necessidades inerentes aos seus negócios. Essas operações apresentam riscos de mercado não relevantes dentro do Conglomerado.

Saiba mais sobre o gerenciamento de risco do Itaú Unibanco no site de Relações com Investidores (www.itaunibanco.com.br/ri) na rota: Governança Corporativa >> Gerenciamento de Riscos Pilar 3.

ITEM 6 - HISTÓRICO DO EMISSOR

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	06/05/1966		
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima		
País de Constituição	Brasil		
Prazo de Duração		ou	☒ Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977	ou	☐ Registro sendo Requerido

6.3. Breve histórico do emissor

A Itaúsa, sociedade de participações (*holding*) pura de capital aberto, foi constituída para centralizar as decisões estratégicas de um conjunto de empresas, proporcionando a elas melhores condições de expansão. As principais empresas do Conglomerado Itaúsa também companhias de capital aberto, detêm ampla participação em negócios no mercado nacional e internacional e representam marcas tradicionais e respeitadas em seus respectivos mercados: na área industrial as empresas - Duratex S.A. (Duratex), Elekeiroz S.A. (Elekeiroz) e Itaotec S.A. (Itaotec) e na área de serviços financeiros o Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco).

O modelo de gestão da Itaúsa é baseado na autonomia administrativa das companhias das quais participa, permitindo assim às empresas alcançarem altos níveis de produtividade, capacitando seus colaboradores com programas de formação, treinamento e desenvolvimento e aprimorando a tecnologia dos produtos e serviços que oferecem aos seus clientes e mercado.

A história do Conglomerado Itaúsa começou com o primeiro banco de investimento a se constituir no País, denominado Banco Federal Itaú de Investimentos S.A., que foi criado em 06 de maio de 1966, logo após essa área de atividade ter sido institucionalizada pelo Banco Central do Brasil.

Dentre seus fundadores, destacamos: Jorge Dias de Oliva, Eudoro Villela, Aloysio Ramalho Fóz, Olavo Egydio Setubal, Haroldo de Siqueira, Rubens Martins Villela e José Carlos Moraes Abreu.

Em novembro de 1970, teve sua denominação alterada para Banco Itaú de Investimento S.A. e, a partir de maio de 1973, passou a denominar-se Banco Itaú Português de Investimento S.A. Expandiu sua atuação na área específica de bancos de investimento, acumulando simultaneamente vultosa carteira de ações, tornando-se acionista significativo de várias instituições financeiras do Itaú. Com o desenvolvimento dessas instituições, tornou-se complexo para o Banco Itaú Português de Investimento S.A. manter a bipolaridade de sua atuação, como *holding* do conglomerado e como banco de investimento.

Dessa forma, reformulando seus objetivos, deixou de ser um banco de investimento para se tornar a empresa líder das Instituições Financeiras Itaú, uma *holding* liderando um Conglomerado, à época, de mais de 50 sociedades. Na Assembleia Geral de 09 de dezembro de 1974, foi aprovada a alteração da denominação para Investimentos Itaú S.A. e do objeto social que passou a ser de apoiar as empresas privadas nacionais de cujo capital participava.

Na Assembleia Geral, de 30 de abril de 1991, foi alterada sua denominação social para Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., incorporando assim, definitivamente, a sigla “Itaúsa” pela qual a Emissora é reconhecida no mercado.

Em 26 de junho de 2001, a Itaúsa aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo e dentre os compromissos que assumimos destacam-se: a manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital, para garantir liquidez aos papéis e grande quantidade de informações que devemos informar aos acionistas e ao mercado de capitais a cada trimestre.

Desde 2001, a Itaúsa participa de reuniões públicas anuais em parceria com a APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capital) com um público diversificado de pessoas, entre analistas, profissionais de investimento, investidores, acionistas e imprensa especializada, do Brasil e do exterior. Também vem realizando teleconferências, transmitidas via telefone e Internet, quando da divulgação dos seus resultados. A teleconferência é anual, mas poderá ocorrer oportunamente, quando houver algum fato relevante que justifique a sua realização. Caso queira, as apresentações das reuniões da Itaúsa na APIMEC e as teleconferências estão disponíveis no site da Itaúsa, desde 2001 - acesse o site www.itausa.com.br e clique em “Apresentações”.

Em conformidade com as melhores práticas de boa governança corporativa, a fim de evitar conflitos de interesses, e promover a harmonia entre as partes relacionadas, firmou-se em 10 de maio de 2011, entre as famílias Villela e Setubal, acionistas controladores da Itaúsa, o Acordo de Acionistas, que tem como objetivo garantir e dar transparência às bases de atuação dos controladores na gestão das principais questões de ordem estratégica da *holding*. Trata-se de um instrumento público, que explicita o funcionamento das regras e do exercício de poder, regulamenta as transações de compra e venda de ações e a preferência de aquisição, no âmbito dos grupos controladores, e garante as condições de equilíbrio e de exercício de poder para a continuidade dos negócios com respeito a todos os públicos relacionados.

Nessa instância, merece destaque a aprovação do regimento interno na reunião do Conselho de Administração de 08 de agosto de 2011. Com o regimento reafirmou-se que a missão do Conselho de Administração é proteger e valorizar o patrimônio da companhia e maximizar, por meio da atuação da Diretoria, o retorno de seus investimentos. O Conselho, tendo presente a natureza de *holding* pura da Itaúsa, acompanha regularmente a evolução dos negócios de suas controladas.

Em dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Itaúsa aprovou o Código de Ética do Conglomerado Itaúsa. O documento detalha os compromissos da Itaúsa em relação aos dois temas essenciais: cidadania corporativa e administração, transparência e prestação de contas, nos quais estabelece um conjunto de 15 diretrizes para balizamento dos negócios. O Conselho de Administração da Itaúsa também determinou que os códigos de ética ou de conduta das empresas controladas devem estar alinhados às diretrizes formuladas pela *holding*.

A Itaúsa foi selecionada pela nona vez, em 2012, para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2012/2013, a carteira é integrada por 340 empresas de 30 países, das quais apenas nove brasileiras. Entre elas a própria Itaúsa, o Itaú Unibanco, a Redecard S.A. e a Duratex. E também pelo sexto ano consecutivo a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOvespa (ISE) em sua edição 2012/2013.

Em 2012, pelo segundo ano consecutivo, o Relatório Anual da Itaúsa, recebeu da *Global Reporting Initiative* (GRI) declaração de atendimento ao Nível A+ de aplicação das diretrizes GRI. Esse reconhecimento é concedido às companhias que mantêm práticas avançadas de relato da sustentabilidade e a Itaúsa é a única *holding* pura de capital aberto do Brasil que divulga seu relatório no nível A+. As principais empresas do Conglomerado Itaúsa também elaboraram seus relatórios atendendo aos requisitos de aplicação das diretrizes de GRI: no nível A+ - Duratex e Itaú Unibanco e no Nível A - Elekeiroz e Itautech.

Com a evolução contínua de nossas práticas de governança corporativa e análise dos impactos ambientais e sociais, temos tido êxito no desenvolvimento de iniciativas que agregam valor para os produtos e serviços que são oferecidos pelas nossas controladas.

6.5. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando:

Em 2012

Área Industrial

Biologica Sistemas

Evento	Aquisição de 70% da sociedade Biologica Sistemas Ltda., que teve seu tipo jurídico alterado para sociedade anônima, passando a denominar-se Biologica Sistemas S.A.
Principais condições do negócio	Aquisição de 70% das quotas representativas do capital social da Biologica Sistemas Ltda. (350 mil quotas) através de contrato de compra e venda de quotas firmado em 20/03/2012. O valor total do negócio foi de R\$ 998 mil dos quais R\$ 382 mil foram pagos na data de fechamento e R\$ 616 mil foram retidos para fazer frente a eventuais perdas que a Biologica venha a incorrer e que serão objeto de indenização à Itautec pelos ex-controladores. A quantia retida será corrigida por índice equivalente a 100% do CDI desde a data de fechamento e será liberada aos ex-controladores caso não surja nenhum evento sujeito à indenização. Em 30 de outubro de 2012 a Companhia pagou a 1ª parcela retida no montante de R\$ 171 mil.
Sociedades envolvidas	Itautec S.A. e Biologica Sistemas Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Jacarandá

Evento	Incorporação da Jacarandá Mimoso Participações Ltda. por sua controladora Duraflora S.A., subsidiária integral da Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Em 30 de abril de 2012, referida controlada foi incorporada pela Duraflora S.A., subsidiária integral da Duratex S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação e Laudo de Avaliação. Objetivo da Operação: Racionalização das atividades administrativas e comerciais, bem como a otimização da atual estrutura societária
Sociedades envolvidas	Duraflora S.A., Jacarandá Mimoso Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda. e Duratex S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	A Duratex Empreendimentos Ltda. passou a ser acionista da Duraflora S.A., em virtude da participação que detinha na Jacarandá Mimoso Participações Ltda.
Quadro societário antes e depois da operação	<u>Antes:</u> Duratex S.A. detinha 100% do capital social da Duraflora S.A.. <u>Depois:</u> Duratex S.A. passou a deter 99,99% e Duratex Empreendimentos Ltda. passou a deter 0,01% do capital social Duraflora S.A.

Tablemac S.A.

Evento	Aquisição de Participação Relevante na Tablemac S.A. por subsidiárias da Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Em 18 de maio de 2012, a Duratex assinou um Acordo para Subscrição de Participação Relevante na Tablemac S.A., empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada. Em agosto de 2012 a Duratex S.A., por meio de suas subsidiárias indiretas Duratex Europe NV. e Duratex Belgium NV., efetivou a subscrição de 25% do capital social da Tablemac S.A. por meio de uma emissão primária de ações. Esse evento representou um aporte de aproximadamente R\$ 116 milhões na empresa colombiana. Adicionalmente à aquisição acima, foi realizada, no mercado colombiano, uma Oferta Pública para aquisição de uma participação adicional na Tablemac de 12% das ações emitidas pelo valor fixo unitário de COP 12 (doze pesos colombianos), o que representa um investimento aproximado de R\$ 54 milhões realizado em 02/11/2012.
Sociedades envolvidas	Tablemac S.A., Duratex S.A., Duratex Europe N.V. e Duratex Belgium N.V.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Aquisição da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda.

Evento	Aquisição da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. por Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Em 28 de maio de 2012, a Duratex assinou Proposta Vinculativa de Aquisição da unidade industrial da Lupatech S.A., localizada em Jacareí-SP (Metalúrgica Ipê-Mipel), especializada na fabricação de válvulas industriais de bronze. Em 02 de outubro de 2012 foi concluída a aquisição da totalidade das quotas sociais da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. (Mipel) por R\$ 45 milhões. Essa aquisição permite aumentar a oferta de produtos da Divisão Deca no segmento de válvulas industriais de bronze, além de agregar uma capacidade de fabricação anual equivalente a 780 mil peças por turno.
Sociedades envolvidas	Lupatech S.A., Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. e Duratex S.A. e Duratex Empreendimentos Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Thermosystem

Evento	Aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda. pela Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Em 24 de setembro de 2012, a Duratex assinou Proposta Vinculativa de aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda., empresa especializada na fabricação de chuveiros eletrônicos e sistemas de aquecimento solar pelo valor de R\$ 58,1 milhões. Empresa inovadora, tendo lançado a primeira “ducha eletrônica” do país, vem crescendo nos últimos anos como um fabricante de design, inovação e valor agregado. Em 02 de janeiro de 2013 foi assinado o Contrato Definitivo de Compra e Venda de Quotas Sociais da Thermosystem.
Sociedades envolvidas	Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda., Duratex S.A. e Duratex Empreendimentos Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Incorporação da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda.

Evento	Incorporação da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. por Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Em 28 de dezembro de 2012, foi aprovada a incorporação da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. por Duratex S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação e Laudo de Avaliação Objetivo da Operação: Racionalização das atividades administrativas e comerciais, bem como a otimização da atual estrutura societária.
Sociedades envolvidas	Duratex S.A. e Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Debêntures Duratex

Evento	1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Em 8 de fevereiro de 2012, foi aprovada a emissão privada de debêntures da Duratex S.A. no montante de R\$ 99,9 milhões, com garantia flutuante, conversíveis em ações. As debêntures foram totalmente subscritas e as ações ordinárias resultantes da conversão das debêntures: (i) terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos às ações de emissão da Companhia hoje existentes; e (ii) participarão integralmente da distribuição dos resultados cuja deliberação ocorra a partir da data da solicitação de conversão, inclusive dividendos e juros sobre capital próprio.
Sociedades envolvidas	Duratex S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Na data-base da emissão das debêntures (15.01.2012), o percentual máximo de diluição no total de ações da Companhia era de 1,42%, considerando a conversão de 100% das debêntures e desconsiderando as ações mantidas em tesouraria.
Quadro societário antes e depois da operação	Das 777.000 debêntures emitidas, 1.871 (0,24%) foram convertidas em ações ordinárias durante o exercício de 2012.

Área de Serviços Financeiros

Para efeitos deste item, a área de serviços financeiros utiliza como critério de relevância operações com valor envolvido superior a R\$ 300 milhões ou que tenham sido objeto de divulgação de fato relevante nos últimos três anos.

Redecard

Evento	Oferta Pública de Aquisição de Ações da Redecard.
Principais condições do negócio	Em 07 de fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding anunciou sua intenção de adquirir, diretamente ou por meio de suas controladas, as ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A. ("Redecard"), por meio de oferta pública para aquisição de ações ("OPA"), visando o cancelamento de registro de companhia de capital aberto da Redecard perante a CVM. A OPA foi destinada à aquisição das ações ordinárias de emissão da Redecard correspondentes a aproximadamente 50% do seu capital social total. Em 12 de abril de 2012, o Itaú Unibanco Holding confirmou que o preço a ser pago em dinheiro seria de R\$ 35,00 por ação ("Preço OPA"). A OPA foi concluída com sucesso em 24 de setembro de 2012. Como resultado do leilão, o Itaú Unibanco Holding adquiriu, através de sua controlada Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda. ("Banestado"), 298.989.137 ações ordinárias da Redecard, representativas de 44,4% do seu capital social, passando a deter 94,4% do capital social total da Redecard. Em 18 de outubro de 2012, o registro da Redecard como companhia de capital aberto foi cancelado. Em dezembro de 2012, o emissor passou a deter, por meio de suas controladas, a totalidade das ações da Redecard. As ações foram adquiridas pelo Preço OPA, totalizando um valor de R\$ 11.752 milhões (incluindo o leilão). A diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas minoritários foi reconhecida diretamente do Patrimônio Líquido Consolidado na rubrica Reservas de Lucros no valor de R\$ 11.151 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2012, que líquido de impostos corresponde a R\$ 7.360 milhões. Para maiores informações, veja a nota explicativa 2-c das Demonstrações Financeiras.
Sociedades Envolvidas	Redecard S.A, Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda. e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Em dezembro de 2012, o Itaú Unibanco Holding, por meio de suas controladas, passou a deter 100% das ações da Redecard.

Serasa

Evento	Alienação de ações de emissão da Serasa S.A.
Principais condições do negócio	Em 22 de outubro de 2012, Itaú Unibanco Holding, por meio da BIU Participações S.A., celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Experian Brasil Ltda., no qual se obrigou a vender a totalidade de sua participação societária, correspondente a 601.403 ações ordinárias, na Serasa S.A., uma sociedade de informações de crédito. O resultado antes de impostos decorrentes dessa alienação foi de R\$1.542 milhões no quarto trimestre de 2012. O fechamento dessa transação ocorreu em 23 de novembro de 2012.
Sociedades Envolvidas	BIU Participações S.A., Itaú Unibanco S.A., Experian Brasil Ltda. e outras instituições financeiras que detinham e também alienaram suas participações societárias na Serasa S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do Emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	O Emissor deixou de deter qualquer participação no capital social da Serasa S.A.

BMG

Evento	Associação com o Banco BMG S.A. (" BMG "), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados no território brasileiro.
Principais condições do negócio	O Itaú Unibanco S.A. celebrou, em 09 de julho de 2012, Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), um banco brasileiro privado, visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados no Brasil ("Associação BMG"). A Associação BMG está estruturada como uma nova instituição financeira, Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Associação"), controlada pelo Itaú Unibanco S.A., com participação direta de 70% (setenta por cento) no capital social total e votante. O BMG detém os 30% (trinta por cento) remanescentes. O patrimônio líquido inicial da Associação é de R\$ 1 (um) bilhão. Ao Itaú Unibanco S.A. é assegurada a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e da maioria dos diretores, incluindo o Diretor Presidente. O BMG tem o direito de indicar os diretores das áreas comercial, operações e cobrança da Associação, sujeitos à aprovação do Itaú Unibanco S.A. O BMG compartilha os seus canais de distribuição operados por meio de correspondentes bancários com a Associação, que tem o direito de financiar 70% (setenta por cento) dos créditos consignados originados pelos referidos canais de distribuição. Os 30% (trinta por cento) remanescentes são contratados diretamente pelo BMG. As operações de crédito consignado feitas por meio de agências e outros canais exclusivos do Itaú Unibanco S.A. para os seus clientes continuam operando de forma independente em relação à Associação. O Itaú Unibanco S.A., em adição, proverá parte dos recursos financeiros para a operação de crédito consignado do BMG, no valor mensal de até R\$ 300 milhões, pelo prazo de 5 anos. O Itaú Unibanco S.A. e suas afiliadas tem ainda o direito de ofertar seus produtos e serviços aos clientes da Associação. Esta operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e os contratos definitivos regulando a Associação BMG foram assinados em 13 de dezembro de 2012, incluindo um acordo de investimento que estabelece os direitos e obrigações de cada uma das partes em relação à Associação, e um contrato de concessão de recursos via cessão de direitos creditórios, que estabelece a obrigação do Itaú Unibanco S.A. de conceder <i>funding</i> ao BMG. O fechamento da operação ocorreu em 07 de janeiro de 2013. Em abril de 2013, o Banco Central homologou a operação.
Sociedades Envolvidas	Banco BMG S.A. e Itaú Unibanco S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	O Itaú Unibanco S.A passou a deter 70% do capital total e votante da Associação.

BPI

Evento	Alienação de ações de emissão do Banco BPI, S.A.
Principais condições do negócio	Em 20 de abril de 2012, o Itaú Unibanco Holding, por meio de sua controlada IPI - Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Lda., celebrou contrato visando à transferência da totalidade de sua participação de 18,87% no capital social do Banco BPI, S.A. à CaixaBank, S.A. ("<u>La Caixa</u>"), sociedade integrante do Grupo La Caixa. A operação foi aprovada pelo Banco Central de Portugal em 30 de abril de 2012 e o seu fechamento ocorreu em 03 de maio de 2012, oportunidade em que a La Caixa pagou ao Itaú Unibanco Holding aproximadamente € 93 milhões pela aquisição. A transação teve um efeito positivo de aproximadamente R\$ 106 milhões no patrimônio líquido consolidado e um efeito negativo, não recorrente, de aproximadamente R\$ 205 milhões no lucro líquido contábil. Esses efeitos foram registrados no 2º trimestre de 2012.
Sociedades Envolvidas	IPI - Itaúsa Portugal Investimentos - SGPS, Lda.; Banco BPI, S.A. e CaixaBank, S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores do Emissor	Não houve alteração no quadro societário do emissor.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Após a alienação de 18,87% das ações de emissão do Banco BPI S.A., o Emissor deixou de deter, direta ou indiretamente, qualquer participação no capital social do BPI.

Em 2011

Área Industrial

Elizabeth Louças Sanitárias

Evento	Aquisição da Elizabeth Louças Sanitárias Ltda.
Principais condições do negócio	Aquisição, pela Duratex S.A., da totalidade das quotas sociais da Elizabeth Louças Sanitárias Ltda., em 04 de fevereiro de 2011, nos termos do Contrato Definitivo de Compra e Venda das Quotas Sociais, objetivando garantir importante acréscimo à capacidade de produção de louças sanitárias, além de ampliar a participação da Duratex S.A. em região de rápido crescimento da atividade de construção. Nessa mesma data, a denominação social da sociedade adquirida passou para Deca Nordeste Louças Sanitárias Ltda.
Sociedades envolvidas	Elizabeth Louças Sanitárias Ltda., Duratex S.A. e Duratex Empreendimentos Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

DRI – Resinas Industriais S.A.

Evento	Incorporação da subsidiária integral DRI – Resinas Industriais S.A. pela Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Otimização e racionalização do número de empresas que estão sob o controle da Duratex S.A., verticalização do processo produtivo dos painéis de madeira e maximização dos resultados. Em 29 de abril de 2011, referida subsidiária foi incorporada pela Duratex S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação e Laudo de Avaliação.
Sociedades envolvidas	Duratex S.A. e DRI – Resinas Industriais S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Deca Nordeste

Evento	Incorporação da Deca Nordeste Louças Sanitárias Ltda., sociedade unipessoal controlada pela Duratex S.A.
Principais condições do negócio	Otimização e racionalização do número de empresas que estão sob o controle da Duratex S.A., bem como a redução das atividades administrativas e das obrigações acessórias anuais. Em 29 de julho de 2011, referida sociedade foi incorporada pela Duratex S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação e Laudo de Avaliação.
Sociedades envolvidas	Duratex S.A. e Deca Nordeste Louças Sanitárias Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Área de Serviços Financeiros

Para efeitos deste item, a área de serviços financeiros utiliza como critério de relevância operações com valor envolvido superior a R\$ 300 milhões ou que tenham sido objeto de divulgação de fato relevante nos últimos três anos.

Banco Carrefour

Evento	Aquisição de 49% das ações de emissão da BSF Holding S.A., controladora do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour").
Principais condições do negócio	Em 14 de abril de 2011, o Itaú Unibanco S.A. firmou contrato de compra e venda de ações, por meio do qual se comprometeu a adquirir indiretamente 49% das ações de emissão do Banco Carrefour. O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de determinados produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil. Em 14 de abril de 2011, a bandeira "Carrefour" incluía 163 hipermercados e supermercados e canais eletrônicos relacionados, e, em 31 de dezembro de 2010, contava com uma base de 7,7 milhões de contas e carteira de crédito no valor (bruto) de R\$ 2.254 milhões. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 23 de abril de 2012 e seu fechamento ocorreu em 31 de maio de 2012.
Sociedades Envolvidas	Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Banco CSF S.A., Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda., BSF Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A.
Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Acionário, especialmente, sobre a Participação do Controlador, de Acionista com mais de 5% do Capital Social e dos Administradores da Emissora	Não houve alteração no quadro societário da Emissora.
Quadro Societário Antes e Depois da Operação	Após a aquisição de 49% das ações de emissão da BSF Holding S.A., o Itaú Unibanco S.A. passou a deter, indiretamente, 49% do capital total e votante do Banco Carrefour.

Em 2010

Área Industrial

Incorporação de subsidiárias pela Itaúsa

Evento	Incorporação, pela Itaúsa-Investimentos Itaú S.A., das subsidiárias Itaucorp S.A., Elekpert Participações e Administração S.A., Seg-Part S.A. e Rouxinol Administração e Participações Ltda.
Principais condições do negócio	Intuito de otimizar e racionalizar o número de empresas que estão sob o controle da Itaúsa-Investimentos Itaú S.A., bem como maximizar os resultados e minimizar os custos. Em 30.04.2010, as subsidiárias Itaucorp S.A., Elekpert Participações e Administração S.A., Seg-Part S.A. e Rouxinol Administração e Participações Ltda. foram incorporadas pela Itaúsa Investimentos Itaú S.A., nos termos dos Protocolos e Justificações das Incorporações e Laudos de Avaliação.
Sociedades envolvidas	Itaúsa-Investimentos Itaú S.A. e as subsidiárias Itaucorp S.A., Elekpert Participações e Administração S.A., Seg-Part S.A. e Rouxinol Administração e Participações Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Incorporação de subsidiárias pela Duratex

Evento	Incorporação, pela Duratex S.A., das subsidiárias integrais Cerâmica Monte Carlo S.A. e Deca Indústria e Comércio de Materiais Sanitários Ltda.
Principais condições do negócio	Concentração das atividades de industrialização e comercialização de louças sanitárias pela Duratex S.A., a otimização dos processos de produção e de distribuição, a racionalização das operações comerciais, das despesas administrativas e do número de empresas sobre controle da Duratex S.A. Em 30.06.2010, referidas subsidiárias foram incorporadas pela Duratex S.A., nos termos dos Protocolos e Justificações das Incorporações e Laudos de Avaliação.
Sociedades envolvidas	Cerâmica Monte Carlo S.A., Deca Indústria e Comércio de Materiais Sanitários Ltda. e Duratex S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Tallard

Evento	Alienação, pela Itaútec S.A. à Avnet Inc, da totalidade das ações de emissão da Tallard Technologies S.A. e controladas
Principais condições do negócio	Em julho/2010, a Itaútec S.A. concluiu a venda das ações da subsidiária Tallard Technologies para a Avnet Inc, com o recebimento de R\$ 45 milhões pelas ações, mais R\$ 24 milhões referentes a créditos decorrentes de empréstimos. A operação reforça a estratégia da Itaútec S.A. de concentrar sua atenção nas áreas de Soluções de Automações, Soluções de Computação e Serviços Tecnológicos.
Sociedades envolvidas	Tallard Technologies Inc, Tallard Technologies S.A., Tallard Technologies Argentina S.A., Tallard Technologies Chile S.A., Tallard Technologies Ecuador S.A., Tallard Technologies Colombia S.A., Tallard Technologies de Venezuela S.A., Tallard Technologies de México S.A. e Outsourcing & Personnel Services S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Não houve alteração.
Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alteração.

Área de Serviços Financeiros

Em 2010, na área de serviços financeiros, não houve operações com valor envolvido superior a R\$ 300 milhões ou que tenham sido objeto de divulgação de fato relevante.

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve.

6.7 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

A seguir informações adicionais ao item 6.5, julgadas relevantes:

Área Industrial

Em 15 de Maio de 2013, a Itaúsa comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada Itaútec S.A firmou acordo de parceria estratégica (Operação), envolvendo a alienação de participação de 70% de suas atividades de automação bancária e comercial e de prestação de serviços para a Oki Electric Industry Co. Ltd. A Operação, cuja conclusão estima-se que ocorra em dezembro de 2013, está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e ao cumprimento de determinadas condições previstas no referido acordo. O resultado estimado da Operação na Itaúsa é imaterial, considerando o resultado negativo de equivalência patrimonial da Itaútec e a apropriação dos lucros não realizados das operações da Itaútec com outras empresas do conglomerado.

No mesmo comunicado, a Itaúsa informou que a unidade de computação da Itaútec será paulatinamente desativada sem qualquer prejuízo ao cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento, manutenção e garantia dos equipamentos da marca Itaútec/InfoWay, bem como o atendimento ao consumidor e os serviços associados a essa manutenção.

Área de Serviços Financeiros

Em 28 de junho de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A., por meio de sua subsidiária, Banco Itaú Uruguay S.A., celebrou um contrato com o Citibank N.A., Sucursal Uruguay (“Citi”), por meio do qual se obrigou a adquirir a operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai. A concretização desta operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes no Uruguai.

O Banco Itaú BMG Consignado S.A. (“Itaú BMG Consignado”), indiretamente controlado pelo Itaú Unibanco Holding S.A., celebrou, em 25 de junho de 2013, Contrato de Compra e Venda de Ações com controladores do Banco BMG S.A. (“Vendedores”) por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas do Itaú BMG Consignado, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A. (“BMG Seguradora”), pelo valor aproximado de R\$ 85 milhões. A BMG Seguradora celebrará acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com o Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos. Esta operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, incluindo aprovações de autoridades regulatórias competentes.

Em 17 de junho de 2013, o Itaú Unibanco Holding S.A. celebrou um memorando de entendimentos com a Cencosud S.A., rede de varejo chilena, por meio do qual foi estabelecida uma associação estratégica por 15 anos. O objetivo da associação será o de oferecer produtos e serviços financeiros ao consumidor ligados ao negócio de varejo da Cencosud no Chile e na Argentina, em particular serviços e produtos relacionados à emissão e operação de cartões de crédito. As atividades da associação serão desempenhadas por sociedade com esse propósito específico no Chile e na Argentina, cujos capitais sociais serão detidos 51% pelo Itaú Unibanco Holding S.A. por meio de suas subsidiárias locais e 49% pela Cencosud. Em virtude dessa operação, a Cencosud receberá o valor aproximado de US\$307 milhões, sendo que se estima que a operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do Itaú Unibanco Holding S.A., que consolidará a associação em suas demonstrações financeiras. A implementação desta operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a negociação de contratos definitivos e a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Em 14 de maio de 2013, Itaú Unibanco S.A. (“Itaú Unibanco”), Banco Citibank S.A. e sua afiliada Corinth HoldCo LLC (Banco Citibank S.A. e Corinth HoldCo LLC, “Citibank”) assinaram contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das ações de emissão do Banco Citicard S.A. e 100% das quotas da Citifinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda. pelo valor de R\$ 2.767 milhões. A implementação da aquisição depende da aprovação do Banco Central do Brasil e do CADE.

Em 1º de junho de 2010, o Bank of America Corporation, então acionista do Itaú Unibanco Holding S.A., realizou uma oferta para alienação da totalidade das 188.424.758 ações preferenciais de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. de sua propriedade na forma de American Depositary Shares – ADS (cada uma representando uma ação preferencial de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.), equivalentes a aproximadamente 8,4% do total de ações preferenciais de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. em circulação e 4,16% do total do capital social em circulação. Tal alienação foi realizada por meio de oferta secundária de ADS de circulação restrita para investidores qualificados. Referida oferta não foi registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários e a Securities and Exchange Commission – SEC. Adicionalmente, em 11 de junho de 2010, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. adquiriu as 56.476.299 ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. de propriedade do Bank of America Corporation, correspondentes a aproximadamente 2,5% das ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. em circulação e 1,2% de seu capital social em circulação (“Ações Ordinárias”). Como resultado, o Bank of America Corporation não tem mais direito de indicar um membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. ou vender conjuntamente suas ações de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. em caso de transferência de controle (tagalong). Com a aquisição das Ações Ordinárias, a participação direta e indireta detida pela Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. no capital social do Itaú Unibanco Holding S.A. se elevou de 35,43% para 36,68%.

Em maio de 2010, Hipercard Banco Múltiplo S.A., uma controlada do Itaú Unibanco Holding S.A., celebrou parceria com a Redecard S.A., para início da captura das transações da bandeira Hipercard, ainda no segundo trimestre de 2010. Por meio dessa parceria, Hipercard Banco Múltiplo S.A. tem acesso à infra-estrutura e rede já instaladas, em nível nacional, pela Redecard S.A., que possibilita maior eficiência e rapidez no credenciamento de estabelecimentos pela Hipercard S.A., dentro do seu modelo de operação atual, assim como o aumento da participação de mercado e de receita. Para a Redecard S.A., a parceria implica o aumento de sua presença nas regiões Nordeste e Sul, nas quais a nova bandeira tem participação significativa, bem como auxilia a consolidação de sua plataforma multibandeira, que atinge o total de 17 bandeiras em seu portfólio e aumenta sua receita, tendo em vista ser a Hipercard S.A. a maior bandeira de cartão de crédito brasileira, com mais de 13 milhões de cartões emitidos.

ITEM 7 - ATIVIDADES DO EMISSOR**7.1. Descrever sumariamente as atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas**

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) é uma sociedade de participações (*holding*) pura de capital aberto e há mais de 45 anos de existência lidera um Conglomerado de empresas que atuam na área industrial e na área de serviços financeiros.

As principais empresas controladas, também, são companhias de capital aberto, representam marcas tradicionais e respeitadas em seus respectivos mercados e detêm ampla participação em negócios no Brasil e no mundo. Estas empresas têm atuação destacada nos seguintes segmentos de negócios:

- Na área industrial: Duratex S.A. (Duratex), Elekeiroz S.A. (Elekeiroz) e Itautec S.A. (Itautec) – Companhias Controladas;
- Na área de serviços financeiros: Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco) – Companhia Controlada em Conjunto, maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul em ativos, com valor de mercado que o situa entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo.

No “Item 8 – Grupo Econômico”, deste Formulário de Referência, informamos as participações da Emissora nas sociedades do Conglomerado Itaúsa e no “Item 10 – Comentários dos Diretores” o desempenho dos negócios e o resultado decorrente das participações.

Área Industrial

A Duratex, com atuação em três áreas de negócios, Deca, Painéis e Florestal, comercializa linhas diversificadas de produtos voltados principalmente aos segmentos de acabamento para a construção civil e para fabricantes de móveis. Considerada hoje a maior empresa produtora de painéis de madeira industrializada, louças e metais sanitários do Hemisfério Sul e lidera o mercado brasileiro na produção de pisos laminados com a marca Durafloor e em louças e metais sanitários com as assinaturas Deca e Hydra.

A Elekeiroz produz e comercializa intermediários produtos químicos de uso industrial e possui dois *sites* industriais estrategicamente localizados: um em Camaçari (BA), nos limites do maior polo petroquímico brasileiro, e outro em Várzea Paulista (SP), em meio ao maior mercado consumidor da América do Sul e interligado às principais estradas do Estado de São Paulo.

A Itautec é especializada no desenvolvimento de soluções em computação, automações e serviços tecnológicos, disponibilizando ao mercado uma linha completa de microcomputadores. Produz e comercializa produtos de automação bancária, de automação comercial e atua na prestação de serviços, de manutenção em parques tecnológicos e em projetos de investimentos das empresas, incluindo a prestação de serviços de instalação, infraestrutura, cabeamento e rede, monitoração, manutenção e reparo de equipamentos próprios e de terceiros, nas áreas de computação, automação bancária, automação comercial e telecomunicações, possuindo rede própria de assistência técnica de TI, com capacidade de atendimento em mais de 3,7 mil municípios distribuídos pelo Brasil.

Área de Serviços Financeiros

Observando uma estratégia de segmentação adotada há mais de 20 anos, o Itaú Unibanco dispõe de estruturas, produtos e serviços desenvolvidos para atender às necessidades específicas dos mais diversos perfis de clientes, incluindo pessoas físicas e microempresas, pequenas empresas, médias empresas, poder público, investidores institucionais, pessoas físicas de alta renda e clientes com elevado patrimônio financeiros. As principais atividades operacionais são: (i) banco comercial (abrangendo seguros, planos de previdência e produtos de capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos e diversos produtos e serviços de crédito para pessoas físicas e pequenas e médias empresas); (ii) grandes empresas e banco de investimento (Itaú BBA); (iii) crédito ao consumidor (produtos e serviços financeiros para não correntistas); e (iv) operações com o Mercado e Corporação.

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) Produtos e serviços comercializados

A Itaúsa é uma sociedade de participações pura e a sua receita operacional é proveniente, basicamente, do resultado da equivalência patrimonial.

As principais empresas controladas do Conglomerado Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios e estas empresas se destacam nos seus setores de atuação.

Área Industrial

A Duratex possui dois segmentos operacionais: Divisão Deca e Divisão Madeira. Esta distinção é feita em razão da grande diferença existente entre processos produtivos e canais de distribuição:

- Divisão Deca: responsável pela fabricação e venda de louças (cubas, pias, tanques, vasos sanitários e bidês), metais sanitários (torneiras, misturadores, válvulas de descarga, registros, chuveiros e componentes) e acessórios (papeleiras, toalheiros, saboneteiras, dentre outros);
- Divisão Madeira: responsável pela fabricação e comercialização de painéis de madeira industrializada (chapa de fibra, painéis particulados de média densidade – MDP-, painéis de fibra de média densidade – MDF-, pisos laminados e componentes).

A Elekeiroz não possui estruturas divisionais que resultem em negócios administrados de forma individualizada ou com resultados financeiros apurados separadamente. A segmentação operacional de seus produtos para a gestão dos negócios é feita em dois grupos e baseada em características dos mercados em que atua:

- Produtos Orgânicos – Oxo-alcoóis, Anidridos Ftálico e Maleico, Plastificantes, Resinas de Poliéster Insaturado, Formol, Concentrado Ureia Formol e Ácido Fumárico;
- Produtos Inorgânicos – Ácido Sulfúrico e algumas atividades de revenda.

A Itautech definiu os seus segmentos operacionais baseada em três segmentos de operacionais:

- Soluções de Automação - abrange a comercialização de produtos de automação bancária, automação comercial e *softwares* no Brasil e as operações das subsidiárias localizadas na Argentina, Espanha, Estados Unidos, México, Paraguai e Portugal;
- Soluções de Computação - produz e comercializa desktops, notebooks, netbooks, tablets e servidores;
- Serviços Tecnológicos - oferece assistência técnica, infraestrutura e instalações.

Área de Serviços Financeiros

O Itaú Unibanco oferece um amplo leque de serviços bancários a uma base diversificada de clientes pessoa física e jurídica. Tais serviços são prestados de maneira integrada pelos seguintes segmentos operacionais:

- Banco comercial - incluem produtos de seguro, previdência e capitalização, cartões de crédito, gestão de ativos, produtos de crédito e produtos e soluções personalizados criados especificamente para atender às demandas dos clientes;
- Itaú BBA - responsável pelas operações bancárias do segmento corporativo e de banco de investimento;
- Crédito ao Consumidor; e
- Atividades com o Mercado e Corporação.

O Itaú Unibanco conta com um amplo leque de operações no exterior e construiu sua presença internacional com base em unidades estrategicamente localizadas nas Américas, na Europa e na Ásia. Desta forma, são geradas sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, colocação de Eurobonds, oferta de transações financeiras mais sofisticadas e operações de private banking.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

As Receitas Operacionais por área de atuação são obtidas conforme segue:

- Duratex, Elekeiroz e Itaotec: Vendas de Produtos e Serviços;
- Itaú Unibanco: Receita de Juros e Rendimentos, Ganho (ou Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.

O quadro abaixo apresenta a receita operacional proveniente de cada segmento operacional da Itaúsa:

(Em R\$ milhões)

	Janeiro a Dezembro	Área de Serviços Financeiros	Área Industrial			Consolidado/ Conglomerado (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itaotec	
Receitas Operacionais	2012	125.484	3.394	900	1.545	52.325
	2011	124.877	2.970	777	1.542	51.381
	2010	104.414	2.742	851	1.571	45.492

Notas:

- 1) O Conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida, das empresas sob controle conjunto;
- 2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em dezembro de 2012 de 36,78% (36,82% em dezembro de 2011 e 36,57% em dezembro de 2010).

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O quadro abaixo apresenta o lucro líquido proveniente de cada segmento operacional da Itaúsa:

(Em R\$ milhões)

	Janeiro a Dezembro	Área de Serviços Financeiros	Área Industrial			Consolidado/ Conglomerado (1) (2) (3)
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itaotec	
Lucro Líquido	2012	12.634	460	0	2	5.040
	2011	13.837	375	15	44	5.367
	2010	11.708	467	45	12	5.013

Notas:

- 1) O Conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas; e a consolidação proporcional à participação detida, das empresas sob controle conjunto.
- 2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias;
- 3) Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa de 36,78% (36,82% em 2011 e 36,57% em 2010).

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

Por ser *holding* pura a Emissora não tem resultado de produtos e/ou serviços. As informações a seguir estão descritas por segmentos operacionais, divididos em: Área Industrial e Área de Serviços Financeiros.

Os dados do Itaú Unibanco (área de serviços financeiros) dos itens “7.3.a” ao “7.3.e” estão descritos de forma agrupada e no final dos itens do segmento da área industrial.

a) Características do processo de produção**Área Industrial****Duratex**

Processo painéis de madeira reconstituída (MDF, MDP, Chapa de Fibras de Madeira):

- Os Painéis de Chapa de Fibras são produzidos através dos chamados *wet-process* a partir de fibras de madeira obtidas em processo de desfibração de cavacos de madeira do gênero Eucalipto;
- Os Painéis MDP (*Medium Density Particleboard*) são produzidos através dos chamados *dry-process*, a partir de partículas de madeira (gênero Pinus ou Eucalipto) às quais se adiciona resina uréia formaldeído e através de um processo de prensagem termo-mecânico contínuo temos o painel final cuja espessura varia de 6,0 mm a 30,0 mm;
- Os Painéis de MDF e HDF (*Medium e High Density Fiberboard*) são feitos a partir de fibras de madeira (gênero Pinus ou Eucalipto) que recebem a adição/dosagem de resina uréia-formaldeído e através de um processo de prensagem termo-mecânico contínuo, obtém-se estes painéis com espessura desde 2,5 mm até 30,0 mm.

Laminados BP são painéis de madeira com laminados melamínicos de baixa pressão, são produzidos a partir de painéis de madeira (MDF, HDF, MDP e Chapa de Fibras) onde é laminado sob o efeito de pressão e temperatura, folha ou folhas de papéis impregnadas com resina melamínica.

Os Pisos Laminados de Alta Resistência (Durafloor), são produzidos pela Duratex a partir de painéis de HDF (*High Density Fiberboard*) aos quais são adicionados na face principal folha de papel impresso em padrões madeirados e/ou fantasias e impregnada com resina melamínica e sobre a qual é aplicado um outro filme de proteção também impregnado com resina melamínica porém contendo trióxido de alumínio o qual confere ao produto final resistência à abrasão.

O processo de produção do eucalipto desde o plantio até a formação final da floresta, quando está apto a ser cortado para a produção de painéis reconstituídos de madeira, dura de 06 a 07 anos. O plantio das florestas é realizado a partir de mudas produzidas em viveiro próprio que são plantadas em solo previamente preparado e adubado. O processo de preparo do solo é denominado de cultivo mínimo e se caracteriza pelo preparo mínimo necessário do solo sem seu revolvimento intensivo.

Processo Produtivo de Metais Sanitários

Os produtos usualmente denominados de “Metais Sanitários” se constituem de várias matérias-primas e componentes, que são especificados conforme as propriedades exigidas na sua utilização tais como resistência à corrosão, estanqueidade, acabamento superficial, etc.

Estes fatores fazem com que o processo produtivo dos Metais Sanitários seja composto de diversas operações que podem ser agrupadas nas seguintes categorias de processo: (a) Formação dos Componentes; (b) Processamento Mecânico; (c) Acabamento; e (d) Montagem.

Processo Produtivo de Louças Sanitárias

Os produtos usualmente denominados de “Louças Sanitárias” são formados por um corpo cerâmico resistente ao esforço mecânico e ao ataque químico, e revestido por uma camada superficial de vidro liso e brilhante.

A produção da Louça Sanitária envolve os seguintes processos: (a) Preparação de Matéria Prima; (b) Conformação do Produto; (c) Secagem e Esmaltação; (d) Queima; e (e) Inspeção Final, Montagem, Embalagem e Armazenagem.

Através de sistemas de gestão, certificações (ISO 9000) e programas como 5S, Kaizen, e TPM entre outros, os processos produtivos são continuamente aprimorados com foco na melhoria contínua, maximização da disponibilidade dos ativos operacionais, atendimento ao cliente e aumento de lucratividade.

Elekeiroz

Na gestão dos negócios, a Companhia segmenta operacionalmente seus produtos em dois grupos, com base nas características dos mercados em que atua:

- Produtos Orgânicos: Alcoóis, Anidridos Ftálico e Maleico, Plastificantes, Resinas de Poliéster, Formol e Concentrado Uréia Formol;
- Produtos Inorgânicos: Ácido Sulfúrico.

Itautec

Os processos da Itautec são: (i) Soluções de Computação - Fabricação de Microcomputadores (Desktops, Notebooks, Netbooks) e Servidores; (ii) Soluções de Automação – Fabricação de equipamentos de automação bancária (*automatic teller machine* - ATM e terminais caixa); automação comercial (terminais de ponto de venda - PDV, impressoras fiscais e terminais de auto-atendimento); e (iii) Serviços Tecnológicos – Assistência Técnica, Infra Estrutura, Instalações.

A produção dos equipamentos de computação e automações é realizada na Unidade Industrial de Jundiaí/SP.

b) Características do processo de distribuição

Área Industrial

Duratex

Na Divisão Madeira, os painéis têm a sua distribuição dirigida à indústria de móveis (80% do volume) que usa os insumos para processamento e fabricação do mobiliário, e 20% do volume dirigido ao varejo de painéis de madeira (revendas madeireiras) que tem como principais clientes as pequenas indústrias do mobiliário e os marceneiros.

Os Pisos Laminados de Alta Resistência têm o perfil de distribuição diversificado em Atacados (centrais de negócio), lojas especializadas, home centers da construção, construtoras e hotéis atendendo aos diversos canais de segmentação e perfis de consumidores. São aproximadamente 6.000 clientes ativos desta divisão de negócios.

Nas exportações de chapa de fibra, a Duratex atende aos mercados da Europa e Estados Unidos com estoques em Armazéns nos principais portos Americanos e Europeu posicionados estrategicamente para atender às demandas dos clientes dos mercados, dentro da racionalização logística e competitividade de custos requerida.

A Deca distribui seus produtos de louças e metais sanitários em todo o território nacional através dos segmentos de varejo como Home centers e lojas de material de construção, atendendo a todos os Estados do Brasil. Também atende aos canais de atacadistas em vários Estados e estes distribuem aos pequenos varejistas espalhados por cidades do interior do país.

A Duratex atende o canal chamado de boutiques que são especializados em vendas de produtos de alto valor agregado e que atendem consumidores de maior exigência de atendimento e sofisticação de produtos.

E atende também as principais construtoras do Brasil através da venda direta, além de todo o canal da hidráulica da construção civil que atende as construtoras através de serviços especializados de montagem e instalação.

As vendas são realizadas por equipe própria de vendedores além de representantes de venda terceirizados dentro de uma estrutura de 14 filiais de vendas espalhadas pelo Brasil. A força de venda própria é composta por aproximadamente 400 pessoas sendo: 65% com promotoras de ponto de venda e 35% através de terceiros. A força própria atende os principais clientes da Deca, aqueles mais representativos em termos de volume de vendas e os representantes atendem o pequeno varejo.

Em ambas as Divisões, a participação dos 20 maiores clientes é de aproximadamente 30% das vendas e reflete a pulverização da base de clientes.

Elekeiroz

A maioria das vendas de produtos orgânicos da Elekeiroz é realizada diretamente aos clientes através de equipe especializada, além de distribuidores que adquirem os produtos junto à Elekeiroz e os revendem a clientes de pequeno porte. A distribuição dos produtos é feita diretamente da fábrica para os clientes.

Itautec

A comercialização dos produtos da Itautec é feita por meio de equipe própria de vendas, telemarketing receptivos e representantes treinados pela própria Companhia, garantindo um atendimento qualificado em todo o território nacional. Essas modalidades de distribuição asseguram maior agilidade e um atendimento diferenciado a cada cliente. A entrega dos produtos e peças da Itautec é terceirizada e executada por transportadores e operadores logísticos contratados, utilizando um pool de transportadores dos mais variados tipos e características, visando alcançar as mais diversas localidades e adequar aos diversos produtos comercializados. Para entregas a pessoas físicas, utilizam-se também os serviços dos correios que abrange 100% do território nacional e garante as entregas em localidades de difícil acesso.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

I - Participação em cada um dos mercados

Área Industrial

Duratex

A Divisão Madeira possui um composto de vendas bastante diversificado. Além da mais completa linha de painéis base, possui extensa linha de padronagens. Sua capacidade de produção é de aproximadamente 40% da capacidade da indústria brasileira, de acordo com estimativa interna. Do faturamento total, aproximadamente 60% é destinado à indústria, 24% ao varejo madeireiro e 10% à Construção Civil, dentre outros.

Na Divisão Deca, os produtos estão presentes em todos os segmentos (econômico, média e alta renda), embora o foco esteja mais direcionado aos segmentos voltados a média/alta renda. A capacidade de produção, tanto em metais como em louças sanitárias, de acordo com estimativas internas, representa aproximadamente 40% do total da indústria. Do faturamento total, o varejo, representado por pequenas lojas e grandes redes distribuidoras de materiais de construção, representa aproximadamente 70% do total. Outros 20% são vendas diretas a construtoras e 10% vendas por meio de outros canais.

Elekeiroz

A Elekeiroz está empenhada em manter a liderança conquistada no mercado de intermediários químicos orgânicos, onde compete com produtores nacionais e também com produtos importados. Em 2012, a sua participação no mercado de produtos orgânicos foi de 25% (25% em 2011 e 26% em 2010).

Itautec

A Itautec está entre os maiores fabricantes de máquinas de autoatendimento (ATMs) no mundo. Ocupa a 34ª posição no respeitado Ranking FinTech 100, que lista os maiores fornecedores globais de tecnologia para o

setor financeiro. O mercado brasileiro de automação bancária é constituído por um número reduzido de empresas, sendo duas brasileiras e multinacionais americanas e de países da Europa.

No segmento de automação comercial, que abrange equipamentos para redes varejistas como supermercados, farmácias, e comércio em geral, a Itaútec é líder de mercado em muitos desses segmentos.

Em 2012, o mercado constituído por fabricantes que cumprem todas as etapas constantes do Processo Produtivo Básico – PPB, estipuladas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e pelo Ministério da Indústria e do Comércio – MDIC, foi responsável por 88% do total de equipamentos comercializados no Brasil, incluindo desktops, notebooks e netbooks, com a participação da Itaútec nesse mercado correspondendo a aproximadamente 4,8%, segundo dados da IT Data Consultoria.

A unidade de Serviços Tecnológicos destaca-se pela capacitação técnica de seus profissionais, bem como pela capilaridade da rede de assistência técnica, com presença em todas as regiões do Brasil. A Companhia conta com 30 filiais de serviços e 8 laboratórios de suporte, com funcionários aptos a suprir as demandas de clientes em mais de 3,7 mil cidades brasileiras.

II - Condições de competição nos mercados

Área Industrial

Duratex

O mercado de atuação em ambas as Divisões da Duratex não possui barreiras de entrada e, portanto, a competição se dá através da dinâmica de oferta e procura.

O ambiente concorrencial no segmento de painéis é menos fragmentado e os concorrentes de maior porte. Pelas características do produto, embora haja concorrentes de maior porte no exterior, o custo do frete e de distribuição inviabiliza a importação do produto, sendo, basicamente, uma indústria de concorrência local.

A Divisão Deca tem um ambiente concorrencial mais fragmentado, com concorrentes de menor porte e alguma importação, principalmente em metais sanitários.

Elekeiroz

A Elekeiroz é a única produtora de Oxo-alcoóis, Ácido 2-Etil-hexanóico e Anidrido Maleico no País. A concorrência é exclusivamente de produtos importados.

Nos demais produtos a concorrência provém de produtores locais e de produtos importados. Consideradas as condições normais de concorrência, a Companhia é competitiva em todas as suas linhas de produtos.

d) Eventual sazonalidade

Área Industrial

Duratex

De uma maneira geral o mercado se comporta de forma equilibrada. A exceção se dá nos dois primeiros meses do ano que, em razão do menor número de dias úteis decorrentes do grande número de feriados, apresenta menor ritmo de atividade.

Elekeiroz

De modo geral as vendas sofrem algum efeito de sazonalidade, quando não são impactadas por condições da economia global.

Itautec

O mercado de automações e computação não apresenta períodos de maior sazonalidade. É dependente de licitações públicas ou privadas, as quais ocorrem durante todo o ano.

No segmento de varejo, apresenta maior sazonalidade no último trimestre do exercício, já que as grandes cadeias varejistas preparam seus estoques para as comemorações de final de ano, onde os produtos de computação aparecem como um dos itens mais desejados pelos consumidores.

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

I - Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Área Industrial**Duratex**

As principais categorias de insumos utilizados nos processos de fabricação da Duratex são: resinas, papéis decorativos, fertilizantes, energia elétrica, metais não ferrosos, minerais cerâmicos, gás natural e óleo combustível.

Devido a diversidade e especificidade dos produtos e processos industriais das divisões Madeira e Deca, a Companhia tem relações com fornecedores dos setores de energia elétrica, petroquímico, papel e celulose, metais, trading companies entre vários outros setores industriais.

A estratégia de suprimento de resinas uréia-formol, categoria de insumo mais relevante da Companhia, passou por uma reestruturação. Historicamente a Companhia sempre comprou de fornecedores petroquímicos que transformavam Uréia e Metanol em resina uréia-formol. A partir de 2010, a Duratex passou a produzir aproximadamente 65% da resina consumida.

De todos os setores, o setor de gás e energia elétrica é o mais regulado. As plantas da Duratex estão inseridas no mercado livre de energia e, portanto estão sujeitas a regulamentação da ANEEL e CCEE. A Companhia adota estratégia de contratação de Energia Elétrica no longo-prazo através de vários contratos com geradoras e comercializadoras de energia convencional e incentivada. A gestão dos contratos é feita de tal forma a registrarmos energia contratada nos 12 pontos de entrega e consumo da Companhia.

A Companhia também mantém contratos de fornecimento de água, gás e óleo-combustível com as concessionárias que atendem as regiões aonde localizam-se as plantas industriais, sendo o gás natural um importante insumo na fabricação de louças sanitárias.

Os metais não ferrosos (cobre, bronze e latão) utilizados na fabricação de metais sanitários são obtidos de Companhias transformadoras de não ferrosos como as brasileiras Termomecânica, Eluma e Cecil e a Chilena Cembrass no formato de barras ou tubos. A Companhia dispõe de uma fundição na qual pode processar sucata de cobre, comprada com origem comprovada no mercado nacional, bem como placas de cobre ou latão obtidas de transformadores.

Os minerais cerâmicos presentes no processo produtivo das louças sanitárias são obtidos de diversos fornecedores locais de caulim, argila, feodspato, pedrisco e etc. Estas mineradoras são frequentemente visitadas e inspecionadas pela equipe Duratex. Todas apresentam licença ambiental e direito de lavra para suas operações.

Na área florestal, existe relação comercial de parceria com fornecedores de defensivos agrícolas. A legislação vigente: Lei 7.802 de 1989 e Decreto 4.074 de 2002, Lei de Agrotóxicos, atendida por meio da emissão de receituário agrônomo emitido pelo fornecedor e a fiscalização é de responsabilidade dos órgãos estaduais oficiais de fiscalização da agricultura e do meio ambiente.

No Rio Grande do Sul, a fábrica de painéis de MDP é abastecida principalmente por madeira proveniente de terceiros na medida de 85% da sua necessidade, situação que deve prevalecer, inclusive, durante os próximos 6 anos; este abastecimento é feito por produtores de madeira ou comerciantes de madeira e resíduos madeireiros

mantidos sob contratos e não sujeitos ao controle governamental. A produção de eucalipto na região atende a legislação específica do estado do Rio Grande do Sul, tendo como órgãos fiscalizadores a SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a FEPAM - Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente.

Elekeiroz

Para as matérias-primas utilizadas pela empresa, tanto para os produtos orgânicos quanto para os inorgânicos, não existem restrições ou impedimentos decorrentes de regulamentação governamental. Existem controles de órgãos reguladores como ANP e DPF.

Existe uma programação antecipada de compra de matérias-primas (volumes e datas de entrega) que é repassada aos fornecedores. Para as principais matérias-primas há contratos e acordos de fornecimento, para as demais, não cobertas por estes instrumentos, há programação negociada com as suas fornecedoras.

A precificação das matérias primas principais é definida em contrato e/ou pedidos de compras e tem como referência o mercado internacional, possibilitando, na grande maioria das vezes, uma visão antecipada da movimentação de preços.

Itautec

A seleção dos fornecedores é realizada sob os mais rigorosos critérios, para assegurar perfis condizentes com os valores e as necessidades da Itautec, e envolve as áreas de Engenharia, Qualidade e Crédito. São analisados desde a qualidade dos insumos e condições financeiras até o cumprimento de exigências tributárias, sociais e ambientais. A Itautec se compromete a tratar com confidencialidade os contratos e suas condições comerciais, além de pautar seu relacionamento por valores como ética e integridade.

II - Eventual dependência de poucos fornecedores

Área Industrial

Duratex

Dada a gama de insumos da Companhia, a Duratex possui na carteira de fornecedores Companhias de produtos acabados e transformados. Dentre os vários segmentos em que atuam os fornecedores existem os de capital intensivo, mão de obra intensiva com maior ou menor barreira de entrada e competitividade. Entre os setores em que há baixa competitividade ou alta especificidade situam-se principalmente os petroquímicos, barras de cobre, papéis decorativos e alguns materiais cerâmicos.

De uma maneira geral, não há dependência de fornecedores.

Elekeiroz

Parte das matérias-primas dos produtos orgânicos tem fornecedor único devido à natureza da atividade, como é o caso da unidade de Camaçari, instalada dentro de um polo petroquímico e interligada à central de fornecimento (Braskem) por dutos. A compra dessas matérias primas de terceiros ou do mercado internacional, ainda que possível, raramente seria conveniente devido aos altos custos da logística de transporte e dos impostos envolvidos na operação.

Diferentemente de matérias primas recebidas diretamente de uma central petroquímica, para a produção das Resinas de Poliéster, Formol e Concentrado Ureia Formol a Companhia dispõe de mais alternativas de fornecimento.

Para os produtos inorgânicos, não existem produtores locais de enxofre que possam atender integralmente a demanda interna. O mercado é abastecido por diversos produtores mundiais de enxofre.

Itautec

O mercado mundial de unidades de processamento de dados “processadores” é representado por dois grandes fabricantes, sendo que uma das companhias detém fatia substancial do mercado. Na ausência de fornecimento dessa companhia, todo o mercado mundial será afetado.

No segmento de sistemas operacionais, há um grande fabricante que detém parcela substancial do mercado com a comercialização de licenças de uso.

III - Eventual volatilidade em seus preços**Área Industrial****Duratex**

Os preços de alguns insumos utilizados pela Duratex sofrem alta volatilidade. São eles a uréia, o metanol, o cobre, o papel. Por se tratarem de commodities, estes insumos acompanham as tendências internacionais de preço que variam de acordo com a oferta e demanda a cada momento.

Elekeiroz

Os preços são baseados no mercado internacional e, portanto, sujeitos às suas flutuações.

Itautec

Grande parcela dos componentes utilizados na produção é importada, pois não existem similares produzidos no mercado brasileiro. Dessa forma, uma significativa valorização do dólar em relação ao real resultaria no aumento do custo dos insumos e consequente aumento do custo dos produtos comercializados, potencializando a necessidade de reajustes de preços pelos fabricantes, sempre levando em consideração a movimentação de preços do mercado e limitações dos contratos vigentes, como forma de proteção de suas margens operacionais necessárias à sustentabilidade dos negócios.

Área de Serviços Financeiros (itens “7.3.a” ao “7.3.e”)**Itaú Unibanco***Marketing e Canais de Distribuição*

O Itaú Unibanco fornece serviços e produtos financeiros integrados para os clientes por meio de diversos canais de comercialização e distribuição. A rede de distribuição compõe-se principalmente de agências, caixas eletrônicos e PABs, localizados nas instalações de clientes corporativos.

Agências

Em 31.12.2012, a rede compreendia 3.864 agências de serviços completos em todo o Brasil e 79% das agências estavam localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais na região Sudeste, Paraná na região Sul e Goiás no Centro-Oeste. A rede de agências funciona como uma rede de distribuição de todos os produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes, tais como cartões de crédito, planos de seguro, capitalização e de previdência privada.

Postos de Atendimento Bancário

Em 31.12.2012, o Itaú Unibanco operava com 876 PABs em todo o Brasil. O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitados, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências de serviços completos. Além disso, eles proporcionam uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Caixas Eletrônicas

Em 31.12.2012, o Itaú Unibanco operava com 27.409 caixas eletrônicos em todo o Brasil. Os clientes podem realizar quase todas as operações relacionadas a conta-corrente nos caixas eletrônicos. Os caixas eletrônicos são alternativas de baixo custo aos serviços executados por funcionários e proporcionam pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Também possui contratos com outros operadores de rede, como as marcas Cirrus e Maestro, para permitir aos clientes que façam uso de serviços simplificados através de suas redes.

Concorrência**Visão Geral**

Os últimos anos caracterizaram-se pelo aumento da concorrência e da consolidação no setor de serviços financeiros no Brasil.

Atividades Bancárias de Varejo

Em 31.12.2012, havia 136 bancos múltiplos, 22 bancos comerciais e um grande número de instituições de poupança e empréstimo, corretagem, arrendamento e outras instituições financeiras no Brasil.

O Itaú Unibanco, juntamente com o Banco Bradesco S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A e o HSBC Bank Brasil S.A., são líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos. Em 31.12.2012, esse conjunto de bancos respondia por 40,1% do total de ativos do setor bancário brasileiro, enfrentando a concorrência de bancos do setor público. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil S.A., o BNDES e a Caixa Econômica Federal ocupavam o primeiro, o quarto e o quinto lugar no setor bancário, respectivamente, respondendo por 43,5% do total de ativos do sistema bancário.

O Itaú Unibanco ocupa uma posição de liderança em várias áreas no mercado financeiro local. Com participação de mercado de 14,2% com base no total de crédito em dezembro de 2012, o que o colocou em terceiro lugar no mercado brasileiro. Sem considerar os bancos do governo, o Itaú Unibanco conquistou a liderança em termos do total de crédito, com 26,6% de participação de mercado no Brasil em dezembro de 2012.

O Itaú Unibanco conta com uma equipe altamente qualificada de funcionários. Fortaleceu a presença no Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) para intensificar as suas atividades na América Latina. A estratégia de longo prazo é conquistar, de forma progressiva, uma posição global, mas esta estratégia prioriza a consolidação da presença nos mercados locais e regionais.

Cartões de Crédito

O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, com crescimento médio de 21,4% nos últimos três anos, até 30 de junho de 2012, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. Os principais concorrentes do Itaú Unibanco são Bradesco, Banco do Brasil e Banco Santander. Os emissores de cartões de crédito estão reestruturando suas ofertas de modo a ajustar a taxas de juros mais baixas e adaptando as políticas de precificação (taxas de juros, taxas ao titular do cartão e taxas de comerciantes) para intensificar sua posição no mercado.

Gestão de Ativos

O Mercado de gestão de ativos no Brasil vem crescendo nos últimos anos em diferentes segmentos, mas continua sendo dominado pelos bancos comerciais. Segundo a ANBIMA, o setor de gestão de ativos atingiu R\$ 2.261 bilhões em dezembro de 2012, com a concorrência concentrada em bancos de varejo de grande porte. No segmento institucional, é observada a entrada de gestores estrangeiros, enquanto as boutiques concentram-se no private banking.

Seguros

O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Os principais concorrentes neste setor, excluindo-se seguro saúde, são Bradesco, Banco do Brasil, CEF, Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2012, este setor abrangia aproximadamente 117 seguradoras de diversos portes, inclusive 28 conglomerados e 36 empresas independentes. A associação com a Porto Seguro resultou em ganhos de escala e eficiência. Considerando a participação de 30,0% na Porto Seguro, o Itaú Unibanco detinha 13,2% de participação no mercado brasileiro, com base em prêmios de seguros, em 31 de dezembro de 2012.

Planos de previdência privada e produtos de capitalização

Os principais concorrentes em planos de previdência privada e produtos de capitalização integram ou possuem parcerias comerciais com grandes conglomerados financeiros, como Bradesco, Banco do Brasil, Banco Santander e CEF, que, utilizam a rede de agências para ter acesso ao mercado de varejo.

Segmento Corporativo e de Banco de Investimento

No mercado de crédito de atacado, o Itaú BBA compete pelo primeiro lugar contra o Banco do Brasil (incluindo sua participação de 50,0% no Banco Votorantim), com base no volume total de crédito, seguido atualmente pelo Bradesco e pelo Santander Brasil.

O Itaú BBA ocupa uma posição de destaque no mercado de derivativos, particularmente nos estruturados. Neste mercado, seus principais concorrentes são os bancos internacionais, a saber, Banco Citibank S.A., Credit Suisse Hedging Griffo, HSBC, Banco JP Morgan S.A., Banco Morgan Stanley e Banco Santander.

O Itaú BBA também lidera no mercado de gestão de caixa, onde seus principais concorrentes são o Banco do Brasil, o Banco Santander e o Bradesco. Em 2012, o Itaú BBA recebeu o prêmio “Melhor Instituição em Gestão de Caixa no Brasil” da revista Euromoney e está entre as três principais instituições na categoria “Melhor Instituição Regional em Gestão de Caixa na América Latina”.

No setor de bancos de investimentos, os principais concorrentes do Itaú BBA são o BTG Pactual, Credit Suisse, Bradesco, Bank of America Merrill Lynch, JP Morgan, Banco do Brasil, HSBC e Citibank. Em 2012, o Itaú BBA ficou em primeiro lugar no mercado de títulos de dívidas e em fusões e aquisições.

Financiamento Imobiliário

O principal agente no mercado imobiliário brasileiro é a CEF, um banco estatal. A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis e, com estratégia agressiva de preços, tem liderança neste mercado. Esta posição é reforçada pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida, responsável pela construção e financiamento de um milhão de casas de baixa renda, que tem a CEF como o principal operador. Há também dois importantes concorrentes que são empresas privadas: o Banco Santander e o Bradesco. O Banco do Brasil, outro banco estatal, também está se tornando um ator importante neste mercado.

Sazonalidade

Em geral, os negócios de banco de varejo e cartão de crédito apresentam certa sazonalidade, com níveis mais altos de transações de cartão de crédito e varejo durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Também tem alguma sazonalidade nas taxas de serviços bancários relacionados aos serviços de cobrança do início do ano, que é quando os impostos e outras contribuições fiscais são geralmente pagos.

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:*a) Montante total de receitas provenientes do cliente*

Por ser *holding* pura a Emissora tem, basicamente, receitas decorrentes de equivalência patrimonial.

Na Duratex, Elekeiroz e no Itaú Unibanco não existem clientes responsáveis por mais de 10% das receitas do emissor.

A receita líquida de vendas e serviços para o Itaú Unibanco em 2012 referente à comercialização de produtos e serviços realizados em condições de mercado atingiu R\$ 487,1 milhões, representando 32% do faturamento consolidado do Grupo Itaútec.

b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Em complemento à resposta anterior, todos os segmentos operacionais da Itaútec são afetados pelas receitas provenientes do cliente.

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a) *Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

Constituída em Assembleia Geral de 06.05.1966 sob a denominação de Banco Federal Itaú de Investimentos S.A., registrada na JUCESP sob nº 321.921 em 23.06.1966; teve suas ações admitidas à negociação na BM&FBOVESPA em junho de 1966.

A Itaúsa não está sujeita a necessidade de qualquer autorização governamental para o exercício de suas atividades, mas possui em seu grupo econômico empresas controladas que são companhias abertas.

Área Industrial**Duratex**

As atividades da Companhia estão sujeitas às autorizações governamentais de natureza ambiental (licenças de operação), as quais são necessárias para qualquer tipo de atuação industrial, não existindo autorizações específicas para os seus produtos e/ou processos de fabricação. A atividade de reflorestamento não está sujeita no Estado de São Paulo à licença prévia para operação, somente sendo obrigatória a licença para as atividades de reflorestamento nos Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. O histórico da obtenção de autorizações junto aos órgãos públicos sempre obedeceu aos procedimentos legais vigentes, não existindo risco para a Companhia.

Elekeiroz

Pela natureza de suas atividades, a Companhia é legalmente considerada potencialmente poluidora, razão pela qual necessita de licenças e alvarás concedidos pelo poder público para poder operar. O desenvolvimento de novas instalações pode requerer estudos de impacto ambiental e novos investimentos para reduzir os impactos no meio ambiente, cuja legislação tem ficado cada vez mais restritiva.

As regulamentações ambientais que afetam as operações da Elekeiroz dizem respeito, entre outros, às emissões atmosféricas, aos efluentes líquidos gerados, à disposição dos resíduos sólidos, reciclagem, estocagem e movimentação de matérias-primas e produtos.

Para exercer suas atividades a empresa necessita:

- Licença Ambiental de Operação da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) – aplicável ao Estado de São Paulo;
- Licença Ambiental de Operação do INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – aplicável ao Estado da Bahia;
- Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, expedido pelas Prefeituras Municipais de Várzea Paulista e Camaçari.
- Outorga de uso de água aplicável à Várzea Paulista
- Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros

Além destas autorizações, e pelo fato de parte dos produtos da Companhia serem classificados como “produtos controlados” e, portanto, submetidos a controles específicos, são ainda necessárias as seguintes licenças adicionais:

- Licença e Certificado de Vistoria da Polícia Civil;
- Certificado de Registro e Funcionamento da Polícia Federal;
- Certificado do Ministério do Exército.
- Cadastramento de consumidor industrial de solventes - ANP

Na data de elaboração deste Formulário de Referência a Companhia detinha todas as licenças, certificados e alvarás necessários à manutenção de suas atividades.

A Elekeiroz procura manter um relacionamento constante e aberto com as diversas esferas do Poder Público e, historicamente, não tem tido problemas na obtenção e renovação destes documentos.

Itautec

Os principais atos de regulação estatal que se aplicam à indústria de bens de informática e automações são:

1. Para a implantação do site industrial são necessárias as licenças ambientais e a aprovação de plantas de obras civis, habite-se após conclusão da implantação expedida pelo Executivo Municipal.
2. A indústria de bens de informática e automações segue legislação própria, para enquadramento de seus produtos na Lei de Informática e Lei do Bem, conforme a seguir:
 - a. A fruição do incentivo da redução do IPI, estabelecido pela Lei de Informática, depende do reconhecimento do cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB), por meio de Portaria Interministerial assinada pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia - MCT, do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC e da Fazenda. Essa autorização é exigida para novos produtos e o prazo de aprovação era de cerca de seis meses. Em 30 de junho de 2010, o MCT/MDIC editaram Portaria regulamentando o encaminhamento de pleitos de inclusão de novos produtos por meio eletrônico, reduzindo o prazo de aprovação para 45 dias, se o requerente apresentar todas as informações solicitadas e comprovar o cumprimento dos requisitos necessários à fruição do incentivo (regularidade fiscal e das obrigações sociais e trabalhistas, produção conforme o PPB e realização dos investimentos em P&D - vide item "c" a seguir). Quando se trata de produto com PPB já aprovado, a inclusão de um novo modelo é mais simples, mas depende também de aprovação do governo, nesse caso, apenas do Ministério da Ciência e Tecnologia. O pleito é encaminhado por meio eletrônico e a inclusão do modelo é aprovada em cerca de 15 dias úteis, caso tenham sido apresentadas todas as informações solicitadas.
 - b. Para comprovar o cumprimento do Processo Produtivo Básico para computadores pessoais, *desktops*, *notebooks*, *netbooks*, *tablets* e servidores, a empresa deve enviar anualmente relatório ao MCT e ao MDIC, contendo a quantidade de insumos adquiridos no país e fabricados de acordo com os respectivos PPBs, identificação dos fabricantes fornecedores desses insumos e a quantidade do bem final produzido de acordo com o PPB.
 - c. A contrapartida do benefício da redução do IPI concedido pela lei de Informática é a realização de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. Esses investimentos precisam ser comprovados e aprovados pelo MCT, por meio de Relatório detalhado, enviado anualmente.
 - d. A Lei 11.774/08, que alterou a Lei do Bem (nº 11.196/05), possibilitou às empresas abrangidas pela Lei de Informática a dedução dos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL. Para tanto, as empresas devem enviar anualmente, relatório das atividades desenvolvidas, para análise e aprovação do MCT. Adicionalmente, a Lei do Bem reduz a zero a alíquota de PIS/COFINS incidente sobre as vendas a varejo dos *desktops*, *notebooks* e *tablets*, desde que atendam à condição de preço máximo de venda a varejo estabelecida pelo Decreto 5.602/05 e sejam produzidos de acordo com seu Processo Produtivo Básico.
 - e. O reconhecimento como bem desenvolvido no país é feito pelo MCT, conforme estabelecido pela Portaria MCT nº 950, de 12.12.2006. O reconhecimento é concedido à empresa pelo MCT, mediante a publicação de portaria ministerial para o produto e respectivos modelos desenvolvidos. As ATMs (máquinas de autoatendimento bancário) da Itautec foram reconhecidas como bens desenvolvidos no país por meio da portaria nº 35, de 21 de janeiro de 2009.
3. No âmbito do Estado de São Paulo, o diferimento do ICMS na aquisição de insumos dentro do Estado ou importados por fabricante paulista exige a produção conforme o PPB e o credenciamento da Companhia junto à Secretaria da Fazenda de São Paulo.

Área de Serviços Financeiros

Itaú Unibanco

Para exercer suas atividades, o Itaú Unibanco Holding S.A. depende de autorização prévia do Banco Central.

Constituído em 09.09.1943 sob a denominação de Banco da Metrópole de São Paulo S.A., na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 20.683 em 22.04.1944, o Itaú Unibanco Holding S.A. obteve autorização para atuar como instituição financeira em 24.07.1944. A atuação do grupo no ramo financeiro teve início em 27 de setembro de 1924, quando começou a operar a seção bancária da Casa Moreira Salles, mais tarde transformado no Banco Moreira Salles que, em 1975 adotou a denominação Unibanco. No grupo Itaú, as origens datam de 1944, quando os membros da família Egidio de Souza Aranha fundaram o Banco Federal de Crédito S.A., em São Paulo.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tomando como base as práticas de cada empresa, a Itaúsa tem trabalhado a integração das experiências das corporações para reafirmar o modelo de negócios de "Geração de Valor".

Como avanço nessa integração, foi possível avaliarmos o desempenho do Grupo em relação a questões como consumo de energia, água e emissões. Além disso, os investimentos e gastos com proteção ambiental do Grupo puderam ser quantificados concentrando-se, basicamente, em contratação de consultorias especializadas em questões ambientais, disposição e tratamento de resíduos e efluentes, conservação florestal, entre outros.

Seguem os investimentos em proteção ambiental, realizados pelas principais controladas da Itaúsa, nos últimos três anos:

Investimento e gastos em proteção ambiental (R\$ mil)	2012	2011	2010
Duralex S.A (1)	27.980	26.700	18.600
Elekeiroz S.A (2)	10.573	9.400	10.922
Itautec S.A (3)	1.820	1.200	1.600
Itaú Unibanco Holding S.A (4)	299.777	7.386	4.440

Notas:

- Investimentos na disposição de resíduos, tratamento de emissões, termos de ajuste de conduta, custos de prevenção, custos de gestão ambiental e certificação ISO 14001;
- Na Elekeiroz o montante apresentado refere-se basicamente a destinação de resíduos, gastos com materiais de meio ambiente e gastos tratamento de efluentes;
- Investimento na preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, manutenção nos processos operacionais, educação ambiental;
- Investimentos em disposição de resíduos, tratamento de emissões, prevenção e gestão ambiental.

Como a Itaúsa é uma sociedade de participação, as suas principais controladas possuem políticas específicas de proteção ambiental conforme a área de atuação.

Área Industrial

Duralex

Meio ambiente

Para a Duralex, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, além de ser um princípio a ser seguido, é fundamental para assegurar a perenidade de seus negócios, pois grande parte da matéria-prima utilizada na fabricação de seus produtos é de origem florestal.

A Companhia investiu em 2012 o total de R\$ 27,9 milhões em ações de proteção ambiental, sendo destaques R\$ 12,66 milhões em disposição de resíduos, R\$ 1,35 milhões no tratamento de emissões, R\$ 2,7 milhões em ações de prevenção, R\$ 11,06 milhões em ações de gestão ambiental, R\$ 91,45 mil em certificações ISO 14001. No período, foram detectadas três ocorrências que resultaram em assinaturas de Termos de Ajustamento de Conduta com os Ministérios Públicos Estaduais locais e o pagamento de um total de R\$ 41.480.

Conservação, Biodiversidade e Proteção Florestal

Em 2012, foram certificados os sistemas de gestão ambiental de cinco plantas da Duratex – duas da Divisão Painéis (Uberaba e Agudos) e três da Divisão Deca (Louças Sul, Metais Jundiá e Metais São Paulo). Além disso, a Companhia já conta com certificações do FSC desde a década de 1990.

A certificação, alinhada ao trabalho de monitoramento da biodiversidade, é uma atividade importante para que a Duratex conheça os níveis de diversidade da sua flora e fauna. Todo o trabalho de gestão ambiental está inserido na estratégia de longo prazo da Companhia, inclusive consta na gestão de riscos com estruturas formais de governança que incluem um Comitê e a Comissão de Sustentabilidade e Política Ambiental, tendo os riscos associados identificados e mapeados.

A Duratex promove a contenção da erosão e do assoreamento, além de recuperar a fertilidade de solos. Dessa forma, favorece os processos de regeneração natural da vegetação nativa. Além disso, demarca e protege as áreas de preservação permanente e conserva fragmentos de vegetação nativa, quando existentes.

A Duratex investe em ações de preservação, bem como pesquisas de impactos ambientais nas fazendas que controla. Não foram observados impactos significativos na biodiversidade nos projetos e nas pesquisas conduzidas até o presente momento. As pesquisas em fauna indicam que as espécies permanecem nas áreas de estudos e que novas espécies foram localizadas no decorrer dos levantamentos. Fora das áreas de proteção ambiental, pesquisas e monitoramentos não indicam impactos significativos.

Entre os habitats protegidos dentro da estrutura da Duratex, estão a Reserva Legal e a RPPN Reserva Natural Olavo Egydio Setubal, localizada na cidade de Lençóis Paulista. Nesses ambientes encontram-se áreas em estágios inicial, médio e avançado de regeneração, nas quais não se constata processos de degeneração. As áreas de preservação permanente e reserva legal estão protegidas e em processo de restauração por regeneração natural. As áreas de estudo-piloto e trabalho de pesquisa expedita, foram monitoradas, e concluiu-se que a restauração por regeneração natural da flora vem ocorrendo nessas áreas. As espécies encontram-se em áreas de conservação (APP e RL), mantidas nos limites legais e as operações são conduzidas de modo a não impactar a flora e a fauna.

A Companhia realiza pesquisas relacionadas à flora e à fauna em áreas-piloto, por amostragem, com pesquisadores de universidades parceiras. Esses levantamentos não identificaram impactos significativos e, portanto, não foram definidas metas e objetivos para ações corretivas ou de mitigação.

Materiais

Em 2012, foram consumidas 4.332.323 toneladas de matérias-primas, químicos, adubos e materiais associados, em processos de produção e cultivo, quantidade 12% maior do que no ano anterior. Esse aumento foi decorrente do aumento de produção da ordem de 14%. A Divisão Deca utilizou 185.237 toneladas enquanto a Divisão Madeira consumiu 4.147.086 toneladas.

A Deca tem feito um importante trabalho de reaproveitamento do material, gerando a reutilização de 185 toneladas. No setor de metais sanitários, os insumos provenientes da reciclagem (pré e pós-consumo) registraram participação de 98,8% para o bronze, 86% para o latão, 13,33% para ABS, 27,55% para polietileno, 2,46% para poliacetal, 5,92% para nylon e 4,42% para polipropileno. Nas fábricas de metais, 100% do resíduo metálico (cavaco) gerado na Deca é reutilizado.

Energia

Em 2012, a Duratex consumiu 11.235.688 GJ, uma redução de aproximadamente 3% em relação aos 11.549.235,75 GJ de 2011. A Divisão Deca consumiu 1.755.306,82 GJ, a Divisão Madeira, incluindo Madeira, Florestal e DRI consumiu 9.474.504,19 GJ. A área administrativa consumiu outros 5.877,15 GJ. Do total consumido, a energia indireta representou 2.886.363,75 GJ, sendo obtida por meio de concessionárias.

A matriz energética da Duratex é formada por recursos naturais renováveis, como a biomassa. Em 2012, aproximadamente 65% da energia utilizada foi gerada a partir dessa fonte e outros 35% por uso de gás natural, óleo BPF, gasolina, diesel e GLP.

O índice de energia por unidade produzida para a Divisão Deca em 2012 foi 46,04. O índice de energia da Divisão Painéis foi 3,4.

Água

A Duratex desenvolveu em 2012 o estudo "Diagnóstico da disponibilidade hídrica nas unidades do Estado de São Paulo", buscando a contextualização da situação dos recursos hídricos no mundo, no Brasil e no estado de São Paulo. A empresa decidiu iniciar o estudo por essas unidades, uma vez que concentram as maiores produções e receitas da Duratex.

O projeto tem como objetivo definir o risco hídrico para cada unidade do estado de São Paulo perante a demanda e disponibilidades de água atual e futura, permitindo à empresa traçar cenários que melhor atendam aos seus projetos futuros. Os resultados finais estão sendo compilados. Em 2013, o projeto será ampliado para as fábricas localizadas na região nordeste.

Também em 2013, a Duratex desenvolverá a pegada hídrica de um de seus principais produtos, o MDF, que avaliará o indicador de consumo direto de água, considerando volumes de evaporação e incorporados, assim como a geração de efluentes do processo de acordo com as diferentes regiões geográficas.

Em 2012, o volume de água consumida nas operações da Duratex chegou a 6.247.238,85 m³, equivalente a um aumento de pouco mais que 18% em relação ao ano anterior. Desse total, 91% foram consumidos na Divisão Madeira e 9% na Divisão Deca. Desse total, 755.963,64 m³ foram de abastecimento municipal, 3.904.256,98 m³ foram captados de águas superficiais, 1.574.248,63 m³ foram captados de águas subterrâneas e 12.769,60 m³ foram captados de água de chuva.

A Empresa reciclou o equivalente a 40,41% do total de água captada, num total de 2.524.498,33 m³. A Divisão Deca, responsável pela reutilização de 208.805,53 metros cúbicos, obteve índice de reúso da água de 39%. Não foram consumidos efluentes de outras companhias

O índice de consumo de água por unidade produzida para a Divisão Deca em 2012 foi 13,96. O índice de água da Divisão Painéis foi 1,9.

Efluentes e Resíduos

A Duratex não teve nenhuma ocorrência significativa de derramamentos em nenhuma das suas divisões em 2012. A Empresa controla e trata todos os seus efluentes de acordo com a legislação ambiental e os padrões estabelecidos pelo Conama 357/05 por meio de diversos procedimentos, que incluem processos físico-químicos.

A Companhia investe em Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) para que os seus efluentes sejam reaproveitados na operação e manutenção das unidades. Nenhum efluente da Duratex foi reutilizado por outras companhias.

Em 2012, a geração total de efluentes foi de 3.213.159,31 m³, um volume aproximadamente 10% menor do que o registrado em 2011 (3.592.506,10 m³). Desse total, 67% foram descartados em campos de irrigação para a produção de gramíneas utilizadas como biomassa na geração de energia térmica. Os 33% restantes foram enviados para a rede pública, descartados em cursos de água ou em fossas sépticas.

Em termos de geração de resíduo, a Duratex descartou 208.804,12 toneladas de resíduos sólidos, uma redução de 5% em relação ao total gerado em 2011, que foi de 219.982,89 toneladas. Desse total, 1,6% são resíduos Classe I, 84,6% são resíduos Classe IIA e 13,82% são Classe IIB.

A Empresa não importou e exportou resíduos perigosos nos termos da Convenção da Basileia. Todos os resíduos perigosos gerados pela Duratex (1,60% do total) são transportados aos locais de tratamento por empresas regularizadas para tal, que são previamente homologadas pela Companhia, considerando critérios técnicos e principais situações de risco ambiental.

Inventário de Emissões

No ano de 2012, todas as máquinas de colheita florestal da Duratex estavam equipadas com motores a *diesel* com classe de emissões TIER 3/EURO IIIA. Esses novos motores emitem menos poluentes que os anteriores, em especial monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NOx) e particulados. No ano de 2012 iniciou-se uma mudança no sistema de colheita, substituindo os equipamentos de processamento de eucalipto de grande porte por outros de garras traçadoras, que consomem 22% menos de *diesel*. Com isso, deixou-se de consumir aproximadamente 109.000 litros de *diesel* no processamento de eucalipto. Essa mudança de sistema de colheita fez com que três processadores de grande porte fossem convertidos em *feller-bunchers*, equipamento de grande porte utilizado para a derrubada de árvores. A entrada em operação desses equipamentos de derrubada permitiu que a Duratex desativasse os seus *feller-bunchers* de pequeno porte, permitindo uma redução de 19% no consumo de *diesel*.

As emissões inventariadas no período de 2012 e auditadas por empresa independente totalizaram 378.940 toneladas de CO₂ equivalentes (tCO₂e), aumento de aproximadamente 17% em relação ao ano anterior, sendo que, desse total 264.376 toneladas ou 70% são emissões diretas, tratando-se do escopo 1 segundo o GHG Protocol. As emissões referentes à energia elétrica adquirida, escopo 2, totalizaram 56.918 toneladas de CO₂ equivalente, ou 15% das emissões totais. As emissões de escopo 2 tiveram aumento significativo por causa da necessidade de utilização de termelétricas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), uma vez que o nível dos reservatórios hidrelétricos do país encontravam-se muito baixos devido à seca prolongada no ano de 2012. As emissões indiretas,

escopo 3, representaram 15% das emissões, ou seja, 57.646 toneladas de CO₂ equivalente. Nesse escopo, são reportados transportes terceirizados diversos, destinação de resíduos, viagens comerciais e transferências entre fábricas.

As emissões de substâncias que impactam a camada de ozônio, controladas pelo Protocolo de Montreal, totalizaram 2.214, 94 tCO₂e no ano de 2012.

A Duratex monitora as emissões dos gases oriundos de óxidos de nitrogênio (NO_x – NO, NO₂) e os compostos de enxofre (SO_x – SO₂, SO₃, H₂SO₄). Em 2012, essas emissões totalizaram 3.250,18 tCO₂e, sendo 2.026 toneladas de NO_x e 1.224,18 toneladas de SO_x.

O índice de emissões de gases de efeito estufa por unidade produzida para a Divisão Deca em 2012 foi 2,37. O índice de emissões de GEE da Divisão Painéis foi 0,08.

Elekeiroz

Gerenciamento ambiental

A ELEKEIROZ tem consciência dos cuidados necessários para uma Indústria Química crescer de forma sustentável sem prejuízo ao meio ambiente. Por isso, a empresa está sempre atenta à condução dos seus processos produtivos, à busca de fontes renováveis, ao uso racional dos recursos naturais e à minimização e tratamento dos seus resíduos, efluentes e emissões atmosféricas.

A empresa norteia as suas ações pelos princípios éticos do Programa Atuação Responsável, ao qual aderiu em seu início em 1992. É um programa mundial da Indústria Química, conduzido no Brasil pela ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química). O Programa incentiva as empresas a fortalecer suas ações em Saúde, Segurança e Meio Ambiente, dos seus processos, produtos e instalações.

Matriz energética

A matriz energética, tanto de Camaçari, como de Várzea Paulista, é baseada na utilização de Gás Natural, em substituição aos óleos combustíveis, que geravam maior impacto ambiental (emissão de particulados e compostos de Enxofre). Além disso, em Camaçari, também é utilizado um óleo residual gerado no processo produzido, substituindo a compra equivalente de Gás Natural. De modo permanente a acompanhar as questões de busca de eficiência energética (incluindo energia elétrica) estão implementadas nos dois sites as CICE (Comissão Interna de Conservação de Energia), onde um grupo representando diversas áreas da empresa se reúne mensalmente, discutindo e apresentando sugestões e ações técnicas, para conservação de energia.

Energia elétrica

A ELEKEIROZ, na sua unidade de Várzea Paulista, possui um sistema de auto-geração de energia elétrica, reaproveitando o calor dos seus processos produtivos e transformado em vapor que é utilizado em turbinas a vapor que acoplados a geradores, gerando energia elétrica, de forma limpa. Em 2012 a ELEKEIROZ gerou cerca de 74% do total de energia elétrica consumida no site.

Emissões atmosféricas

Exemplo da preocupação da empresa com as emissões atmosféricas dos seus processos produtivos é o sistema catalítico de controle de compostos orgânicos com reaproveitamento de energia e posteriormente transformado em energia elétrica. Este sistema está implantado na unidade de Anidrido Maleico em Várzea Paulista. Em Novembro de 2012, a Elekeiroz apresentou este caso de sucesso (redução de Compostos Orgânicos Voláteis – VOCs), em evento internacional realizado na CETESB – SP, que reuniu especialistas da Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos e Brasil. Foi discutido e disseminado o conhecimento de novas tecnologias para redução das emissões dos precursores de ozônio.

Sistema de recuperação de CO₂

O Projeto implantado em 2010 no site de Camaçari recupera parte do CO₂ (gás efeito estufa) gerado no site e que seria lançado na atmosfera. Este gás coletado é enviado via tubulação para uso industrial em outra empresa do Polo Petroquímico. Em 2012 foram disponibilizados 4796 toneladas de CO₂.

Inventário de emissões de gases efeito estufa

Em 2012, pelo 3º ano consecutivo, em alinhamento com as empresas do segmento industrial da ITAÚSA, a ELEKEIROZ realizou seu inventário de emissões de gases efeito estufa. Neste ano com o apoio da empresa GEOKLOCK, especialista em questões ambientais. O inventário baseia-se na metodologia estabelecida pelo Greenhouse Gas Protocol (GHG) e pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Consideradas as emissões dos três escopos, compreendendo fontes estacionárias, fontes móveis, emissões de processo, energia elétrica e vapor adquiridos, viagens, resíduos e fontes móveis de transporte de produtos e matérias primas.

Consumo de água

Ações efetivas para redução no consumo de água têm sido desenvolvidas nos dois sites da ELEKEIROZ. Exemplo, a captação de água de chuva, implementada em Várzea Paulista, que atingiu um valor de 1475 m³ em 2012. Para estimular a geração destas ações de conscientização, estão implementadas nos dois sites, as CIEA (Comissão Interna de Economia de Água), onde representantes das diversas áreas da empresa, discutem e apresentam mensalmente, questões com ênfase na redução do consumo de Água.

Efluentes

Os efluentes gerados nos dois sites são encaminhados para tratamento externo. Em Camaçari, são enviados para tratamento na CETREL, empresa que trata o efluente de todas as empresas do Polo. Em Várzea Paulista, através de um emissário particular, implementado em 2004, os efluentes são enviados para tratamento na CSJ – Companhia Saneamento de Jundiaí.

Resíduos

Todos os resíduos gerados nos processos industriais, bem como os domésticos, são coletados e destinados conforme a legislação ambiental. De modo a incentivar as práticas de reciclagem e coleta seletiva, está implementada nos dois sites, a Comissão de Reciclagem, formada por representantes das diversas áreas da empresa, que se reúnem periodicamente para discutir sugestões e ações sobre a questão.

Itautec

A Itautec realizou em 2012, mais uma evolução do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que disciplina os compromissos ambientais assumidos para o desenvolvimento das operações, considerando ganhos com a eficiência operacional e analisando aspectos e impactos ambientais com o objetivo de mitigá-los. A certificação do processo de fabricação das linhas de desktops, notebooks e monitores comercializados com a marca Itautec com base na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) é mais uma etapa no processo de melhoria contínua na gestão ambiental dos processos industriais. Iniciativa da Comunidade Europeia, a Diretiva RoHS restringe o uso de substâncias químicas nocivas na fabricação dos equipamentos. Desde 2006, a Itautec investe na implantação de processo de produção livre de chumbo e outras substâncias nocivas ao meio ambiente, seguindo a diretiva.

No exercício, a Itautec deu continuidade ao programa de engajamento de fornecedores que visa considerar princípios da sustentabilidade nas relações comerciais. O trabalho contou com o auxílio de consultoria especializada e objetivou a revisão de todo o processo de compras de bens e serviços sob à luz da sustentabilidade. A primeira etapa consistiu em workshops no Brasil para diálogo e esclarecimento de conceitos, e o compartilhamento de como a Companhia pretende evoluir nas práticas ambientais adotadas em sua cadeia produtiva. Neste ano, a companhia realizou a primeira fase do projeto para a integração da sustentabilidade na cadeia de fornecimento, na Ásia. Além das visitas às fábricas dos principais fornecedores para avaliação de conformidade ambiental e social, dois eventos foram realizados nas cidades de Shanghai (China) e Taipei (Taiwan) para cerca de 50 fornecedores, responsáveis pela fabricação de componentes e insumos em geral. Na oportunidade, foram debatidos temas centrais envolvendo os desafios em se integrar os princípios da sustentabilidade no modelo de gestão das empresas. Os executivos puderam verificar os avanços que podem ser realizados junto a estes importantes parceiros comerciais.

- Pelo segundo ano consecutivo foi realizado o Inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE), auditado por parte independente. O trabalho contribuirá para a definição de ações mitigadoras e integradas às atividades da Companhia. Com essas informações, a Itautec respondeu voluntariamente ao Carbon Disclosure Project, iniciativa europeia do setor financeiro que incentiva empresas na divulgação de compromissos e políticas relacionadas às mudanças climáticas.
- Avanço nos trabalhos de remediação ambiental da unidade Tatuapé, com a obtenção do nível de isenção de risco à saúde humana, em conformidade com as Diretrizes do órgão ambiental do Estado de São Paulo. A unidade continuará sendo monitorada por dois anos, de acordo com as diretrizes da CETESB. Foram investidos R\$ 93,2 mil em 2012.
- No processo de investigação ambiental da unidade industrial de Jundiaí, foi concluída a fase de investigação, e contratada a etapa para a definição do projeto executivo de remediação, a ser concluído no primeiro semestre de 2013. Isso permitirá a implantação do sistema para início da remediação ambiental para água subterrânea. Foram investidos em 2012 R\$ 662,1 mil.
- Reciclagem de 2,9 mil toneladas de resíduos sólidos provenientes das operações da Companhia, correspondente a 85,5% do total de resíduos gerados nas atividades durante o exercício.

- Em continuidade aos trabalhos de aderência às diretrizes da Lei nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Itautec participou ativamente nos fóruns nacionais e setoriais com o objetivo de auxiliar na construção dos marcos legais que viabilizarão a implantação da PNRS. Entre outros temas, a lei institui a obrigatoriedade da logística reversa para seis linhas de produtos, incluindo eletroeletrônicos. Para conformidade ao novo cenário legal, a Itautec se preparou para atender aos requisitos fiscais, operacionais e logísticos associados à PNRS. Alguns estados e municípios também têm publicado legislações sobre o assunto e, quando requerida, a Itautec tem protocolado seu programa de Responsabilidade Pós-Consumo de Equipamentos Eletroeletrônicos nas Secretarias de Meio Ambiente Estaduais. Especificamente no estado de São Paulo, a Itautec atendeu aos requisitos da SMA-38, publicada pelo órgão estadual de meio ambiente, protocolando o programa de gestão de logística reversa que descreve os procedimentos adotados para atendimento às demandas de partes interessadas para a devolução de produtos ao final da vida útil. O programa descreve as etapas do processo de logística reversa e a destinação final ambientalmente adequada para cada material. Esforços também foram despendidos para esclarecer clientes sobre as exigências da nova lei, que fixa a responsabilidade compartilhada sobre o descarte de produtos eletrônicos, ou seja, ao fabricante cabe dar destinação ambientalmente adequada aos produtos devolvidos e aos consumidores entregar os equipamentos nos pontos de recebimento.

Comunicação

Os guias orientativos para consumidores finais e gestores de TI, com foco em Sustentabilidade foram lançados nos anos anteriores e tiveram a parceria com consultoria especializada em sustentabilidade e instituto dedicado à divulgação do consumo consciente. Essas publicações pretendem contribuir para o uso responsável e ambientalmente adequado da tecnologia da informação. Os guias estão disponíveis para download gratuito no site da Itautec, www.itautech.com.br/sustentabilidade, que contém ainda as principais informações sobre os projetos ambientais da Companhia e temas ligados a TI Verde. Entendemos que é uma ferramenta importante de disseminação de informação, já que somente em 2012, os guias já disponíveis foram visualizados 2.383 vezes no site.

A Itautec mantém ainda, na Intranet Corporativa, o Portal de Sustentabilidade que agrega funcionalidades e possui áreas para pesquisas e enquetes, espaços para comentários, formulação de estatísticas e interface com redes sociais, a exemplo do *Twitter*. Elabora ainda boletins mensais com os destaques ocorridos no período para disseminar informações sobre seus projetos e incentivar visitas ao Portal de Sustentabilidade. No canal de relacionamento (sustentabilidade@itautech.com), os públicos de interesse podem fazer solicitações e questionamentos a respeito das práticas socioambientais da Itautec. Em 2012 foram recebidos 386 registros – 29 internos e 357 externos – relacionados principalmente a logística reversa, projetos e parcerias e trabalhos acadêmicos. As demandas são respondidas e encaminhadas para as áreas responsáveis em até 5 dias úteis.

Responsabilidade

A unidade fabril da Itautec está localizada em área industrial, em Jundiaí, interior de São Paulo, a cerca de 100 metros das margens do Rio Jundiaí, fora de áreas protegidas ou de alto índice de biodiversidade. A fabricação de equipamentos segue preceitos ambientais e rígidos padrões internacionais, a exemplo da diretiva *Restriction of Certain Hazardous Substances (RoHS)*, da Comunidade Europeia, que restringe o uso de substâncias químicas nocivas como chumbo, cádmio, mercúrio e cromo hexavalente, entre outras. A Companhia produz desde 2007 desktops, notebooks, netbooks e servidores em linha com a RoHS e, em março de 2012, certificou as linhas de desktops, notebooks e monitores adquiridos pela Companhia por organismo independente com base na diretiva.

Os produtos da linha de computação também são registrados na *Electronic Product Environmental Assessment Tool (EPEAT)*, ferramenta de avaliação ambiental criada pela Agência de Proteção Ambiental Americana (da sigla em inglês, EPA) e pela organização não governamental *Greener Electronics Council*, que avalia 51 critérios ambientais na concepção, produção e no descarte de equipamentos eletroeletrônicos. Dos produtos registrados pela Companhia desde 2009, 78,3% atingiram o maior nível de aderência, *gold*, por atenderem com excelência o mínimo de 75% dos 51 requisitos solicitados.

Há também o compromisso em desenvolver e aprimorar produtos com baixo consumo de energia. Nesse sentido, a Itautec produz equipamentos adequados aos índices do programa voluntário de conservação de energia, Energy Star, criado pela EPA e pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos. A redução do consumo de energia, em relação às gerações anteriores de equipamentos, foi de, em média, 30% para desktops e 10% para notebooks, sem prejuízo ao desempenho dos produtos.

A gestão da Itautec assegura ainda o aprimoramento constante das práticas de desenvolvimento e fabricação de equipamentos para garantir a segurança dos usuários e a destinação ambientalmente adequada após o consumo.

Pela constante evolução no atendimento a requisitos ambientais em sua cadeia produtiva, a Companhia não utiliza materiais provenientes de reciclagem no processo fabril. Já as embalagens de papel e papelão dos equipamentos têm em sua composição, em média, 75% de material reciclável. Além disso, os calços para proteção

dos desktops e notebooks – aprimorados em 2011 para garantir a integridade do produto no transporte – são 100% provenientes da reciclagem de papelão e jornal.

Investimentos

Em 2012, a Itaútec destinou R\$ 1,82 milhão à gestão ambiental de seus processos e à remediação ambiental, sendo R\$ 965 mil à manutenção dos processos operacionais e R\$ 755 mil a projetos de remediação ambiental.

Conforme já relatado em documentos anteriores, a Organização possui dois processos de gerenciamento de passivos ambientais em andamento. Em São Paulo, no bairro do Tatuapé, onde estava localizada sua unidade produtiva, foram encontrados, em pontos isolados, traços de contaminação por solvente clorado. O produto não é utilizado nas atividades produtivas da Itaútec, o que sugere que tenha sido trazido ao terreno por meio de uma antiga galeria de água pluvial utilizada nas décadas de 1950 e 1960. Já em 2009, o solo se encontrava totalmente remediado. Em 2011, foi finalizado o processo de tratamento do lençol freático, e em 2012 os níveis de concentração dos contaminantes atingiram a meta de remediação definida com o órgão ambiental que não oferece risco à saúde humana. Todas as ações foram realizadas de acordo com as diretrizes da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb).

O segundo processo ocorre na unidade industrial, em Jundiaí. Em 2011, a Itaútec contratou consultoria para atualizar o projeto de investigação ambiental, adequando a metodologia às novas diretrizes da Cetesb. O processo de investigação ambiental da unidade industrial de Jundiaí foi concluído em 2012, e ao final dos trabalhos, foi contratada a etapa para a definição do projeto executivo de remediação, a ser concluído no primeiro semestre de 2013. Isso permitirá a implantação do sistema para início da remediação ambiental para água subterrânea.

Gestão de resíduos e reciclagem

A Itaútec foi pioneira no desenvolvimento de programa para destinação de resíduos eletroeletrônicos no Brasil. No Centro de Reciclagem em Jundiaí (SP), criado em 2003, computadores e equipamentos de automação recebidos são desmontados, descaracterizados e segregados. As partes e peças resultantes são encaminhadas para empresas especializadas e homologadas para reinserção em outras cadeias produtivas como matéria-prima.

Em 2012, a Itaútec gerou 3.446,4 toneladas de resíduos sólidos como resultado do fluxo de suas operações, volume 35,9% menor em relação ao ano anterior. A redução ocorreu em razão do menor volume de ATMs recebido no processo de logística reversa.

Do total de resíduos gerados, 27,0 toneladas foram classificadas como resíduos Classe I, incluindo materiais como borra de solda, baterias, equipamentos de manutenção com óleo, entre outros, encaminhados para coprocessamento, incineração e reciclagem. E, 3.419,4 toneladas, foram consideradas como Classes II A e B, tais como plásticos, metais ferrosos, metais não ferrosos, papel, madeira etc. Em 2012, não foram importados ou exportados resíduos Classe I. A descrição detalhada da destinação dos resíduos gerados é apresentada na tabela a seguir:

Resíduos por destinação (Ton/ano)		
Resíduos eletroeletrônicos		
Destinação	Tipo de resíduo	2012
Reciclagem em metalúrgicas e siderúrgicas	Metal	1.829,3
Reciclagem em indústrias de plásticos	Plástico	184,2
Reciclagem em empresa especializada no exterior	Placas	27,4
Reciclagem em empresas especializadas no Brasil	E-WASTE (fios e cabos, componentes eletrônicos, disquetes, cinescópios, etc)	100,7
Total		2.141,6
Outros resíduos		
Destinação	Tipo de resíduo	2012
Reutilização, reciclagem e recuperação	Papelão, papel branco, isopor	804,6
Tratamento biológico	Lodo da caixa gordura	7,0
Coprocessamento / Incineração	Borra de solda, baterias, entre outros	20,7
Aterro sanitário	Orgânicos, varrição e entulho	472,6
Total		1.304,8
Total geral		3.446,4

Entre os reciclados, 2.141,6 toneladas correspondem aos eletroeletrônicos. Destes, 27,4 toneladas de placas eletrônicas foram encaminhadas à reciclagem na Bélgica e em Cingapura, pois o Brasil ainda não dispõe de tecnologia disponível para o processo de recuperação de metais. Os demais materiais, tais como plásticos, metais ferrosos e metais não ferrosos, foram reciclados no País.

Em 2012, todas as solicitações recebidas pela Companhia para a reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos foram atendidas.

Essa é uma iniciativa importante da Itaútec para atender às determinações da Lei no 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o decreto 7404/10. Os consumidores podem entregar seus equipamentos nas 30 filiais distribuídas em todos os estados do País e no Distrito Federal para que sejam encaminhados para o Centro de Reciclagem.

Além da instalação localizada em Jundiaí, a Itaútec possui um minicentro de reciclagem em Curitiba (PR) e outro, em Belo Horizonte (MG), entrará em operação em 2013. A medida visa dar tratamento local aos principais resíduos e contribui para a redução de gases de efeito estufa (GEE), antes gerados em função do transporte dos materiais dessas regiões para São Paulo.

A Companhia também apoiou e participou, em 2012, de uma campanha em parceria com uma grande rede varejista para que os consumidores destinassem adequadamente seus equipamentos usados em troca de descontos na compra de produtos novos. Nessa iniciativa, foram recebidos 190 equipamentos, entre desktops, monitores, teclados e mouses, correspondendo a 592 quilos de resíduos encaminhados para reciclagem e destinação ambientalmente adequada.

Energia e água

Toda a energia indireta consumida pela Itaútec é elétrica, adquirida de concessionárias de serviços públicos. Em 2012, o consumo total da unidade industrial, das filiais e dos prédios administrativos foi de 45.623 GJ (12.673 Mw/h), o que representa um aumento de 2% em relação ao ano anterior. Esse crescimento está relacionado ao maior volume de produção, principalmente de equipamentos no segmento de Computação, e à melhoria do monitoramento deste indicador nas filiais de Serviços, que passou a considerar o consumo de todas as unidades da Companhia no Brasil. O consumo de energia direta em 2012 totalizou 93.275 GJ, 4,43% menor que o ano anterior. Foram considerados gás liquefeito de petróleo, óleo diesel, gasolina e gás natural como fontes não renováveis e o etanol como fonte renovável.

O consumo de água nas unidades da Itaútec é monitorado por meio de indicadores ambientais desde 2004 e está relacionado ao uso para higiene pessoal e alimentação. Considerando a unidade industrial, filiais que possuem medidores individuais e os prédios administrativos, em 2012 foram consumidos 45.840 m³, volume 9% menor em relação ao ano anterior. Esta redução está relacionada à adequação no quadro de pessoal, ocorrido durante o segundo semestre do ano. As unidades da Companhia também utilizam dispositivos hidráulicos de baixo consumo de água, como modelos dual fluxo, visando reduzir o consumo deste recurso. O abastecimento de água é 100% oriundo de concessionárias públicas e, após o uso, o recurso é descartado no sistema público de tratamento de esgotos.

A cidade de Jundiaí integra o Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. De acordo com as informações da concessionária, os mananciais de abastecimento do município são provenientes do complexo da barragem do Rio Jundiaí-Mirim, que não é significativamente afetado pela retirada de água pela Companhia.

Efluentes

Pelas características de suas operações, a Itaútec não produz efluentes industriais. Em 2012, foram gerados 21.880 m³ de efluentes domésticos na unidade de Jundiaí, encaminhados ao sistema público de coleta para tratamento, mesma destinação dos efluentes gerados nos prédios administrativos e nas filiais da Companhia (23.960 m³). Os efluentes não afetam significativamente corpos d'água e/ou habitats por descarte ou drenagem.

A Organização não realiza o tratamento do efluente em sua unidade fabril assim como o reuso do recurso em outras aplicações, uma vez que os efluentes domésticos são encaminhados à rede pública de coleta e tratamento.

Emissões atmosféricas

A Itaútec realiza o inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE), de acordo com as normas do GHG Protocol, do Intergovernamental Panel on Climate Change (IPCC). Em 2012, as informações coletadas e a metodologia para a construção do inventário foram auditadas por empresa independente, o que permite o aprimoramento dos dados e a construção de uma base histórica sólida para que a Companhia possa estabelecer iniciativas para a minimização das emissões provenientes de suas operações.

As emissões de GEE totalizaram 41.561 toneladas de CO₂e equivalente (tCO₂e) em 2012, sendo 5.194 tCO₂e pertencentes ao escopo 1 e 854 tCO₂e ao escopo 2, que são emissões diretamente relacionadas às suas atividades e ao consumo de energia elétrica, respectivamente. Ainda, 35.513 tCO₂e referem-se ao escopo 3, emissões indiretas associadas à viagens comerciais, disposição de resíduos e serviços diversos terceirizados.

Para as fontes inventariadas no período, também foram levantadas 33 tCO₂e de emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, controladas pelo Protocolo de Montreal.

Desde 2007, a Organização monitora as emissões da unidade industrial por meio de medições amostrais e manutenções periódicas. O controle se estende aos veículos de fornecedores que ingressam na área da fábrica, com informe das medições e a solicitação de correção de possíveis não conformidades. Em 2012, a operação da frota resultou no consumo de cerca de 3.166 mil litros de combustível, uma redução de 1,6% em relação ao ano anterior. Como medida de redução de emissões diretas de fontes móveis, a Companhia orienta que os veículos de sua frota que possuem a tecnologia flex (bicomcombustível) abasteçam com etanol, tecnologia com menor emissão de CO₂e.

As emissões consolidadas dos poluentes atmosféricos, óxidos de nitrogênio (NO_x) e óxidos de enxofre (SO_x), provenientes da queima de combustíveis nas fontes móveis e estacionárias da Companhia no ano de 2012 foram 237,9 ton. e 15,2ton., respectivamente.

Área de serviços financeiros

Itaú Unibanco

Nossas operações (gestão de prédios administrativos e rede de agências), o banco segue toda a regulamentação estadual e federal sobre as questões ambientais. O banco Itaú atua conforme sua Política de Sustentabilidade, que prevê os seguintes direcionamentos para aspectos ambientais:

- Apoiar mecanismos de mercado e políticas internas que promovam o respeito ao meio ambiente, à qualidade de vida e à manutenção da biodiversidade;
- Desenvolver e aperfeiçoar mecanismos e políticas internas para gestão dos impactos indiretos das operações financeiras;
- Mitigar os impactos ambientais diretos de suas operações.

Investimentos em TI

Um dos maiores investimentos iniciados em 2012 foi na área de Tecnologia, porque acreditamos que só assim poderemos garantir a eficiência de nossas operações e a satisfação de nossos clientes e construir a base necessária para um crescimento sustentado nos próximos anos.

Nosso novo *data center* será o maior do Brasil, construído em um terreno de 815 mil m² na cidade de Mogi Mirim, interior de São Paulo. A estrutura já foi pensada para poder ser ampliada em duas etapas posteriores, que garantirão seu desempenho até 2050. Com uma capacidade de processamento 16 vezes maior que a atual e infraestrutura de telecomunicações adequada, o *data center* – que receberá a certificação ambiental LEED – ainda permitirá redução de mais de 40% no consumo de energia.

Além disso, uma de nossas principais inovações em 2012 foi a instalação do sistema de biometria nos caixas eletrônicos, que permite a realização de todas as operações apenas pela identificação da impressão digital e sem a necessidade de digitar a senha, dando maior segurança a esse canal.

TI Verde

Criado em 2008, nosso Comitê de TI Verde tem o objetivo de identificar, mapear e mensurar oportunidades que levem em conta as esferas econômica, social e ambiental das áreas de TI. Com a aquisição de aparelhos mais eficientes, descarte adequado e sustentável do lixo eletrônico e aumento do uso de salas de tele presença e videoconferência, conseguimos diminuir sistematicamente o consumo de energia e a emissão de gases causadores do efeito estufa. Nossa frente de atuação também se preocupa com o descarte adequado de nosso lixo eletrônico, evitando a contaminação do solo e possibilitando a reciclagem dos materiais. Apenas em 2012, foram coletadas e descartadas 5,3 mil toneladas de lixo eletrônico (computadores, impressoras, monitores e outros equipamentos) vindas da administração central, dos *data centers*, das agências e do almoxarifado.

Data centers

O Plano de Modernização dos Data Centers prevê a reforma das salas de *data center* atuais para um modelo mais eficiente. As salas são construídas utilizando o conceito Next Generation Data Center (NGDC), que reúne diversas características e boas práticas de mercado com foco em eficiência energética e excelência operacional. Comparado ao procedimento tradicional, o modelo proporciona uma redução estimada no consumo energético de 43%. Foram modernizados 1.790 m² de área de *data center* em 2012. A coleta dos dados de redução em kW será iniciada em 2013. Em 2012, também foram adquiridas e instaladas 4 novas salas de telepresença, totalizando 18 salas na rede Itaú Unibanco. Seu uso durante o ano propiciou a realização de 4.094 reuniões que evitaram o deslocamento em 18.274.825 km entre os prédios e a emissão de 2.523 toneladas de CO₂ na atmosfera.

Ecoeficiência

A gestão e utilização racional dos recursos naturais é uma de nossas preocupações constantes porque permite diminuir os impactos e aumentar a eficiência de nossas operações com geração de benefícios econômicos. Por conta do uso intensivo de equipamentos tecnológicos em nossa rede de agências e prédios administrativos, somos levados a consumir água e energia em proporções elevadas. Por isso, reduzir e otimizar esse consumo tem sido um de nossos principais objetivos. Todas as iniciativas que desenvolvemos de aprimoramento têm base em quatro pilares: custos de implantação, disponibilidade no mercado, *performance* técnica do sistema e ganhos de ecoeficiência.

Água e energia

Um dos grandes avanços que realizamos com relação a isso é o monitoramento mensal do consumo de água e energia elétrica e da destinação adequada de resíduos. Definimos também metas para redução do consumo de água e energia. Em 2012, nos polos administrativos, diminuimos o consumo de energia em aproximadamente 1%, e o de água, em 8% em comparação com o ano anterior. Implementamos dispositivos mais eficientes e econômicos, como películas de proteção solar nos vidros, que contribuem para reduzir a temperatura das superfícies internas; a utilização de energia proveniente de fontes limpas (eólica, solar, pequenas hidrelétricas e biomassa) em prédios administrativos de maior consumo; e o reaproveitamento de água pluvial para torres de resfriamento, caixa de decantação, bacias sanitárias, lagos e irrigação de jardins.

Em 2012, evoluímos na elaboração do inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), que segue o protocolo GHG, utilizado mundialmente por diversas organizações para calcular a quantidade de carbono gerada em nossos processos. Adotamos medidas para reduzir, direta ou indiretamente, as emissões de GEE associadas a nossa atividade.

Geração de resíduos e efluentes

A preocupação com a ecoeficiência tem alcançado resultados mais rápidos em nossas novas instalações, como o Centro Tecnológico do Tatuapé (CAT 2) e o novo *data center* em Mogi Mirim. Ambos os prédios, com conclusão prevista para 2014, receberão certificação LEED, concedida a edificações que seguem boas práticas de construção e possuem alto desempenho ambiental e energético. Nas instalações mais antigas, construídas sem as técnicas disponíveis atualmente, a modernização para atingir a ecoeficiência demanda mais planejamento, avaliação de riscos para a operação das áreas e impacto dos custos necessários.

Nos últimos dois anos, os principais prédios administrativos passaram por reformas para reduzir o consumo de recursos e diminuir o impacto ambiental de nossas operações. Em todas as obras que realizamos, para construção de novos prédios ou reforma dos antigos, controlamos a geração e a disposição adequada de resíduos.

No prédio que já utilizamos no Centro Tecnológico do Tatuapé (CAT), mantivemos a certificação ISO 14001, norma desenvolvida com objetivo de criar equilíbrio financeiro e redução do impacto ambiental por meio de um Sistema de Gestão Ambiental. Exemplo dessa ação foi a implementação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), com aproveitamento da água de reúso para abastecer as torres de resfriamento de ar condicionado. Nos cinco meses de operação da ETE em 2012, foram gerados 7.192 m³ de água de reúso.

Dispomos de sistemas para tratamento e reúso de água nos prédios do Centro Empresarial do Jabaquara, do Centro Tecnológico da Moca e dos Centros Administrativos do Tatuapé e da rodovia Raposo Tavares. Em 2012, utilizamos 62.925 m³ de água de reúso, um aumento próximo a 50% em comparação com o ano de 2011.

Eficiência operacional e técnica

No escopo da administração predial, devido à implementação de projetos de eficiência operacional e técnica, tivemos uma redução estimada de 12.816 GJ1 de energia consumida em 2012, uma economia estimada em cerca de R\$ 1,2 milhão. Ao compararmos o consumo de energia elétrica dos prédios administrativos de 2011 para 2012, verificamos uma redução de 869,2 MWh. Temos como meta a redução de 2% do consumo de energia para os prédios administrativos até o ano de 2015.

Sem papel

O projeto Itaú Sem Papel é uma iniciativa que tem como objetivo incentivar os clientes a cancelarem o recebimento de extratos em papel, substituindo-os pela versão digital. Com o *slogan* “Mude. Papel só no que vale a pena”, divulgado em campanhas publicitárias nos diferentes veículos de comunicação, a ação tenta sensibilizar nossos clientes para a possibilidade de contribuir para a redução do impacto ambiental de nossas operações.

Clientes pessoa jurídica também são incentivados a participar de iniciativas de redução de impressões nas operações do banco. Mais de 35% das solicitações de extrato no último ano foram em formato digital, o que permitiu economizar mais de 4 milhões de folhas.

Resíduos eletrônicos

Em 2012, ampliamos o processo de descarte de lixo eletrônico para toda a Administração Central, Rede de Agências e Estoque, além de considerarmos o volume produzido referente ao tombamento de agências (Unibanco para Itaú).

Impactos de transporte

O transporte de colaboradores, resíduos, cargas e materiais do banco geram emissões atmosféricas. Para mitigar esses impactos, reduzimos o número de embarques por meio da medição da quilometragem percorrida nos trajetos. Controlamos e monitoramos as emissões provenientes do uso de geradores de energia elétrica e de fontes móveis, sejam próprios ou de veículos terceirizados a serviço do Itaú Unibanco, por meio do anel de Ringelmann – uma escala gráfica para avaliação colorimétrica visual que auxilia no processo de identificação do nível de emissões, seja de fontes fixas ou móveis. Entre as ações desenvolvidas em 2012, estão:

- Disponibilização de vans que circulam entre os polos, o que facilita o transporte de colaboradores;
- Otimização das rotas de transporte de colaboradores entre prédios administrativos;
- Realização de uma campanha para incentivar o uso de vans pelos colaboradores para se deslocarem entre os polos administrativos;
- Em 2012, foram rodados 5.317.662 km com o uso de táxi, uma redução de 54% em relação a 2011;
- Controlamos e monitoramos o deslocamento das empresas que fazem o transporte de resíduos (prédios administrativos Itaú-empresa) – em 2012, o deslocamento foi de 333.022 km.

Mitigação de impactos ambientais

Confira a seguir algumas iniciativas do Itaú Unibanco com foco em mitigar impactos socioambientais:

Área Empresas: Contador de Sustentabilidade: a cada contrato de câmbio assinado digitalmente no Itaú 30 Horas, é contabilizada a quantidade de folhas de papel e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) poupadas e evitadas. O contador exibe para o cliente a somatória de folhas não usadas e o equivalente em CO₂.

Até dezembro de 2012, cerca de 9,1 milhões de folhas de papel deixaram de ser utilizadas, evitando a emissão de mais de 36,2 toneladas de CO₂ na atmosfera.

Em consonância com a metodologia própria de análise do risco socioambiental do Itaú Unibanco, com base na Política Setorial de Risco Socioambiental, desenvolvemos mecanismos e ferramentas para a realização da análise de risco socioambiental de pequenas e médias empresas. A categorização setorial é realizada a partir da análise dos riscos socioambientais associados aos seus setores de atividade econômica. São avaliados critérios de sustentabilidade como: uso de energia, uso da água, lançamento de efluentes líquidos e descarte de resíduos sólidos, emissões atmosféricas e riscos para a saúde e segurança do trabalho.

Como banco credenciado no BNDES, também, oferecemos repasses do Programa ABC (Linha Agro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para financiar projetos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa da agricultura, da pecuária e do desmatamento por meio da ampliação de florestas cultivadas e da recuperação de áreas degradadas. Até dezembro de 2012, foram liberados 133 financiamentos por meio do programa.

Itaú Microcrédito: deixamos de imprimir fichas de avaliação socioeconômica, cópias de CPFs, RGs, Comprovantes de residência e extratos bancários. A digitalização dos documentos possibilitou a economia em cópias, impressão, papel e arquivamento de aproximadamente 128 mil folhas de papel.

Itaú BBA: Empréstimo ponte, fiança e financiamento de longo prazo são concedidos apenas aos projetos que estabelecem critérios consistentes para garantir o cumprimento da legislação brasileira nos aspectos de saúde e segurança ocupacional e socioambiental – como a gestão de efluentes, resíduos e emissões, a conservação do patrimônio arqueológico, o atendimento a normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e a consulta a populações afetadas. Esses critérios são acompanhados durante todo o prazo do contrato no caso de financiamento de longo prazo.

Para o financiamento de projetos de longo prazo na modalidade Project Finance – com valor igual ou superior a US\$ 10 milhões – considera-se adicionalmente o atendimento aos Princípios do Equador.

Itaú Asset Management: contamos com uma metodologia própria para identificar riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança corporativa e definir o valor de mercado das empresas investidas. Os fundos de renda variável com gestão ativa integram essa metodologia nos processos de avaliação de seus investimentos.

Um resultado desfavorável não implica, necessariamente, a exclusão de setores ou de empresas, mas nos permitem identificar lacunas que são encaminhadas conforme definidas pela governança de sustentabilidade.

O Fundo Itaú Ecomudança – os fundos (DI ou renda fixa) da família Ecomudança revertem 30% de sua taxa de administração a projetos de organizações sem fins lucrativos (ONGs), que têm como objetivo reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em três anos (de 2009 até 2012), foram direcionados mais de R\$ 2,3 milhões a 13 entidades que atuam nas áreas de eficiência energética, energias renováveis, manejo de resíduos, recuperação de florestas nativas ou redução de desmatamento.

Financiamento imobiliário: propomos a aplicação de três questionários que abordam aspectos socioambientais da empresa, do empreendimento e do terreno. São solicitadas informações como histórico do terreno e vizinhança (se no local existiu indústria, posto de gasolina, lixão, ferro velho ou já foram descartados efluentes líquidos) e se há corpos hídricos ou vegetação no local. Os resultados são mensurados, e, se identificado algum risco financeiro, ambiental ou de imagem para o banco, a operação é submetida à análise das áreas responsáveis.

Seguros: Para implantação dos critérios PSI, atuaremos na identificação e aplicação dos critérios ASG em nossa carteira de produtos – Empresarial, Riscos Diversos (RD), Riscos de Engenharia, Vida em Grupo (VG) e Acidentes Pessoais Coletivos (APC) – sempre considerando as especificidades de cada modalidade.

Crédito ao consumidor: Contamos com o Cartão de Crédito Itaúcard Ipiranga Carbono Zero, em que parte do faturamento proveniente do abastecimento de veículos nos Postos Ipiranga é reinvestida em reflorestamento – neutralizando o dobro das emissões de gás carbônico que seriam emitidas com aquele combustível.

Compras: Em nosso relacionamento com os fornecedores, buscamos contratar aqueles que sejam alinhados com a geração de valor para o banco e a sociedade, assim como garantir o emprego das melhores práticas socioambientais em toda a cadeia produtiva. Por meio de uma estrutura integrada para seleção de fornecedores, escolhemos empresas que tenham foco na mitigação de seus impactos ambientais e sociais, que cumpram a legislação vigente em relação às questões trabalhistas e ambientais e que respeitem os direitos humanos.

Investimentos ambientais

Em 2012, investimos R\$ 299,7 milhões em proteção ambiental, valor superior ao montante de 2011. Foram gastos R\$ 12,3 milhões com a disposição de resíduos e a mitigação de emissões e R\$ 287,4 milhões com prevenção e gestão ambiental. Não houve operações ou incidentes que necessitaram de investimentos para remediação em 2012.

O aumento significativo dos gastos em proteção ambiental é decorrente de grandes projetos do Itaú Unibanco, como a certificação LEED das novas construções (*data center* e Centro Administrativo Tatuapé), e os projetos de eficiência energética e de consumo de água – que demandaram grandes investimento.

Investimentos em disposição de resíduos, tratamento de emissões, prevenção e gestão ambiental (R\$ mil)	2010	2011	2012
<i>Disposição de resíduos e tratamento de emissões:</i>			
Tratamento e disposição de resíduos	1.516,95	344,30	1.555,94 (1)
Tratamento de emissões	1.379,37	6.032,09	10.737,18 (2)
Despesas com compra e uso de certificados de emissões	-	-	20,79 (3)
Subtotal	2.896,32	6.376,39	12.313,90
<i>Prevenção e gestão ambiental:</i>			
Serviços externos de gestão ambiental	47,50	208,60	-
Certificação externa de sistema de gestão	365,69	25,15	7,26 (4)
Pessoal para atividades gerais e gestão ambiental	-	20,00	20,00
Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas	1.130,70	756,75	286.338,67 (5)
Outros custos de gestão ambiental	-	-	1.097,63 (6)
Subtotal	1.543,89	1.010,49	287.463,56
Total	4.440,21	7.386,89	299.777,46

Notas:

- 1) O valor apresentado inclui investimentos em gestão de resíduos e desmobilização dos andares;
- 2) Valor referente a gastos com salas de tele presença e *Building Management System* (BMS) nos principais prédios administrativos;
- 3) Esse foi o primeiro ano que relatamos despesas com compras e uso de certificados de emissão. Os gastos de 2012 referem-se ao Selo Carbon Free (neutralização de evento Prêmio Itaú de Finanças Sustentáveis com a compensação de 8,01 toneladas de GEE por meio do plantio de 51 árvores nativas da Mata Atlântica) e com a neutralização das emissões das APIMECS;
- 4) Recertificação ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé;
- 5) Gastos referem-se à certificação LEED das novas construções (*data center* e Prédio CAT 2) e a projetos de eficiência energética e de consumo de água;
- 6) Certificação LEED das novas construções (*data center* e Prédio CAT 2), campanhas de endomarketing referente à recertificação ISO14001 e elaboração e asseguarção do inventário de GEE do banco.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Emissora é titular da marca “ITAÚSA”, usada na condução de suas atividades. Consideramos que a possibilidade de eventual perda de referida marca é muito remota e que não há dependência desta para o desenvolvimento de suas atividades.

7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

Não existem receitas relevantes na Emissora provenientes de outros países que não o Brasil.

a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não há.

b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não há.

c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não há.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não há.

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário

Pelo quarto ano consecutivo, a Itaúsa publica seu relatório anual de sustentabilidade com base nas orientações da *Global Reporting Initiative* (GRI), que tem por objetivo comunicar os resultados da gestão do Conglomerado Itaúsa aos seus públicos estratégicos.

Neste período, a Itaúsa vem promovendo um processo consistente de aprendizado e evolução em seu relatório de sustentabilidade. Em 2010, segundo ano seguindo as diretrizes da GRI, atendeu o nível B e a publicação de 2011 e 2012, atenderam ao nível de aplicação A+.

As informações do Relatório Anual de 2012 abrangem os resultados de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, trazem os desempenhos da Itaúsa, em sua atividade de holding pura, e os resultados econômicos, sociais e ambientais obtidos no período das empresas controladas: Duratex, Elekeiroz, Itaotec e Itaú Unibanco.

Este relatório está disponibilizado no nosso site (<http://www.itausa.com.br>) e arquivado no Sistema IPE – Informações Periódicas e Eventuais da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Ademais, informamos que todas as relações de longo prazo que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Itaúsa foram comentadas nos demais itens deste formulário.

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Emissora já foram comentadas neste item e nos demais itens deste formulário.

ITEM 8 - CONTROLE**8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:****a) Controladores diretos e indiretos**

Controlador Direto

Companhia ESA

(por si e na qualidade de usufrutuária do direito de voto sobre as ações ordinárias detidas pela Família Egydio de Souza Aranha, consoante Acordo de Acionistas)

Controladores Indiretos

Família Egydio de Souza Aranha

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Alfredo Egydio Nugent Setubal

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela

Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca

Bruno Rizzo Setubal

Camila Setubal Lenz Cesar

Carolina Marinho Lutz Setubal

Fernando Setubal Souza e Silva

Gabriel de Mattos Setubal

Guilherme Setubal Souza e Silva

José Luiz Egydio Setubal

Julia Guidon Setubal

Luiza Rizzo Setubal

Marcelo Ribeiro do Valle Setubal

Maria Alice Setubal

Maria de Lourdes Egydio Villela

Mariana Lucas Setubal

Marina Nugent Setubal

O.E.Setubal S.A.

Olavo Egydio Mutarelli Setubal

Olavo Egydio Setubal Júnior

Patrícia Ribeiro do Valle Setubal

Paula Lucas Setubal

Paulo Egydio Setubal

Paulo Setubal Neto

Ricardo Egydio Setubal

Ricardo Villela Marino

Roberto Egydio Setubal

Rodolfo Villela Marino

Rudric Ith S.A.

Tide Setubal Souza e Silva Nogueira

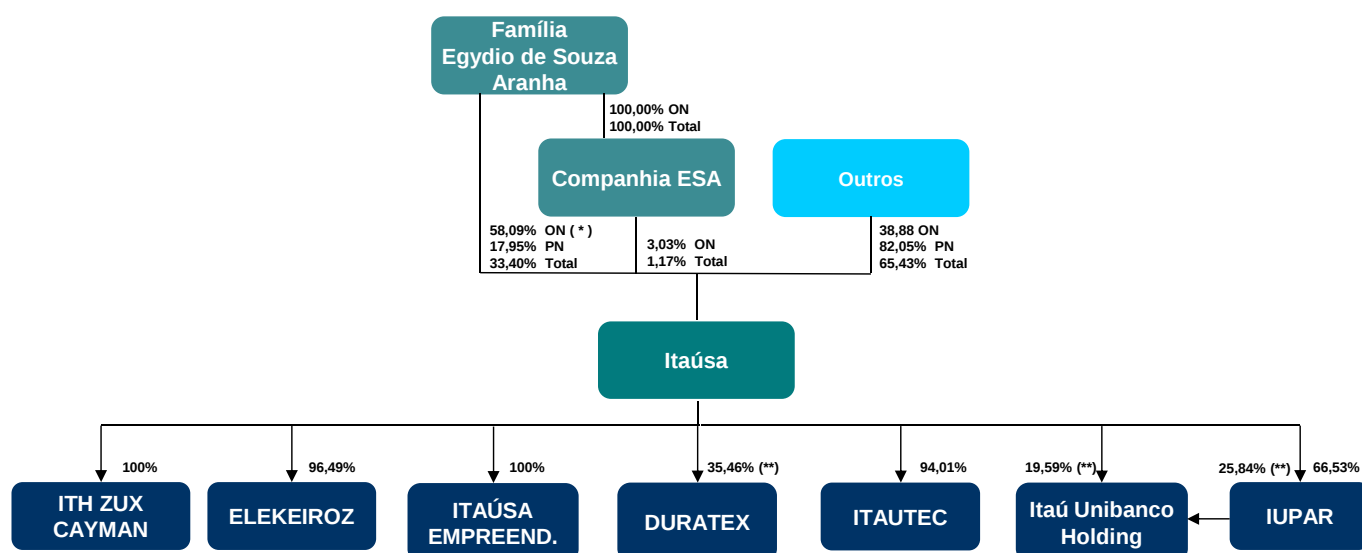
b) Controladas e coligadas**c) Participações do emissor em sociedades do grupo****d) Participações de sociedades do grupo no emissor****e) Sociedades sob controle comum**

A tabela a seguir, contem as informações das alíneas "b" a "e" acima:

Empresas	Participação no Capital Votante	Participação no Capital Social	Controlada ou Coligada
No País			
Itaú Unibanco Holding S.A.	64,2%	36,8%	Controlada em conjunto
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	50,0%	66,5%	Controlada em conjunto
Duratex S.A.	35,5%	35,5%	Controlada
Elekeiroz S.A.	98,2%	96,5%	Controlada
Itautec S.A.	94,0%	94,0%	Controlada
Itautec.com Serviços S.A.	0,1%	0,1%	Controlada
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100,0%	100,0%	Controlada
No Exterior			
ITH Zux Cayman Company Ltd.	100,0%	100,0%	Controlada

Data Base: 31.12.2012

8.2. Caso o emissor deseje, inserir organograma do grupo econômico em que se insere o emissor, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1



(*) sobre esta participação, foi constituído, em Acordo de Acionistas, usufruto a favor da Companhia ESA, compreendendo o direito de voto sobre 1.084.153.158 ações ON de emissão da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A (58,09% do capital votante).

(**) participação no capital social, excluídas as ações em tesouraria.

Data Base: 31.12.2012

8.3. Descrever as operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo

Os Itens 6.5 e 6.7 deste Formulário de Referência contém as informações relacionadas aos principais eventos societários.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

ITEM 9 - ATIVOS RELEVANTES

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Parte das torres do Itaú Unibanco Centro Empresarial localizado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – São Paulo – SP	Brasil	SP	São Paulo	Propria
Prédio comercial situado na Avenida Paulista, nº 1938 - São Paulo - SP.	Brasil	SP	São Paulo	Propria

9.1 b - Bens do ativo não circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marca	ITAÚSA	Brasil	14/07/2006 a	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Brasil	07/04/2009 a 07/04/2019	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Argentina	19/08/2011 a	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Argentina	19/08/2011 a	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Chile	03/08/2012 a 03/08/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Estados Unidos	07/08/2012 a 07/08/2022	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Paraguai	03/08/2011 a	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Paraguai	03/08/2011 a	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	União Européia	21/12/2011 a 09/08/2021	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)
Marca	ITAÚSA	Uruguai	10/08/2011 a	Indicado no item 9.2 (III)	Indicado no item 9.2 (IV)

c) As sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar

I - Denominação social

II – Sede

III - Atividades desenvolvidas

IV - Participação do emissor

V - Se a sociedade é controlada ou coligada

VI - Se possui registro na CVM

VII - Valor contábil da participação

VIII - Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

IX - Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

X - Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados

XI - Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

XII - Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Montante de								
Exercício Social	Valor Contábil - variação %	Valor mercado - variação %	dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
DURATEX S.A.	97.837.181/0001-47	21091	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria, Comércio, Importação e Exportação de produtos derivados de madeira, produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.	35,460000
31/12/2012	9,160893	67,539267	54.000.000,00	Valor de Mercado:	31/12/2012	2.880.000.000,00		
31/12/2011	8,702929	(40,125392)	49.000.000,00	Valor Contábil:	31/12/2012	1.418.000.000,00		
31/12/2010	105,680000	9,790000	32.132.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A Itaúsa é uma holding de capital aberto e apoia empresas que atuam nos segmentos financeiro e industrial. O investimento nessa sociedade faz parte da estratégia dos negócios da Itaúsa.								
ELEKEIROZ S.A.	13.788.120/0001-47	4359	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.	96,490000
31/12/2012	(0,217391)	(21,799308)	33.000,00	Valor de Mercado:	31/12/2012	226.000.000,00		
31/12/2011	0,436681	(25,897436)	11.000.000,00	Valor Contábil:	31/12/2012	459.000.000,00		
31/12/2010	3171,430000	(10,760000)	3.308.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A Itaúsa é uma holding de capital aberto e apoia empresas que atuam nos segmentos financeiro e industrial. O investimento nessa sociedade faz parte da estratégia dos negócios da Itaúsa.								
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	60.872.504/0001-23	19348	Controlada em conjunto	Brasil	SP	São Paulo	Holding Financeira.	36,780000
31/12/2012	(1,535754)	2,039163	1.832.000.000,00	Valor de Mercado:	31/12/2012	55.395.000.000,00		
31/12/2011	20,641903	60,772154	1.580.000.000,00	Valor Contábil:	31/12/2012	15.112.000.000,00		
31/12/2010	6,850000	(43,670000)	1.452.000.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A Itaúsa é uma holding de capital aberto e apoia empresas que atuam nos segmentos financeiro e industrial. O investimento nessa sociedade faz parte da estratégia dos negócios da Itaúsa.								
ITH ZUX CAYMAN COMPANY LIMITED	-	-	Controlada	Ilhas Cayman		George Town	Empresa não financeira	100,000000
31/12/2012	(97,674419)	0,000000	0,00	Valor de Mercado:	empresas de capital fechado			
31/12/2011	13,157895	0,000000	0,00	Valor Contábil:	31/12/2012	1.000.000,00		
31/12/2010	30,940000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A Itaúsa é uma holding de capital aberto e apoia empresas que atuam nos segmentos financeiro e industrial. O investimento nessa sociedade faz parte da estratégia dos negócios da Itaúsa.								
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	04.676.564/0001-08	-	Controlada em conjunto	Brasil	SP	São Paulo	Holding	66,530000
31/12/2011	-31,649888	0,000000	105.000.000,00	Valor de Mercado:	empresas de capital fechado			
31/12/2010	15,810609	0,000000	92.000.000,00	Valor Contábil:	31/12/2012	12.221.000.000,00		
31/12/2009	11,760000	0,000000	68.610.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação: A Itaúsa é uma holding de capital aberto e apoia empresas que atuam nos segmentos financeiro e industrial. O investimento nessa sociedade faz parte da estratégia dos negócios da Itaúsa.								

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**Informações complementares ao item 9.1.b:****Marcas**

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se pelo seu registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em território nacional. O registro de marca vigora pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro pelo INPI, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

As datas de concessão e de vigência do registro e do depósito do pedido de registro das marcas de titularidade da Emissora no Brasil, bem como outras informações sobre referidas marcas estão citadas na Tabela I inserida abaixo.

TABELA I – Marcas de titularidade da Emissora no Brasil

Marca	Forma de apresentação (1)	Nº do processo	Classe	Data de depósito/ concessão do registro	Prazo de vigência do registro
ITAÚSA	Nominativa	828571473	36	14/07/2006	
ITAÚSA	Nominativa	828571481	35	07/04/2009	07/04/2019

O procedimento para obtenção de registro de uma marca no exterior, os prazos de vigência e requisitos para prorrogação de registro dependem da legislação de cada país ou região em que a marca se encontra registrada.

O local e as datas de concessão e de vigência do registro e do depósito do pedido de registro das marcas de titularidade da Emissora no exterior, bem como outras informações sobre referidas marcas estão citadas na Tabela II inserida abaixo.

TABELA II – Marcas de titularidade da Emissora no exterior

Marca	País	Forma de apresentação (1)	Nº do processo	Classes	Data de depósito/ concessão do registro	Prazo de vigência do registro
ITAÚSA	Argentina	Nominativa	3109677	35	19/08/2011	
ITAÚSA	Argentina	Nominativa	3109678	36	19/08/2011	
ITAÚSA	Chile	Nominativa	957456	35 e 36	03/08/2012	03/08/2022
ITAÚSA	Estados Unidos	Nominativa	4185331	35	07/08/2012	07/08/2022
ITAÚSA	Paraguai	Nominativa	32364	35	03/08/2011	
ITAÚSA	Paraguai	Nominativa	32365	36	03/08/2011	
ITAÚSA	União Européia	Nominativa	010184075	35 e 36	21/12/2011	09/08/2021
ITAÚSA	Uruguai	Nominativa	426238	35 e 36	10/08/2011	

Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos são os previstos em lei. No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca podem ser indeferidos pelo INPI, nas hipóteses previstas na Lei nº 9.279/96, inclusive em decorrência de oposição apresentada ao INPI por terceiro que tenha direito de precedência sobre a marca ou seja titular de pedido de registro ou registro de marca colidente anterior.

O registro de marca extingue-se: (i) pela expiração do seu prazo de vigência sem que haja a devida prorrogação; (ii) pela renúncia do titular da marca, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; e (iii) pela caducidade, que poderá ser total ou parcial.

Qualquer pessoa com legítimo interesse pode apresentar requerimento de caducidade ao INPI, se, decorridos cinco anos da data da concessão do registro da marca pelo INPI, ocorrer uma de qualquer das seguintes hipóteses: (i) se o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil; (ii) se o uso da marca tiver sido interrompido por mais de cinco anos consecutivos; ou (iii) se a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro.

O registro de uma marca poderá ser declarado nulo pelo INPI, por meio de processo administrativo de nulidade instaurado pelo próprio INPI ou a pedido de terceiro com legítimo interesse, caso tal registro tenha sido concedido em desacordo com as disposições constantes da lei. A nulidade do registro poderá ser total ou parcial. A condição para a nulidade parcial é o fato de a parte subsistente da marca ou da descrição dos produtos ou serviços, ou seja, aquela que não for declarada nula, ser considerada registrável.

Além da via administrativa mencionada acima, o INPI ou terceiro interessado também poderá propor perante o Poder Judiciário ação de nulidade de registro de marca no prazo de cinco anos, a contar da data da concessão de seu registro pelo INPI.

Possíveis consequências da perda de tais direitos pela Emissora

Na hipótese de a Emissora perder os direitos sobre todas as marcas listadas acima, cuja probabilidade entendemos ser muito remota, esta não mais poderia impedir que terceiros usem marcas iguais ou semelhantes, especialmente no mesmo segmento de mercado e deverá desenvolver suas atividades com outras marcas. Ainda, existiria a possibilidade de a Emissora sofrer demandas judiciais em caso de violação de direitos de terceiros.

ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**10.1. Os diretores devem comentar sobre:****a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa") é uma sociedade de participações, holding pura, que controla empresas atuantes em diversos setores como: na área serviços financeiros, na produção de painéis de madeira industrializada, louças e metais sanitários, na produção de produtos químicos e na atuação de desenvolvimento de produtos e soluções em informática e automação.

Como holding de capital aberto, a Itaúsa concentra decisões estratégicas, de forma que as empresas do Conglomerado tenham as melhores condições de empreender suas atividades e expandir seus negócios. Assim, as controladas conseguem alcançar altos níveis de produtividade, capacitando seus colaboradores e desenvolvendo tecnologia para aprimorar, permanentemente, seus produtos e serviços. As receitas operacionais da Itaúsa provem, basicamente, do resultado de equivalência patrimonial.

As principais empresas controladas da Itaúsa também são companhias de capital aberto que detêm ampla participação em negócios no Brasil e no mundo, com atuação nos seguintes segmentos de negócios:

- Área Industrial: Duratex S.A. ("Duratex"), Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz") e Itautec S.A. ("Itautec");
- Área de Serviços Financeiros: Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco").

Área Industrial

A Duratex possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria. É hoje a maior empresa produtora de painéis de madeira industrializada, de louças e metais sanitários do Hemisfério Sul e lidera o mercado brasileiro na produção de pisos laminados com a marca Duraflor e em louças e metais sanitários com as assinaturas Deca e Hydra. O modelo de negócio adotado combina a prática dos princípios da sustentabilidade nas suas operações e nas comunidades onde atua.

A Elekeiroz, no segmento em que atua, é a maior produtora brasileira de intermediários químicos de uso industrial. Os negócios da Elekeiroz estão focados na industrialização e comercialização de intermediários químicos para o suprimento dos principais segmentos industriais da economia, tais como: construção civil, calçados e vestuário, automotivo, alimentício, agroindustrial e ainda os setores de publicidade e comunicação visual. O mercado interno é o principal destino dos produtos da Elekeiroz, respondendo por cerca de 90% da expedição total.

A Itautec atua no desenvolvimento e na comercialização de soluções de automação bancária, automação comercial, computação pessoal, computação corporativa e serviços tecnológicos, por intermédio de três unidades de negócios: Soluções de Automação (Bancária com ATMs e terminais caixa; Comercial com terminais de ponto-de-venda (PDV), impressoras fiscais, terminais de autoatendimento e plataformas de software), Soluções de Computação (desktops, notebooks, netbooks, tablets e servidores) e Serviços Tecnológicos (assistência técnica, infraestrutura e instalações).

Área de Serviços Financeiros

Na área de serviços financeiros, o Itaú Unibanco fornece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de linhas de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, a clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. Estes serviços são oferecidos no Brasil a clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S. A. e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. No exterior o Itaú Unibanco está presente na Argentina, Bahamas, Chile, China, Colômbia, Oriente Médio, Estados Unidos, Europa (Alemanha, Espanha, França, Portugal, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça), Ilhas Cayman, Japão, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Desempenho dos Negócios

Em 2012, o lucro líquido da Itaúsa atingiu R\$ 4.539 milhões (R\$ 4.837 milhões em 2011), com rentabilidade anualizada de 15,2% (17,5% em 2011) sobre o patrimônio líquido médio. O lucro líquido recorrente foi de R\$ 4.787 milhões (R\$ 5.040 milhões em 2011), conforme Item 10.3.c, com rentabilidade anualizada de 16,0% (18,3% em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, o total de ativos alcançou R\$ 31.964 milhões (R\$ 31.043 milhões em 31.12.2011 e R\$ 28.075 milhões em 31.12.2010) e o patrimônio líquido totalizou R\$ 30.027 milhões (R\$ 29.341 milhões em 31.12.2011 e R\$ 26.159 milhões em 31.12.2010), com crescimento de 3,0% e 2,3% nos últimos 12 meses, respectivamente.

Área Industrial**Duratex**

Na Duratex, a receita líquida consolidada somou R\$ 3.394 milhões, 14,3% acima do ano anterior, impulsionada pelo crescimento dos negócios nas duas divisões, Deca e Madeira. O EBITDA, recorrente de R\$ 1.005 milhões, representa alta de 25,7% e margem de 29,6% (26,9% no encerramento de 2011). O lucro líquido recorrente foi de R\$ 437 milhões, incremento de 25,1% em comparação a 2011.

Na Divisão Deca, o volume expedido, de 25,8 milhões de peças, representou expansão de 1,0% em relação ao ano anterior. Esse desempenho pode ser explicado pelo desaquecimento da demanda no segmento de reformas, mais suscetível às condições macroeconômicas de curto prazo, em um ano de fraco desempenho da economia. A receita líquida, no entanto, cresceu 7,7%, acima da média setorial de 1,4% apurada pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Esse desempenho espelha a força da marca Deca e premia o movimento de diversificação geográfica das unidades, iniciado em 2008, aproximando ainda mais a empresa dos seus consumidores. O EBITDA recorrente foi de R\$ 273 milhões, equivalente a uma margem de 23,2%. De forma a manter a sua linha de produtos alinhada às novas tendências, a Deca lançou no ano seis novos projetos em louças sanitárias, destacando-se a linha infantil Studio Kids, e três em metais sanitários, a exemplo da Caixa de Embutir Hydra.

O desempenho da Divisão Madeira foi bastante positivo durante todo o ano. O volume expedido cresceu 16,1%, para 2,6 milhões de m³, acima do índice de 11,4% registrado pelo mercado, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa). Esse movimento espelha decisões tomadas no passado, de expansão de capacidade e foco nos resultados, o que permitiu recuperar participação de mercado. No ano, foram desenvolvidos 18 novos produtos em painéis com inovações e design alinhado às tendências internacionais nos seus acabamentos. A receita líquida totalizou R\$ 2.216 milhões, 18,1% acima de 2011. O desempenho reflete a combinação de volume recorde de habitações entregues no ano a medidas governamentais de impulso ao segmento de móveis – como redução a zero da alíquota de IPI, prazos mais adequados de financiamento e incentivos tributários, igualando as condições de concorrência a bens de consumo, como da linha branca. Ganhos de escala e aumento de receita líquida unitária acima dos custos levaram o EBITDA recorrente para R\$ 732 milhões, com margem de 33,0%.

Elekeiroz

A expedição física de produtos totalizou 470,6 mil toneladas, 6,3% acima do ano anterior, destacando-se o incremento de 50,0% nas vendas de orgânicos para o mercado externo (47,4 mil toneladas). Em todos os trimestres houve recuperação de vendas sobre os períodos equivalentes do ano anterior.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), o segmento de produtos químicos de uso industrial registrou crescimento de 2,9% na produção e de 7,4% nas vendas para o mercado interno em relação a 2011, ano que fora marcado por retração. O índice de preços para a indústria química aumentou 10,6% no acumulado do ano, inferior aos 17,2% da nafta petroquímica, principal matéria-prima do setor.

Nesse cenário, a receita líquida da Elekeiroz alcançou R\$ 900 milhões, 15,8% superior à de 2011, com alta de 10,0% no mercado interno (83,0% das vendas) e de 58,0% no mercado externo. O aumento da receita total foi

acompanhado, todavia, de acréscimo de 17,0% no custo dos produtos vendidos, do que resultou, no acumulado do ano, a geração de uma margem bruta ainda insuficiente para a companhia recuperar seus níveis normais de rentabilidade.

Acompanhando a tendência de melhora do lucro operacional, a empresa encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 0,5 milhão (R\$ 15 milhões em 2011). O EBITDA do quarto trimestre confirma a tendência de recuperação da rentabilidade da empresa, encerrando o ano 2012 com alta de 42% sobre 2011.

Itautec

A receita líquida consolidada de vendas e serviços foi de R\$ 1.545,3 milhões em 2012, o que representa um crescimento de 0,2% em relação a 2011, em linha com o crescimento da economia brasileira no exercício de 2012.

O lucro bruto de 2012 foi de R\$ 192,2 milhões, 31,6% inferior a 2011, em função dos impactos na receita, do aumento dos custos com mão de obra e insumos, principalmente relacionados à significativa valorização do dólar frente ao real no decorrer do exercício, e dos gastos pontuais para readequação organizacional.

Em novembro, a Companhia reconheceu um ativo decorrente de créditos com precatórios. Trata-se de processo relativo a ação de repetição de indébito, correspondente a cobrança de Taxa de Serviço Administrativo – TSA, incidente sobre a internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus, para o qual se obteve decisão favorável, com trânsito em julgado. O crédito por precatório judicial foi reconhecido como receita no resultado na rubrica de “Outros Ganhos (Perdas), Líquido” que, trazido a valor presente pelo método do fluxo de caixa descontado, totalizou o valor líquido de R\$ 65,1 milhões.

O EBITDA e o lucro líquido de 2012 foram R\$ 17,7 milhões e R\$ 1,5 milhão, respectivamente, e o saldo de disponibilidades financeiras ao final do exercício foi de R\$ 196,4 milhões, fazendo com que a Itautec mantivesse uma dívida líquida negativa (excesso de caixa) de R\$ 44,6 milhões, o que demonstra a eficiente gestão de capital de giro e a solidez financeira da Companhia.

Área de Serviços Financeiros

Para os valores comentados a seguir do Itaú Unibanco, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,78% detida pela Itaúsa.

Em 2012, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi 8,7% menor que o ano anterior e totalizou R\$12,6 bilhões, com rentabilidade anualizada de 16,9% sobre o patrimônio líquido médio (20,0% em 2011). O lucro líquido recorrente de 2012 do Itaú Unibanco alcançou R\$ 13,4 bilhões, redução de 3,0% em relação ao ano anterior, e atingiu um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 17,9%. Em 2011, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi 18,2% maior que em 2010 e totalizou R\$ 13,8 bilhões, com rentabilidade anualizada de 19,9% sobre o patrimônio líquido médio (18,9% em 2010).

O produto bancário do Itaú Unibanco em 2012 atingiu R\$ 81,2 bilhões e apresentou crescimento de 9,3% em relação ao ano anterior. Os principais componentes que contribuíram para esta evolução foram as receitas e despesas de juros e rendimentos, que cresceram 15,7%, e as receitas de prestação de serviços que somadas às receitas de operações de seguros, previdência e capitalização evoluíram 1,2%. O crescimento das receitas do Itaú Unibanco adicionadas ao controle das despesas gerais e administrativas, que evoluíram apenas 6,7% em 2012, contribuiu para o resultado apresentado.

Ao final de 2012, o total de ativos consolidados alcançou R\$ 957,2 bilhões e o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 75,9 bilhões, com crescimento de 17,0% e 2,7% nos últimos 12 meses, respectivamente. Ao final de 2011 o total de ativos consolidado alcançou R\$ 818,1 bilhões, evoluindo 12,5% em relação ao final do ano de 2010, o patrimônio líquido dos acionistas controladores somava R\$ 73,9 bilhões.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco se reflete na composição da carteira de crédito e na captação com clientes, reduzindo os riscos a segmentos específicos, que possam ser mais impactados pela volatilidade da economia, atingindo ao final de 2012, saldo em carteira de crédito, incluindo avais e fianças, R\$ 427,3 bilhões, com

crescimento de 7,4% em comparação ao final de 2011. O total de recursos de clientes atingiu R\$481,1 bilhões em 31 de dezembro de 2012, evoluindo 7,4% nos últimos 12 meses, provenientes de fontes diversas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo.

Ao final de 2012, o Índice de Basileia, atingiu 16,7%, apresentando aumento de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2011, fato que evidencia a solidez na base de capital do Itaú Unibanco.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 26.04.2012, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Cancelamento das 8.700.000 ações escriturais preferenciais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do capital social;
- Aumento do capital social em R\$ 2.822 milhões, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 1.062 milhões da Reserva para Equalização de Dividendos e R\$ 1.760 milhões da Reserva para Reforço do Capital de Giro;
- Emissão de 440.678.158 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 169.662.686 ordinárias e 271.015.472 preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 26.04.2012, após o cancelamento de ações de emissão própria proposto.

Em decorrência dos itens precedentes, o Capital Social foi elevado para R\$ 16.500 milhões, representado por 4.847.459.747 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.866.289.554 ordinárias e 2.981.170.193 preferenciais, sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Também na AGE de 26.04.2012, deliberou-se aumento de Capital social em R\$ 500 milhões com integralização em dinheiro e/ou compensação com créditos originários de juros sobre o capital próprio complementares declarados em 28.02.2012. Considerada a grande volatilidade do mercado de capitais, reflexo da crise financeira européia, que provocou a queda generalizada na cotação das ações no mercado de valores mobiliários, incluindo os papéis de emissão da Itaúsa, as sobras de subscrição representaram 17,73% do total de ações a serem emitidas. Em decorrência desse fato, em AGE de 06.07.2012 deliberou-se pelo cancelamento da chamada de capital. A devolução aos subscritores foi efetuada em 16.07.2012, sendo os valores atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Abaixo a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício:

	QUANTIDADE			Valor (R\$ milhões)
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31.12.2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Aumento de Capital	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Ações Representativas do Capital Social em 31.12.2011	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
(-) Cancelamento de Ações em Tesouraria - AGE de 26.04.2012 (*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	2.822
Bonificação de 10% em Ações	169.662.686	271.015.472	440.678.158	-
Em Circulação em 31.12.2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Ações Representativas do Capital Social em 31.12.2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração e canceladas na AGE de 26.04.2012, mediante absorção de R\$ 80 milhões da reserva de lucros/reserva para reforço do capital de giro/lucros apurados em 2004.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A seguir o índice de liquidez geral da Itaúsa que reflete a capacidade de pagamento das suas dívidas:

Indicador (*)	2012	2011	2010
Liquidez Geral	0,9	0,9	0,8

Como se pode observar, o Índice de Liquidez Geral, se apresenta estável no últimos três anos, mantendo a Itaúsa confortável em relação a compromissos assumidos tanto no curto/médio prazo, basicamente, para os pagamentos de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, como no longo prazo, para pagamento de contingências fiscais.

Dentre os investimentos da Itaúsa, a Companhia entende que as atuais condições financeiras e patrimoniais das suas controladas são suficientes para o desenvolvimento de seus negócios em todas suas áreas de atuação, assim como, não possuem passivos contingentes para os quais a Itaúsa esteja significativamente exposta.

(*) Notas:

- Dados extraídos das Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial - Individual;
- Liquidez Geral = (Ativos Financeiros + Ativos Fiscais + Outros Ativos não Financeiros / Total do Passivo).

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Em 13.07.2012, a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 400 milhões, com remuneração de 104,40% do CDI, com opção de resgate antecipado, parcial ou integral, a seu exclusivo critério, a partir do 31º dia e vencimento em 28.03.2013. Os recursos captados foram destinados ao reforço do capital de giro. A Itaúsa resgatou 50% do montante emitido em 21.08.2012 e os 50% remanescentes em 28.03.2013.

Em 01.06.2010, a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com o valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em primeiro de junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. O principal objetivo desta operação foi em razão da aquisição das ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., detidas pelo *Bank of America Corporation*, conforme mencionado no "Item 10.3.b". As debêntures foram pagas e amortizadas nas respectivas datas do vencimento.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

De acordo com seu planejamento financeiro, a Itaúsa não precisará utilizar fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, por não apresentar deficiência de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

A seguir o nível de endividamento da Itaúsa:

Indicador	2012	2011	2010
Endividamento	6,06%	5,50%	6,80%
Endividamento Líquido	2,32%	2,50%	2,90%

Em 21.08.2012, a Itaúsa resgatou 50% do montante das Notas Promissórias emitidas, totalizando R\$ 202 milhões.

Em junho de 2012 e 2011, a Itaúsa efetuou o pagamento de R\$ 432 milhões e R\$ 416 milhões, referente à amortização da segunda e primeira parcela da emissão das debêntures, respectivamente.

Apesar das emissões das notas promissórias e debêntures impactarem no endividamento da Emissora, a Itaúsa se mantém confortável em relação aos compromissos assumidos.

Notas:

- Dados extraídos das Demonstrações Contábeis - Balanço Patrimonial - Individual;
- Endividamento = (Total do Passivo / Total do Ativo) x 100;
- Endividamento Líquido = {(Empréstimos + Dividendos (a Pagar – a Receber) – Disponibilidades – Aplicações Financeiras) / Patrimônio Líquido} x 100.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não houve.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras (individual):

Por ser uma *holding* pura, as movimentações da Itaúsa são, basicamente, decorrentes de investimentos, dividendos/juros sobre o capital próprio a pagar/receber e de aplicações financeiras.

A seguir as principais variações em contas do Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, com a composição, basicamente, dos seguintes grupos de contas:

- Ativos Financeiros – ativos financeiros mantidos para negociação;
- Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar;
- Investimentos – participações em controladas, sua movimentação decorre basicamente de equivalência patrimonial;
- Notas Promissórias - captação no mercado mediante emissão, no montante de R\$ 400 milhões, em julho de 2012, com opção de resgate antecipado, parcial ou integral, a seu exclusivo critério, a partir do 31º dia e vencimento em 28 de março de 2013. Em 21.08.2012, a Itaúsa resgatou 50% do montante das Notas Promissórias;
- Recursos Captados - captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures em 2010 com pagamentos anuais em 2011, 2012 e 2013;
- Provisões: Basicamente, PIS/COFINS sob discussão judicial;
- Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio a Pagar;
- Receitas Operacionais - resultado de equivalência patrimonial.

2012 X 2011
(valores em milhões de reais)

• **Balanco Patrimonial**

	31.12.2012	31.12.2011	Variação em %
Ativos Financeiros	918	802	14%
Ativos Fiscais	732	618	18%
Investimentos	29.692	29.000	2%
Imobilizado Líquido	71	72	-1%
Ativos Intangíveis	460	460	0%
Outros Ativos não Financeiros	91	91	0%
TOTAL DO ATIVO	31.964	31.043	3%
Notas Promissórias	207	-	-
Recursos Captados	366	751	-51%
Obrigações Fiscais	137	112	22%
Provisões	180	58	210%
Dividendos e JCP a Pagar	1.041	776	34%
Outros Passivos não Financeiros	6	5	20%
Patrimônio Líquido	30.027	29.341	2%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.964	31.043	3%

• **Demonstração do Resultado**

Exercício	2012	2011	Variação em %
Receitas Operacionais Líquidas	4.774	5.041	-5%
Despesas Operacionais	(256)	(280)	-9%
Imposto de Renda e Contr. Social - Correntes	-	(1)	-100%
Imposto de Renda e Contr. Social - Diferidos	21	77	-73%
LUCRO LÍQUIDO	4.539	4.837	-6%

2011 X 2010

(valores em milhões de reais)

• **Balanco Patrimonial**

	31.12.2011	31.12.2010	Variação em %
Ativos Financeiros	802	1.028	-22%
Ativos Fiscais	618	519	19%
Investimentos	29.000	25.638	13%
Imobilizado Líquido	72	7	929%
Ativos Intangíveis	460	832	-45%
Outros Ativos não Financeiros	91	51	78%
TOTAL DO ATIVO	31.043	28.075	11%
Recursos Captados	751	1.064	-29%
Obrigações Fiscais	112	104	8%
Provisões	58	14	314%
Dividendos e JCP a Pagar	776	712	9%
Outros Passivos não Financeiros	5	22	-77%
Patrimônio Líquido	29.341	26.159	12%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.043	28.075	11%

• **Demonstração do Resultado**

Exercício	2011	2010	Variação em %
Receitas Operacionais Líquidas	5.041	4.663	8%
Despesas Operacionais	(280)	(424)	-34%
Imposto de Renda e Contr. Social - Correntes	(1)	1	-200%
Imposto de Renda e Contr. Social - Diferidos	77	177	-56%
LUCRO LÍQUIDO	4.837	4.417	10%

Os investimentos da Itaúsa foram movimentados, basicamente, pelos recebimentos de dividendos, juros sobre o capital próprio e pelo resultado de participação em controladas.

No resultado acumulado de 2012, o Resultado de Equivalência Patrimonial alcançou R\$ 4.728 milhões com redução de 5% em relação ao ano anterior. Em 2011, este resultado foi de R\$ 4.965 milhões (aumento de 11% em relação a 2010), em 2010, foi de R\$ 4.465 milhões (aumento de 2% em relação a 2009).

Em junho de 2010, o *Bank of America Corporation* ("BAC") vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding S.A. As ações preferenciais foram negociadas fora do Brasil e as ações ordinárias foram adquiridas pela Itaúsa, que na época elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding S.A. de 35,43% para 36,68%. Esta operação gerou ágio que está contabilizado na rubrica Intangível.

Em 01 de junho de 2010, a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, conforme mencionado no "item 10.1.d, f" e em junho de 2012 e 2011 a Itaúsa efetuou o pagamento de R\$ 432 milhões e R\$ 416 milhões, referente a amortização da segunda e primeira parcela da emissão das debêntures respectivamente.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

I - Descrição de componentes importantes da receita

Como *holding* pura, a Itaúsa tem suas receitas originadas, basicamente, do resultado de equivalência patrimonial.

II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Como mencionado no item anterior, os resultados da Itaúsa provêm, principalmente, da receita de equivalência patrimonial.

A seguir informamos o resultado na Itaúsa decorrente das participações em suas controladas: diretas e indiretas e de entidades sob controle conjunto:

- Resultado da Equivalência Patrimonial

(Em R\$ milhões)

Exercício	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Itaú Unibanco Holding S.A.	3.206	3.223	3.196
IUPAR - Itaú Unibanco Partic. S.A.	1.370	1.563	1.120
Duratec S.A.	164	132	140
Elekeiroz S.A.	-	14	35
Itautec S.A.	(16)	25	(48)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	3	4
ITH Zux Cayman Company Ltd.	4	5	(1)
Itaucorp S.A. (*)	-	-	18
Elekpart Partic. e Administração S.A. (*)	-	-	1
TOTAL GERAL	4.728	4.965	4.465

(*) Investimentos incorporados em 30.04.2010.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A Itaúsa, como *holding* pura, não tem variações das receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas: diretas e indiretas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A Itaúsa, como *holding* pura, não sofre impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas: diretas e indiretas.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional:

A Itaúsa não introduziu ou alienou segmento operacional nos anos de 2012, 2011 e 2010.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não ocorreram alterações nas participações da Itaúsa em 2012 e 2011.

Em 2010 ocorreram as seguintes alterações nas participações da Itaúsa:

INCORPORAÇÃO DE CONTROLADAS

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.04.2010, entre outras matérias, foi aprovada, a incorporação, pela Itaúsa, das controladas: Itaucorp S.A., Elekpart Participações e Administração S.A., Seg-Part S.A. e Rouxinol Administração e Participações Ltda.

Sendo a Itaúsa uma sociedade holding, com atividades desempenhadas principalmente pelas empresas abertas controladas de seu Conglomerado: Duratex, Elekeiroz, Itautec e Itaú Unibanco, os administradores decidiram por otimizar e racionalizar o número de empresas que estavam sob seu controle, bem como maximizar os resultados e minimizar os custos, através de reorganização societária envolvendo as Controladas da Itaúsa.

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO BANK OF AMERICA CORPORATION ("BAC")

Em 11 de junho de 2010, a Itaúsa adquiriu as 56.476.299 ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. de propriedade do Bank of America Corporation, correspondente a aproximadamente 2,5% das ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. e 1,2% de seu capital social ("Ações Ordinárias"). Como resultado, o Bank of America Corporation não tem mais direito de indicar um membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. ou vender conjuntamente suas ações de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. em caso de transferência de controle (tag along). Com a aquisição das Ações Ordinárias, a participação direta e indireta detida pela Itaúsa no capital social do Itaú Unibanco Holding S.A. passou de 35,43% para 36,68%.

Em razão desta operação, em 18 de maio de 2010, o Conselho de Administração da Itaúsa aprovou a realização da primeira emissão de debêntures simples da Itaúsa, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 476/09 (mencionado no "item 10.1, d, f").

c. Eventos ou operações não usuais:

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, a Itaúsa apresenta o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

• **Reconciliação do lucro líquido recorrente**

(Em R\$ milhões)

Exercício	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Lucro Líquido	4.539	4.837	4.417
Inclusão/ (Exclusão) dos efeitos não recorrentes	248	203	420
Próprios	-	-	40
Hedge operações BAC e Itaú Unibanco	-	-	30
Despesas Financeiras operações BAC e Itaú Unibanco	-	-	10
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	298	212	371
Movimentação de Ações em Tesouraria	19	205	(55)
Provisões (Fiscais/ Ações Cíveis/ Planos Econômicos/ Ações Trabalhistas/ Outras)	317	95	289
Venda de Participação/ Ajuste a Valor de Mercado - BPI	104	82	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	84	-	-
Programa de Recompensa	68	-	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	-	(170)	(48)
Gastos com associação Itaú e Unibanco	-	-	185
Realização de Ativos	(308)	-	-
Outros	14	-	-
Decorrentes de Participação nas demais empresas controladas	(50)	(9)	9
Duratex	(7)	(9)	-
Itautec	(43)	-	-
Outros	-	-	9
Lucro Líquido Recorrente	4.787	5.040	4.837

O Resultado não Recorrente decorre basicamente de:

- Efeito no resultado de equivalência patrimonial pela movimentação de ações em tesouraria pelo Itaú Unibanco.
- Área de Serviços Financeiros – efeito de realização de ativos, de provisões fiscais e previdenciárias, provisões para ações cíveis e trabalhistas, provisão para crédito de liquidação duvidosa, resultado na venda de participação e ajuste do valor de mercado do investimento no BPI;
- Área Industrial:
 - Duratex – efeito decorrente de ganho de causa referente ao PIS semestralidade;
 - Itautec – reconhecimento de crédito referente ao processo de repetição de indébito da cobrança de Taxa de Serviço Administrativo (TSA).

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são publicadas com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as participações em controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Itaúsa, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não ocorreram efeitos significativos de alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a administração está ciente da ênfase apresentada no relatório dos auditores independentes decorrente da avaliação dos investimentos em controladas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Itaúsa, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Para as Demonstrações Contábeis de 31.12.2012, os auditores independentes emitiram a seguinte opinião e ênfase:

“Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e

como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.”

Para as Demonstrações Contábeis de 31.12.2011, os auditores independentes emitiram a seguinte opinião e ênfase:

“Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos - Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado - Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.”

Para as Demonstrações Contábeis de 31.12.2010, os auditores independentes emitiram a seguinte opinião e ênfase:

“Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado - Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.”

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A Itaúsa, sendo uma *holding* pura, não possui políticas contábeis críticas que exijam julgamentos subjetivos ou complexos.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativa e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas incorridos durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

A) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

A Itaúsa e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa na demonstração consolidada do resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, a Itaúsa e suas controladas exercem seus julgamentos considerando se existem evidências objetivas que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes em provisões face à experiência de perda incorrida.

A Itaúsa e suas controladas utilizam modelos estatísticos para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, a Itaúsa e suas controladas realizam procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico. Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2012, o aprimoramento das premissas de modelos gerou um incremento no nível de provisões de R\$ 549 milhões.

O montante de provisão em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 9.458 milhões (R\$ 8.791 milhões em 31.12.2011).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 1.255 milhões (R\$ 1.187 milhões em 31.12.2011).

B) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a Itaúsa e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da Itaúsa e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos. O montante de ativo fiscal diferido era de R\$ 11.093 milhões (R\$ 9.006 milhões em 31.12.2011).

C) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos:

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31.12.2012 totalizam ativos no valor de R\$ 91.744 milhões (R\$ 66.163 milhões em 31.12.2011), dos quais R\$ 4.290 milhões são derivativos (R\$ 3.240 milhões em 31.12.2011) e passivos no valor de R\$ 4.308 milhões (R\$ 3.523 milhões em 31.12.2011), dos quais R\$ 4.072 milhões são derivativos (R\$ 2.486 milhões em 31.12.2011). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da Itaúsa e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A Itaúsa e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflète a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração e há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo.

A Itaúsa e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

D) Planos de pensão de benefício definido:

Em 31.12.2012 o montante de R\$ 11 milhões (R\$ 36 milhões em 31.12.2011) relacionado aos planos de pensão de benefício definido foi reconhecido no balanço patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Itaúsa e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Itaúsa e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 319 milhões.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado.

E) Ativos e Passivos contingentes:

A Itaúsa e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

O valor contábil dessas provisões em 31.12.2012 é de R\$ 7.497 milhões (R\$ 6.221 milhões em 31.12.2011).

F) Ativos biológicos:

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

G) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência:

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações das controladas da Itaúsa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da Itaúsa e suas controladas, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Para entender os riscos inerentes à atividade da Itaúsa, é preciso primeiro saber que o propósito da Emissora é a gestão de participações societárias. Assim sendo, ficam evidentes que os riscos aos quais a Itaúsa está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da Itaúsa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, liquidação das debêntures e notas promissórias emitidas. O excesso de caixa é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Em 31.12.2012, a Itaúsa mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 429 milhões que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Itaúsa.

Adicionalmente, a Itaúsa, conforme necessidade compartilha a estrutura organizacional administrativa e de controle de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco.

As principais controladas da Itaúsa são companhias abertas e com riscos específicos de seus negócios. As empresas industriais mantêm ferramentas capazes de identificar, parametrizar, avaliar e nortear planos de contingência ou de eliminação de fatores adversos sobre seus resultados e possuem por norma a adoção das melhores práticas ambientais e de governança corporativa.

As operações do ramo industrial que, eventualmente, possuam risco de mercado são realizadas para cobrir necessidades inerentes aos seus negócios e essas operações apresentam riscos não relevantes para o Conglomerado Itaúsa.

O Itaú Unibanco, empresa controlada em conjunto e controladora de todas as empresas do segmento de serviços financeiros possui área especializada de controles de riscos considerando a gestão de risco corporativo, que centraliza a gestão de riscos de crédito, de mercado, operacional, de liquidez e de subscrição e a gestão de risco da carteira, além possuir comitês específicos.

Como a Itaúsa é uma sociedade de participações (holding), os riscos que podem influenciar a decisão de investimento em seus valores mobiliários são essencialmente decorrentes dos riscos a que estão expostas suas controladas.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

No relatório do auditor independente, não se observa deficiência ou recomendação sobre os controles internos que apresente risco de falha ou efeito material sobre as demonstrações financeiras de 31.12.2012, 31.12.2011 e 31.12.2010.

No entanto, cabe relatar que caso ocorram, os Administradores da Itaúsa executarão o monitoramento de seus apontamentos e planos de ação.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não houve.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I - Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

II - Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

III - Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

IV - Contratos de construção não terminada

V - Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes que não estejam devidamente e adequadamente evidenciados nas Demonstrações Contábeis e nas respectivas Notas Explicativas da Itaúsa.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não há.

b. Natureza e o propósito da operação:

Não há.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não há.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

I - Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

II - Fontes de financiamento dos investimentos

III - Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Itaúsa está sempre considerando alternativas para expandir suas operações na área industrial e na área de serviços financeiros. Caso oportunidades surjam, mesmo que a preços atraentes, elas serão rigorosamente avaliadas considerando os riscos envolvidos, especialmente em função do negócio avaliado, do seu mercado e do país em que este se situa.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

A Itaúsa, como uma *holding* pura, não teve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar a sua capacidade produtiva e não participa, diretamente, no plano de negócio de suas principais controladas: diretas e indiretas e entidades sob controle conjunto.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

I - Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II - Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III - Projetos em desenvolvimento já divulgados

IV - Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Sendo a Emissora uma *holding* pura, não há novos produtos e serviços no plano de negócios da Itaúsa.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Todos os fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho da Itaúsa já foram comentados nos demais itens desta seção.

ITEM 11 - PROJEÇÕES**11.1. As projeções devem identificar:**

a) Objeto da projeção

Não há.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não há.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não há.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não há.

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não há.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não há.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não há.

ITEM 12 - ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO**12.1. Descrever a estrutura administrativa da Emissora, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:****a) Atribuições de cada órgão e comitê****a.1 Conselho de Administração**

O Conselho de Administração, com atuação colegiada, é órgão obrigatório da companhia aberta. A ele compete:

- I) fixar a orientação geral dos negócios da Emissora;
- II) eleger e destituir os Diretores da Emissora e fixar-lhes as atribuições, observando o estatuto social;
- III) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Emissora, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;
- IV) convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da publicação da primeira convocação;
- V) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria;
- VI) escolher e destituir os auditores independentes;
- VII) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;
- VIII) determinar a distribuição de dividendos, observando o estatuto da Emissora, "ad referendum" da Assembleia Geral;
- IX) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- X) deliberar sobre a conversão de ações ordinárias em preferenciais, nos termos do estatuto da Emissora.
- XI) deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado.

O Conselho de Administração será composto por pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, e terá 1 (um) Presidente e de 1 (um) a 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos Conselheiros entre os seus pares.

O Conselho de Administração terá no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) membros efetivos. Dentro desses limites, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar preliminarmente o número de Conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato. Na mesma Assembleia Geral serão eleitos: (i) 1 (um) membro suplente para o Conselheiro representante dos acionistas minoritários, se eleito; (ii) 1 (um) membro suplente para o Conselheiro representante dos acionistas preferencialistas, se eleito; e, (iii) 2 (dois) membros suplentes para os Conselheiros eleitos pelos acionistas controladores, que, a critério do Conselho de Administração, poderão ser convocados para substituir membro efetivo ausente.

O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, a contar da data da Assembleia que os eleger, prorrogando-se, no entanto, até a posse de seus substitutos.

a.2 Diretoria

A administração e representação da Emissora competirá à Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral que eleger esse Conselho.

A Diretoria terá também poderes para transigir e renunciar direitos, podendo, ainda, independentemente de autorização do Conselho de Administração, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, prestar garantias a obrigações de terceiros e deliberar sobre a emissão de notas promissórias e títulos no exterior, como *commercial paper*, *euronotes*, *eurobônus*, *notes*, *bonds* e outros, bem como sobre a emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*) para colocação pública no mercado brasileiro, nos termos das Instruções CVM nºs. 134/90 e 155/91 e legislação posterior.

A Diretoria terá de 3 (três) a 15 (quinze) membros, compreendendo os cargos de Diretor Presidente, Diretor Geral, Diretores Vice-Presidentes ou Diretores Executivos, conforme seja fixado pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos.

Os diretores exercerão os mandatos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão nos cargos até a posse dos substitutos.

a.3 Comitê de Ética, Divulgação e Negociação

O Comitê é oriundo da unificação, em 2006, de nossos comitês de divulgação e de negociação criados em julho de 2002, com função primordial de administrar nossas políticas de divulgação e negociação. Em dezembro de 2011, com a aprovação do Código de Ética da Emissora, referido comitê passou a denominar-se Comitê de Ética, Divulgação e Negociação.

Cabe a esse Comitê: (i) aconselhar o Diretor de Relações com Investidores; (ii) avaliar permanentemente as diretrizes e os procedimentos que deverão ser observados na divulgação de ato ou fato relevante e na manutenção do sigilo de tais informações, a sua atualidade e propor as alterações pertinentes; (iii) deliberar sobre dúvidas de interpretação do seu texto; (iv) determinar as ações necessárias para a sua divulgação e disseminação, inclusive aos funcionários da Emissora; (v) revisar e aprovar, com a participação de pelo menos dois membros desse Comitê, sendo um deles necessariamente o Diretor de Relações com Investidores, as informações divulgadas ao mercado, antes de serem publicadas; (vi) regular as adesões; (vii) apurar e decidir casos de violação; (viii) tomar conhecimento dos questionamentos oficiais dos órgãos reguladores e auto-reguladores e das respectivas respostas; e (ix) propor solução para casos omissos e excepcionais.

Além do Diretor de Relações com Investidores, o Comitê de Ética, Divulgação e Negociação será composto por 2 (duas) a 10 (dez) pessoas indicadas anualmente pelo Conselho de Administração entre os membros desse próprio Conselho e da Diretoria da Emissora e de suas subsidiárias, e reunir-se-á sempre que convocado pelo Diretor de Relações com Investidores.

a.4 Conselho Fiscal

A Emissora conta com um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho Fiscal pode (ou não) ser instalado anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas e a ele compete fiscalizar os atos dos administradores, examinar as demonstrações contábeis e opinar sobre o relatório anual da administração.

Instalado ininterruptamente desde 1995, nosso Conselho conta com 3 profissionais independentes, sendo que um deles é eleito pelos acionistas preferencialistas.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

- Conselho Fiscal: 30/04/2013 (o Conselho Fiscal vem sendo instalado anualmente, de forma ininterrupta, desde 09/05/1995);
- Comitê de Ética, Divulgação e Negociação: 29/04/2005;

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Os órgãos e Comitês da Emissora são avaliados com base no desempenho financeiro desta. Além disso, nossos administradores são avaliados individualmente para fins de remuneração, conforme item “e” abaixo.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, coordenando a ação desta.

Ao Diretor Geral compete estruturar e dirigir todos os serviços da sociedade e estabelecer normas internas e operacionais, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes e aos Diretores Executivos colaborar com o Diretor Presidente e com o Diretor Geral na gestão dos negócios e direção dos serviços sociais.

Segue abaixo a composição de nossa Diretoria.

Diretor Presidente

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Diretores Vice-Presidentes

Henri Penchas

Roberto Egydio Setubal

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Os mecanismos de avaliação dos nossos administradores compreendem os seguintes indicadores de desempenho: financeiro, processos, satisfação de clientes, gestão de pessoas e metas cruzadas com outras áreas da Emissora e/ou com as principais sociedades por ela controlada.

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) Prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações artigo 124, inciso II, o prazo em primeira convocação é de 15 dias de antecedência da realização da assembleia e 8 dias para a segunda convocação.

b) Competências

A assembleia geral tem as competências que lhe são atribuídas pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos a serem analisados nas assembleias gerais encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Emissora, localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100, Torre Olavo Setubal, São Paulo, SP, bem como no site de relações com investidores da Emissora (www.itausa.com.br).

Os acionistas também podem solicitar cópia de referidos documentos pelo e-mail relacoes.investidores@itausa.com.br ou ainda consultar tais documentos no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

d) Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com os parágrafos 1º, 2º e 4º do art. 115 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas não poderão votar em assembleias que deliberem sobre laudo de avaliação de bens que concorreram para formação de capital, aprovação de suas contas como administradores ou qualquer outra deliberação que possa beneficiá-los, sob pena de (i) a deliberação ser anulada; (ii) responder por danos causados; e (iii) serem obrigados a transferir à Companhia as vantagens auferidas.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não houve solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nos últimos três exercícios sociais.

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas podem ser representados na assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

De modo a facilitar os trabalhos, o Emissor sugere que os acionistas representados por procuradores enviem, com antecedência mínima de 48 horas, cópia dos seguintes documentos:

- a) Pessoas Jurídicas – cópia autenticada do estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.
- b) Pessoas Físicas – a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório.

Tais documentos também podem ser enviados por correio ou portador para: Centro Empresarial Itaú Unibanco, Superintendência de Assuntos Corporativos Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, CEP 04344-902 ou para o nº de fax (011) 3179-7939, ou ainda para o e-mail relacoes.investidores@itausa.com.br.

No momento da assembleia, será necessário que o acionista ou seu representante apresente, conforme o caso, documento de identidade.

A Emissora ainda não possui um sistema de aceitação de procuração por meio eletrônico.

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Emissora não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Emissora não possui um sistema de transmissão ao vivo e/ou de áudio das assembleias.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Os acionistas podem entrar em contato com a Emissora por meio do site de relações com investidores (www.itausa.com.br).

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação:

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	22.03.2013
		Valor Econômico - SP	22.03.2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	13.04.2013
			16.04.2013
			17.04.2013
		Valor Econômico - SP	15.04.2013
			16.04.2013
			17.04.2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	13.06.2013
		Valor Econômico - SP	13.06.2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	15.03.2012
		Valor Econômico - SP	15.03.2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	11.04.2012
			12.04.2012
			13.04.2012
		Valor Econômico - SP	11.04.2012
			12.04.2012
			13.04.2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	06.06.2012
		Valor Econômico - SP	06.06.2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	14.04.2011
		Valor Econômico - SP	14.04.2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	14.04.2011
			15.04.2011
			16.04.2011
		Valor Econômico - SP	14.04.2011
			15.04.2011
			18.04.2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	08.06.2011
		Valor Econômico - SP	08.06.2011

12.4. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:**a) Frequência das reuniões**

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário. Em 2012, o Conselho de Administração se reuniu 10 vezes.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Acordo de Acionistas da Itaúsa (“Acordo de Acionistas Itaúsa”): não há previsão nesse sentido.

Acordo de Acionistas da Companhia ESA (“ESA”) (“Acordo de Acionistas ESA”): determinadas matérias relativas aos principais pontos estratégicos da Itaúsa devem ser previamente definidas pela reunião de acionistas controladores da Itaúsa (família Villela e família Setubal). O Acordo de Acionistas ESA prevê que os membros do Conselho de Administração da Itaúsa indicados por seus controladores deverão votar, com relação a estes pontos estratégicos, de modo uniforme e de acordo com a deliberação tomada na reunião de acionistas controladores da Itaúsa.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os membros do conselho de administração não poderão participar de deliberações relativas a assuntos com relação aos quais seus interesses sejam conflitantes com os da emissora. Além disso, por ser uma sociedade holding, a emissora participa do controle de diversas sociedades operacionais, as quais possuem regras próprias de identificação e administração de conflitos de interesses.

12.5. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Não existe cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Emissora por meio de arbitragem.

12.6 / 8 – Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal:

Nome	Idade	Órgão administração	Data da Eleição	
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Henri Penchas	68	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2014	Anual
061.738.378-20	Engenheiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2014	Não
Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação				
Roberto Egydio Setubal	59	Pertence apenas à Diretoria	05/05/2014	Anual
007.738.228-52	Engenheiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2014	Não
Não há				
Alfredo Egydio Setubal	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2014	Anual
014.414.218-07	Administrador de	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	05/05/2014	Sim
Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação				
Carlos da Camara Pestana	82	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2014	Anual
401.016.577-49	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	05/05/2014	Sim
Não há				
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2014	Anual
042.750.395-72	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	05/05/2014	Não
Não há				
Paulo Setubal Neto	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2014	Anual
638.097.888-72	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/05/2014	Sim
Não há				
Rodolfo Villela Marino	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2014	Anual
271.943.018-81	Administrador de	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	05/05/2014	Sim
Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação				
Ricardo Egydio Setubal	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2014	Anual
033.033.518-99	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	05/05/2014	Sim
Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação				
Ricardo Villela Marino	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2014	Anual
252.398.288-90	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	05/05/2014	Sim
Não há				
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	44	Pertence à Diretoria e ao Conselho de	28/04/2014	Anual
066.530.838-88	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	05/05/2014	Sim
Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação				
Flavio César Maia Luz	62	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
636.622.138-34	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/05/2014	Sim
Não há				
Helena Kerr do Amaral	58	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
007.675.698-06	Administradora de	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Mnor.Ordinaristas	08/05/2014	Não
Não há				
José Carlos de Brito e Cunha	63	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
286.405.947-91	Contador e Administrador de	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	08/05/2014	Não
Não há				
Paulo Ricardo Moraes Amaral	72	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
008.036.428-49	Engenheiro	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	08/05/2014	Sim
Não há				
Tereza Cristina Grossi Togni	65	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
163.170.686-15	Administradora de Empresas e Bacharel em	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	08/05/2014	Sim
Não há				
Felício Cintra do Prado Júnior	59	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
898.043.258-53	Engenheiro de Produção	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/05/2014	Sim
Não há				
Luciana Menegassi Leocadio Silvestrini	36	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
079.600.717-99	Bacharel em Economia	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Mnor.Ordinaristas	26/05/2014	Não
Não há				
João Costa	63	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
476.511.728-68	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/05/2014	Sim
Não há				
José Roberto Brant de Carvalho	86	Conselho Fiscal	28/04/2014	Sim
038.679.008-68	Bancário Aposentado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	08/05/2014	
Não há				
Luiz Antonio Careli	63	Conselho Fiscal	28/04/2014	Anual
585.728.488-00	Licenciatura em Matemática, Física e	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	08/05/2014	Não
Não há				

12.7 – Composição dos Comitês Estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Nome CPF	Tipo comitê Descrição outros comitês	Cargo ocupado Descrição outros cargos ocupados	Profissão Idade	Data eleição Data posse	Prazo mandato
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho 066.530.838-88	Outros Comitês Comitê de Ética, Divulgação e Negociação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 44	05/05/2014 05/05/2014	Anual
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente					
Alfredo Egydio Setubal 014.414.218-07	Outros Comitês Comitê de Ética, Divulgação e Negociação	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 55	05/05/2014 05/05/2014	Anual
Vice-Presidente do Conselho de Administração					
Henri Penchas 061.738.378-20	Outros Comitês Comitê de Ética, Divulgação e Negociação	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro 68	05/05/2014 05/05/2014	Anual
Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores					
Ricardo Egydio Setubal 033.033.518-99	Outros Comitês Comitê de Ética, Divulgação e Negociação	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado 52	05/05/2014 05/05/2014	Anual
Membro Suplente do Conselho de Administração					
Rodolfo Villela Marino 271.943.018-81	Outros Comitês Comitê de Ética, Divulgação e Negociação	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador 38	05/05/2014 05/05/2014	Anual
Membro efetivo do Conselho de Administração					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:**Nome: HENRI PENCHAS****Experiência Profissional**

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. - Diretor Vice-Presidente desde abril de 2009, Diretor de Relações com Investidores desde 2009 e de 1995 a abril de 2008, Diretor Executivo de dezembro de 1984 a abril de 2008, Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde abril de 2005, Membro dos Comitês de Políticas de Investimento e de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a maio de 2011.

Atividade principal da Companhia: holding.

Itautec S.A. – Grupo Itautec – Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Divulgação desde abril de 2013, Membro dos Comitês de Auditoria e de Gestão de Riscos, de Estratégia e de Pessoas e Governança desde abril de 2014, tendo sido Diretor Presidente de abril de 2013 a abril de 2014.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Elekeiroz S.A. – Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013 e dos Comitês de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, de Pessoas e Governança e de Divulgação desde junho de 2013.

Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Duratex S.A.– Conselheiro não Executivo – Membro Titular do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde abril de 2013, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde novembro de 2009 e Diretor Presidente desde agosto de 2009 a abril de 2013, tendo sido Diretor Geral de abril a agosto de 2009.

Atividade principal da Companhia: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Itaú Unibanco Holding S.A. - Membro do Conselho de Administração desde março de 2003, Membro dos Comitês de Estratégia e de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009, Membro do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de maio de 2005 a abril de 2009, Vice-Presidente Sênior de março de 2003 a maio de 2008, Membro dos Comitês de Gestão de Riscos e de Capital e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009. Atividade principal da Companhia: holding.

Itaú Unibanco S.A. - Vice-Presidente Sênior responsável pela Área de Controle Econômico de abril de 1997 a abril de 2008, Membro do Conselho de Administração de abril de 1997 a março de 2003, Vice-Presidente Executivo de abril de 1993 a março de 1997, Diretor Executivo de 1988 a 1993.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A. - Membro do Conselho de Administração desde abril de 2009, Vice-Presidente do Conselho de Administração de fevereiro de 2003 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: banco múltiplo, com carteira de investimento.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Universidade Mackenzie em 1968, e pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas: Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.), Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.), Itautec S.A. – Grupo Itautec, Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A. nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal - Não;

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - Não;

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não.

Nome: ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Diretor Vice-Presidente desde maio de 1994; Presidente do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011. Atividade principal da empresa: Holding Financeira e Industrial.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente desde março de 2003; Presidente do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009; Membro dos Comitês de Estratégia e de Pessoas desde junho de 2009, de Gestão de Riscos e Capital desde maio de 2008, de Nomeação e Remuneração de maio de 2005 a abril de 2009 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding Financeira.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Presidente desde abril de 1994; Diretor Geral desde agosto de 1990; Membro do Conselho de Administração de abril de 1995 a março de 2003.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde fevereiro de 2003. Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Presidente de novembro de 2008 a abril de 2010.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo.

Itaúseg Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração de julho de 2005 a novembro de 2012; Diretor Presidente de março de 2005 a julho de 2008.

Atividade principal da empresa: Holding.

Outras: Presidente da Federação Nacional de Bancos - FENABAN e Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN de abril de 1997 a março de 2001; Institute of International Finance: Vice-Presidente desde setembro de 2003; Membro do Conselho do International Monetary Conference; Membro do International Advisory Committee do The Federal Reserve Bank of New York; Membro do International Advisory Committee da NYSE desde abril de 2005; Membro da China Development Forum desde 2010.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1977, e Master of Science Engineering pela Stanford University, em 1979.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A., UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S.A. e Itaúseg Participações S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO;

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO;

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO.

Nome: ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Experiência Profissional:

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Conselheiro Executivo): Membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995, sendo Vice-Presidente desde maio de 2011; Diretor Presidente desde setembro de 2009; Presidente do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde abril de 2005; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003; Membro dos Comitês de Divulgação e Negociação desde maio de 2005, de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009, de Remuneração desde fevereiro de 2011 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de 2001 a março de 2003.

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

Duratex S.A. (atual denominação social de Satipel Industrial S.A.): Vice-Presidente do Conselho de Administração desde agosto de 2009 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro de 2009.

Atividade principal da Companhia: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Duratex S.A. (incorporada pela Satipel Industrial S.A.): Vice-Presidente do Conselho de Administração de 2008 a 2009 e Membro do Conselho de Administração de 1996 a 2008.

Atividade principal da Companhia: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril de 2004 a abril de 2010, tendo sido Presidente de abril de 2009 a novembro de 2009; Vice-Presidente de abril de 2004 a abril de 2009 e de novembro de 2009 a abril de 2010.

Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A. – Grupo Itautec: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1997, sendo Vice-Presidente desde janeiro de 2010, tendo sido Presidente de abril de 2009 a janeiro de 2010 e Vice-Presidente de abril de 1997 a abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia, em 1992 e Pós-Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Conselheiro não Executivo): Vice-Presidente do Conselho de Administração desde setembro de 2008; Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde maio de 2009 e do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2007; Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde março de 2003; Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação desde abril de 2005; Membro dos Comitês de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: holding financeira.

Investimentos Bemge S.A.: Presidente do Conselho de Administração de abril de 2008 a abril de 2013.

Atividade principal da empresa: holdings de instituições não-financeiras.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Vice-Presidente desde março de 1996; Diretor de Relações com Investidores de 1995 a 2003; Diretor Executivo de 1993 a 1996; Diretor Gerente de 1988 a 1993;

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

Outras: Associação Nacional dos Bancos de Investimentos – ANBID: Vice-Presidente de 1994 a agosto de 2003 e Presidente de agosto de 2003 a agosto de 2008; Associação da Distribuidora de Valores – ADEVAL: Membro do Conselho Consultivo desde 1993; Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA: Membro do Conselho Diretor desde 1999; Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI: Membro do Conselho de Administração de 1999 a 2009 e Presidente do Comitê Superior de Orientação, Nominação e Ética desde 2009; Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM: Diretor Financeiro desde 1992.

Formação Acadêmica: graduado em 1980 e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com curso de especialização no INSEAD (França).

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A. e Investimentos Bemge S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: CARLOS DA CAMARA PESTANA

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Conselheiro não Executivo): Presidente do Conselho de Administração desde maio de 2011; Vice-Presidente de dezembro de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração de março de 2003 a novembro de 2008; Presidente de setembro a novembro de 2008; Membro do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009; Presidente do Comitê de Auditoria de abril de 2004 a setembro de 2008; Membro do Comitê de Nomeação e Remuneração de maio de 2005 a abril de 2009; Presidente de setembro de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: holding financeira.

Itaú Unibanco S.A.: Membro do Conselho de Administração de outubro de 1986 a março de 2003; Diretor Presidente de julho de 1990 a março de 1994; Diretor Vice-Presidente Executivo de novembro de 1986 a junho de 1990.

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Advogado, formado pela Faculdade de Direito Universidade Clássica de Lisboa, em 1955.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Conselheiro Independente): Membro do Conselho de Administração desde maio de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Governo do Estado da Bahia

Secretário do Planejamento do Governo do Estado da Bahia desde março de 2012

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração de julho de 2005 a fevereiro de 2012; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores de fevereiro de 2003 a julho de 2005.

Petrobras Distribuidora S.A., Petrobras Transporte S.A. Transpetro, Petrobras Química S.A. Petroquisa e Petrobras Gás S.A. Gaspetro: Presidente do Conselho de Administração de julho de 2005 a fevereiro de 2012.

Outras: Professor Titular de Macroeconomia do Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia (licenciado).

Formação Acadêmica: Economista formado pela Universidade Federal da Bahia em 1971, com mestrado em Economia na mesma universidade em 1975 e PhD em Economia pela Boston University em 1987.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Petrobrás nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: PAULO SETUBAL NETO

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde 1999; Diretor Vice-Presidente Executivo entre 1991 e 1999; Diretor Executivo entre 1987 e 1991; Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação de abril de 2005 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: holding.

Duratex S.A.: Membro do Conselho de Administração desde dezembro de 1990; Vice-Presidente de abril de 2001 a abril de 2009; Diretor Presidente de janeiro de 1991 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde 1986; Diretor Presidente de março de 1993 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde 1997; Diretor Presidente de 1997 a abril de 2009. Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial – modalidade elétrica, opção eletrônica, pela Faculdade de Engenharia Industrial, em 1971, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestrado em Finanças pela Faculdade Getúlio Vargas, em 1974.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: RODOLFO VILLELA MARINO

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011; Suplente de abril de 2009 a abril de 2011; Membro dos Comitês de Ética, Divulgação e Negociação desde maio de 2009 e de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Duratex S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008; Membro dos Comitês de Pessoas, Governança e Nomeação, de Sustentabilidade, de Auditoria e Gerenciamento de Risco desde novembro/2009 e, do Comitê de Divulgação e Negociação de novembro/2009 a abril/2010, de maio/2011 a abril/2012 e desde abril/2013.

Atividade principal da empresa: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, sendo Presidente desde abril de 2010; Membro dos Comitês de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, de Estratégia e Inovação, de Divulgação e de Pessoas e Governança desde dezembro de 2010, este último como Coordenador.

Atividade principal da empresa: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008, Membro do Comitê de Pessoas e Governança desde abril de 2012, do Comitê de Estratégia desde setembro de 2010 e do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos de setembro de 2010 a abril de 2012.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Estudos do Desenvolvimento e em Economia e Filosofia pela LSE – London School of Economics and Political Science.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: RICARDO EGYDIO SETUBAL

Experiência Profissional:

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.(Conselheiro não Executivo): Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009; Membro dos Comitês de Ética, Divulgação e Negociação desde maio de 2009 e de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Duratex S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008; Vice-Presidente desde abril de 2009; Membro dos Comitês de Pessoas, Governança e Nomeação, de Auditoria e Gerenciamento de Riscos desde novembro de 2009 e, do Comitê de Divulgação e Negociação de abril de 2010 a maio de 2011 e de abril de 2012 a abril de 2013.

Atividade principal da empresa: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abril de 2011; Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a abril de 2011; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde junho/2013, do Comitê de Estratégia e Inovação desde dezembro de 2010, do Comitê de Pessoas e Governança de dezembro de 2010 a junho/2013, do Comitê de Divulgação de dezembro de 2010 a agosto de 2011 e Vice-Presidente Executivo do Comitê de Sustentabilidade Ambiental, Social e Cultural de outubro de 2007 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde fevereiro de 2010, Membro do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos e do Comitê de Divulgação desde setembro de 2010, do Comitê de Pessoas e Governança de setembro de 2010 a abril de 2013, do Comitê de Estratégia e maio de 2011 a março de 2012, Membro Suplente do Conselho de Administração de abril de 2009 a janeiro de 2010, Membro do Conselho de Administração de abril de 1999 a abril de 2008 e Diretor Vice-Presidente Executivo de abril de 1999 a janeiro de 2010.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC: Membro do Conselho de Administração eleito para o mandato de 2014 a 2016.

Formação Acadêmica: Advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), em 1988, Administrador de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em 1984 e especializado (PMD 69) pela Harvard University, em 1995.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: RICARDO VILLELA MARINO

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2011; Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008 e dos Comitês de Pessoas desde junho de 2009 e de Gestão de Riscos e Capital de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: holding financeira.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Vice-Presidente desde abril de 2010; Diretor Executivo de setembro de 2006 a abril de 2010; Diretor Gerente Sênior de abril de 2005 a agosto de 2006; Diretor Gerente de abril de 2004 a abril de 2005.

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

Duratex S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da Companhia: participação em outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Outras: Federación Latino Americana de Bancos FELABAN: Presidente de 2008 a 2010.

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Mecânica em 1996, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas, pela Universidade de Administração de Empresas – MIT Sloan – Cambridge, EUA; em 2000.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Nome: FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ

Experiência Profissional:

Duratex S.A.: Vice-Presidente Executivo e Diretor Executivo, de 1990 a 1998.

Atividade principal da empresa: Atividade principal da empresa: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.: Diretor Executivo e Vice-Presidente do Conselho de Administração, de 1999 a 2001.

Atividade principal da empresa: Distribuidora de energia elétrica.

Light Serviços de Eletricidade S.A.: Membro do Conselho de Administração de 1999 a 2001.

Atividade principal da empresa: Distribuidora de energia elétrica.

Ultrapar Participações S.A.: Presidente do Conselho Fiscal desde 2005.

Atividade principal da empresa: Sociedade de participação com atuação em varejo e nos segmentos de distribuição de combustíveis, químico e de armazenagem para grãos líquidos.

CTEEP – Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista: Membro do Conselho Fiscal desde 2012.
Atividade principal da empresa: Atua no segmento de energia.

Senior Solution S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 2012.
Atividade principal da empresa: Desenvolve sistemas voltados para atender necessidades das instituições financeiras.

Doing Business Consultoria Empresarial Ltda.: Sócio-Diretor desde 2010.
Atividade principal da empresa: Boutique de negócios e finanças corporativas.

Cofra Latin America Ltda. – Grupo C&A: Vice-Presidente Financeiro e Corporativo de 2001 a 2010.
Atividade principal da empresa: Holding de investimentos nos setores de varejo, financeiro e imobiliário na América Latina.

Banco Ibi S.A. – Grupo C&A: Diretor Presidente (2009).
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo autorizado a operar com carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento.

SER Educacional S.A.: Membro Independente do Conselho de Administração desde 2010, Membro dos Comitês de Remuneração, Auditoria e Financeiro.
Atividade principal da empresa: Conglomerado de instituições de ensino superior no Nordeste e Norte do País.

Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP – Universidade de São Paulo (1973), com cursos de pós-graduação em Administração e Economia Aplicada pela FGV – Fundação Getúlio Vargas (1978 e 1981, respectivamente), bem como cursos de especialização em Finanças Corporativas pela Harvard Business School (1986), em Estratégia Mercadológica pela Stanford University (1990), em Técnicas de Negociação pela California University (2004) e em Fusões e Aquisições pela Wharton Business School (2007), e certificado como Conselheiro pelo IBGC.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
Ultrapar Participações S.A., CTEEP – Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, Senior Solution S.A., Eletropaulo S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A., Duratex S.A. e Ser Educacional S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Nome: HELENA KERR DO AMARAL

Experiência Profissional:

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros: Gerente Executiva de Planejamento Estratégico desde setembro de 2011.

Sua experiência como Gestora Pública se estende por mais de 30 anos, onde ocupou cargas de alta direção nos níveis municipal, estadual e federal do governo. Foi presidente da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, de 2003 a 2011, Secretária de Gestão Pública da Prefeitura do Município de São Paulo, de 2001 a 2002, e diretora da Escola Fazendária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, de 1999 a 2000. Além disso, foi Técnica Sênior de Planejamento e Gestão da Fundação de Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP do governo do Estado de São Paulo, entre 1986 e 2011.

Desde abril de 2013, é Membro Efetivo do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., tendo sido Membro Efetivo do Conselho de Administração de abril de 2012 a abril de 2013, foi Membro do Conselho de Administração da AES Eletropaulo (2003 a 2011), da Junta de Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial -

FINAME/BNDES (2007 a 2011), e dos Conselhos de Administração da FINEP (2003 a 2007), e da CTEEP – Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (2004 a 2005).

Formação Acadêmica: Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e Mestre em Administração Pública e Planejamento Urbano pela mesma Fundação, em 1978 e 1990, respectivamente. Coursou Especialização em Economia do Setor Público pela George Washington University (EUA) em 1996, e Gestão de Recursos Humanos na Agência de Recursos Humanos do Governo Japonês (Tóquio) em 1999, e Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e certificada como Conselheira de Administração pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas CPFL Energia S.A. e CTEEP- Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, nos cargos acima especificados

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA

Experiência Profissional:

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2012.

Atividade principal da empresa: holding.

Jereissati Participações S.A.: Membro Titular do Conselho de Administração de abril de 2009 a junho de 2011.

Atividade principal da empresa: holdings de instituições não-financeiras e prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária.

Bombril S.A.: Membro Titular do Conselho Fiscal de abril de 2005 a abril de 2009 e Membro Suplente do Conselho Fiscal de abril de 2003 a abril de 2005.

Atividade principal da empresa: fabricação de produtos de limpeza e polimento.

Banco do Brasil S.A.: Gerente de Agência de setembro de 1991 a maio de 2004 e Superintendente Regional de janeiro a fevereiro de 1999.

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas e Contador formado pela Universidade Católica de Petrópolis em 1974 e 1976, respectivamente; Aperfeiçoamento em Finanças pela PUC-RJ em 1997; MBA em Administração pela FGV-RJ em 1996; Pós-Graduação em Finanças pela PUC-RJ em 2000 e em Gestão Pública pela USP-SP em 2002; certificado como Conselheiro Fiscal e Conselheiro de Administração pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Jereissati Participações S.A. e Bombril S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Experiência Profissional:

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2006; Suplente de abril de 1995 a abril de 2006.

Atividade principal da empresa: holding.

Duratex S.A.: Diretor Executivo Estatutário de 1977 a 1992; Presidente do Conselho Fiscal de abril de 1998 a agosto de 2009.

Atividade principal da empresa: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Outras:

PMV Consultoria Empresarial: Diretor Geral e Sócio desde 1993;

Universidade Mackenzie – curso de pós-graduação de Direito Empresarial lato sensu por 3 anos (1999 a 2001): professor convidado.

Formação Acadêmica: Engenharia Mecânica Industrial pela Faculdade de Engenharia Industrial - FEI, São Paulo, em 1965; pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, em 1970; e Stanford Executive Program pela Stanford Graduate School of Business, California, USA, em 1974; cursos semestrais de especialização em Finanças e em Comércio Exterior na FGV, em 1976.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Duratex S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Presidente do Conselho Fiscal desde abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Itautec S.A.: Coordenadora do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos desde setembro de 2010 e do Comitê de Divulgação desde maio de 2011.

Atividade principal da empresa: fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial, computação e serviços tecnológicos.

Duratex S.A.: Presidente do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde abril e Especialista junho de 2012.

Atividade principal da empresa: indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Porto Seguro S.A.: Membro do Comitê de Auditoria de dezembro de 2009 a outubro de 2011.

Atividade principal da empresa: gestão de participações societárias (holding).

BM&FBOVESPA S.A.: Membro do Comitê de Auditoria desde maio de 2009, tendo sido Coordenadora de maio de 2012 a abril de 2013.

Atividade principal da empresa: administração dos mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos de derivativos.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração de fevereiro de 2004 a novembro de 2008; Membro dos Comitês de Auditoria de julho de 2004 a maio de 2010, de Divulgação e Negociação de maio de 2005 a maio de 2010 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: holding financeira.

Banco Central do Brasil: Membro do Conselho e Diretora de Fiscalização de abril de 2000 a março de 2003; Consultora, Chefe Adjunta e Chefe do Departamento de Fiscalização de fevereiro de 1997 a março de 2000; Inspetora e Coordenadora de Fiscalização em Belo Horizonte de agosto de 1984 a fevereiro de 1997.

Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Minas Gerais em 1977 e especializações na Suíça e nos Estados Unidos.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Duratex S.A., Itaotec S.A., BM&FBOVESPAS.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Porto Seguro S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR

Experiência Profissional:

Tecsis Tecnologia e Sistemas S.A.: Consultor atuando como membro da Diretoria de agosto de 2012 a maio de 2013.

Atividade principal da empresa: Empresa de tecnologia e sistemas avançados; fabricação de pás personalizadas para turbinas eólicas

Usina Açucareira Ester S.A.: Diretor Superintendente e Membro do Conselho de Administração, de 2002 a 2012.

Atividade principal da empresa: Produz e comercializa cana-de-açúcar, bioenergia, etanol e açúcar.

Bandeirante Energia S.A.: Diretor Financeiro, Diretor Administrativo e Diretor de Relações com Investidores, de 2000 a 2002.

Atividade principal da empresa: Distribuidora de energia elétrica.

Parmalat Brasil S.A.: Diretor Geral, Diretor Administrativo e de Planejamento Estratégico, no período de 1997 a 2000.

Atividade principal da empresa:

Duratex S.A.: Diretor Financeiro e de Recursos Humanos, tendo sido Gerente Geral, Chefe de Departamento, Chefe de Divisão e Chefe de Setor, de 1980 a 1997.

Atividade principal da empresa:

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas: Membro da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis – CANC de 1983 a 1990 e Membro da Comissão de Mercado de Capital – COMEC de 1994 a 1977.

Outras: Membro do Conselho da Fundação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2013) e Membro do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (1996 a 1997).

Formação Acadêmica: Graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP – Universidade de São Paulo, com pós-graduação em Administração de Empresas pela CEAG – Fundação Getúlio Vargas, com cursos de especialização em Advanced Management Program pelo INSEAD (França / 1989), em Strategic Human Resource Management pela Harvard Business School (EUA / 1992) e em Capital Markets Investing pelo Citibank Global Asset Management (França / 1994).

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Duratex S.A., Parmalat S.A. e Bandeirante Energia S.A., nos cargos acima especificados

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: JOÃO COSTA

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde maio de 2009.

Atividade principal da empresa: holding financeira.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Gerente de abril de 1997 a abril de 2008.

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

FEBRABAN Federação Brasileira dos Bancos, FENABAN Federação Nacional dos Bancos, IBCB Instituto Brasileiro de Ciência Bancária e Sindicato dos Bancos no Estado de São Paulo: Membro efetivo do Conselho Fiscal de abril/1997 a agosto/2008.

Formação Acadêmica: Economista formado pela Faculdade de Economia São Luiz – São Paulo, com extensão em Administração de Empresas pela FEA/USP; e Management Program for Executives – University of Pittsburgh.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Nome: JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2006.

Atividade principal da empresa: holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal de março de 2003 a abril de 2005

Atividade principal da empresa: holding financeira.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Executivo de outubro de 1986 a março de 1991.

Atividade principal da empresa: banco múltiplo, com carteira comercial.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: LUCIANA MENEGASSI LEOCADIO SILVESTRINI

Experiência Profissional:

Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros: Gerente da carteira de investimentos em Participações Minoritárias relevantes desde maio de 2012, tendo sido Analista de Investimentos das empresas dos setores de telecomunicações e mídia, de julho de 1999 a março de 2004.

Atuou, ainda, como analista de investimentos na Valia, fundo de pensão dos funcionários da Vale S.A. (março de 2004 a novembro de 2004) e na BES Securities Ltda. (novembro de 2004 a setembro de 2006), tendo sido Gerente de Equity Reserch da Ativa Corretora (setembro de 2006 a março de 2012).

Fras-Le S.A.: Membro Titular do Conselho de Administração desde abril de 2012.

Atividade principal da empresa: Indústria de Autopeças e Materiais de Fricção.

Log-In Logística Intermodal S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2013 e Membro Efetivo do Comitê de Assessoramento de Gente e Governança desde fevereiro de 2014, tendo sido Membro Suplente do Comitê Estratégico-Financeiro de abril de 2013 a janeiro de 2014.

Atividade principal da empresa: Empresa na área de logística capaz de oferecer soluções integradas para movimentação portuária e transporte de contêineres porta-a-porta por meio marítimo, ferroviário e ponta rodoviária.

Formação Acadêmica: Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, em 1999, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC, em 2002.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Fras-Le S.A. e Log-In Logística Intermodal S.A., nos cargos acima especificados

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: LUIZ ANTONIO CARELI

Experiência Profissional:

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2011.

Atividade principal da empresa: holding.

Bombril S.A.: Gerente Geral de Recursos Humanos de dezembro de 2004 a junho de 2006.

Atividade principal da empresa: fabricação de produtos de limpeza e polimento.

Randon S.A. Implementos e Participações: Membro Titular do Conselho Fiscal de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: fábrica de diferentes tipos de equipamentos entre reboques, semireboques e carrocerias, nas modalidades de graneleiros, carga seca, tanques, silos etc.

Formação Acadêmica: Graduado em Matemática, Física e Geometria (licenciatura) pela Universidade de Mogi das Cruzes, em 1975, e certificado como Conselheiro Fiscal pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e Randon S.A. Implementos e Participações, nos cargos acima especificados

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

12.9 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores da Emissora

- Alfredo Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA), Paulo Setubal Neto (membro do CA), Ricardo Egydio Setubal (membro suplente do CA) e Roberto Egydio Setubal (Diretor Vice-Presidente) são irmãos.
- Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA da Emissora) é irmão de Rodolfo Villela Marino (membro efetivo do CA da Emissora).

b) (i) administradores da Emissora e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Emissora

- Alfredo Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA da Emissora), de Paulo Setubal Neto (membro do CA da Emissora), de Ricardo Egydio Setubal (membro suplente do CA da Emissora) e Roberto Egydio Setubal (Diretor Vice-Presidente da Emissora), são irmãos de Olavo Egydio Setubal Junior (membro do CA das controladas diretas Duratex, Elekeiroz, Itaute e Itaúsa Empreendimentos S.A.).
- Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA da Emissora) e Rodolfo Villela Marino (membro efetivo do CA da Emissora) são filhos de Maria de Lourdes Egydio Villela (membro do CA da controlada direta Itaúsa Empreendimentos S.A.).

c) (i) administradores da Emissora ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Emissora

O grupo controlador da Emissora é composto pelas famílias:

- VILLELA: Maria de Lourdes Egydio Villela (membro do CA da controlada direta Itaúsa Empreendimentos S.A.), seus filhos Rodolfo Villela Marino (membro efetivo do CA da Emissora) e Ricardo Villela Marino (membro suplente do CA da Emissora) e seus sobrinhos Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente) e Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela;
- SETUBAL: pelos irmãos Alfredo Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA), José Luiz Egydio Setubal, Maria Alice Setubal, Olavo Egydio Setubal Júnior (membro do CA das controladas diretas Duratex, Elekeiroz, Itaute e Itaúsa Empreendimentos S.A.), Paulo Setubal Neto (membro do CA), Ricardo Egydio Setubal (membro suplente do CA) e Roberto Egydio Setubal (Diretor Vice-Presidente).

d) (i) administradores da Emissora e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Emissora

- A diretoria da controladora Companhia ESA é composta pelos irmãos Roberto Egydio Setubal (Diretor Vice-Presidente) e Alfredo Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA), bem como por Rodolfo Villela Marino (membro efetivo do CA) e Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente).

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

Para melhor entendimento das informações requeridas encontram-se disponíveis no item 12.12.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Para melhor entendimento das informações requeridas encontram-se disponíveis no item 12.12.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controladora ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Para melhor entendimento das informações requeridas encontram-se disponíveis no item 12.12.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Pela sua política, a emissora mantém vigente seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da emissora, nos termos da apólice, o pagamento ou reembolso de despesas caso o patrimônio pessoal dos administradores seja atingido em decorrência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluindo, mas não limitado, àqueles de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, em função de sua responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica, relacionados às atividades da emissora, bem como em decorrência de qualquer reivindicação escrita ou processo judicial cível, administrativo, regulatório ou arbitral, imputando descumprimento de leis ou normativos federais, estaduais e/ou municipais, ou normas estrangeiras, reguladoras de valores mobiliários.

Em 2013, o valor do prêmio do seguro de responsabilidade civil para os administradores foi de R\$ 521 mil, incluído o IOF e o custo da apólice.

12.12 – Outras Informações Relevantes**Informações adicionais dos Itens 12.6 / 8**

Todos os membros do Conselho de Administração informaram no item 12.6 / 8 lista dos cargos que ocupam no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Órgãos Executivos de outras sociedades ou entidades.

Informações adicionais do Item 12.9:

Informações adicionais do item 12.9:

Nome	CPF	Cargos na Administração		Participação no Grupo de Controle
		Emissora	Controladora	
		ITAÚSA CNPJ 61.532.644/0001-15	COMPANHIA ESA CNPJ 52.117.397/0001-08	
Bloco VILLELA				
1) Maria de Lourdes Egydio Villela	007.446.978-91	-	-	sim
Filhos:				
Ricardo Villela Marino	252.398.288-90	Conselheiro Suplente	-	sim
Rodolfo Villela Marino	271.943.018-81	Conselheiro	Diretor Executivo "A"	sim
Irmãos:				
2) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	066.530.838-88	Vice-Presidente do CA Diretor Presidente	Diretor Presidente	sim
3) Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	066.530.828-06	-	-	sim
Bloco SETUBAL				
Irmãos:				
1) Alfredo Egydio Setubal	014.414.218-07	Vice-Presidente do CA	Drietor Executivo "B"	sim
Filha:				
Marina Nugent Setubal	384.422.518-80	-	-	sim
Alfredo Egydio Nugent Setubal	407.919.708-09	-	-	sim
2) José Luiz Egydio Setubal	011.785.508-18	-	-	sim
Filhos:				
Beatriz de Mattos Setubal	316.394.318-70	-	-	sim
Gabriel de Mattos Setubal	348.338.808-73	-	-	sim
Olavo Egydio Mutarelli Setubal	394.635.348-73	-	-	sim
3) Maria Alice Setubal	570.405.408-00	-	-	sim
Filhos:				
Fernando Setubal Souza e Silva	311.798.878-59	-	-	sim
Guilherme Setubal Souza e Silva	269.253.728-92	-	-	sim
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira.....	296.682.978-81	-	-	sim
4) Olavo Egydio Setubal Júnior	006.447.048-29	-	-	sim
Filhos:				
Bruno Rizzo Setubal	299.133.368-56	-	-	sim
Camila Setubal Lenz Cesar	350.572.098-41	-	-	sim
Luiza Rizzo Setubal	323.461.948-40	-	-	sim
5) Paulo Setubal Neto	638.097.888-72	Conselheiro	-	sim
Filhos:				
Carolina Marinho Lutz Setubal	077.540.228-18	-	-	sim
Júlia Guidon Setubal	336.694.358-08	-	-	sim
Paulo Egydio Setubal	336.694.318-10	-	-	sim
6) Ricardo Egydio Setubal	033.033.518-99	Conselheiro Suplente	-	sim
Filhas:				
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal	230.936.378-21	-	-	sim
Patrícia Ribeiro do Valle Setubal.....	230.936.328-62	-	-	sim
7) Roberto Egydio Setubal	007.738.228-52	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	sim
Filhas:				
Mariana Lucas Setubal	227.809.998-10	-	-	sim
Paula Lucas Setubal	295.243.528-69	-	-	sim
8) O.E. Setubal S.A.....	61.074.456/0001-90	-	-	sim

Informações do Item 12.10

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

Todos os administradores exercem cargos de administração em sociedades controladas, à exceção de:

- (i) Carlos da Camara Pestana, Maria de Lourdes Egydio Villela e Jairo Cupertino, no exercício de 2010, e;
- (ii) Carlos da Camara Pestana e Jairo Cupertino, nos exercícios de 2011 e 2012.

b) controlador direto ou indireto do emissor

Os administradores Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Alfredo Egydio Setubal, Paulo Setubal Neto, Ricardo Egydio Setubal, Ricardo Villela Marino, Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino integram o grupo de controle da Itaúsa.

Informações adicionais às alíneas “a” e “b” acima:

Em 2010

em 2010

Nome	CPF	Relação de Controle - Administradores da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.						Participação no Grupo de Controle
		Controladas					Controladora	
		Duratex S.A. CNPJ 97.837.181/0001-47	Bekeiroz S.A. CNPJ 13.788.120/0001-47	Itaú Unibanco Holding S.A. CNPJ 60.872.504/0001-23	Itaútec S.A. CNPJ 54.526.082/0001-31	Iupar Itaú Unibanco CNPJ 04.676.564/0001-08	Companhia Esa CNPJ 52.117.397/0001-08	
Bloco VILLELA								
1) Maria de Lourdes Egydio Villela	007.446.978-91	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Filhos:								
Ricardo Villela Marino	252.398.288-90	Conselheiro Suplente	Conselheiro Suplente	Conselheiro e DV/Presid.	Conselheiro Suplente	Diretor	-0-	sim
Rodolfo Villela Marino	271.943.018-81	Conselheiro	Presidente do CA	-0-	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente	Diretor Vice-Presidente	sim
Irmãos:								
2) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	066.530.838-88	Vice-Presidente do CA	-0-	Vice-Presidente do CA	Vice-Presidente do CA	Conselheiro	Diretor Executivo "B"	sim
3) Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	066.530.828-06	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Bloco SETUBAL								
Irmãos:								
1) Alfredo Egydio Setubal	014.414.218-07	-0-	-0-	Conselheiro e DV/Presid.	-0-	Diretor Presidente	-0-	sim
Filhos:								
Alfredo Egydio Nugent Setubal	407.919.708-09	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Marina Nugent Setubal	384.422.518-80	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
2) José Luiz Egydio Setubal	011.785.508-18	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Filhos:								
Beatriz de Mattos Setubal	316.394.318-70	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Gabriel de Mattos Setubal	348.338.808-73	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
3) Maria Alice Setubal	570.405.408-00	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Filhos:								
Fernando Setubal Souza e Silva	311.798.878-59	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Guilherme Setubal Souza e Silva	269.253.728-92	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira	296.682.978-81	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
4) Olavo Egydio Setubal Júnior	006.447.048-29	Conselheiro Suplente	Vice-Presidente do CA	-0-	Conselheiro Suplente	-0-	-0-	sim
Filhos:								
Bruno Rizzo Setubal	299.133.368-56	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Camila Setubal Lenz Cesar	350.572.098-41	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Luiza Rizzo Setubal	323.461.948-40	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
5) Paulo Setubal Neto	638.097.888-72	Conselheiro	Conselheiro Efetivo	-0-	Conselheiro Efetivo	-0-	-0-	sim
Filhos:								
Carolina Marinho Lutz Setubal	077.540.228-18	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Júlia Guidon Setubal	336.694.358-08	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Paulo Egydio Setubal	336.694.318-10	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
6) Ricardo Egydio Setubal	033.033.518-99	Vice-Presidente do CA	Conselheiro Suplente	-0-	Presidente do CA	VPresid. Suplente do CA	Diretor Executivo "A"	sim
Filha:								
Patrícia Ribeiro do Valle Setubal	230.936.328-62	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
7) Roberto Egydio Setubal	007.738.228-52	-0-	-0-	Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente	-0-	Vice-Presidente do CA	Diretor Presidente	sim
Filhas:								
Mariana Lucas Setubal	227.809.998-10	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Paula Lucas Setubal	295.243.528-69	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
8) O.E.Setubal S.A.	61.074.456/0001-90	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim

Em 2011

Relação de Controle - Administradores da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.										Participação no Grupo de Controle
Nome	CPF	Controladas						Controladora		
		Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itaú Unibanco Holding S.A.	Itautec S.A	Iupar Itaú Unibanco Participações S.A.	Itaúsa Empreendimentos S.A.	Companhia Esa		
		CNPJ 97.837.181/00-01-47	CNPJ 13.788.120/0001-47	CNPJ 60.872.504/0001-23	CNPJ 54.526.082/0001-31	CNPJ 04.676.564/0001-08	CNPJ 51.713.907/0001-39	CNPJ 52.117.397/0001-08		
Bloco VILLELA										
1) Maria de Lourdes Egydio Villela	007.446.978-91	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	Membro do CA	-0-	sim	
Filhos:										
Ricardo Villela Marino	252.398.288-90	Conselheiro Suplente	Conselheiro Suplente	Conselheiro e DVPresid.	Conselheiro Suplente	Diretor	-0-	Diretor Executivo "A"	sim	
Rodolfo Villela Marino	271.943.018-81	Conselheiro	Presidente do CA	-0-	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente	Diretor Vice-Presidente	-0-	sim	
Irmãos:										
2) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	066.530.838-88	Vice-Presidente do CA	-0-	Vice-Presidente do CA	Vice-Presidente do CA	Conselheiro	Membro do CA e Diretor Presidente	Diretor Presidente	sim	
3) Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	066.530.828-06	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Bloco SETUBAL										
Irmãos:										
1) Alfredo Egydio Setubal	014.414.218-07	-0-	-0-	Conselheiro e DVPresid.	-0-	Diretor Presidente	-0-	Diretor Vice-Presidente	sim	
Filhos:										
Alfredo Egydio Nugent Setubal.....	407.919.708-09	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Marina Nugent Setubal	384.422.518-80	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
2) José Luiz Egydio Setubal	011.785.508-18	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Filhos:										
Beatriz de Mattos Setubal	316.394.318-70	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Gabriel de Mattos Setubal	348.338.808-73	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
3) Maria Alice Setubal	570.405.408-00	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Filhos:										
Fernando Setubal Souza e Silva	311.798.878-59	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Guilherme Setubal Souza e Silva	269.253.728-92	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira.....	296.682.978-81	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
4) Olavo Egydio Setubal Júnior	006.447.048-29	Conselheiro Suplente	Vice-Presidente do CA	-0-	Conselheiro Efetivo	-0-	Membro do CA	-0-	sim	
Filhos:										
Bruno Rizzo Setubal	299.133.368-56	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Camila Setubal Lenz Cesar.....	350.572.098-41	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Luiza Rizzo Setubal	323.461.948-40	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
5) Paulo Setubal Neto	638.097.888-72	Conselheiro	Conselheiro Suplente	-0-	Conselheiro Suplente	-0-	-0-	-0-	sim	
Filhos:										
Carolina Marinho Lutz Setubal	077.540.228-18	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Júlia Guidon Setubal	336.694.358-08	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Paulo Egydio Setubal	336.694.318-10	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
6) Ricardo Egydio Setubal	033.033.518-99	Vice-Presidente do CA	Conselheiro Efetivo	-0-	Presidente do CA	VPresid. Suplente do CA	Membro do CA e Diretor Vice-Presidente	Diretor Executivo "B"	sim	
Filha:										
Patrícia Ribeiro do Valle Setubal.....	230.936.328-62	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
7) Roberto Egydio Setubal	007.738.228-52	-0-	-0-	Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente	-0-	Vice-Presidente do CA	-0-	-0-	sim	
Filhas:										
Mariana Lucas Setubal	227.809.998-10	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
Paula Lucas Setubal.....	295.243.528-69	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	
8) O.E.Setubal S.A.....	61.074.456/0001-90	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim	

En 2012

Nome	CPF	Relação de Controle - Administradores da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.							Participação no Grupo de Controle
		Controladas					Controladora		
		Duratex S.A. CNPJ 97.837.181/0001-47	Bekeiroz S.A. CNPJ 13.788.120/0001-47	Itaú Unibanco Holding S.A. CNPJ 60.872.504/0001-23	Itaútec S.A. CNPJ 54.526.082/0001-31	Iupar Itaú Unibanco Participações S.A. CNPJ 04.676.564/0001-08	Itaúsa Empreendimentos S.A. CNPJ 51.713.907/0001-39	Companhia Esa CNPJ 52.117.397/0001-08	
Bloco VILLELA									
1) Maria de Lourdes Egydio Villela	007.446.978-91	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	Membro do CA	-0-	sim
Filhos:									
Ricardo Villela Marino	252.398.288-90	Conselheiro Suplente	Conselheiro Suplente	Conselheiro e DV Presid.	Conselheiro Suplente	Diretor	-0-	Diretor Executivo "B"	sim
Rodolfo Villela Marino	271.943.018-81	Conselheiro	Presidente do CA	-0-	Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente	Diretor Vice-Presidente	-0-	sim
Irmãos:									
2) Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	066.530.838-88	Vice-Presidente do CA	-0-	Vice-Presidente do CA	Vice-Presidente do CA	Conselheiro	Membro do CA e Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente	sim
3) Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela	066.530.828-06	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Bloco SETUBAL									
Irmãos:									
1) Alfredo Egydio Setubal	014.414.218-07	-0-	-0-	Conselheiro e DV Presid.	-0-	Diretor Presidente	-0-	-0-	sim
Filhos:									
Alfredo Egydio Nugent Setubal	407.919.708-09	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Marina Nugent Setubal	384.422.518-80	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
2) José Luiz Egydio Setubal	011.785.508-18	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Filhos:									
Beatriz de Mattos Setubal	316.394.318-70	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Gabriel de Mattos Setubal	348.338.808-73	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Olavo Egydio Mutarelli Setubal	394.635.348-73	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
3) Maria Alice Setubal	570.405.408-00	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Filhos:									
Fernando Setubal Souza e Silva	311.798.878-59	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Guilherme Setubal Souza e Silva	269.253.728-92	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira	296.682.978-81	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
4) Olavo Egydio Setubal Júnior	006.447.048-29	Conselheiro Suplente	Vice-Presidente do CA	-0-	Conselheiro Efetivo	-0-	Membro do CA	-0-	sim
Filhos:									
Bruno Rizzo Setubal	299.133.368-56	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Camila Setubal Lenz Cesar	350.572.098-41	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Luiza Rizzo Setubal	323.461.948-40	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
5) Paulo Setubal Neto	638.097.888-72	Conselheiro	Conselheiro Suplente	-0-	Conselheiro Suplente	-0-	-0-	-0-	sim
Filhos:									
Carolina Marinho Lutz Setubal	077.540.228-18	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Júlia Guidon Setubal	336.694.358-08	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Paulo Egydio Setubal	336.694.318-10	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
6) Ricardo Egydio Setubal	033.033.518-99	Vice-Presidente do CA	Conselheiro Efetivo	-0-	Presidente do CA	VPresid. Suplente do CA	Membro do CA e Diretor Vice-Presidente	Diretor Executivo "A"	sim
Filha:									
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal	230.936.378-21	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Patrícia Ribeiro do Valle Setubal	230.936.328-62	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
7) Roberto Egydio Setubal	007.738.228-52	-0-	-0-	Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente	-0-	Vice-Presidente do CA	-0-	Diretor Presidente	sim
Filhas:									
Mariana Lucas Setubal	227.809.998-10	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
Paula Lucas Setubal	295.243.528-69	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim
8) O.E.Setubal S.A.	61.074.456/0001-90	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	sim

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controladora ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Garantias

A Itaúsa prestou garantias, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme o quadro abaixo:

	Em R\$ milhões		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Duratex S.A	463	382	362
Elekeiroz S.A.	67	46	15
Itautec S.A.	131	164	167
Total	661	592	544

Informações sobre as Assembleias Gerais dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício corrente

Data da Realização	Instalação em 2ª Convocação	Quorum de Instalação	
		Ações Ordinárias	Ações Preferenciais
30.04.2010	Não	86,13%	27,00%
30.06.2010	Não	84,60%	-0-
29.04.2011	Não	88,33%	27,92%
30.06.2011	Não	87,89%	-0-
26.04.2012	Não	89,53%	22,91%
06.07.2012	Não	89,55%	-0-
30.04.2013	Não	89,83%	24,47%

Outras Informações Relevantes

A ITAÚSA declara que aderiu ao Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas (Código Abrasca) em 15 de agosto de 2011 e que pratica os princípios e as regras estabelecidos neste Código, excluindo os itens abaixo (conforme item 1.4 do Código Abrasca):

- em referência à regra prevista no item 3.3.1 do Código Abrasca, a holding ITAÚSA entende suficiente que seus executivos sejam avaliados somente nas principais controladas da Companhia;
- em relação aos itens 5.1 e 6.1 do referido Código, a holding Itaúsa entende suficiente a adoção das políticas de controles internos e de gestão de riscos, bem como a de operações com partes relacionadas por suas principais empresas controladas.

ITEM 13 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

Os dados abaixo fornecidos se referem apenas à Emissora. A Itaúsa detém o controle de diversas companhias, as quais possuem políticas de remuneração ajustadas ao perfil de cada negócio, sendo que os detalhes sobre tais políticas podem ser obtidos nos Formulários de Referência das respectivas empresas.

As principais controladas da Itaúsa são: Duratex S.A., Elekeiroz S.A., Itautech S.A. e Itaú Unibanco Holding S.A.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política de remuneração adotada pela Emissora são, em geral, os mesmos das políticas de remuneração das empresas abertas controladas por ela, quais sejam: atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores na condução de seus negócios, em troca do alcance de resultados sustentáveis, estando sempre alinhado aos interesses dos acionistas.

Na definição da política de remuneração da Emissora são levados em consideração valores alinhados aos adotados pelo mercado, à estratégia da Companhia e à gestão adequada dos riscos ao longo do tempo.

Os parâmetros gerais da remuneração dos administradores da Emissora são definidos em seu estatuto social, enquanto que a fixação dos valores globais de remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria é deliberada pela assembleia geral ordinária, que também estabelece os honorários fixos mensais dos membros que compõem o Conselho Fiscal.

O rateio da remuneração, bem como da participação nos lucros e resultados, entre os membros que compõem o Conselho de Administração e a Diretoria, é realizado pelo Conselho de Administração, observados os limites fixados pelo estatuto social e pela assembleia geral ordinária da Emissora. A remuneração assim definida, além de garantir transparência aos acionistas e ao mercado, visa a recompensar a contribuição dada por cada um dos administradores e pela administração como um todo nos resultados da Emissora.

Com relação à política de benefícios, destacam-se os benefícios voltados à saúde e à previdência complementar.

Por fim, cumpre destacar que as informações destacadas abaixo tratam apenas da política de remuneração adotada, no exercício de 2012, para os administradores dos órgãos estatutários e não estatutários da Emissora: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária (a Emissora não possui diretores não-estatutários) ("Diretoria"), Conselho Fiscal e dos Comitês existentes (de Divulgação e Negociação, de Políticas de Investimento e de Políticas Contábeis). A Emissora, considerada isoladamente, não possui empregados.

Adicionalmente, o Conselho de Administração deliberou, na reunião realizada em 09.05.2011, por manter instalado o Comitê de Divulgação e Negociação (atualmente denominado Comitê de Ética, Divulgação e Negociação). A instalação dos outros dois Comitês (Comitê de Políticas Contábeis e Comitê de Políticas de Investimento) será revista oportunamente.

b) Composição da remuneração, indicando:**I - Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Conselho de Administração e Diretoria

A remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora é composta de (i) honorários fixos mensais; (ii) remuneração variável de curto prazo (participação nos lucros e resultados); e (iii) plano de benefícios.

A remuneração fixa mensal e o plano de benefícios visam recompensar o nível de importância, experiência e responsabilidade da função desempenhada pelo administrador, enquanto a remuneração variável de curto prazo, com periodicidade semestral, visa remunerar os administradores da Emissora de acordo com a sua contribuição para o atingimento e superação de metas previamente estabelecidas com a Emissora.

Os membros do Conselho de Administração da Emissora que foram eleitos na assembleia geral ordinária de 26.04.2012 como suplentes fazem jus à política de benefícios. Contudo, a remuneração fixa mensal e a participação nos lucros e resultados são vinculadas ao exercício da função, sendo que tais membros suplentes são remunerados somente quando efetivamente substituírem o membro efetivo.

Conselho Fiscal

A remuneração total dos membros do Conselho Fiscal da Emissora é definida por assembleia geral. Tal remuneração não pode ser inferior, conforme legislação, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa atribuída a cada diretor (i.e. não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros e resultados atribuídos aos diretores). Assim, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus à política de benefícios.

Comitê de Ética, Divulgação e Negociação

Os membros que compunham o Comitê de Ética, Divulgação e Negociação integram o Conselho de Administração ou a Diretoria da Emissora e são remunerados de acordo com a política de remuneração e de benefícios adotada pelos órgãos estatutários nos quais atuam.

II - Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para o Conselho de Administração da Emissora, a remuneração fixa mensal, a variável de curto prazo (participação nos lucros e resultados) e os benefícios, em 2012, corresponderam a, em relação à remuneração total, respectivamente 49%, 47% e 4%.

Para a Diretoria da Emissora, a remuneração fixa mensal, a variável de curto prazo (participação nos lucros e resultados) e os benefícios, em 2012, corresponderam a, em relação à remuneração total, respectivamente 21%, 75%, 4%.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração fixa mensal, em 2012, correspondeu a 100% da remuneração total.

Importante destacar que as proporções acima não consideram os eventuais encargos suportados pela Emissora em decorrência da remuneração paga.

III - Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Honorários fixos mensais: são acordados com os administradores e reajustados periodicamente, para alinhamento com o mercado e à estratégia da Companhia;

Remuneração variável: de curto prazo (participação nos lucros e resultados, de periodicidade semestral) que compõe parcela significativa da remuneração total e leva em consideração: o resultado da Emissora e a performance do administrador;

Planos de benefícios: compatível com as práticas de mercado, sendo que os principais benefícios são os planos de saúde e os de previdência complementar.

IV. Razões que justificam a composição da remuneração

A prática adotada pela Emissora tem por objetivo alinhar a gestão do risco no curto e médio prazo, além de beneficiar os administradores na mesma proporção em que a Emissora e seus acionistas são beneficiados pelo desempenho dos administradores.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração variável (participação nos lucros e resultados da Emissora) e os honorários fixos mensais recebidos pelos administradores são definidos considerando a disponibilidade, o foco e a dedicação individual destes executivos na condução de suas atribuições em cada órgão da Emissora.

Adicionalmente, para a remuneração variável, é considerado o resultado da Emissora.

O plano de benefícios não é impactado por indicadores de desempenho.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado acima, parcela significativa da remuneração total dos administradores é recebida pela forma de remuneração variável, a qual é impactada pelos indicadores de desempenho. Assim, quanto maiores os indicadores, maior será a remuneração e vice-versa.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conforme mencionado no item “c” acima, a remuneração variável corresponde à parte significativa da remuneração total paga aos administradores, sendo que o objetivo de tal prática é alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, além de beneficiar os administradores na mesma proporção em que a Emissora e seus acionistas são beneficiados pelo desempenho dos administradores.

Considerando que a remuneração dos administradores acaba sendo impactada pelo resultado da Emissora, inclusive pelos riscos assumidos pela Emissora, acreditamos que a política de remuneração faz com que os interesses dos administradores fiquem alinhados aos interesses da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Emissora não é suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos. Não obstante, alguns dos administradores da Emissora integram os órgãos da administração de empresas controladas por ela. Por essa razão, referidos administradores também são remunerados por tais empresas pelas funções que nelas exercem.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Atualmente, não há – e nem está previsto na política de remuneração da Emissora – qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Emissora.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do**conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Em 2010, a assembleia geral ordinária aprovou que o montante global da remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fosse de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Para o Conselho Fiscal foi aprovada a remuneração mensal individual de R\$ 12.000,00 (doze mil de reais) aos membros efetivos e R\$ 5.000,00 (cinco mil de reais) aos membros suplentes. Desses valores, foram efetivamente pagos em relação ao exercício de 2010 os montantes abaixo descritos. Ressalta-se que os valores globais aprovados não incluem os encargos suportados pela Emissora em decorrência da remuneração paga, porém estes estão considerados na tabela abaixo, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011.

Além da remuneração estabelecida pela assembleia geral, em 2010 foi atribuído aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria participação nos lucros da Emissora, que segue:

Exercício de 2010					R\$, exceto onde indicado
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total	
b número de membros (pessoas)	8,00	3,33	6,00	17,33	
c remuneração segregada em:					
i remuneração fixa anual, segregada em:	5.032.915	1.649.844	734.400	7.417.159	
. salário ou pró-labore	3.708.096	1.303.208	612.000	5.623.304	
. benefícios diretos e indiretos	187.200	85.994	N/A	273.194	
. remuneração por participação em comitês	330.000	0	N/A	330.000	
. outros (INSS)	807.619	260.642	122.400	1.190.661	
ii remuneração variável, segregada em:	3.496.704	5.502.166	0	8.998.870	
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A	
. participação nos resultados	3.496.704	3.132.166	N/A	6.628.870	
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. outros (honorários especiais e INSS)	N/A	2.370.000	N/A	2.370.000	
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	192.172	383.894	N/A	576.066	
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo					
v remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A	
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	8.721.791	7.535.904	734.400		
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				16.992.095	

Notas:

1 Há um membro que compõe o Conselho de Administração da Emissora que também integra sua Diretoria. Como a política de remuneração dos dois órgãos são semelhantes e não há a segmentação da remuneração para cada órgão, os valores referentes à remuneração de referido membro está incluída apenas na tabela relativa à remuneração do Conselho de Administração da Emissora. Também para 2010, essa nota é aplicável também para os itens 13.3 e 13.10.

2 O valor médio da remuneração por membro em 2010 foi de: Conselho de Administração, R\$1.090 mil e da Diretoria Executiva, R\$2.263 mil.

Em 2011, a assembleia geral ordinária aprovou que o montante global da remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fosse de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Para o Conselho Fiscal foi aprovada a remuneração mensal individual de R\$12.000,00 (doze mil de reais) aos membros efetivos e R\$5.000,00 (cinco mil de reais) aos membros suplentes. Desses valores, foram efetivamente pagos em relação ao exercício de 2011 os montantes abaixo descritos. Ressalta-se que os valores globais aprovados não incluem os encargos suportados pela Emissora em decorrência da remuneração paga, porém estes estão considerados na tabela abaixo, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011.

Além da remuneração estabelecida pela assembleia geral, em 2011 foi atribuído aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria participação nos lucros da Emissora, que segue:

Exercício de 2011					R\$, exceto onde indicado
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total	
b número de membros (pessoas)	8,00	3,00	6,00	17,00	
c remuneração segregada em:					
i remuneração fixa anual, segregada em:	3.236.606	1.504.456	734.400	5.475.462	
. salário ou pró-labore	2.432.236	1.202.752	612.000	4.246.988	
. benefícios diretos e indiretos	101.923	61.154	N/A	163.076	
. remuneração por participação em comitês	180.000	N/A	N/A	180.000	
. outros (INSS)	522.447	240.550	122.400	885.398	
ii remuneração variável, segregada em:	2.380.384	5.560.896	N/A	7.941.280	
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A	
. participação nos resultados	2.380.384	3.160.896	N/A	5.541.280	
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. outros (honorários especiais e INSS)	N/A	2.400.000	N/A	2.400.000	
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	108.243	69.675	N/A	177.918	
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo					
v remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A	
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	5.725.233	7.135.027	734.400		
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				13.594.660	

Notas:

1 Há um membro que compõe o Conselho de Administração da Emissora que também integra sua Diretoria. Como a política de remuneração dos dois órgãos são semelhantes e não há a segmentação da remuneração para cada órgão, os valores referentes à remuneração de referido membro está incluída apenas na tabela relativa à remuneração do Conselho de Administração da Emissora. Também para 2011, essa nota é aplicável também para os itens 13.3 e 13.10.

2 O valor médio da remuneração por membro em 2011 foi de: Conselho da Administração, R\$716 mil e da Diretoria Executiva, R\$2.378 mil.

Em 2012, a assembleia geral ordinária aprovou que o montante global da remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria fosse de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Para o Conselho Fiscal foi aprovada a remuneração mensal individual de R\$12.000,00 (doze mil reais) aos membros efetivos e R\$5.000,00 (cinco mil reais) aos membros suplentes. Desses valores, foram efetivamente pagos em relação ao exercício de 2012 os montantes abaixo descritos. Ressalta-se que os valores globais aprovados não incluem os encargos suportados pela Emissora em decorrência da remuneração paga, porém estes estão considerados na tabela abaixo, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011.

Além da remuneração estabelecida pela assembleia geral, em 2012 foi atribuído aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria participação nos lucros da Emissora, que segue:

Exercício de 2012				
R\$, exceto onde indicado				
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	8,00	3,00	6,00	17,00
c remuneração segregada em:				
i remuneração fixa anual, segregada em:	2.305.114	1.548.331	734.400	4.587.846
. salário ou pró-labore	1.874.076	1.202.752	612.000	3.688.828
. benefícios diretos e indiretos	56.223	105.029	N/A	161.252
. remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (INSS)	374.815	240.550	122.400	737.766
ii remuneração variável, segregada em:	1.822.224	4.735.896	N/A	6.558.120
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
. participação nos resultados	1.822.224	2.785.896	N/A	4.608.120
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (honorários especiais e INSS)	N/A	1.950.000	N/A	1.950.000
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	110.562	115.060	N/A	225.622
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
v remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de	4.237.900	6.399.287	734.400	
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				11.371.588

Notas:

- Há um membro que compõe o Conselho de Administração do Emissor, que também integra sua Diretoria. Como a política de remuneração dos dois órgãos são semelhantes e não há a segmentação da remuneração para cada órgão, os valores referentes à remuneração de referido membro está incluída apenas na tabela relativa à remuneração do Conselho de Administração do Emissor. Também para 2012, essa nota é aplicável também para os itens 13.3 e 13.10.
- O valor médio da remuneração por membro em 2012 foi de: Conselho da Administração, R\$530 mil e da Diretoria Executiva, R\$2.133 mil.

Para 2013, a assembleia geral aprovou o montante global anual de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. O Conselho de Administração deverá distribuir tais verbas entre os membros de tais da órgãos, de acordo com a política de remuneração da Emissora, sendo estimado que os valores serão pagos nas proporções descritas na tabela abaixo. Ressalta-se que os valores globais aprovados não incluem os eventuais encargos a serem suportados pela Emissora em decorrência da remuneração a ser paga, porém estes estão considerados na tabela abaixo, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 05/2011.

Em relação aos membros do Conselho Fiscal, a assembleia geral aprovou a remuneração mensal individual de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para os membros efetivos e de R\$6.000,00 (seis mil reais) para os membros suplentes.

Exercício de 2013				
R\$, exceto onde indicado				
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	8,00	3,00	6,00	17,00
c remuneração segregada em:				
i remuneração fixa anual, segregada em:	6.789.859	4.562.941	907.200	12.260.000
. salário ou pró-labore	5.520.000	3.544.000	756.000	9.820.000
. benefícios diretos e indiretos	165.859	310.141	N/A	476.000
. remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (INSS)	1.104.000	708.800	151.200	1.964.000
ii remuneração variável, segregada em:	0	5.748.000	N/A	5.748.000
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
. participação nos resultados	Veja abaixo	Veja abaixo	N/A	Veja abaixo
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (honorários especiais e INSS)	0	5.748.000	N/A	5.748.000
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	330.000	340.000	N/A	670.000
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
v remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de				
administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	7.119.859	10.650.941	907.200	
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				18.678.000

Além da remuneração estabelecida pela assembleia geral, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão participação nos lucros da Companhia, que, nos termos do § 1º, do art. 152, da Lei 6.404/76, estará limitada à remuneração anual dos administradores ou a 10% do lucro da Companhia, prevalecendo o que for menor.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2010		R\$, exceto onde indicado			
a	órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b	número de membros	8,00	3,33	6,00	17,33
c	Em relação ao bônus:				
	i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
	ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
	iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
	iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d	em relação à participação no resultado:				
	i valor mínimo previsto no plano de remuneração	3.496.704	1.257.166	NA	4.753.870
	ii valor máximo previsto no plano de remuneração	3.496.704	5.502.166	NA	8.998.870
	iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.496.704	1.257.166	NA	4.753.870
	iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	3.496.704	5.502.166	N/A	8.998.870

Nota:

A “remuneração variável” reconhecida em 2010, no valor de R\$8.998.870, é composta por R\$6.628.870 de participação nos lucros e resultados, e R\$1.975.000 de “honorários especiais” e R\$395.000 de INSS incidente sobre os honorários especiais, detalhados no item 13.2.

Exercício de 2011		R\$, exceto onde indicado			
		Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
a	órgão				
b	número de membros	8,00	3,00	6,00	17,00
c	Em relação ao bônus:				
	i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
	ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
	iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
	iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d	em relação à participação no resultado:				
	i valor mínimo previsto no plano de remuneração	2.380.384	1.160.896	NA	3.541.280
	ii valor máximo previsto no plano de remuneração	2.380.384	5.560.896	NA	7.941.280
	iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	2.380.384	1.160.896	NA	3.541.280
	iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	2.380.384	5.560.896	N/A	7.941.280

Nota:

A “remuneração variável” reconhecida em 2011, no valor de R\$7.941.280, é composta por R\$5.541.280 de participação nos lucros e resultados, R\$2.000.000 de “honorários especiais” e R\$400.000 de INSS incidente sobre os honorários especiais, detalhados no item 13.2.

Exercício de 2012		R\$, exceto onde indicado			
		Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
a	órgão				
b	número de membros	8,00	3,00	6,00	17,00
c	Em relação ao bônus:				
	i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
	ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
	iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
	iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d	em relação à participação no resultado:				
	i valor mínimo previsto no plano de remuneração	1.822.224	1.160.896	NA	2.983.120
	ii valor máximo previsto no plano de remuneração	1.822.224	4.735.896	NA	6.558.120
	iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	1.822.224	1.160.896	NA	2.983.120
	iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	1.822.224	4.735.896	N/A	6.558.120

Nota:

A "remuneração variável" reconhecida em 2012, no valor de R\$6.558.120, é composta por R\$4.608.120 de participação nos lucros e resultados, R\$1.625.000 de "honorários especiais" e R\$325.000 de INSS incidente sobre os honorários especiais, detalhados no item 13.2.

Exercício de 2013

Com relação à participação nos lucros e resultados referente a 2013, e como mencionado no item 13.2. além da remuneração estabelecida pela assembleia geral, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão participação nos lucros da Companhia, que, nos termos do § 1º, do art. 152, da Lei 6.404/76, estará limitada à remuneração anual dos administradores ou a 10% do lucro da Companhia, prevalecendo o que for menor.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

A Emissora não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) Principais objetivos do plano

Não há.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Não há.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não há.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não há.

f) Número máximo de ações abrangidas

Não há.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há.

h) Condições de aquisição de ações

Não há.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não há.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não há.

k) Forma de liquidação

Não há.

l) Restrições à transferência das ações

Não há.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Empresas		Conselho de Administração			Diretoria (exceto os já considerados no CA)			Conselho Fiscal		
		Ações			Ações			Ações		
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Emissor	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	493.868.281	232.215.264	726.083.545	62.213.927	19.856.528	82.070.455	4.803.388	456.481	5.259.869
Controladora	Companhia ESA	493.868.280	-	493.868.280	62.213.927	-	62.213.927	-	-	-
Controladas	Itaú Unibanco Holding S.A.	2.512.475	4.855.692	7.368.167	8.947.700	4.460.480	13.408.180	33.500	845.400	878.900
	Itautec S.A.	25.165	-	25.165	561	-	561	-	-	-
	Elekeiroz S.A.	130	140	270	-	-	-	-	-	-
	Duratex S.A.	10.805.668	-	10.805.668	198.335	-	198.335	6.715	-	6.715

Nota: As ações são detidas diretamente.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) Modelo de precificação

A emissora não possui programa de distribuição de opções.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A emissora não possui programa de distribuição de opções.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A emissora não possui programa de distribuição de opções.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A emissora não possui programa de distribuição de opções.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A emissora não possui programa de distribuição de opções.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a órgão	<u>Conselho de Administração</u>		<u>Diretoria Estatutária</u>	
	b número de membros	3	2	1
c nome do plano		Itaubanco CD (1)	PGBL	Itaubanco CD (1)
d quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar		2	Zero	1
e condições para se aposentar antecipadamente		50 anos de idade	Perda de vínculo com a Emissora.	50 anos de idade
f valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 4.636.640	R\$ 183.903	R\$ 2.140.985
g valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		R\$ 70.562	R\$ 40.000	R\$ 19.060
h se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições		Não	Não	Não

Notas:

- I. O número de membros de cada órgão (letra "b") corresponde ao número de administradores participantes ativos de cada um dos planos de previdência.
- II. (1) Plano de previdência complementar do tipo Contribuição Definida, implantado em 2010 para absorver os participantes do Plano de Aposentadoria Complementar (PAC), de Benefício Definido, através da adesão de cada participante. No processo de Cisão do plano, o saldo de conta de cada participante foi individualizado.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Diante da discussão judicial a respeito da legalidade do presente item, o oferecimento das informações representaria um cerceamento ao direito dos executivos. Nesse sentido, o emissor aguardará decisão do Superior Tribunal de Justiça no âmbito da liminar proposta pelo Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF RJ) para realizar a divulgação em questão.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Emissora não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2010

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	32%	8%	0%

Exercício de 2011

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	43%	8%	0%

Exercício de 2012

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	52%	9%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Emissora não reconheceu nos 3 últimos exercícios sociais valores de remuneração pagas aos seus administradores por controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas pela função que exercem em seus órgãos da administração.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Emissora controla, direta ou indiretamente, outras empresas abertas, as quais possuem políticas de remuneração ajustadas ao perfil de cada negócio e podem ou não ter planos próprios de remuneração baseado em ações. As informações sobre referidos planos e políticas podem ser obtidas por meio dos Formulários de Referência divulgados por cada uma das empresas em questão.

ITEM 14 - RECURSOS HUMANOS**14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:**

- a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
A Emissora não possui empregados.
- b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)
A Emissora não possui terceirizados.
- c) Índice de rotatividade
A Emissora não possui empregados/ terceirizados.
- d) Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas
A Emissora não possui empregados.

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não há.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

- a) Política de salários e remuneração variável
A Emissora não possui quadro de empregados.
- b) Política de benefícios
A Emissora não possui quadro de empregados.
- c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:
- I - Grupos de beneficiários
Vide item 13.4.
- II - Condições para exercício
A Emissora não possui quadro de empregados.
- III - Preços de exercício
A Emissora não possui quadro de empregados.
- IV - Prazos de exercício
A Emissora não possui quadro de empregados.
- V - Quantidade de ações comprometidas pelo plano
A Emissora não possui quadro de empregados.

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos

Não há relações da Emissora e sindicatos.

ITEM 15 – CONTROLE

15.1 / 15.2 – Posição Acionária

Data base: 02.05.2014

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	Nacionalidade	CPF/CNPJ	EO	%	EP	%	Total	%
Companhia ESA	Brasileira	52.117.397/0001-08	71.275.378	3,029870	12.098	0,000322	71.287.476	1,166709
Fundação Itaú Social	Brasileira	59.573.030/0001-30	265.549.570	11,288339	5.577.776	0,148435	271.127.346	4,437339
Fund. Petrobras Seg.Social - PETROS	Brasileira	34.053.942/0001-50	352.863.556	15,000000	0	-	352.863.556	5,775054
O. E. Setubal S.A.	Brasileira	61.074.456/0001-90	6	0,000001	0	-	6	0,000001
Rudric ITH S.A.	Brasileira	67.569.061/0001-45	182.066.062	7,739510	118.643.827	3,157344	300.709.889	4,921494
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Brasileira	066.530.838-88	278.822.933	11,852581	153.189.147	4,076662	432.012.080	7,070419
Alfredo Egydio Nugent Setubal	Brasileira	407.919.708-09	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Alfredo Egydio Setubal	Brasileira	014.414.218-07	78.126.400	3,321102	21.890.077	0,582538	100.016.477	1,636895
Ana Lúcia de Mattos Barreto Villela	Brasileira	066.530.828-06	278.822.933	11,852581	142.671.535	3,796768	421.494.468	6,898285
Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca	Brasileira	316.394.318-70	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Bruno Rizzo Setubal	Brasileira	299.133.368-56	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Camila Setubal Lenz Cesar	Brasileira	350.572.098-41	1.576	0,000067	1.573	0,000042	3.149	0,000052
Carolina Marinho Lutz Setubal	Brasileira	077.540.228-18	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Fernando Setubal Souza e Silva	Brasileira	311.798.878-59	1.576	0,000067	307.098	0,008172	308.674	0,005052
Gabriel de Mattos Setubal	Brasileira	348.338.808-73	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Guilherme Setubal Souza e Silva	Brasileira	269.253.728-92	1.576	0,000067	78.833	0,002098	80.409	0,001316
José Luiz Egydio Setubal	Brasileira	011.785.508-18	78.090.195	3,319563	20.516.585	0,54986	98.606.780	1,613824
Julia Guidon Setubal	Brasileira	336.694.358-08	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Luiza Rizzo Setubal	Brasileira	323.461.948-40	1.576	0,000067	6.404	0,000170	7.980	0,000131
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal	Brasileira	230.936.378-21	1.576	0,000067	37.697	0,001003	39.273	0,000643
Maria Alice Setubal	Brasileira	570.405.408-00	48.382.614	2,056713	30.474.008	0,810973	78.856.622	1,290587
Mariana Lucas Setubal	Brasileira	227.809.998-10	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Marina Nugent Setubal	Brasileira	384.422.518-80	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Olavo Egydio Mutarelli Setubal	Brasileira	394.635.348-73	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Olavo Egydio Setubal Júnior	Brasileira	006.447.048-29	78.791.106	3,349359	22.591.423	0,601202	101.382.529	1,659252
Patrícia Ribeiro do Valle Setubal	Brasileira	230.936.328-62	1.576	0,000067	37.697	0,001003	39.273	0,000643
Paula Lucas Setubal	Brasileira	295.243.528-69	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Paulo Egydio Setubal	Brasileira	336.694.318-10	1.576	0,000067	0	-	1.576	0,000026
Paulo Setubal Neto	Brasileira	638.097.888-72	89.015.540	3,783993	20.893.185	0,556008	109.908.725	1,798794
Ricardo Egydio Setubal	Brasileira	033.033.518-99	78.091.776	3,319631	22.510.270	0,599042	100.602.046	1,646479
Ricardo Villela Marino	Brasileira	252.398.288-90	49.446.921	2,101956	29.960.308	0,797302	79.407.229	1,299599
Roberto Egydio Setubal	Brasileira	007.738.228-52	78.485.199	3,336355	25.391.018	0,675705	103.876.217	1,700064
Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal	Brasileira	230.936.298-02	0	-	37.697	0,001003	37.697	0,000617
Rodolfo Villela Marino	Brasileira	271.943.018-81	49.488.346	2,103717	30.020.480	0,798904	79.508.826	1,301262
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira	Brasileira	296.682.978-81	1.576	0,000067	501.705	0,013351	503.281	0,008237
Ações em Tesouraria					1.320.000	0,035128	1.320.000	0,021603
Outros			295.076.804	12,543523	3.111.039.838	82,790839	3.406.116.642	55,745363
Total			2.352.423.707	100	3.757.710.279	100	6.110.133.986	100

Companhia ESA	Nacionalidade	CPF/CNPJ	EO	%	Total	%
O. E. Setubal S.A.	Brasileira	61.074.456/0001-90	6	0,000001	6	0,000001
Rudric ITH S.A.	Brasileira	67.569.061/0001-45	182.066.062	12,96969	182.066.062	12,96969
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Brasileira	066.530.838-88	278.822.933	20,38658	278.822.933	20,38658
Alfredo Egydio Nugent Setubal	Brasileira	407.919.708-09	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Alfredo Egydio Setubal	Brasileira	014.414.218-07	78.126.400	5,712334	78.126.400	5,712334
Ana Lúcia de Mattos Barreto Villela	Brasileira	066.530.828-06	278.822.933	20,38658	278.822.933	20,38658
Beatriz de Mattos Setubal da Fonseca	Brasileira	316.394.318-70	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Bruno Rizzo Setubal	Brasileira	299.133.368-56	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Camila Setubal Lenz Cesar	Brasileira	350.572.098-41	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Carolina Marinho Lutz Setubal	Brasileira	077.540.228-18	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Fernando Setubal Souza e Silva	Brasileira	311.798.878-59	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Gabriel de Mattos Setubal	Brasileira	348.338.808-73	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Guilherme Setubal Souza e Silva	Brasileira	269.253.728-92	1.576	0,000115	1.576	0,000115
José Luiz Egydio Setubal	Brasileira	011.785.508-18	78.090.195	5,709687	78.090.195	5,709687
Julia Guidon Setubal	Brasileira	336.694.358-08	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Luiza Rizzo Setubal	Brasileira	323.461.948-40	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Marcelo Ribeiro do Valle Setubal	Brasileira	230.936.378-21	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Maria Alice Setubal	Brasileira	570.405.408-00	48.382.614	3,537571	48.382.614	3,537571
Mariana Lucas Setubal	Brasileira	227.809.998-10	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Marina Nugent Setubal	Brasileira	384.422.518-80	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Olavo Egydio Mutarelli Setubal	Brasileira	394.635.348-73	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Olavo Egydio Setubal Júnior	Brasileira	006.447.048-29	78.791.106	5,760935	78.791.106	5,760935
Patricia Ribeiro do Valle Setubal	Brasileira	230.936.328-62	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Paula Lucas Setubal	Brasileira	295.243.528-69	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Paulo Egydio Setubal	Brasileira	336.694.318-10	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Paulo Setubal Neto	Brasileira	638.097.888-72	89.015.540	6,508511	89.015.540	6,508511
Ricardo Egydio Setubal	Brasileira	033.033.518-99	78.091.776	5,709803	78.091.776	5,709803
Ricardo Villela Marino	Brasileira	252.398.288-90	49.446.921	3,616901	49.446.921	3,616901
Roberto Egydio Setubal	Brasileira	007.738.228-52	78.485.199	5,738568	78.485.199	5,738568
Rodolfo Villela Marino	Brasileira	271.943.018-81	49.488.346	3,618418	49.488.346	3,618418
Tide Setubal Souza e Silva Nogueira	Brasileira	296.682.978-81	1.576	0,000115	1.576	0,000115
Total			1.367.658.399	100	1.367.658.399	100

O. E. Setubal S.A.	Nacionalidade	CPF/CNPJ	EO	%	Total	%
Alfredo Egydio Setubal	Brasileira	014.414.218-07	100,000	14.285714	100,000	14.285714
José Luiz Egydio Setubal	Brasileira	011.785.508-18	100,000	14.285714	100,000	14.285714
Maria Alice Setubal	Brasileira	570.405.408-00	100,000	14.285714	100,000	14.285714
Olavo Egydio Setubal Júnior	Brasileira	006.447.048-29	100,000	14.285714	100,000	14.285714
Paulo Setubal Neto	Brasileira	638.097.888-72	100,000	14.285714	100,000	14.285714
Ricardo Egydio Setubal	Brasileira	033.033.518-99	100,000	14.285714	100,000	14.285714
Roberto Egydio Setubal	Brasileira	007.738.228-52	100,000	14.285714	100,000	14.285714
Total			700,000	100	700,000	100

Rudric ITH S.A.	Nacionalidade	CPF/CNPJ	EO	%	Total	%
Maria de Lourdes Egydio Villela	Brasileira	007.446.978-91	859,592,758	99.999942	859,592,758	99.999942
Ricardo Villela Marino	Brasileira	252.398.288-90	250	0.000029	250	0.000029
Rodolfo Villela Marino	Brasileira	271.943.018-81	250	0.000029	250	0.000029
Total			859,593,258	100	859,593,258	100

15-3 – Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última Assembleia Geral de Acionistas:

Data da última Assembleia	02.05.2014
Quantidade de acionistas pessoa física (unidades)	24.746
Quantidade de acionistas pessoa jurídica (unidades)	2.587
Quantidade de investidores institucionais (unidades)	0

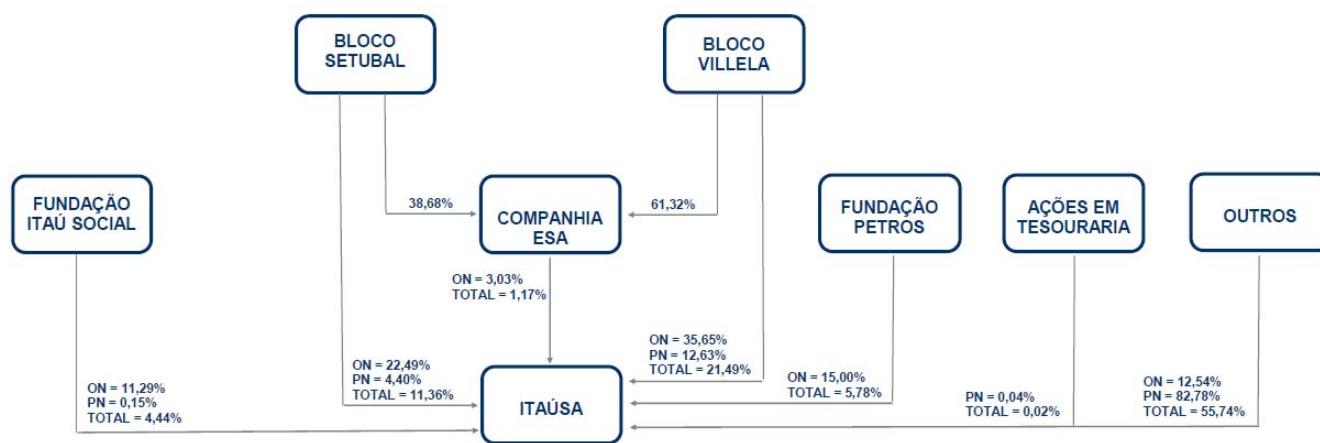
Ações em circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria.

Ações

Quantidade de ações ordinárias (unidades)	913.489.930	38,831862%
Quantidade de ações preferenciais (unidades)	3.116.615.619	82,968366%
Total	4.030.105.549	65,971980%

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2



15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a) Partes

Acordo de Acionistas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“Acordo de Acionistas Itaúsa”): pessoas físicas integrantes da família Villela e da família Setubal, além da Companhia ESA. O Acordo de Acionistas Itaúsa dispõe apenas sobre a transferência de ações de emissão da Itaúsa por seus acionistas controladores.

Acordo de Acionistas da Companhia ESA (“Acordo de Acionistas ESA”): pessoas físicas integrantes da família Villela e da família Setubal. O Acordo de Acionistas ESA dispõe sobre (i) a transferência das ações de emissão da Itaúsa detidas por seus acionistas controladores; e (ii) o exercício do direito de voto pelos controladores da Itaúsa em sua Assembleia Geral e pelos indicados por tais controladores ao Conselho de Administração e à Diretoria da Itaúsa.

Acordo de Acionistas da OES Participações S.A. e da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“Acordo de Acionistas OES/Itaúsa”): pessoas físicas integrantes da família Setubal. O Acordo de Acionistas OES/Itaúsa dispõe apenas sobre a transferência de ações de emissão da Itaúsa detidas pelos integrantes da família Setubal.

b) Data de celebração

Acordo de Acionistas - Itaúsa: 13 de março de 2013.

Acordo de Acionistas - ESA: 13 de março de 2013.

Acordo de Acionistas - OES/Itaúsa: 5 de agosto de 2005.

c) Prazo de vigência

Acordo de Acionistas Itaúsa: vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados de 24 de junho de 2009, automaticamente renovável por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, salvo em relação a qualquer acionista

controlador que se manifeste de forma contrária à renovação com antecedência de 2 (dois) anos contados do término de cada período de vigência.

Acordo de Acionistas ESA: vigorará enquanto vigorar o Acordo de Acionistas Itaúsa.

Acordo de Acionistas OES/Itaúsa: vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos contados de sua celebração (5 de agosto de 2005) ou pelo prazo de vigência do Acordo de Acionistas Itaúsa, o que for maior.

d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Acordo de Acionistas Itaúsa: não há previsão nesse sentido.

Acordo de Acionistas ESA: determinadas matérias relativas aos principais pontos estratégicos da Itaúsa devem ser previamente definidas pela reunião de acionistas controladores da Itaúsa (família Villela e família Setubal). Com relação a esses pontos estratégicos, o Acordo de Acionistas ESA prevê que (i) os membros do Conselho de Administração da Itaúsa indicados por seus controladores, (ii) os membros da Diretoria da Itaúsa indicados por seus controladores, e (iii) os controladores da Itaúsa na Assembleia Geral da própria Itaúsa, deverão votar de modo uniforme e de acordo com a deliberação tomada na reunião de acionistas controladores da Itaúsa.

Acordo de Acionistas da OES/Itaúsa: não há previsão nesse sentido.

e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Acordo de Acionistas Itaúsa: a família Villela e a família Setubal têm direito de indicar 2 (dois) membros cada para o Conselho de Administração da Itaúsa. Os demais membros do Conselho de Administração da Itaúsa serão nomeados por consenso entre seus acionistas controladores.

Acordo de Acionistas ESA: a família Villela e a família Setubal têm direito de indicar 2 (dois) membros cada para o Conselho de Administração da Itaúsa. Os demais membros do Conselho de Administração da Itaúsa serão nomeados por consenso entre seus acionistas controladores.

Acordo de Acionistas OES/Itaúsa: não há previsão nesse sentido.

f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Acordo de Acionistas Itaúsa: (a) vide itens 'b', 'c', 'd' e 'f' do Acordo de Acionistas ESA; (b) a alienação de ações de emissão da Itaúsa por seus acionistas controladores não poderá reduzir a posição da família Villela ou da família Setubal a menos de 30% do total do bloco de controle da Itaúsa; e (c) nenhum dos acionistas controladores da Itaúsa pode comprar ações ordinárias de terceiros estranhos ao bloco de controle sem antes oferecê-las à ESA, que terá preferência para adquiri-las, e a outra família, que terá direito de adquirir metade das ações ofertadas pelo terceiro estranho ao bloco de controle.

Acordo de Acionistas ESA: (a) os acionistas controladores da Itaúsa (família Villela e família Setubal) não poderão negociar ações de emissão da ESA ou seus respectivos direitos de subscrição (e, indiretamente, ações de emissão da Itaúsa) fora das hipóteses previstas no Acordo de Acionistas ESA; (b) a aquisição de ações ordinárias de emissão da Itaúsa (ou de direitos de subscrição de tais ações ordinárias) não pode levar a família Villela ou a família Setubal a deter, direta ou indiretamente, mais que 70% do total de ações ordinárias de emissão da Itaúsa que compõem seu bloco de controle; (c) os acionistas controladores da Itaúsa podem vender lote de ações de emissão da Itaúsa que, em operações acumuladas no período de 2 (dois) anos, não ultrapasse 1% do bloco de controle da Itaúsa (“Lote Pequeno”). Enquanto o limite do Lote Pequeno não for atingido, novas vendas podem ser efetuadas pelos acionistas controladores que não tenham vendido suas ações durante os últimos 2 (dois) anos. Atingido o limite do Lote Pequeno, somente “Lotes Grandes” poderão ser vendidos; (d) os acionistas controladores da Itaúsa podem vender lote de ações acima de 1% do total do bloco de controle da Itaúsa, até o limite, a cada período de 2 (dois) anos, de 10% do referido bloco de controle (“Lote Grande”). Cada acionista controlador da Itaúsa somente pode fazer uma oferta de Lote Grande após 2 (dois) anos da data de manifestação da venda anteriormente feita por qualquer acionista controlador da Itaúsa, mesmo que na venda anterior não tenha sido atingido o limite de um Lote Grande. Tanto no caso de venda de Lote Pequeno como de venda de Lote Grande, o acionista ofertante deve fazer uma oferta de venda para os demais acionistas integrantes da mesma família, para a ESA e para os acionistas da outra família, que, nessa ordem, terão direito de preferência para adquirir as ações; (e) a venda de ações de emissão da Itaúsa entre os acionistas de uma mesma família não está sujeita a nenhuma limitação; e (f) o acionista controlador da Itaúsa que desejar vender seus direitos de subscrição de ações de emissão da Itaúsa deverá oferecê-los aos integrantes de sua respectiva família, aos integrantes da outra família, à ESA e em Bolsa de Valores, nessa ordem.

Acordo de Acionistas OES/Itaúsa: (a) qualquer integrante da família Setubal somente pode alienar suas ações ordinárias de emissão da Itaúsa vinculadas ao Acordo de Acionistas OES/Itaúsa após ofertá-las aos demais acionistas da família Setubal; e (b) as ações preferenciais de emissão da Itaúsa vinculadas ao Acordo de Acionistas OES/Itaúsa serão mantidas pelos integrantes da família Setubal, que somente poderão utilizá-las no pagamento de ações ordinárias de emissão da Itaúsa adquiridas de outros membros da família Setubal.

g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Acordo de Acionistas Itaúsa: não há previsão nesse sentido.

Acordo de Acionistas da ESA: determinadas matérias relativas aos principais pontos estratégicos para a Itaúsa devem ser previamente definidas pela reunião de acionistas controladores da Itaúsa (família Villela e família Setubal). Com relação a esses pontos estratégicos, o Acordo de Acionistas ESA prevê que os membros do Conselho de Administração da Itaúsa indicados por seus controladores deverão votar de modo uniforme e de acordo com a deliberação tomada na reunião de acionistas controladores da Itaúsa.

Acordo de Acionistas OES/Itaúsa: não há previsão nesse sentido.

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não ocorreram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores na Emissora nos últimos 3 anos.

15.7 Outras informações relevantes

Não há.

ITEM 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

As operações realizadas entre a Itaúsa e suas Controladas pautam-se pelo respeito às normas legais e éticas.

As operações com parte relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva da alta administração.

Especificamente em relação a operações de crédito, nossa controlada da área financeira, está proibida por lei de conceder empréstimos ou adiantamentos a (i) controladores da instituição e pessoas físicas e jurídicas a eles vinculados; (ii) diretores, conselheiros e membros do conselho fiscal da instituição e pessoas físicas e jurídicas a eles vinculados; (iii) entidades controladas pela instituição financeira ou nas quais ela detenha, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social; ou (iv) entidades que detenham, direta ou indiretamente, mais de 10,0% do capital social da instituição financeira.

16.2. Informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Parte Relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Itaú Unibanco S.A.	01.04.1998	0	Desp. de 12 milhões em 2012, R\$ 13 milhões em 2011 e R\$ 17 milhões em 2010. Não há saldo remanescente.	Não aplicável	Indeterminado	Não	0
Relação com o emissor	Banco Itaú Unibanco S.A. - Controlada do Itaú Unibanco Holding S.A.						
Objeto contrato	Convênio de Rateio de Custos Comuns em função da utilização da estrutura comum						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Por conveniência de uma das partes mediante aviso com 30 dias de antecedência						
Natureza e razão para a operação							
Duratex S.A.	10.07.2008	1.015.812.000,00	Avais de R\$ 463 milhões em 31.12.2012.	Não aplicável	Treze contratos com as seguintes datas: 11.04.05, 27.12.07, 08.01.08, 19.11.08, 11.02.10, 08.07.10, 30.03.11, 15.04.11, 20.06.12, 08.06.12 e 11.10.12. Com vencimentos em 15.04.15, 15.01.17, 15.01.18, 15.07.17, 15.10.16, 15.07.17, 15.08.18, 15.02.20, 15.04.20, 17.02.21 e 15.05.25 respectivamente.	Não	0
Relação com o emissor	Duratex S.A. - Controlada						
Objeto contrato	Avais e Fianças						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	A liquidação dos contratos extingue as garantias						
Natureza e razão para a operação							

Itautec S.A.	18.07.2007	208.007.000,00	Avais de R\$ 131 milhões em 31.12.2012.	Não aplicável	São dois contratos com as seguintes datas: 18.07.2007 e 04.11.2009 com vencimentos em 15.10.2016 e 15.03.2018, respectivamente.	Não	0
Relação com o emissor	Itautec S.A. - Controlada						
Objeto contrato	Avais e Fianças						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	A liquidação dos contratos extingue as garantias						
Natureza e razão para a operação							

Elekeiroz S.A.	12.06.2012	123.741.000,00	Avais de R\$ 67 milhões em 31.12.2012.	Não aplicável	Existe apenas um contrato com data de 12.06.12, com vencimento em 15.10.2018.	Não	0
Relação com o emissor	Elekeiroz S.A. - Controlada						
Objeto contrato	Avais e Fianças						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	A liquidação dos contratos extingue as garantias						
Natureza e razão para a operação							

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações apresentadas no item 16.2, data base 31/12/2012, entre a Itaúsa e partes relacionadas foram efetuadas a valores, taxas e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade e, não geram qualquer benefício ou prejuízo para as partes, destacando-se:

- **Rateio de Custo Comum** – A apuração e pagamento é realizada mensalmente e a empresa que utiliza a estrutura comum paga, provisoriamente, à empresa centralizadora, uma estimativa de custos equivalente à média aritmética do 2º e 3º meses anteriores ao de competência do pagamento. Isso se faz necessário pois dentro do próprio mês não é possível apurar o montante exato dos custos a serem rateados.
No mês subsequente, apurado o valor efetivamente devido, a eventual diferença existente entre este e o valor pago provisoriamente será acertada até o último dia útil do mês, devidamente atualizado.
- **Valores a Receber de Sociedades Ligadas** – ajuste de preço relativo à aquisição de investimento cuja variação é refletida de acordo com a oscilação do valor de mercado do investimento alienado.
- **Avais e Fianças** – Nos avais efetuados pela Itaúsa não há qualquer tipo de remuneração financeira para a controladora.

ITEM 17 - CAPITAL SOCIAL

17.1. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social:

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (unidades)	Quantidade de ações preferenciais (unidades)	Quantidade total de ações (unidades)
Tipo de Capital		Capital Emitido			
28.04.2014	27.025.000.000,00		2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986
Tipo de Capital		Capital Subscrito			
28.04.2014	27.025.000.000,00		2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986
Tipo de Capital		Capital Integralizado			
28.04.2014	27.025.000.000,00		2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986
Tipo de Capital		Capital Autorizado			
28.04.2014	0,00		2.750.000.000	5.500.000.000	8.250.000.000

17.2 – Aumento do Capital Social

Data da Deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data da Emissão	Valor total do aumento (R\$)	Qtde. de Valores Mobiliários Emitidos	Preço de emissão e Fator cotação	Forma de integralização	Critério	Tipo de Aumento	Subscrição / Capital anterior
30.06.2010	Assembleia Geral	30.04.2010	266.000.000,00	EO 10.758.861 EP 17.241.139	9,50 e R\$ por unidade	Em dinheiro	Média ponderada ajustada das ações EP na BM&BOVESPA de 30.11.2009 a 29.03.2010	Subscrição Particular	2,0500000
30.06.2011	Assembleia Geral	29.04.2011	412.000.000,00	EO 15.830.895 EP 25.369.105	10,00 e R\$ por unidade	Em dinheiro	Média ponderada ajustada das ações EP na BM&BOVESPA de 08.12.2010 a 06.04.2011	Subscrição Particular	3,1100000
12.07.2013	Reunião do Conselho de Administração	06.05.2013	900.000.010,00	EO 53.308.194 EP 85.153.346	6,50 e R\$ por unidade	Em dinheiro ou mediante compensação de créditos originários de JCP "juros sobre o capital próprio", declarados pela Companhia em 17/12/2012 e 04/03/2013.	Média ponderada ajustada das ações EP na BM&BOVESPA de 02.01.2013 a 30.04.2013	Subscrição Particular	4,26540289
25.04.2014	Reunião do Conselho de Administração	18.02.2014	525.000.000,00	EO 32.340.304 EP 51.659.696	6,25 e R\$ por unidade	Em dinheiro ou mediante compensação de créditos originários de JCP "juros sobre o capital próprio", declarados pela Companhia em 18.02.2014	Média ponderada ajustada das ações EP na BM&BOVESPA de 15.10.2013 a 10.02.2014	Subscrição Particular	1,53546169

17.3 – Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações:

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Bonificação						
26/04/2012	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747
Bonificação						
30/04/2013	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	2.052.918.509	3.279.287.212	5.332.205.721
Bonificação						
28/04/2014	2.138.567.007	3.416.100.254	5.554.667.261	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986

17.4. Em relação às reduções de capital do emissor, indicar:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Emissora nos exercícios de 2010 a 2013.

17.5 – Outras Informações Relevantes:**I – Informações complementares relativas às alterações no capital social da Companhia, ocorridas nos três últimos exercícios sociais**

- Item 17.2 – Aumentos do capital social

Data da Deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data da Emissão	Valor total do aumento	Qtde. de Valores Mobiliários Emitidos	Preço de emissão	Forma de integralização	Critério	Subscrição particular ou pública	% em relação ao último capital
30/04/2010	Assembleia Geral	30/04/2010	R\$ 405.254,19	EO N/A EP 448.949	0,90267	Incorporação de Empresas	(*)	N/A	0,003

(*) a relação de troca foi estabelecida com base (i) no valor do patrimônio líquido das ações das empresas incorporadas, avaliado em 31.12.2009 e (ii) na cotação média de mercado, na BM&FBOVESPA nos últimos 120 pregões das ações preferenciais de emissão da Itaúsa, calculada com base no período de 30.11.2009 a 29.03.2010.

II – Cancelamento de ações em tesouraria

- AGOE de 30.04.2010, deliberou-se cancelar 1.382.038 ações preferenciais de emissão própria e existentes em tesouraria, sem redução do valor do capital social, que passou a ser representado por 4.345.832.640 ações escriturais, sendo 1.670.037.112 ordinárias e 2.675.795.528 preferenciais, sem valor nominal.

- AGOE de 26.04.2012, deliberou-se cancelar 8.700.000 ações preferenciais de emissão própria e existentes em tesouraria, sem redução do valor do capital social, que passou a ser representado por 4.406.781.589 ações escriturais, sendo 1.696.626.868 ordinárias e 2.710.154.721 preferenciais, sem valor nominal.

ITEM 18 - VALORES MOBILIÁRIOS**18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida:**

O estatuto social do Emissor prevê duas espécies de ações: ordinárias e preferenciais, ambas escriturais, sem valor nominal e de classe única.

a) Direito a dividendos

Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

Cada ação preferencial terá direito a dividendo prioritário mínimo anual de R\$ 0,01 (um centavo de real). A importância do dividendo obrigatório que remanescer após o pagamento do dividendo prioritário mínimo devido às ações preferenciais será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais. Após pago o dividendo mínimo a todos os acionistas, as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições.

b) Direito de voto

As ações preferenciais não têm direito de voto.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das assembleias gerais.

c) Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

I - Condições

II - Efeitos sobre o capital social

O Conselho de Administração poderá autorizar a conversão de ações ordinárias em preferenciais (vedada a reconversão), com base numa relação fixa por ele estabelecida ou através de leilão na bolsa de valores, em ambos os casos nos períodos e quantidades que determinar. A razão de conversão não poderá ser superior a 1 (uma) ação preferencial para cada 1 (uma) ação ordinária apresentada, respeitado o limite legal. Caso as ações ordinárias a serem convertidas resultem numa quantidade final de ações preferenciais que ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, o Emissor promoverá o rateio entre os titulares de ações ordinárias interessados na conversão proporcionalmente à quantidade de ações ordinárias apresentadas para a conversão, vedada a conversão que resulte em fração de ação. Após cada período de conversão, caberá ao Conselho de Administração especificar a nova divisão do número de ações por espécie, cabendo à primeira assembleia geral promover a necessária alteração estatutária.

d) Direitos no reembolso de capital

No caso de liquidação do Emissor, os acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as obrigações do Emissor.

Nos termos dos artigos 45 e 137 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes de deliberações tomadas em assembleia geral poderão se retirar do Emissor, mediante reembolso do valor das suas ações, e nesses casos, o reembolso terá como base o valor patrimonial.

e) Direito a participação em oferta pública por alienação de controle

Em eventual alienação de controle, as ações ordinárias e preferenciais serão incluídas na oferta pública de aquisição de ações, de modo que lhes será assegurado preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação integrante do bloco de controle.

f) Restrições à circulação

Não há.

g) Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há requisitos no estatuto social adicionais aos existentes em lei para que sejam alterados os direitos assegurados pelos valores mobiliários emitidos pelo Emissor.

h) Outras características relevantes

Não há outras características relevantes adicionais.

i) Emissores estrangeiros devem identificar as diferenças entre as características descritas nos itens “a” a “i” e aquelas normalmente atribuídas a valores mobiliários semelhantes emitidos por emissores nacionais, diferenciando quais são próprias do valor mobiliário descrito e quais são impostas por regras do país de origem do emissor ou do país em que seus valores mobiliários estão custodiados

Não há.

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitam o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar a ofertas pública.

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O estatuto da Emissora não prevê exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4- Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício Social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/12	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 6.236.963.195	R\$ 11,49	R\$ 10,04	R\$ por unidade
30/06/12	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 6.696.053.674	R\$ 10,41	R\$ 7,99	R\$ por unidade
30/09/12	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 6.766.440.228	R\$ 10,44	R\$ 8,22	R\$ por unidade
31/12/12	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 6.666.122.846	R\$ 10,09	R\$ 8,41	R\$ por unidade
31/03/12	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 17.663.175	R\$ 13,59	R\$ 12,64	R\$ por unidade
30/06/12	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 14.293.888	R\$ 12,95	R\$ 11,01	R\$ por unidade
30/09/12	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 9.367.194	R\$ 13,85	R\$ 11,43	R\$ por unidade
31/12/12	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 68.023.432	R\$ 14,89	R\$ 12,00	R\$ por unidade

Exercício Social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/11	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 5.445.190.683	R\$ 12,29	R\$ 10,11	R\$ por unidade
30/06/11	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 4.626.048.312	R\$ 11,81	R\$ 10,02	R\$ por unidade
30/09/11	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 7.066.511.517	R\$ 11,02	R\$ 7,37	R\$ por unidade
31/12/11	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 6.174.702.463	R\$ 10,46	R\$ 8,13	R\$ por unidade
31/03/11	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 9.862.552	R\$ 13,11	R\$ 9,86	R\$ por unidade
30/06/11	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 16.569.955	R\$ 11,57	R\$ 10,15	R\$ por unidade
30/09/11	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 216.216.716	R\$ 13,05	R\$ 9,29	R\$ por unidade
31/12/11	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 10.625.107	R\$ 13,05	R\$ 11,33	R\$ por unidade

Exercício Social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/10	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 4.428.777.195	R\$ 11,29	R\$ 9,56	R\$ por unidade
30/06/10	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 4.951.977.456	R\$ 11,52	R\$ 9,27	R\$ por unidade
30/09/10	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 4.332.711.359	R\$ 11,96	R\$ 9,75	R\$ por unidade
31/12/10	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 4.531.150.361	R\$ 12,76	R\$ 11,25	R\$ por unidade
31/03/10	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 13.168.736	R\$ 12,42	R\$ 10,61	R\$ por unidade
30/06/10	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 11.002.183	R\$ 11,46	R\$ 9,22	R\$ por unidade
30/09/10	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 37.233.474	R\$ 11,97	R\$ 9,97	R\$ por unidade
31/12/10	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&F BOVESPA S.A.	R\$ 3.257.068.883	R\$ 13,10	R\$ 11,02	R\$ por unidade

Nota: Valores informados com ajuste de proventos, exceto dividendos.

18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando:**a) Identificação do valor mobiliário**

- Debêntures quirográficas e não conversíveis em ações.
- Notas Promissórias.

b) Quantidade

- 10 mil debêntures.
- 200 Notas Promissórias, sendo 100 notas resgatadas antecipadamente em 21 de agosto de 2012 pelo valor de R\$ 202 milhões e 100 notas resgatadas no seu vencimento (28 de março de 2013) pelo valor de R\$ 210 milhões.

c) Valor

- Debêntures: valor total de emissão de R\$ 1 bilhão. Valor nominal unitário de R\$ 100 mil na data de emissão.
- Notas Promissórias: valor total da emissão de R\$ 400 milhões. Valor nominal unitário de R\$ 2 milhões na data de emissão.

d) Data de emissão

- Debêntures: 1º de junho de 2010.
- Notas Promissórias: 13 de julho de 2012.

e) Restrições à circulação

Apenas aquelas previstas na legislação aplicável, em especial na Instrução CVM 476/2009.

*f) Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:**I – Condições*

As debêntures não são e as notas promissórias não eram conversíveis em ações.

II - Efeitos sobre o capital social

Não há efeitos sobre o capital social.

*g) Possibilidade de resgate, indicando:**I - Hipóteses de resgate*

- Debêntures: a Itaúsa poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data de emissão, proceder ao resgate antecipado das debêntures em circulação.
- Notas Promissórias: a Itaúsa poderia, a seu exclusivo critério, a partir do 31º (trigésimo primeiro dia) contado da data de emissão, proceder ao resgate antecipado das notas promissórias.

II - Fórmula de cálculo do valor de resgate

- Notas Promissórias:
Pagamento do valor nominal unitário acrescido da remuneração descrita no item (h)(II) abaixo (“Juros”), calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão.

- Debêntures:

Pagamento do valor nominal unitário acrescido da remuneração descrita no item (h)(II) abaixo (“Juros”), calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,50\%$$

sendo que:

P= prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor de resgate;

d= quantidade de dias entre a data do resgate antecipado e a data de vencimento;

D= quantidade de dias entre a data de início do prazo para resgate antecipado e a data de vencimento.

*h) Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável:**I - Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado*

- Notas promissórias: conforme informado no item 18.5(a) acima, 50% das notas promissórias foram resgatadas antecipadamente e os 50% remanescentes venceram, em 28 de março de 2013, sendo devidamente pagas nesta data.
- Debêntures:

O prazo das debêntures é de 3 (três) anos contados da data de emissão, a serem pagas e amortizadas em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	01/06/2011	30%
2ª Amortização	01/06/2012	35%
3ª Amortização	01/06/2013	35%
Total		100%

Conforme tabela acima, a Itaúsa pagou (i) R\$ 416 milhões referentes à primeira parcela anual da dívida em 1º de junho de 2011, sendo R\$ 300 milhões relativos à primeira amortização do valor nominal das debêntures e R\$ 116 milhões relativos aos juros incidentes; (ii) R\$ 432 milhões referentes à segunda parcela anual da dívida em 1º de junho de 2012, sendo R\$ 350 milhões relativos à segunda amortização do valor nominal das debêntures e R\$ 82 milhões relativos aos juros incidentes; e (iii) R\$ 377 milhões referentes à terceira parcela anual da dívida em 1º de junho de 2013, sendo R\$ 350 milhões relativos à terceira amortização do valor nominal das debêntures e R\$ 27 milhões relativos aos juros incidentes.

Vencimento Antecipado. Conforme detalhado na escritura de emissão das debêntures, haverá vencimento antecipado na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos: (1) não pagamento pela Itaúsa de qualquer obrigação pecuniária; (2) no caso de (a) decretação de falência da Itaúsa, do Itaú Unibanco Holding S.A., do Itaú Unibanco S.A. e/ou do Banco Itaú BBA S.A. (em conjunto, "Subsidiárias Relevantes"); (b) pedido de autofalência pela Itaúsa e/ou por qualquer das Subsidiárias Relevantes, conforme aplicável; (c) pedido de falência da Itaúsa e/ou de qualquer das Subsidiárias Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Itaúsa e/ou de qualquer das Subsidiárias Relevantes; ou (e) intervenção, liquidação, dissolução ou, conforme o caso, extinção da Itaúsa e/ou de qualquer de suas Subsidiárias Relevantes; (3) protesto de títulos contra a Itaúsa no mercado local ou internacional cujo valor seja igual ou superior a R\$ 100 milhões; (4) alteração do controle, direto ou indireto, da Itaúsa, exceto na hipótese em que a agência de classificação de risco mantenha a classificação de risco (rating) atribuída à oferta; (5) aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Itaúsa, exceto na hipótese em que a agência de classificação de risco mantenha a classificação de risco (rating) atribuída à oferta; (6) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Itaúsa ou por qualquer de suas Subsidiárias Relevantes no mercado local ou internacional cujo valor seja igual ou superior a R\$ 100 milhões; (7) redução do capital social da Itaúsa, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pela maioria dos titulares de debêntures em circulação; (8) descumprimento de qualquer decisão judicial contra a Itaúsa cujo valor seja igual ou superior a R\$ 100 milhões; (9) alteração do objeto social da Itaúsa que a afete de forma material e adversa; (10) descumprimento, pela Itaúsa, de qualquer obrigação não pecuniária relativa às debêntures; (11) transformação da Itaúsa em sociedade limitada; (12) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Itaúsa, das obrigações assumidas na escritura de emissão das debêntures, exceto se a operação (a) tiver sido previamente aprovada por titulares de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação; ou (b) decorrer de operação de incorporação, fusão ou cisão que não constitua um evento de inadimplemento; (13) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Itaúsa esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão das debêntures; (14) anulação, nulidade ou inexistência quanto à emissão das debêntures; (15) caso a Itaúsa deixe de ter o controle direto ou indireto de uma ou mais Subsidiárias Relevantes; e (16) não observância pela Itaúsa de índice financeiro a ser calculado anualmente com base nos dados do primeiro trimestre de cada ano fiscal conforme determinado pela escritura de emissão de debêntures.

II – Juros

- Notas Promissórias:

Incidir, desde a data de emissão, juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da variação da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculada e divulgada, diariamente, pela CETIP, base 252 dias úteis, calculada em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis, por dias úteis.

- Debêntures:

Incidirão, desde a data de emissão ou da data de pagamento de juros anterior, até a data do próximo pagamento de juros, juros remuneratórios correspondentes a 106,50% da variação acumulada das taxas médias

diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculada e divulgada, diariamente, pela CETIP, base 252 dias úteis, calculada em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis, por dias úteis.

III - Garantia e, se real, descrição do bem objeto

Não há.

IV - Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado

Quirografário.

V - Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- à distribuição de dividendos
- à alienação de determinados ativos
- à contratação de novas dívidas
- à emissão de novos valores mobiliários

Apenas aquelas restrições previstas na legislação aplicável, em especial a Instrução CVM 476/2009.

VI - O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato

Debêntures: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.. O agente fiduciário receberá uma remuneração a ser paga pela Itaúsa em parcelas trimestrais de R\$ 7 mil, reajustada pela variação acumulada IGP-M e acrescida dos tributos incidentes.

i) Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Apenas aquelas condições previstas na legislação aplicável.

j) Outras características relevantes

Não há.

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da ITAÚSA foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA em 30 de junho de 1966.

Reforçando nosso compromisso histórico com a transparência, a governança corporativa e o fortalecimento do mercado de capitais, a ITAÚSA está entre as primeiras empresas que aderiram voluntariamente ao Índice de Governança Corporativa Diferenciada da BM&FBOVESPA - Nível I em 26/06/2001.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

a) País

Não há classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros.

b) Mercado

Não há.

c) Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Não há.

d) Data de admissão à negociação

Não há.

e) *Se houver, indicar o segmento de negociação*

Não há.

f) *Data de início de listagem no segmento de negociação*

Não há.

g) *Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício*

Não há.

h) *Se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações*

Não há.

i) *Se houver, banco depositário*

Não há.

j) *Se houver, instituição custodiante*

Não há.

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Conforme descrição contida no item 18.5 acima, a Itaúsa realizou (i) em 1º de junho de 2010 sua primeira emissão pública de debêntures quirografárias e não conversíveis em ações no valor total de R\$ 1 bilhão, sob o regime previsto na Instrução CVM 476/2009 (distribuição pública com esforços restritos de colocação, destinada exclusivamente a investidores qualificados) e os recursos obtidos em tal emissão foram integralmente utilizados na aquisição de ações ordinárias de emissão do Itaú Unibanco Holding S.A.; e (ii) em 13 de julho de 2012 sua primeira emissão de notas comerciais nos termos da Instrução CVM 134/90, conforme alterada, sob o regime previsto na Instrução CVM 476/2009 (distribuição pública com esforços restritos de colocação, destinada exclusivamente a investidores qualificados).

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro pela Emissora.

18.10 – Outras informações relevantes

Não há.

ITEM 19 – PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA**19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Class e	Qtde. prevista (Unidades)	% em relação ao total em circulação	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	Preço Médio Ponderado	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
29/10/2012	31/10/2012 à 30/10/2013	2.874.306.826,56	Ordinária	-	70.000.000	9,646689	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
			Preferencial	-	240.000.000	9,811975	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
Reservas e lucros disponíveis: Refere-se ao saldo da Reserva para Reforço do Capital de Giro, data-base 30/09/2012										

7/11/2011	09/11/2011 à 08/11/2012	3.950.690.531,60	Ordinária	-	65.000.000	9,853403	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
			Preferencial	-	213.000.000	9,568169	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
Reservas e lucros disponíveis: Refere-se ao saldo da Reserva para Reforço do Capital de Giro, data-base 31/10/2011										

8/11/2010	09/11/2010 à 08/11/2011	3.176.409.456,71	Ordinária	-	65.000.000	9,940000	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
			Preferencial	-	219.000.000	9,910000	8.700.000	9,23	R\$ por Unidade	3,970000
Reservas e lucros disponíveis: Refere-se ao saldo da Reserva para Reforço do Capital de Giro, data-base 31/10/2010										

9/11/2009	10/11/2009 à 10/11/2010	2.738.820.812,34	Ordinária	-	65.000.000	9,970000	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
			Preferencial	-	219.000.000	9,960000	1.382.038	11,03	R\$ por Unidade	0,630000
Reservas e lucros disponíveis: Refere-se ao saldo da Reserva para Reforço do Capital de Giro, data-base 31/10/2009										

19.2- Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício Social 31/12/2012

AÇÕES

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Ordinárias			
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R\$ reais)	Preço médio ponderado (R\$ reais)
Saldo Inicial	-	-	-
Aquisição	-	-	-
Alienação	-	-	-
Cancelamento	-	-	-
Saldo Final	-	-	-

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Preferenciais			
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R\$ reais)	Preço médio ponderado (R\$ reais)
Saldo Inicial	8.700.000	80.309.642,38	9,23
Aquisição	-	-	-
Alienação	-	-	-
Cancelamento	(8.700.000)	(80.309.642,38)	9,23
Saldo Final	-	-	-

Exercício Social 31/12/2011

AÇÕES

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Ordinárias			
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R\$ reais)	Preço médio ponderado (R\$ reais)
Saldo Inicial	-	-	-
Aquisição	-	-	-
Alienação	-	-	-
Cancelamento	-	-	-
Saldo Final	-	-	-

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Preferenciais			
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R\$ reais)	Preço médio ponderado (R\$ reais)
Saldo Inicial	-	-	-
Aquisição	8.700.000	80.309.642,38	9,23
Alienação	-	-	-
Cancelamento	-	-	-
Saldo Final	8.700.000	80.309.642,38	9,23

Exercício Social 31/12/2010

AÇÕES

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Ordinárias			
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R\$ reais)	Preço médio ponderado (R\$ reais)
Saldo Inicial	-	-	-
Aquisição	-	-	-
Alienação	-	-	-
Cancelamento	-	-	-
Saldo Final	-	-	-

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	
Preferenciais			
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (R\$ reais)	Preço médio ponderado (R\$ reais)
Saldo Inicial	1.382.038	15.243.879,14	11,03
Aquisição	-	-	-
Alienação	-	-	-
Cancelamento	1.382.038	15.243.879,14	11,03
Saldo Final	-	-	-

19.3- Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Não há.

19.4 – Outras informações relevantes

Em março e abril de 2014, a Itaúsa realizou negociação com suas próprias ações para manutenção em tesouraria, conforme programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 28.04.2014, foi deliberado a emissão de novas ações escriturais, sem valor nominal, atribuídas a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie.

Em 02.05.2014, a posição das ações em tesouraria era de:

Ações Preferenciais			R\$ 0,00
Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total	Preço médio ponderado
Saldo Inicial: 31/12/2013	-	-	-
Aquisição	1.200.000	10.884.470,78	9,06
Bonificação	120.000	-	-
Alienação	-	-	-
Cancelamento	-	-	-
Saldo Final	1.320.000	10.884.470,78	8,25

ITEM 20 - POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:

a) Data de aprovação

Nossa atual política de negociação de valores mobiliários foi aprovada em 2002, sendo que seus termos são constantemente revistos para garantir que estejam alinhados às melhores práticas de governança corporativa. A última alteração ocorreu em 07.05.2012.

b) Pessoas vinculadas

As pessoas vinculadas são: (i) os acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (ii) os membros de órgãos estatutários de empresas controladas ou coligadas; (iii) os administradores que se afastarem da administração da Emissora ou da administração de empresas na qual a Emissora seja a única controladora, durante o prazo de seis meses contados da data do afastamento; (iv) quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição na Emissora, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante; (v) aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Emissora, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição; e (vi) o cônjuge ou companheiro e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas impedidas de negociar indicadas nos itens "i", "ii" e "iii". Ademais, equiparam-se às pessoas impedidas de negociar: (vii) os seus administradores de carteira e os fundos de investimento, sociedades ou outras instituições ou entidades de que as pessoas impedidas de negociar sejam os únicos cotistas ou acionistas ou nas quais possam influenciar as decisões de negociação; (viii) qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas de negociar; e (ix) qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

c) Principais características

Nossa política de negociação é administrada por meio do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação, cuja atuação abrange uma série de ações internas destinadas a melhorar o fluxo de informação e zelar pela conduta ética de seus administradores e colaboradores signatários, de modo a: (i) assegurar a transparência, a qualidade, a igualdade e a segurança das informações prestadas aos acionistas, investidores, imprensa, autoridades governamentais e aos demais agentes do mercado de capitais; (ii) observar e aplicar os critérios estabelecidos em nossas políticas, a fim de que nossos administradores, acionistas e terceiros que tenham relação profissional ou de confiança com a Emissora, observem padrões éticos e legais na negociação de valores mobiliários da Emissora, ou de valores a eles referenciados; (iii) avaliar as diretrizes e os procedimentos de nossa política de negociação e os que deverão ser observados na divulgação de ato ou fato relevante e na manutenção do sigilo de tais informações, estabelecidas por nossa política de divulgação, bem como analisar previamente o conteúdo dos comunicados à imprensa; (iv) monitorar e regular a adesão dos administradores e demais colaboradores de nosso grupo às nossas políticas, e (v) apurar casos de violação de nossas políticas.

d) Previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos

As pessoas vinculadas, adicionalmente às restrições da Instrução CVM nº 358/02, não poderão:

1) Negociar com valores mobiliários de emissão da Emissora, ou a eles referenciados, desde a data da ciência até o dia da divulgação do ato ou fato relevante ao mercado (exceto se no âmbito de programa de reinvestimento em dividendo).

2) Negociar com valores mobiliários mencionados no item 1 acima durante períodos excepcionais de negociação vedada (*black-out period*), os quais podem ser estipulados pelo Diretor de Relações com Investidores, independentemente de justificação ou da existência de ato ou fato relevante ainda não divulgado.

3) Alienar valores mobiliários da Emissora, ou a eles referenciados, antes de decorridos 180 dias da sua aquisição (exceto se no âmbito de programa de outorga de opções de compra de ações, de programa de remuneração em ações, de programa de reinvestimento em dividendo, ao exercício do direito de preferência de subscrição relativo a ações anteriormente adquiridas e às negociações privadas entre as pessoas impedidas).

4) Negociar com valores mobiliários de emissão da Emissora por outro intermediário que não a Itaú Corretora de Valores S.A.

5) Atuar no mercado de empréstimo de títulos (denominado “aluguel de ações”) de emissão da Emissora, sejam como doadoras ou como tomadoras desse empréstimo.

O controle para que tais operações não infrinjam as políticas de divulgação e negociação da Emissora é feito pela Itaú Corretora de Valores S.A.

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Emissora está sujeita às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, quanto à negociação de valores mobiliários de sua emissão. Além disso, embora nunca tenha sido obrigatório, desde 2002 decidimos adotar política nesse sentido, o que resultou em regras ainda mais restritivas do que as exigidas pelo próprio regulador.

Em novembro de 2004, a Emissora e o Itaú Unibanco Holding S.A., como resultado de uma ampla pesquisa nacional e internacional sobre as melhores práticas de governança corporativa, tornaram-se as primeiras companhias brasileiras a adotar de forma voluntária regras operacionais de negociação de ações para a tesouraria. Tais regras passaram a reger as negociações de ações de sua própria emissão realizadas pela Emissora na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Na visão da administração da Emissora, a adoção dessas regras trouxe inúmeros benefícios, entre os quais a redução de risco operacional, financeiro e estratégico, a criação de cultura interna dessas operações no mercado de capitais, a redução da possibilidade de concentração de mercado ou formação indevida de preços, o reforço da estratégia de recompra de papéis focada na preservação da liquidez e do valor para os acionistas. Tudo isso leva a uma maior transparência desse tipo de operação.

Além disso, como boa prática de governança, divulgamos mensalmente a quantidade de ações movimentadas no programa de recompra. Atualmente, a Emissora conta com um programa de recompra de ações aberto – em 29.10.2012, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 70.000.000 de ações ordinárias e 240.000.000 preferenciais de emissão própria, sem redução do valor do capital social, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou recolocação no mercado.

ITEM 21 - POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva**

Como mencionado nos itens 12.1(a.3) e 20.1, contamos com um Comitê de Ética, Divulgação e Negociação, o qual administra nossas políticas de divulgação e negociação.

Referido comitê tem como uma de suas atribuições assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva. Para isso, tem o dever de regular a adesão das pessoas vinculadas à nossa política de divulgação, a qual conta com mecanismos hábeis de cobrança de informações, bem como previsão de sanções graves na hipótese de descumprimento (ver item 21.2. para mais informações sobre nossa política de divulgação).

Ademais, nosso Diretor de Relações com Investidores, Henri Penchas, é Diretor Vice-Presidente da Emissora, o que lhe permite pleno acesso às principais decisões da empresa. Entre suas funções, estão: (i) divulgar e comunicar aos mercados e aos órgãos competentes qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Emissora; (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação do ato ou fato relevante; (iii) divulgar o ato ou fato relevante simultaneamente a todos os mercados em que os valores mobiliários de emissão da Emissora sejam admitidos à negociação; (iv) prestar aos órgãos competentes, quando por estes exigido, esclarecimentos adicionais à divulgação de ato ou fato relevante; e (v) inquirir as pessoas que tenham acesso a atos ou fatos relevantes, na hipótese do subitem anterior ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Emissora ou a eles referenciados, com o objetivo de averiguar se elas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

De acordo com nossa política de divulgação, o documento de divulgação de ato ou fato relevante será elaborado pelo Comitê de Ética, Divulgação e Negociação, o qual poderá solicitar a participação das Diretorias envolvidas na operação ou negócio que deu origem ao ato ou fato relevante. O Comitê de Ética, Divulgação e Negociação poderá, ainda, observados os critérios de oportunidade e conveniência, (i) aprovar a divulgação de informações preliminares, ainda não auditadas, relativas aos resultados trimestrais, semestrais ou anuais da Emissora ou (ii) aprovar a antecipação da divulgação dos resultados trimestrais, semestrais ou anuais, devidamente auditados, da Emissora.

O órgão encarregado dos assuntos corporativos divulgará, sob supervisão do Diretor de Relações com Investidores, o ato ou fato relevante, prioritária e simultaneamente: a) à CVM, por meio do seu site, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às demais bolsas de valores e às entidades do mercado de balcão organizado; e b) ao mercado em geral, por intermédio da publicação em jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Emissora e no Diário Oficial do Estado.

Após essa divulgação, a pessoa encarregada pelo Diretor de Relações com Investidores poderá divulgar ao mercado o ato ou fato relevante por correio eletrônico e disponibilizá-lo no *website* de Relações com Investidores.

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

As pessoas vinculadas deverão manter sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar pela manutenção desse sigilo.

As pessoas vinculadas, para os fins de nossa política de divulgação, são: (i) os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária; (ii) as mesmas pessoas de sua controladora, controladas, estas sob efetiva gestão da Emissora, e coligadas que tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante; (iii) os funcionários da Emissora, ou de sua controladora, controladas, estas sob efetiva gestão da Emissora, e coligadas que, em razão do cargo, função ou posição que ocupam, tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante; e (iv) qualquer outra pessoa que, por qualquer circunstância, possa ter conhecimento de informação relevante, tais como consultores, auditores independentes, analistas de empresas de *rating* e assessores.

Caso venha a pessoa vinculada a se desligar da Emissora, ou deixar de participar do negócio ou do projeto a que se referirem as informações relevantes, continuará sujeita ao dever de sigilo até que tais informações sejam divulgadas aos órgãos competentes e ao mercado.

A pessoa vinculada que comunicar, inadvertidamente, ato ou fato relevante a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, informará, de imediato, ao Diretor de Relações com Investidores a comunicação indevida, para que este tome as providências cabíveis.

Contamos com mecanismos e políticas no sentido de garantir o controle da informação, como, por exemplo, restrição à utilização de correios eletrônicos externos (o que significa que toda informação passa necessariamente pelos correios internos de nossos funcionários, correios esses que são constantemente monitorados por equipe específica), ao uso de celulares em áreas sensíveis (como mercado de capitais) e ao emprego de pen drives, compact discs e outros veículos de armazenamento de informações.

Implementamos, também, ações de conscientização, as quais buscam tornar nossas políticas ainda mais eficazes (podemos citar, como exemplo, palestras acerca da necessidade de se guardar documentos que contenham informações confidenciais em locais seguros, bem como recomendações sobre o descarte desses documentos). Além disso, temos uma equipe que vistoria periodicamente o local de trabalho de nossos funcionários a fim de identificar eventuais falhas nesse sentido. Classificamos, ainda, as informações circuladas dentro e fora do banco de acordo com seu grau de confidencialidade.

A Emissora e o Itaú Unibanco Holding S.A. foram as primeiras empresas a aderir ao Manual ABRASCA de Controle e Divulgação de Informações Relevantes.

A Emissora não se manifestará sobre rumores existentes no mercado a seu respeito, exceto se influenciarem de modo ponderável a cotação de seus valores mobiliários.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Alfredo Egydio Setubal, Henri Penchas, Ricardo Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino, membros do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação, são os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Itaúsa.

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram tratadas nos itens acima.

ITEM 22 - NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve.

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há.

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes estão informadas nos itens anteriores do Formulário de Referência.

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e empresas controladas

**Relatório dos auditores
independentes sobre o Formulário de
Referência (Instrução CVM nº 480/09)
em 31 de dezembro de 2012**

Relatório dos auditores independentes sobre o Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/09)

Aos Administradores
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Em conexão com nossos exames das demonstrações contábeis da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, cujos relatórios dos auditores independentes foram emitidos sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase sobre a adoção de práticas nas demonstrações contábeis do controlador (individual) que diferem do IFRS (International Financial Reporting Standards), em 04 de março de 2013, 28 de fevereiro de 2012 e 28 de março de 2011, respectivamente, procedemos à revisão das informações contábeis incluídas no Formulário de Referência da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com a NBC TA 720 – “Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações Incluídas em Documentos que Contenham Demonstrações Contábeis Auditadas” que estabelece os procedimentos a serem aplicados para trabalhos desta natureza. Estes procedimentos compreenderam, principalmente: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações contábeis contidas no Formulário de Referência e (b) leitura das informações contábeis relevantes incluídas no Formulário de Referência para avaliar sua consistência em relação às demonstrações contábeis auditadas. As informações contábeis incluídas no Formulário de Referência são apresentadas pela Administração com o objetivo de atender a Instrução CVM 480, contudo não fazem parte das demonstrações contábeis.

Conclusão

Baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser procedida nas informações contábeis contidas no Formulário de Referência acima referido, para que elas estejam apresentadas de forma consistente, em todos os aspectos relevantes, com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4